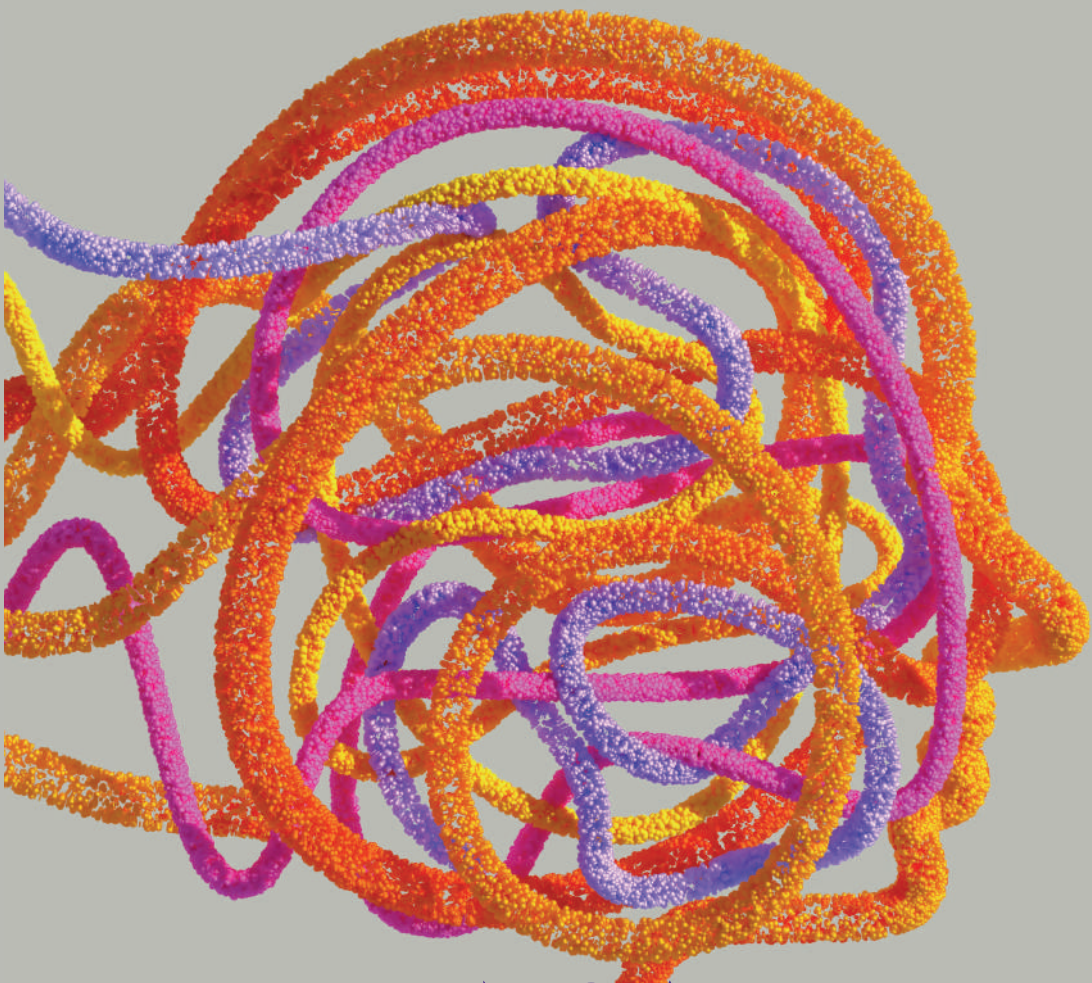


FERNANDA VALLE

LABIRINTOS DA METARREPRESENTAÇÃO

autismo, ontologia e democracia



NYOTA

LABIRINTOS DA METARREPRESENTAÇÃO

autismo, ontologia e democracia

FERNANDA VALLE

LABIRINTOS DA METARREPRESENTAÇÃO

autismo, ontologia e democracia

Florianópolis
Rocha
2024

Selo Nyota
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Coordenação

COMITÊ EDITORIAL E CIENTÍFICO

Barbara Barcellos (UFS)	Ana Paula Meneses Alves (UFMG)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Andréa Doyle (UNIR)
Claudia Mortari (UDESC)	Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)
Daniella Camara Pizarro (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC)	Jobson Francisco da Silva Júnior (UEPB)
Edilson Targino de Melo Filho (UEPB)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Igor Soares Amorim (UFPE)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Natalia Duque Cardona (UdeA)	Priscila Sena (UFRGS)

COMITÊ DE AVALIADORES AD HOC

Barbara Barcellos (UFS)	Jobson Francisco da Silva Júnior (UEPB)
Bruno Almeida dos Santos (UFBA)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Daniella Camara Pizarro (UDESC)	Vinícios Souza de Menezes (UFS)
Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)

Projeto Editorial: Franciéle Garcês

Projeto Gráfico: Franciéle Garcês

Diagramação: Franciéle Garcês; Dirnéle Garcez

Revisão textual: Fernanda Valle; Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

V1811

Valle, Fernanda.

Labirintos da Metarrepresentação: autismo, ontologia e democracia / Fernanda Valle. - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2024.
466 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>.

ISBN 978-85-60527-78-6 (digital)

ISBN 978-85-60527-77-9 (impresso)

1. Ciência da Informação. 2. Organização do Conhecimento. 3. Autismo. 4. Linguagem. 5. Metaconhecimento. I. Valle, Fernanda.
II. Título.

Como citar: VALLE, Fernanda. **Labirintos da Metarrepresentação**: autismo, ontologia e democracia. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2024.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Brasil

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que este original.

À Elaine, por me ensinar a coragem de
seguir em frente;
À nossa *N.* e seus pais, pela amizade
profunda;
Ao *R.* e toda a comunidade do TEA.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pela vida e seus reencantamentos;

Ao professor Gustavo Saldanha, pela orientação cuidadosa e afetuosa, pela amizade ao longo da travessia, pelo prefácio generoso e a possibilidade deste livro;

Aos professores Rosali Fernandez, Regina Marteleto, Naira Silveira, Claudio Paixão, Rodrigo de Sales e Vinícios Menezes, pelas contribuições fundamentais e incentivo desde o primeiro contato com a pesquisa;

Aos professores e colegas do Perfil-I, especialmente Marco Schneider e Marco Bonetti, pela paciência e leveza no ensino de Hegel a essa jovem pesquisadora no terreno da Filosofia;

Ao professor Octávio Bonet, por me receber no IFCS-UFRJ e ensinar sobre Antropologia das Emoções, disciplina valiosa para a minha formação;

Aos queridos parceiros da Rede de Sistemas de Organização do Conhecimento do Brasil (BRASOC), principalmente na figura de Josir Gomes e, novamente, Gustavo Saldanha e Rodrigo de Sales, por aceitarem o desafio de construirmos um tesouro inédito sobre o Transtorno do Espectro Autista em nosso país;

Às pesquisadoras do projeto Articulação & Comunicação em Ciência e Tecnologia: subprojeto 01: Pesquisa, pela amizade construída;

Aos colegas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pela gentil acolhida e apoio às propostas pedagógicas sobre neurodiversidade no contexto dos estudos informacionais;

Aos meus alunos e alunas, por me fazerem professora e me ensinarem a cada instante;

Aos docentes de todas as veredas, especialmente Rafael Fortes, incentivador de longa data, cuja partida precoce impediu que lhe contasse sobre tantas novidades, como este livro;

Às amigas de todas as épocas, pela partilha, escuta e suporte;

Aos companheiros eccliberianos, pelos sonhos e luta compartilhados;

Ao PPGCI IBICT UFRJ, na figura dos colegas discentes, docentes e funcionários, pela jornada;

Às pessoas autistas, cuidadoras e profissionais da comunidade autista, pela experiência relatada e ampliação de horizontes (de vida e pesquisa);

Ao meu orientador, Gustavo Saldanha, à coordenação de curso e à comissão de avaliação do PPGCI IBICT UFRJ, pela indicação da tese ao Prêmio Capes 2024 e ao Prêmio ANCIB – categoria Doutorado – uma honra guardada eternamente no coração!

Ao Selo Nyota, pela paciência e carinho em partilhar minha pesquisa na forma milenar do livro, este objeto tão caro ao nosso coração;

Ao CNPq-Brasil e ao povo brasileiro, pelo financiamento da pesquisa de tese, matriz desta obra, e pela possibilidade de me tornar cientista em um país tão desigual como o nosso.

“Mire veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.”

(João Guimarães Rosa)

SUMÁRIO

PREFÁCIO17

**TRANSCENTRAMENTOS: a ética do movimento autista da
organização do conhecimento para a esfera pública**

Gustavo Silva Saldanha

NOTAS DE PESQUISA41

A CIÊNCIA, EU E MINHA CIRCUNSTÂNCIA

APRESENTAÇÃO53

**UM ESPECTRO RONDA A ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

Capítulo 179

FIAR O FIÁVEL, OU A TESSITURA DO FAZER CIENTÍFICO

Capítulo 2 103

ENTRE O PENSAR, O SENTIR E O DIZER

Capítulo 3 137

**EMOÇÕES DOCUMENTADAS: O SENTIR COMO
VALIDAÇÃO DO SER**

Capítulo 4 155

LABIRINTO LINGUAGEM-SOCIALIDADE

Capítulo 5 193

O QUE FALAR QUER DIZER?, E OUTROS DILEMAS DA LINGUAGEM

Capítulo 6 237

FEITURA DE FORMAS-INFORMAÇÃO

Capítulo 7 279

VERBA VOLANT, SCRIPTA MANENT: PODER INFORMACIONAL E MEDIAÇÃO

Capítulo 8 303

CARTOGRAFIA DO METACONHECIMENTO SOBRE O ESPECTRO AUTISTA

Capítulo 9 319

CIRCUITOS DOCUMENTÁRIOS SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Capítulo 10	391
NEURODIVERSIDADE NO HORIZONTE DA DEMOCRACIA DOCUMENTÁRIA	
NOTAS DE PESQUISA	401
À GUIA DE (IN)CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	405
APÊNDICE A – Resultados obtidos na base de dados BARTOC e estruturados em ordem alfabética para análise qualitativa	439
APÊNDICE B – Texto original, em inglês, do DSM-IV, sobre os critérios diagnósticos do Transtorno Autístico	457
APÊNDICE C – Texto original, em inglês, da classificação do TEA no DSM-IV-TR e CID-9.....	459
APÊNDICE D – Comparação entre os critérios diagnósticos do TEA do DSM-5 e dos registros de Grunya Sukhareva, na década de 1920	461
SOBRE A AUTORA	465

PREFÁCIO

TRANSCENTRAMENTOS: A ÉTICA DO MOVIMENTO AUTISTA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PARA A ESFERA PÚBLICA

Gustavo Silva Saldanha¹

Prefácio escrito ao som de “Todo
Cambia”, Mercedes Sosa

EPÍLOGO DA TERRA

É sobre o chão que toda a teoria, discurso sobre Deus, faz-se corpo. Szymborska (2016, p. 325) é conterrânea de Maria Skłodowska-Curie. Em seu discurso do Nobel, a poeta do simples

¹ Pesquisador titular (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT - Brasil); Professor associado (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - Brasil). Doutor em Ciência da Informação (PPGI IBICT UFRJ).

e do leve, do belo e do contraditório “Amor feliz”, provoca-nos sobre quem teria sido, senão rotas alteradas, desejo impressionante de mudar, Curie, e o mundo. A mulher, a realidade, a ciência e a práxis, o desejo intelectual de mudar. Este livro, antes de tudo, é necessário afirmar, é impressionantemente “conterrâneo” - não na noção geopolítica da geografia artificial. “Conterrâneo”, aqui, responde por gente nascida no mesmo fogo heraclítico da curiosidade epistêmica, da volúpia pelo conhecimento, na fé, estranha fé, de quem acredita que o saber pode salvar a história, o solo da ciência como práxis, da vida como *deivir*.

A ideia de “conterrâneo”, do que ou de quem advém da mesma terra, é aqui problematizada como fonte comum da procura epistemológica, solo de produção do conhecimento, da pergunta científica. É desta “terra em chamas”, parafraseando o título do mestre mexicano Juan Rulfo, da volúpia pelo conhecer, que se oriunda o traço comum, não de sangue, mas de fontes ancestrais da vontade de transformar o mundo, entre Szymborska, Curie, Margaret Cavendish, Valle e *N.*, que esta obra em nossas mãos se apresenta como conceito vivo para mutação de vivências, em seu transcitamento nas relações sociais imersas no Estado, em seu poder e em seu dever de constituir políticas públicas para todas as suas comunidades. O fogo de Heráclito é aqui encarado frente a frente, em suas contradições, em seu mistério, em sua *poiesis*, contínuo processo de recriação da realidade.

A EDUCAÇÃO PELA FORÇA DO OLHAR

Nada acontece duas vezes
nem acontecerá. Eis nossa sina.
nascemos sem prática
e morremos sem rotina.
Mesmo sendo os piores alunos

na escola deste mundão,
nunca vamos repetir
nenhum inverno nem verão

Nem um dia se repete
não há duas noites iguais,
dois beijos não são idênticos,
nem dois olhares tais quais.

Ontem quando alguém falou
o teu nome junto a mim
foi como se pela janela aberta
caísse uma rosa do jardim.

Hoje que estamos juntos,
o nosso caso não medra.
Rosa? Como é uma rosa?
É uma flor ou é uma pedra?

Por que você tem, má hora,
que trazer consigo a incerteza?
Você vem – mais vai passar.
Você passa – eis a beleza.

Sorridentes, abraçados
tentaremos viver sem mágoa,
mesmo sendo diferentes
como duas gotas d'água.
(Szyborska, 2016, p. 31-32)

Quando eu me deparei com os olhos alumbrados de Fernanda Valle na disciplina Organização dos Domínios do Conhecimento, ministrada por mim e pela Profa. Dra. Rosali Fernandez de Souza, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do acordo de cooperação entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (PPGCI IBICT UFRJ), no Rio de Janeiro, Brasil, eu entendi que havia algo a mudar no mundo. Ela, Fernanda, ela o faria.

O conhecimento nasce, desde os apontamos da filosofia grega, do alumbramento. Um encanto e nada mais. Basta. Mas é desta, da filosofia grega, deste alumbramento, que tantos limites e limitações advêm, as contradições para além de uma lógica do falso e do verdadeiro se interpõem, a vida renasce todos os dias diante de nossas fraquezas. É a zona fronteira onde a realidade social avança com suas vicissitudes e dilemas éticos para muito além, e muito aquém, do “se” em sua condição de Simples. Então o conhecimento segue, em estado de encantamento, em direção à complexidade, e não ao caos. A obra diante dos nossos olhos reencanta-nos para uma forma de mudar o mundo diante de nós, corajosa e rigorosa.

Eu conheci a doutora Fernanda Valle por dois olhos enormes, lindos, vorazes, atrás de conhecimento, nesta sala de aula. A organização (o dilema ético da ordem, dos pré-Socráticos ao movimento dos espectros da realidade autista) como efeito seminal da epistemologia da Ciência da Informação, veio depois, muito depois. E chegara de forma fulminante, em uma decisão, viragem, rotas alternadas e alteradas, de meninas e de mulheres... Dir-nos-ia os versos de Vinicius de Moraes, no convite ao pensamento sobre a realidade social, sobre o tempo doente de ontem e de amanhã,

Pensem nas crianças
Mudas telepáticas
Pensem nas meninas
Cegas inexatas
Pensem nas mulheres
Rotas alteradas
Pensem nas feridas
Como rosas cálidas
(Moraes, 1954, p. 58)

Era inverno, conta-nos a doutora Fernanda Valle, o mundo renascia em mais uma criança presente nas sensibilidades do nosso real aqui, ali, diante dos olhos dela, Fernanda. *N.* estava entre nós. Cada vida, um outro ente, uma outra filosofia, um outro nome. Anos se passaram, entre o afeto e a *empíria*, a procura humana do amor pela reconstrução de uma humanidade, como nos diria Roubakine (1998), e a investigação científica, fonte de um afeto humano pelo conhecimento, por um dado diagnóstico, por uma certeza diante da aparente fuga da lógica (mistérios do hermético fogo de Heráclito).

Fernanda seguia sua carreira acadêmica em horizontes seguros, em paragens d'outras, até se deparar com a vivência e o conceito, o conceito operacionalizado em práxis, na vida, ali e aqui, o conceito de Transtorno do Espectro Autista. E do conceito à práxis, era tanto este, o do universo autista, como o espectro, outro, o do universo da própria epistemologia da organização do conhecimento, que seria transformado por Fernanda: um “amor feliz” subvertera o horizonte e Valle encontrar-se-á na mesma terra de Curie e Szyborska.

Com amor à ciência e à práxis científica, a pesquisadora adentrou os labirintos das bases de dados do campo da saúde aos destinos informacionais, chegando até os metadiretórios de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), desafiando Aristóteles com Platão, Platão com Sócrates, Sócrates com Heráclito. Como Szyborska (2016) a lembrar da conterrânea Marie Curie, demonstrará a doutora Fernanda Valle que o caminho do “ser” revela a pedra e a rosa, a rosa como pedra, a pedra como rosa; chegada a incerteza, ela passa, e esta é a beleza. No clamor do amor à ciência, abraçados e sorridentes, com todo o medo que a vida nos traz, dúvida alumbrada que é, seguiremos.

Sim, os SOC são, sempre, arbitrários e fronteiros – talvez a mais coerente definição, um certo “conjunto finito de termos”. Sim, as “coisas findas, muito mais que lindas, estas ficarão” (Drumond, 1998, p. 104). Tal qual esses sistemas, a vida tem o seu limite. O

conhecimento também. Porém, a mudança se faz em cada novo reencontro a finitude anterior e a beleza da matéria está em sua falibilidade e possibilidade de reinventar o sentido. Pesquisa é, antes, um enorme amor pelo objeto de estudo no precipício de suas fronteiras. Um risco. Um enorme amor feliz, no sentido szymborskiano, na dureza da pedra que há na rosa de cada novo dia.

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO COMO PRINCÍPIO ÉTICO

De maneira ampla, o percurso da tese pretende à construção de duas dimensões: uma, crítico-ontológica, a fim de delinear o sujeito autista como pessoa informacional neurodiversa existente na linguagem, e a outra, sociopolítica, dedicada à metarrepresentação documental e documentária do Transtorno do Espectro Autista, e, como consequência, da pessoa autista. (Valle, 2024, p. 60)

Quando procuro compreender o que a Organização do Conhecimento (OC), como teoria, método e crítica da realidade pode transformar vidas e coletividades, eu me reencontro, inicialmente, com o olhar de alumbramento, menino em sala de aula, eu, Gustavo, diante de Maria Aparecida Moura, Madalena Naves e Lídia Alvarenga, na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Estas estão entre as mulheres que me apontaram para o meta-universo da OC, para muito aquém de Paul Otlet (2018) e Shiyali Ranganathan (2009), através de sistemas que permitissem outros sistemas da *poiesis* da linguagem se comunicar. Destas, até

encontrar a beleza do pensamento e da generosidade da terra de onde parte a sabedoria de Rosali Fernandez de Souza (2012, 2006), o caminho foi longo. Mas é este que me fez conhecer Valle, suas ideias, este livro.

Deste destino, Fernanda nos provoca, do questionamento de uma zona (prefiro “zona” a “domínio”, ou, melhor, “passagem de fronteiras”) de desconforto da OC – as metarrepreensões do Transtorno de Espectro Autista (TEA) que nos levam ao desassossego autocentrado da epistemologia da OC propriamente dita, permitindo-nos repensar Ingetraut Dahlberg (2006, 1978) e a caminhada intelectual da *International Society of Knowledge Organization* (Isko).

Sob o risco do reconhecimento e da ausência não manifesta como sombra à página, acima registro estes nomes de mulheres que, ao apontarem para a diversidade de modelos e de técnicas, a práxis permitida pela construção social da realidade via OC, transformaram-me através da ciência sob o deslumbre das racionalidades entre lógica, gramática e retórica para mudança social, assim como Fernanda Valle nos co-move.

A OC é um instrumento de transformação da sociedade. Tantas são outras potências racionais de mudança. Nós, Fernanda e eu, como este livro demonstra, a imensidão da análise e os resultados do pensamento rigoroso de Fernanda comprovam, temos a certeza científica deste posicionamento.

Ao enfrentar, pela ótica do TEA, o método, a teoria e, mais ainda, a epistemologia da OC, Valle reencontra não só Dahlberg, mas também Marie Curie, e toda comunidade informe revelada na crítica das metarrepreensões do conhecimento em Vinícios Menezes (2018), da mulher à mulher diagnosticada autista, *N. N.* e mais além.

MUDANÇA: O PROBLEMA DO MOVIMENTO NA FILOSOFIA E NA VIDA

A inspiração, seja ela o que for, nasce de um incessante 'não sei'.
(Szymborska, 2016, p. 324)

Minha escolha pode ter sido equivocada porque jamais saberei o tipo de dado que eu teria reunido nos percursos desviados, por minha vontade e os motivos alheios a mim, entre os anos de 2018 e 2023. Eis a ação subjetiva do cientista: escolher significa renunciar a todo o resto, em potência. Contudo, não vislumbro outro fazer científico possível. A seguir, descrevo o caminho percorrido por nós. Uma outra pesquisa, outra possibilidade – que seria igualmente desconhecida se houvéssimos optado somente por entrevistas ou questionários. Porém, agora, o outro possível se revela entre letras, palavras e sentenças - nem nuas, nem cruas: inacabadas, em constante devir. (Valle, 2024, p. 29)

Dito, reafirmado: a OC é um instrumento de transformação. Porém, ela deriva da essência, da cosmologia, da primeira hierarquia, da cadeia longa do ser, da metafísica aos universos predicados. É preciso, para compreender esta obra, entender a dificuldade de mudar; mudar a crença em um mito, em um deus, em uma teoria, em um modelo, mudar de objeto de pesquisa no transcurso de um doutorado. Estas são, podemos dizer, figurações das rupturas epistemológicas. É preciso compreender a dura possibilidade de entrada do “movimento” na Filosofia e na vida nossa de cada esquina dobrada.

A mudança, que pressupõe o movimento, é um desafio para a Filosofia, a princípio necessário de ser negado, não-ser por apontar para o não-saber. *Metabolé, kinesis*, é com Aristóteles que a discussão avança como categoria científica, posto que, dantes, de Pitágoras a Sócrates, sua condição era o estar fora da filosofia, entre o não-ser e o não-sei. Apenas, potencialmente, Heráclito, o obscuro, o hermético, poderia nos trazer o movimento como enorme questão para ali, a dúvida filosófica, e para a ciência moderna até chegarmos aos pós-estruturalismos, ou ao “Amor feliz” de Szyborska (2016). Partindo de Aristóteles, Pellegrini diz-nos que

Uma mudança é uma realidade contínua, que não pode ser considerada única se for interrompida por uma fase de não de não mudança. Portanto, um transporte não permanece um e o mesmo se for interrompido por um tempo de repouso. Mas toda mudança vem de uma mudança ou de um repouso anterior; logo, a mudança é eterna, e como diz Aristóteles, todo motor é ele mesmo movido. Somente o primeiro motor é não movido, mas ele não é motor no sentido habitual, de agente físico da mudança. Ele move o primeiro céu na medida em que ele é ‘objeto de amor’ seu. (Pellegrini, 2010, p. 45)

A mudança, em Aristóteles (2014), da Metafísica à Física, encontrará clareza na descrição da última, como os estados de qualidade ou de quantidade. Na primeira, na tradição metafísica, será *aporia* ou *insolubilia* compreender, afinal, se o ser tem movimento, ora, caso tal que o encaminharia para o não-ser, antítese do conhecer, não-sei. Retornamos aos difíceis e parcos legados textuais dos aforismos de Heráclito. Do fogo às águas

abertas. Da gota d'água ao rio, o tempo e o espaço se transformam, é fato. E a racionalidade? Sim ou não? O lugar da pessoa autista na centralidade da esfera pública, resolver-se-á em tabelas de verdade?

PRÁXIS: MUDAR O MUNDO É TRANSFORMAR O HORIZONTE DO SER-AQUI

Amar o perdido
deixa confundido
este coração.

Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.

Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.
(Andrade, 1998, p. 104)

Fernanda Valle entrou em minha sala 401 da Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação (Coepi) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), após um agendamento sobre a produção de sua pesquisa de doutoramento. Ela não me adiantara o assunto. E este, o assunto, era a mudança do próprio, do assunto, do tema da tese. E isto implicaria, na avaliação da doutoranda, outra questão. Outra mudança. A mudança de orientação.

Minha primeira posição: não. Não era necessário e Fernanda poderia seguir sua pesquisa com as direções, aos poucos, em alteração, e eu poderia contribuir como docente do PPGCI IBICT UFRJ, como também nas etapas de qualificação e de defesa da tese, ou, ainda, como um potencial co-orientador.

Não, explicara Fernanda Valle. A primeira mudança, a de assunto, era enorme; e a outra, a mudança de orientação, era necessária. Ela estava ali para solicitar a minha orientação direta. Era a OC que se convertia como solo teórico, metodológico e crítico para a mudança da pesquisa de Fernanda, e de Valle para o mundo, como o fez Curie. Fernanda, conterrânea de Rosali Fernandez de Souza (2012, 2006), do conhecimento da ciência à política da representação do conhecimento em Maria Nélide González de Gómez (1993) a caminho da dialética e da linguagem documentária menor de Solange Mostafa (2011, 1985), da crítica das linguagens documentárias de Hope Olson (2000, 1998).

A mudança de Fernanda, asseguro, perante o livro em mãos, é, sim, uma mudança do mundo. O resultado da pesquisa ora apresentado nesta obra é uma ferramenta radical de inovação para compreensão e desenvolvimento de políticas públicas para a sociedade, da comunidade autista à compreensão do transcenramento das vidas, ser na transmutação diária do ser em estado de crisálida, entre a terra e o movimento da água que há na terra.

O rio tem me perseguido nos últimos anos como metáfora-vida, assim como tantas e quantas vezes a árvore nos alimenta na fundamentação da OC. Wislawa Szymborska nos faz reler Heráclito e o “dilema filosófico do rio”, digo eu, o dilema que nos empurra ao precipício maravilhoso do mergulho da dúvida na Filosofia, ao plano das contradições. Ser ou não-ser, do Poema de Parmênides ao qual recorre Fernanda, até Sócrates e Górgias na disputa pelo ser e pelo não-ser, e até Shakespeare, até a fundamentação do TEA, ao direito de ser reconhecido como pessoa e como diferença, como representação e

metarrepresentação, como um centro dentre tantos nós na rede gregária da formação das sociedades, ao transcenramento do movimento do ser na vida, corpo em coreografia social, seus papéis em constante gesto de redimensionamento (discentes, docentes, pacientes, médicos, transeuntes, motoristas, passageiros, viajantes, observadores). Nas águas heraclíticas, diz-nos Szymborska (2016, p. 109),

No rio de Heráclito
um peixe pesca os peixes,
um peixe corta um peixe com um peixe
afiado,
um peixe constrói um peixe, um peixe mora
num peixe,
um peixe foge de um peixe sitiado.

No rio de Heráclito
um peixe ama um peixe,
teus olhos – diz – brilham como os peixes no
céu,

quero nada contigo até o mar comum,
ó tu, a mais bela do cardume.

No rio de Heráclito
um peixe imaginou o peixe dos peixes,
um peixe se ajoelha ante um peixe, um peixe
canta para um peixe,
e pede ao peixe um nado mais leve.

No rio de Heráclito
eu peixe único, eu peixe separado,
(ao menos peixe árvore e do peixe pedra)
escrevo, em momentos isolados, pequenos
peixes
de escamas tão fugazmente prateadas
que talvez a escuridão pisque de embaraço.

Quando alguém olha com os olhos imensos da epistemologia, da reflexão sobre o conhecer para a pretensa escuridão do autocentramento da pessoa autista, compreende a vastidão transcêntrica da realidade. Invade o *devir*-Curie, permite-se a dor do “amor feliz” szymborskiano, entende o limite não como muro, mas como passagem de fronteira. *Devir-N*. Diz-nos, Valle (2024),

No horizonte do devir-mulher, a mulher seria o primeiro de todos os devires existentes, porque desterritorializa o binarismo iniciado com homem. Nota-se que, em interpretações religiosas, a mulher não é criada por Deus como um ente pleno, mas advém da costela de um homem. Nessa visão, o homem é o modelo, o referencial tautológico – dele sai o modelo e para ele tudo se volta. A mulher é o seu oposto: o oposto das formas, das práticas, um escape, afirmam os filósofos franceses, resultando em linhas distintas de subjetivação (Valle, 2024, p. 124).

O tornar-se contínuo, heraclítico, de Valle para a OC, da OC para o TEA, e deste para a transformação da realidade, está dado.

FILIAS DE QUINTAL: FERNANDA, FERNANDES, OU DE CONTERRÂNEOS E SEUS ARTEFATOS DE BRINCAR COM OS PÉS DESCALÇOS NO RIO

O menino fala!!!
Tio Silvério, verão de 1983.

Em momentos de dor profunda, dizem, próximos às imagens do fim, ou da ausência de saída, os dos limites, dos muros, parece-nos sempre necessário “pisar o chão”. Não metaforicamente. Trata-se de colocar os pés, nus, na terra, e afundar com força e fúria os dedos no solo. Registrar o corpo, o peso da dor, e trazer da umidade do centro do mundo através de raízes ancestrais um dínamo que reanima nossa crença no conhecimento. Assim Fernanda pisou o chão como Wislavawa Szymborska (2016) e Maria Sklodowska-Curie. Assim Fernanda me convidou a retirar os sapatos e pisar na terra.

R. não falava. O tempo passava. Foi então que começaram os testes. Foram nove anos até que o diagnóstico potencial, nunca manifesto, foi dado por um dos ramos do *quadrivium*, hiperfoco na música. “Deixa ele seguir assim”, a família Fernandes, parte de minha trilha do ontem, assim pedia; sobrenome este não por mim herdado, mas que curiosamente me faz conterrâneo da mestra Rosali Fernandez de Souza, quem me encontrara na mesma sala onde conheci Fernanda Valle. Fora ela, Rosali, quem afirmara, categórica e não-categórica, rigorosa e doce: “Você ministrará esta disciplina, a de organização do conhecimento, comigo”. Então, eu conheceria Fernanda. E só mais tarde, *N.*

Em casa, antes, diante de *R.*, nós sofreremos bastante do “amor feliz”. Por fim e ao cabo, eu nasceria. E *R.*, *R.* seguiria sem falar. Nós sofreremos menos que muito do que se basta de dor na estrada. A minha vida é marcada pelo convívio com o homem quem mais amo no mundo, o meu irmão, pois seu silêncio, seu isolamento, sua distância e não-distância, que é a distância e não é ausência das estruturas sociais, a começar pela incompreensão da escola, da sala de aula, dos métodos pedagógicos, principalmente os métodos de avaliação, das manifestações do ritual gregário de um dado estado de coisas dos regimes ocidentais, dos coletivos, suas socialidades típicas ou aparentemente fora da tipicidade projetada.

Havia um irmão, meu único irmão, trancado no quarto ali, o quarto que eu dividia com ele. Eu saio pela porta. Mas há o quarto, a porta entreaberta. E uma pessoa. Esta foi uma parte importante de minha infância. Eu dormia ao seu lado, mas acordava com sua movimentação noturna. A partir de 1989, eu acordava com os sons. Ah... essas cordas de aço...

A cada diálogo sobre as dialogias da pesquisa e do mundo, com Fernanda, nossa amizade crescia e eu revisitava, nas evidências do TEA, lugares, tempos, paragens e passagens, de minha vida, eles, os artefatos, aqueles que nos permitem, às humanidades, tão distintas formas de comunicação, de mediação psicossocial com o mundo “externo”. Fernanda ia lentamente me transformando.

Assim como Van Gogh e sua cadeira, Cartola e as cordas de aço do seu violão, este livro é uma dura declaração de amor a um objeto, a um artefato, aos sistemas dos sistemas. Como todas as matérias que no mundo nascem, crescem, transformam-se na velocidade das ventanias e tempestades de areia do tempo, no fogo do movimento, o amor se transforma e transforma o objeto, nunca rios os mesmos, os mesmos nunca nós. A pesquisa aqui manifesta em formato de livro é uma declaração de amor a um tesouro, como uma cadeira e um violão. Podem, tais objetos, mudar o mundo na medida em que mutantes são. Dos rios nunca revisitados, cada termo do vocabulário do TEA de Fernanda Valle é um peixe que modifica a estrutura do real.

R. se comunicara através do violão, mediação sociotécnica tão fabulosa, pitagórica. Ali estava o seu *cogito*, o seu “comunico, logo existo”. Os SOC são artefatos que permitem nos levar aos afetos, como cadeiras e violões, do *pathos* ao *logos*, das pessoas e suas transgramaticalizações do e no espaço através de artefatos, uma cadeira, um violão, o gesto dos olhos a pedir um abraço. Funda-se, pois, em bases críticas (dialética na esquina, do Estado em sua estrutura entre legislativo, judiciário e executivo ao posto de saúde, à sala de aula, à praça), um *ethos*, segundo a tese de Valle.

ENTRE O SER E O NÃO-SER: A REALIDADE E A EXISTÊNCIA TRANSCENTRADA DO SER AUTISTA NO MOVIMENTO

Se o ser é o que existe e deve ser sempre o mesmo, é imperativo estar fora do tempo e do espaço histórico, marcado por transformações. Logo, o ser não tem início, senão em algum momento já não teria sido, nem fim, porque estaria na imanência de deixar de ser. Nessa lógica, tudo que é mutável e não equivale a si, não possui identidade, então não pode ser. (Valle, 2024, p. 111)

Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo
(Sosa, 1984)

Este livro aponta para o enfrentamento remoto da filosofia. A pesquisadora coloca-se corajosa na discussão entre o ser e o não-ser, tão importante questão parmenídica. Desta fronteira, Fernanda nos leva para outra zona de conflito epistemológico, a essência e os *pragmata*, o motor imóvel e o movimento das estruturas no mundo sensível. Desta, apresenta-nos um programa de transformação da OC:

Sabedora da complexidade diagnóstica, da etiologia em descobrimento e da multidisciplinaridade inerente ao Transtorno do Espectro Autista, em minha trajetória, deparei-me com temas e abordagens fragmentadas e aparentes contradições. A partir da escassez de construtos mediadores

linguísticos fora da área da saúde, vislumbrei uma potencial cadeia de desinformação. As categorias de classificação e vocabulários pareciam não refletir a diversidade de sujeitos inseridos no espectro autista, além de alguns discursos estarem em descompasso com o saber legitimado pela ciência do nosso tempo. (Valle, 2024, p. 56)

Fernanda permite-nos desenhar formas de reteorização e aplicação de um desenvolvimento epistemológico remoto e recente da OC. De Aristóteles à obra de Porfírio, de Porfírio à Isidoro de Sevilha, de Emanuele Tesauro à Paul Otlet, de Paul Otlet à Robert Estivals, de Robert Estivals à Hagar Espanha Gomes, de Rosali Fernandez de Souza à Maria Nélide González de Gómez, tantas fontes para reorganizar o conhecimento, para, sim, chegarmos a uma teoria crítica da organização do conhecimento de mulheres para as humanidades, de Hope Olson (2000, 1998), de Melissa Adler (2017), de Solange Mostafa (2021, 1985), cada obra ganha em força e convergência.

Quando afirmo que ao enfrentar o desafio da OC perante o espectro autista, a doutora Fernanda Valle encontrou um caminho para reforma da própria epistemologia da OC e, desta, a reforma da esfera pública diante do dilema do povo, da desigualdade expressa entre o público e o privado, esta obra diante de nossos olhos o demonstra de modo claro, incluindo a oferta de enorme cientificidade às fronteiras de domínios como Educação, Psicologia, Medicina, Filosofia, Sociologia, Antropologia, para aquém e além da Ciência da Informação. A questão remonta uma querela entre Parmênides e Heráclito, entra transparência do Simples e a pretensa e marginalizada beleza do Complexo, o retorno à escuridão negligenciada pela filosofia e pela ciência por sua difícil demarcação de fronteiras, do autocentramento do ser à transculturalidade do ser-em-movimento.

Ora, pensar a “ordem”, fundamento filosófico e permanente limite da racionalidade da OC, foi e é, no cotidiano da argumentação científica desta zona, colocar-se do lado do pensar e afastar-se do sentir.

O neurocentrismo que a pesquisa sobre o TEA evoca é, igualmente, o quadro neurocêntrico que o *logos* da OC procura sustentar, afastando-se, principalmente, das entranhas de suas contradições (como o *logos* entre o ser e o dizer, entre a verdade e a verdade comunicada), e, mais ainda, exilando-se, ela, a epistemologia da OC, do *ethos* e do *pathos*, do “amor feliz”, da compreensão política do agir (das macropolíticas da autoridade do Estado e seus metassistemas de controle e de humanização da realidade de seu povo às micropolíticas de resistência e de resiliências à pluralidade cultural das experiências de cada local), bem como da multidão de afetos do *pathos* nosso de cada dia, que nasce e renasce com duas diferenças, como *N.* nasceu e cresceu, permaneceu e mudou, o mundo e Fernanda, Fernanda e nós.

Por isto, o livro que questiona o TEA questiona a cada linha, da teoria do conhecimento ocidental do “eu” à comunidade autista, a formulação lógica, ética e patológica (aqui, a grande teoria do conhecimento reformada por Fernanda Valle, entre o afeto e a doença, entre a dignidade e o reconhecimento da diferença, entre o amor e ciência, entre o Estado e a democracia documentária) da OC.

A neurodiversidade é, pois, a diversidade das formas lógicas de problematizar os sistemas (dos sistemas visuais aos sistemas mentais, e dos sistemas mentais aos sistemas políticos). Quando a autora reconstrói, aqui, a condição da pessoa informacional neurodiversa na contemporaneidade, recoloca em debate, da mulher a todas as formas de vida, metarrepresentadas ou exterminadas pelos SOC. Não é uma obra sobre inclusão, muito menos sobre exclusão. É uma tese sobre completude e concretude do ser enquanto “transer”, *devir* e práxis.

Esta completude e esta concretude não são dadas fora da linguagem. Se isto é fato, e o estudo do TEA colocado em profunda, exaustiva e profícua reflexão teórica e empírica neste livro, é também dentro de uma metalinguagem especializada, a partir das gramáticas da OC, que o ser se institui e se reforma, entre os limites de um vocabulário, os limites da duração de um dia, os limites das classificações sobre a saúde, os limites da vida. Não há política sem patologia (sem amor e sem doença politicamente reconhecidas enquanto doença e enquanto amor). O *ethos* final, provavelmente, como diz-nos filósofos como Aristóteles, é a felicidade, ou, dir-nos-ia Szyborska (2016), um “amor feliz”. Possível, ou não, cientificamente dever político e poético é ir ao seu encontro. Agora, é a vez da OC apresentar seu programa de transformação do mundo.

UM PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PARA A PRÁXIS DO MOVIMENTO AUTISTA

Sendo produtos humanos, estão submissos a disputas de poder, materiais e simbólicas. Não mais essência e forma, sujeito ou objeto, mas sujeito e objeto em relação, sendo tal relação motor constitutivo de ambos. (Valle, 2024, p. 129)

“Não sei”. Esta é a expressão central do discurso do Prêmio Nobel, em 1996, da poeta Wislawa Szyborska. Esta, provavelmente, a mais importante expressão da história da filosofia, de fundo socrático, pois impõe ali não a qualidade ou a quantidade do não-ser, mas os limites do saber, o método, o rigor do exercício epistemológico.

“O mundo, o que quer que dele pensemos, amedronta-nos por sua vastidão e nosso próprio desamparo diante dele ou amargurados por sua indiferença aos sofrimentos individuais – das pessoas, dos animais e até mesmo das plantas” (Szyborska, 2011, p. 327), é espantoso. Mas seu espanto é também iluminação. Olhos de cientista, olhos de coruja, olhos de coragem.

Fernanda não o sabe. Sabe. Em algumas prosas de orientação, antes de encontrá-la, na leitura preliminar do texto em desenvolvimento da tese, eu me pegava a chorar lembrando das dores da teoria do conhecimento, de cadeiras e violências, dos estragos e das maravilhas de um sistema de organização do conhecimento. O que é conhecer? Seria este a maior de nossas profundidades, não compreender? Ou, de fato, é a ausência, a ausência não do outro em seu (suposto) autocentramento, mas a ausência da certeza de que nada se compreende, tudo se vive? E a compreensão é uma vivência... é? Verbo não-ser. Onde estará *N.* agora? Em quais rios navega o ser?

Hoje, no meu quarto, 40 anos depois, temos um diagnóstico. O silêncio. A dor do conhecer. A vida dentro de quatro paredes. A alegria enorme de estar vivo. Atravessa o atraso desta redação, esta, ora lida, o primeiro momento em que minha mãe, quem mais lutou para compreender, na epistemologia do peito exposto, recebera morfina em razão das dores. O atraso do envio desta missiva em forma de prefácio também acompanha a morte do pai de Fernanda. A vida. O caminho cheio de pedras da compreensão tão puramente impura, as pedras dispostas como pontes de uma margem à outra margem que nos permitem não pisar ou pisar no rio de Heráclito.

Aqui, ao longo de algumas horas junto à janela do hospital, as gotas da morfina caem. De um lado, a mão nas mãos de minha mãe. De outro, sigo a ler o discurso do Nobel de Szyborska (2016, p. 325), a lembrar...

Se minha conterrânea Maria Sklodowska-Curie não tivesse dito a si mesma ‘não sei’, provavelmente teria se tornado professora de química numa escola para moças de boa família e nesse emprego – aliás, perfeitamente respeitável – teria passado sua vida. No entanto, ela repetiu para si mesma ‘não sei’ e assim essas duas palavras trouxeram, não uma, mas duas vezes, para Estocolmo, onde pessoas de espírito inquieto e eternamente inquiridor são agraciadas com o prêmio Nobel.

E se tivéssemos o diagnóstico em 1983...? E se uma escola pudesse acolher o caso em 1985...? E se um outro método nos salvasse antes de 1989...? Vivências. E se existisse um tesouro em 1990 sobre o espectro autista? Ciência: problemas de pesquisa, convites para práxis. E se a OC, na pluralidade dos saberes, compreendendo a classificação como política e sua utopia como democracia documentária, enfrentasse o fenômeno? E se Fernanda Valle não olhasse para o mundo diante de seus olhos e não afirmasse, cientificamente, eu posso transformá-lo? E se, ao invés de Descartes, não viesse de Cavendish, pergunta-nos Valle, a fundamentação do método da ciência na Modernidade, o que seria?

Este livro decidiu ir transculturalizar a epistemologia, atravessar os rios com os pés descalços, sentir o solo e sua umidade. Do movimento na filosofia, hoje, junto desta pesquisa e sua travessia, encontramos um movimento autista, do legislativo aos campos de futebol, das escolas aos debates na esfera pública. As transculturalidades refundamentam o nosso ser de cada dia. Como Marie-Curie, como Cavendish, como Szymborska, a doutora Fernanda Valle seguirá seu *devoir*. Esta obra é o fato. Não é só por *N*. É pelo conhecimento, é por um amor feliz.

Gustavo Saldanha, aprendiz da Dra. Fernanda Valle, outono, Minas Gerais, 2024.

Texto concluído ao som do violão de R.

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. *Cruising the Library: Perversities in the Organization of Knowledge*. New York: Fordham University Press, 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro, Record: 1998. p. 104.

ARISTÓTELES. *Oeuvres complètes*. Paris: Éditions Flammarion, 2014.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? *Knowledge Organization*, [s. l.], v. 33, n. 1, 2006.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez., 1993.

MENEZES, Vinícios Souza de. A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 136-151, 2018.

MORAES, Vinícios de. A rosa de Hiroshima. *In: Antologia Poética*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 53.

MOSTAFA, Solange Puntel; NOVA CRUZ, Denise Viuniski da. Por uma linguagem documentária menor. *In*: BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana (Org.). *Estudos de linguagem em Ciência da Informação*. Campinas: Editora Alínea, 2011.

MOSTAFA, Solange Puntel. *Epistemologia da Biblioteconomia*. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

OLSON, Hope. Difference, Culture and Change: The Untapped Potential of LCSH. *Cataloging & Classification Quarterly*, [s. l.], v. 29, n. 1-2, 2000, p. 53-71.

OLSON, Hope. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. *Library Trends*, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 253-254, 1998.

OTLET, Paul. *Tratado de documentação: livro sobre o livro: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.

PELLEGRIN, Pierre. *Vocabulário de Aristóteles*. São Paulo: Editora WMG Martins Fontes, 2010.

PRÉ-SOCRÁTICOS. *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RANGANATHAN, Shiyali Rmamrita. *As cinco leis da biblioteconomia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

ROUBAKINE, Nicolas. *Introduction a la psychologie bibliologique*; v.1 Paris: Association Internationale de Bibliologie, 1998.

SOSA, Mercedes. *Todo Cambia*. Composição de Julio Numhauser. Buenos Aires: Warner Chappell Music Argentina, 1984. 1 álbum sonoro.

SOUZA, Rosali Fernandez de. *Universo de Ciência e Tecnologia: organização e representação em classificações do conhecimento*.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, São Paulo, v. 5, p. 112, 2012.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação. *Encontros Bibli*, Florianópolis, n. núm. esp., p. 1-15, 2006.

SZYMBORSKA, Wislawwa. *Um amor feliz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NOTAS DE PESQUISA

A CIÊNCIA, EU E MINHA CIRCUNSTÂNCIA

O fato de estarem encarnadas, corporificadas em uma dada cultura, já torna pessoas autistas elos e não ilhas. Nem a própria ilha, como metáfora, seria em essência uma ilha, já que as bordas tocam o mar, integrando, conseqüentemente, uma totalidade.
(Fernanda Valle)

Este livro descreve o percurso e os resultados de minha pesquisa de tese de doutorado intitulada “Comunico, logo existo: o protagonismo da linguagem e a metarrepresentação do autismo no horizonte da democracia documentária”, desenvolvida entre os anos de 2018 e 2023, no PPGCI IBICT UFRJ. Conta, sobretudo, as angústias, as descobertas e os dilemas, pessoais e científicos, de tê-la feito².

² O objetivo deste livro é adaptar o texto original da pesquisa para o formato editorial com fins à ampla divulgação dos resultados. Por isso, esclareço que a

Se este for o seu primeiro contato com um texto de ordem científica, tranquilize-se. Estarei contigo em cada etapa chamada capítulo. Mas, ao contrário, se for experiente, está ciente: escrever um texto acadêmico é desafiador por inúmeros motivos. Um deles é a tradição pela impessoalidade marcada pelo uso da terceira pessoa do plural ou do sujeito indeterminado. O dito rigor pela forma da linguagem traz consigo uma escolha epistêmica quanto ao método: o pesquisador é observador e não sujeito; analista distanciado do fenômeno observado de modo que os resultados de sua análise demonstrem o máximo de objetividade possível. A expressão “o máximo possível” já indica a impossibilidade de total descolamento entre cientista e seu objeto de investigação.

Mais do que forma textual, o método exige fundamentação – leitura de mundo que se reflete na escrita e leitura de palavras, como ensina o filósofo brasileiro Paulo Freire. É preciso compreender o caminho percorrido. E o caminho, como se sabe, se faz ao caminhar no mundo da vida³. Nesse sentido, peço licença para narrar, em primeira pessoa do singular, uma breve história que justifica minha escolha pelo domínio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da CI; uma postura crítica de demarcação da coexistência entre o ser que observa e o mundo observado (por mim). Segue o meu lugar de fala.

Era inverno de 2011. Acompanhei o nascimento de *N*⁴, um bebê do sexo biológico feminino, sem intercorrência no parto e qualquer alteração física ou comportamental que identificasse

maior parte do conteúdo original não foi alterado e pode ser consultado em Debetto (2023).

³ Mundo da vida é um conceito proposto pelo filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938) e discutido pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas por meio da Teoria do Agir Comunicativo.

⁴ A descrição sobre o nascimento e desenvolvimento de *N*. foi autorizada pelos seus pais, os responsáveis legais.

alguma deficiência: Teste do Pezinho e Escala de Apgar⁵ considerados normais. Chorava, dormia e se alimentava como qualquer outro recém-nascido típico. Uma única característica chamou atenção, mas não o suficiente para uma investigação médica inicial: macroglossia, a língua parecia maior do que a cavidade bucal podia comportar. Conforme as semanas avançaram, a língua tornou-se proporcional ao crânio e ao maxilar, eliminando qualquer tipo de suspeita a ser investigada.

Ainda no primeiro mês de vida, *N.* ficava agitada quando recebia visitas e em contato com determinados tecidos – até a fralda a incomodava. Chorava demonstrando sofrimento. Ou assim interpretamos sua reação fisiológica. Ela cresceu, ganhou peso conforme esperado, aprendeu a sorrir, a brincar, estabeleceu contato visual, balbuciou e engatinhou. No entanto, demonstrou preferência a brincar com objetos e não com pessoas. Poucos meses depois, passou a comportar-se de forma retraída e a andar na ponta dos pés.

O desenvolvimento infantil previsto para progredir, aparentemente retrocedeu: seu olhar desencontrou o nosso e as tentativas de primeiras palavras emudeceram. Não mais falou, nem interagiu espontaneamente. Quando pequenina, enfileirava e organizava brinquedos segundo alguns critérios de cor e tamanho. Apesar de andar, escalar e correr com excelente coordenação motora, o ato de pular foi aprendido tardiamente. Também não imitava gestos e comportamentos de adultos ou de outras crianças com facilidade, nem respondia prontamente a comandos, um dos principais marcos do desenvolvimento. Não reclamava de dor ou comunicava algum mal-estar – um acréscimo nas preocupações parentais.

Desde a primeira infância, *N.* apresenta interesses restritos e repetitivos, com preferências visuais. É hiperfocada em

⁵ Testes de avaliação do quadro geral de saúde do recém-nascido.

alfabetos de diferentes culturas, sequências numéricas e desenhos, além de prazer tátil com modelagem. No quesito interação social, é resistente a ações conjuntas e partilhas, demonstra ausência de intenção comunicativa e rigidez cognitiva acompanhada da oralidade escassa e comportamentos considerados disruptivos. O conjunto clínico contínuo com defasagem pragmática na comunicação, linguagem e comportamento, bem como alterações no processamento sensorial, aponta para o diagnóstico de TEA, segundo os manuais de saúde atualizados.

No segundo ano de vida, *N.* recebeu o diagnóstico oficialmente. Ninguém antes na família ou no grupo de amigos dos pais de *N.* havia tido contato com o TEA. As primeiras associações feitas derivavam de produtos midiáticos e definições mais disseminadas: alguém fechado em seu próprio mundo, desconectado da realidade, com dificuldade de vínculos e afeto. O que fazer a partir disso? Havia tratamento? Era uma doença? Era uma condição permanente? O que esperar de seu desenvolvimento? Do que ela necessitaria para ter uma vida plena? Assim, começou a árdua travessia em busca de informações confiáveis e profissionais qualificados – contudo, o barulho vindo desse espaço vazio foi ensurdecador. Na ocasião, não havia tantas fontes disponíveis, unidades de saúde especializadas ou fácil acesso a profissionais capacitados.

N. soma mais de uma década de vida com intensa rotina de diferentes terapias e medicamentos. Fala e escreve frases simples, responde a comandos pontuais, não relata acontecimentos do cotidiano, nem estabelece diálogos espontâneos. Ainda não conta oralmente sobre suas dores, mas aprendeu a sinalizar a área do corpo que apresenta algum sintoma de desconforto. É autodidata para idiomas, ainda que não os verbalize. Tem ouvido absoluto. Possui habilidades artísticas manuais, com excelente coordenação motora fina e senso estético. Apresenta olfato mais desenvolvido do que a média das pessoas e extrema sensibilidade na área da

cabeça, mas hipossensibilidade na cavidade oral, o que inclui boca e língua. Necessita de supervisão para o ato da alimentação e auxílio constante para as demais atividades da vida diária. Os distúrbios relativos às funções executivas cerebrais a tornam com maior dificuldade de abstrair (ou lidar com) o conceito de tempo. O autismo de *N.* coexiste com o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), tornando a vida autônoma e independente ainda mais desafiadora. Segundo os profissionais que a acompanham, cada área do desenvolvimento de *N.* encontra-se em estágios distintos de maturidade, situando-a como pessoa autista nível dois de suporte, exigindo atenção e apoio as 24 horas do dia.

Apesar de seu aparente desinteresse frente a outra pessoa, *N.* é carinhosa e se ressentida de mudanças e tensões ao seu redor. Não é, nem nunca foi, vazia de sentimentos ou desconectada do mundo concreto, apesar de suas expressões faciais nem sempre corresponderem a tais estados. Percebe o mundo, sua família, sua escola, seus pares, a si mesma e deduz que é diferente dos que estão ao seu redor. “O que é autismo?” e “Por que autista?” são perguntas fugitivas de uma oralidade que resiste ao sentido aristotélico do comunicar.

Há mais de uma década, os pais de *N.* encontram variados discursos e lidam com o despreparo das instituições públicas e privadas, embora a lei resguarde os direitos civis de todas as crianças brasileiras com deficiência e o governo federal tenha sancionado a Lei nº.12.754, em 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012). A lei foi resultado da militância de familiares, que, assim como a mãe de *N.*, entenderam que precisariam buscar por conta própria os recursos que são direito de seus filhos autistas.

Cinco anos após o nascimento de *N.*, ingressei no mestrado em CI, também no PPGCI IBICT-UFRJ. O TEA não era meu objeto de estudo. Na ocasião, trabalhava como jornalista e me ocupei de

temas imediatos de minha rotina profissional. Advinda da Comunicação Social, imatura em um novo campo do conhecimento, não vislumbrei com clareza a rede de conceitos e métodos oriunda da CI que poderia ser aplicada ao universo do autismo. Percorrida minha própria trajetória, compreendi que, além de dilemas na área da saúde, o TEA estava inserido entre complexos dispositivos⁶ infocomunicacionais. No doutorado, após um ano de curso, outro tema, objeto e orientadores, maior familiaridade com a história e a literatura do campo, também melhor compreensão do autismo, alterei completamente o meu projeto de tese e adotei o TEA como objeto de pesquisa, com o aceite e suporte de meu novo professor orientador, Dr. Gustavo Saldanha.

Ortega y Gasset (1914, p. 43-44) afirmou: “eu sou eu e minha circunstância, e se não salvo a ela, não salvo a mim”. Nesse horizonte, a frase do filósofo espanhol implica em duas interpretações: justifica minha circunstância como familiar e cientista a me alertar ao rigor da observação e da análise sobre os desafios do meu próprio entendimento acerca do TEA. Como pesquisadora, compreendi que *N.* não é, nem poderia ser, o retrato ou síntese do autismo, e desde cedo entendi que meu convívio com ela não poderia ser levado em conta para generalizações científicas, mas poderia guiar-me para aspectos que talvez passassem despercebidos caso não tivesse um contato tão próximo com o tema estudado. Minha relação é, portanto, contraditória, com potencialidades e limitações, objetividades e subjetividades - conforme qualquer pesquisa científica, afinal.

A segunda aplicação do pensamento de Ortega y Gasset se insere no próprio objeto analisado: semelhante a qualquer ser humano sem nenhum tipo de deficiência, a pessoa autista é e será

⁶ Conceito elaborado por Michel Foucault. Ver mais em: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

também ela e sua circunstância, já que não existe um ser humano apartado de seu contexto social. Contudo, conforme veremos no decorrer dos capítulos, essas circunstâncias podem afetar não só o desenvolvimento individual da pessoa autista, mas também a representação política, social e epistêmica do próprio TEA.

Sob minha circunstância de pessoa branca, sem laudo médico, brasileira, sem graduação na área da saúde ou em Biblioteconomia, mas bacharela em Comunicação Social e mestre em CI, questioneei o que definiria filosófica, científica e politicamente o autismo, dadas as diferenças discrepantes entre os autistas, e se (e como) a cultura poderia impactar na construção representacional do espectro.

Meu desejo inicial era investigar como os grupos de interesse (por exemplo, os cientistas, profissionais de saúde, cuidadores, educadores, influenciadores digitais, profissionais da informação e os próprios autistas) definem e classificam o TEA, a partir de uma série de entrevistas presenciais. Para contextualizar o objeto de estudos e averiguar a existência de pesquisas semelhantes, realizei uma revisão de literatura em parceria com a biblioteca de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e dialoguei com a pesquisadora Adriana Drummond, fisioterapeuta e especialista em classificações de saúde, para compreender o uso prático das categorias diagnósticas. Visitei a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para consultar as versões impressas da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), o meu primeiro contato com os instrumentos impressos que me acompanhariam desde então. Eu só não sabia que enfrentaríamos uma pandemia de longo curso e a tese seguiria para outras travessias.

Em 2020, constatamos que vivíamos um dos momentos mais dramáticos da História recente. Sem prever a duração e o desenrolar dos fatos, no primeiro trimestre de 2021, em comum acordo com meu orientador, eliminamos a pesquisa de campo, o coração da metodologia escolhida. Como entrevistar pessoas

sobre suas histórias de vida em um período deveras delicado? Seria viável solicitar que familiares e cuidadores de pessoas autistas se dispusessem a conversar considerando a rotina no contexto da pandemia? De que maneira alcançaríamos a população de respondentes com instituições fechadas ou em funcionamento remoto? O tempo de espera de avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa seria viável para o desenvolvimento da tese considerando a emergência sanitária? O questionário *online* poderia substituir as entrevistas, mas seria esse o instrumento mais adequado aos nossos objetivos de investigação científica? Optar pelo método da pesquisa não probabilística bola de neve era uma opção disponível, porém arriscado devido à circunstância e às particularidades do intento. E o mais relevante: respondentes não são números, mas pessoas. Que tipo de dados eu coletaria se prosseguisse ao desconsiderar os efeitos emocionais e psicológicos da comunidade autista? Qual seria o grau de confiabilidade? Avaliamos que 2021 não era o momento mais adequado para ir adiante com a metodologia inicialmente estruturada, pois outros eram os problemas de pesquisa mais evidentes no período. Assim, ao fim do primeiro semestre de 2021 e com esta pesquisadora que vos fala infectada pela COVID-19, à espera da vacinação, reorientamos a pesquisa para o tipo bibliográfica-documental e reformulamos os objetivos específicos a serem investigados.

A nova escolha metodológica previu três grandes grupos para levantamento de dados e análise quanti-qualitativa: pesquisas científicas, Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), por meio da avaliação de dicionários, manuais de saúde e outros instrumentos de representação da informação e controle terminológico; e as fontes gerais de informação, subdivididas em Revista Autismo, uma revista jornalística brasileira sobre o domínio, ocorrências jornalísticas ao longo dos séculos XX e XXI indexadas na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

(FBN), e o *podcast* *Introvertendo*, episódios quinzenais produzidos e apresentados por pessoas autistas.

Sim, cara pessoa leitora, cada categoria descrita acima resultaria em uma tese de doutorado diferente, mas na angústia do contexto, acreditei ser possível localizar, organizar e analisar, no prazo de dois anos restantes, um volume referente a mais de um século de registros. A pergunta que fiz ao meu orientador foi retórica: obviamente seria inviável abraçar todos os grupos documentais, mas nem por isso ele me limitou. Graças a isso, localizei mais de mil notícias na FBN datadas do século XX. Parte do debate foi apresentada no artigo “Transtorno do espectro autista e tautismo: uma questão de prefixo? Epistemicídio e capacitismo na análise crítica à infocomunicação”, publicado na revista *EncontrosBibli*, em parceria com o meu orientador, Dr. Gustavo Saldanha. Também ouvi, estudei e aprendi com o *podcast* *Introvertendo*, o que resultou em minha participação no evento internacional *Colloque* Freire – Freire hoje, Freire sempre”. Realizado na França em homenagem ao centenário de Paulo Freire, apresentei o trabalho intitulado “*Lectura de si y del mundo: el conocimiento compartido por las personas autistas en la perspectiva freireana*”, em parceria com Simone do Valle, minha irmã, pedagoga e mestra em Educação. Da perspectiva governamental, com Saldanha e Marcia Quintslr, pesquisadora querida e servidora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), discuti as lacunas informacionais em âmbito estatístico e os desafios da representação do TEA para formulação de perguntas em questionário censitário. O resultado pode ser lido no artigo “Estado de mediação: autismo e a circulação da informação no Censo”. Em uma oportunidade inesquecível, Saldanha e eu representamos o Brasil em um evento *online* sobre inclusão social em bibliotecas, organizado pela *Russian State Library for Young Adults* (RSLYA). O artigo “*From the Autism Spectrum to the multiple ways of reading: the books and the world*” se transformou em capítulo de livro e está traduzido para as

Línguas inglesa e russa! Mapeei, também, as principais bases em Ciência da Informação e o Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), do CNPq, em busca de mapas científicos sobre o TEA no Brasil, cujos frutos serão desdobrados em novas publicações.

Conforme aprendemos no percurso acadêmico, não se finaliza uma pesquisa, se interrompe e, dado o prazo sempre claro estabelecido para a banca de defesa, foi necessário escolher uma categoria documental para a etapa empírica da tese. Dessa maneira, optamos pelo *Basic Register of Thesauri, Ontologies & Classifications* (BARTOC), diretório internacional de linguagens documentárias; afinal, foi onde tudo começou: a mudança de orientação, o redesenho para a OC com o aceite do professor Saldanha e nossa primeira publicação sobre o tema no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), em 2019, com o artigo “(Des)Informação em saúde: o autismo no espelho da classificação”, em que analisamos a representação do domínio em classificações oficiais de saúde e bibliográficas, tais como a CDD e a CDU.

Originária das ciências sociais e não das ciências da saúde, estabeleci três compromissos éticos para confiabilidade da pesquisa: a) buscaria capacitação no contexto do TEA, o que me levou a concluir uma especialização paralelamente ao doutorado; b) a âncora analítica estaria no caráter autorreflexivo da ciência enquanto registros intelectuais e empíricos produzidos pela coletividade humana, c) focalizaria a dimensão histórica do espectro autista, os usos sociais da linguagem aplicados aos diferentes tipos de representação do domínio. De inspiração foucaultiana, o problema de pesquisa estaria circunscrito à produção discursiva sobre o TEA em diferentes espaços linguísticos e suas relações de poder no ato de nomear, classificar e organizar os saberes, terreno epistemológico da CI.

Minha escolha pode ter sido equivocada porque jamais saberei o tipo de dado que eu teria reunido nos percursos desviados, por minha vontade e os motivos alheios a mim, entre

os anos de 2018 e 2023. Eis a ação subjetiva do cientista: escolher significa renunciar a todo o resto, em potência. Contudo, não vislumbro outro fazer científico possível. A seguir, descrevo o caminho percorrido por nós. Uma outra pesquisa, outra possibilidade – que seria igualmente desconhecida se houvéssemos optado somente por entrevistas ou questionários. Porém, agora, o outro possível se revela entre letras, palavras e sentenças - nem nuas, nem cruas: inacabadas, em constante devir.

Rio de Janeiro, junho de 2024
Fernanda Valle

APRESENTAÇÃO

UM ESPECTRO RONDA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O que é um homem? (...) Para nós, é uma
pessoa social, um agregado de relações
sociais corporificado num indivíduo.
(Lev Vygotsky)

Lev Vygotsky (1896-1934) instaura uma Psicologia que situa o homem na história, a biologia na sociedade, a subjetividade na cultura (Molon, 2015). Na sua leitura sócio-histórica de desenvolvimento humano, o “eu” é tecido por fios coletivos, em que natureza e mediação semiótica se encontram. A interpretação marxista da estrutura social tem na escola vygotskyana a sua demonstração empírica: as condições materiais de existência e as interações sociais moldam as estruturas mentais e psicológicas do ser humano. O olhar crítico para o nascer das “formas de pensar” incorpora a responsabilidade ética na organização do “nós” enquanto coletividade. A racionalidade humana já não está fora da *physis* ou é atributo exclusivamente pessoal, mas fruto de uma

relação contínua; um entrelaçamento entre biologia, cultura e história.

A teoria trans-histórica soviética de desenvolvimento humano não versa sobre determinismos externos ao homem, mas dialética. Uma parte de nós é biologia, a outra parte, cultura; categorias elaboradas e retroalimentadas no decurso do tempo em meio a transformações e capacidade de reelaboração. Nesse sentido, inexistente ser humano alheio ao seu contexto: as condições de saúde são posicionadas no centro da História a partir de uma teoria social que reflete sobre as singularidades do humano no mundo ao mesmo tempo em que observa como esse mundo, estruturado e estruturante nos termos de Pierre Bourdieu, influencia a vida desse humano singular.

Na perspectiva das Ciências da Vida, destacam-se as rupturas epistêmicas refletidas na relação entre corpo, saúde e doença, estudadas centralmente por autorias como Portocarrero (2009) e Canguilhem (2019). Em especial, verifica-se que o descobrimento dos germes, no século XIX, inaugurou uma nova medicina, que fragmentou o corpo humano e resultou em formações profissionais especializadas (Portocarrero, 2009), como a Psiquiatria e a Psicologia - descobertas essas advindas da Modernidade que reforçaram o protagonismo do cérebro na constituição de ser humano, suas funcionalidades e definição de vida ou de morte.

Na conhecida tese em Medicina, Canguilhem (2019) dissertou sobre os conceitos de normal e patológico, salientando que as noções de saúde, doença e bem-estar são categorias socialmente construídas, cujas transformações estão atestadas na literatura científica de diferentes épocas: a) a ideia de doença como algo extrínseco ao homem; b) depois, com a microbiologia, o conhecimento mais profundo sobre o funcionamento dos órgãos, a descoberta do ácido desoxirribonucleico, o famoso DNA, e dos fluxos de informação intracelulares, emergiu a ideia de doença como um erro do sistema do corpo; c) o conceito de saúde

como ausência de doença; d) saúde como uma média quantitativa a partir dos dados epidemiológicos populacionais; e) a ideia de saúde como equilíbrio personalizado, em que cada pessoa possui um universo dentro de si, apesar das médias funcionarem para algumas instâncias; f) o conceito de normal como um padrão observado em determinada maioria. Em suma, Canguilhem (2019) demonstra a negação de saúde, doença e transtorno como conceitos universais – estes não apontam para um sentido único em todas as épocas da humanidade, nem em uma mesma cultura, a despeito de suas causas naturais.

É dessa rede institucional de conhecimento produzido sobre a saúde, especificamente a Psiquiatria, que emergem as primeiras descrições científicas sobre o TEA, um objeto multidisciplinar de pesquisa e de práticas profissionais. Em 1911, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler publicou o texto *“Dementia Praecox or the Group of Schizophrenias”* (em português, “Demência precoce ou Grupo das Esquizofrenias”), um guia de classificação sobre esquizofrenia, em que situou o termo autismo como um dos sintomas primários de diagnóstico. Autismo não era uma condição de saúde específica, mas um componente da sintomatologia de pacientes esquizofrênicos. Para a elaboração do léxico autismo, Bleuler se apropriou do conceito de autoerotismo em Freud em uma leitura menos erotizada do fenômeno e mais próxima do significado do radical grego *autós*, “em si mesmo” ou “por si mesmo” (Roudinesco; Plon, 1998).

Na década de 1930, Georg Frankl e Anni Weiss, vinculados ao Hospital Infantil de Viena, descreveram crianças com dificuldades de socialização, apesar do bom desempenho escolar. As fontes disponíveis divergem sobre a presença do termo autismo, mesmo adotado informalmente, pelos médicos de Viena. Segundo Paoli e Machado (2022) após estudos publicados em 1934 e 1943, Frankl concluiu que se tratava de uma condição separada da esquizofrenia, com graus variados de manifestação nas áreas da interação, da linguagem e dos interesses, e

desenvolvimento qualitativamente diverso do considerado típico - caminho que viria a ser percorrido por Kanner, Asperger e Wing, os nomes próprios mais conhecidos da historiografia do domínio. Na perspectiva de Frankl, uma condição neurológica, não uma patologia.

No hospital de Viena, Frankl orientou Hans Asperger, cujo estudo intitulado “A psicopatia autista na infância” (Asperger, 1944), e publicado em 1944, utiliza o conceito transtorno da personalidade autista (Volkmar; Wiesner, 2019) para discorrer sobre crianças que apresentavam déficits expressivos de interação social, porém sem identificação de comprometimento cognitivo e linguístico significativos. Nesse caso, havia dificuldade no manejo da linguagem, mas não tanto na oralidade e no repertório de vocabulário. Por isso, mesmo sem a barreira da língua, tais crianças não formavam grupos.

Paralelamente, o psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos, Leo Kanner, evidenciou o termo autismo como uma condição de saúde autônoma, isto é, o retirou da categoria de sintoma e o diferenciou do quadro da esquizofrenia. Em outras palavras, esquizofrênicos podem apresentar sintomas autísticos, mas características autísticas são observadas em pessoas não esquizofrênicas, como os 11 pacientes avaliados por Kanner, cujo relato está disponível no artigo intitulado “Distúrbios autísticos do contato afetivo”, considerado a primeira descrição científica sobre autismo (Kanner, 1943). Tanto Kanner quanto Asperger se apropriou do termo “autismo” de Bleuler para caracterizar os pacientes analisados, mas retrataram conjuntos diferentes de sintomas clínicos, o que contribuiu para a noção posterior de espectro autista, cunhada pela psiquiatra inglesa Lorna Wing, que popularizou o trabalho de Asperger nos anos de 1980 ao traduzi-lo para a língua comum da comunicação científica do século XX, o inglês.

Nessa mesma década, autismo foi incluído na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Saúde Mental e

outras questões de saúde (DSM), no escopo do Transtorno Pervasivo do Desenvolvimento⁷, organizado pela Associação Americana de Psiquiatria (em inglês, APA). Até então, como resultado da pesquisa de Kanner, autismo era conhecido por “autismo infantil”, “autismo infantil precoce”, “autismo clássico”, “autismo ou síndrome de Kanner”, e a pesquisa de Asperger foi categorizada como outra síndrome, homônima, Síndrome de Asperger, classificada em separado e incluída no referido instrumento em 1994.

Somente em 2013, o DSM (APA, 2014) adotou a nomenclatura Transtorno do Espectro Autista e, a partir de 2022, a Classificação Internacional de Doenças (CID) aboliu as subclasses do autismo, delineando uma nova forma de diagnóstico centrada em duas variáveis: deficiência intelectual e linguagem funcional. Nessa data, a categoria Síndrome de Asperger oficialmente deixou de existir, pois, no entendimento dos especialistas envolvidos com a APA, trata-se de uma das variantes da neurodiversidade (Singer, 2016) autista e não uma condição de saúde diferenciada. Todavia, a unificação taxonômica não é consenso nas comunidades envolvidas com domínio autista e o histórico de mudanças, carregado de olhares epistêmicos e políticos, incide sobre a história da loucura e da deficiência. Como exemplo, ao mapearem a cronologia terminológica do autismo, Donvan e Zucker (2017) indicam a possibilidade de autistas terem sido anteriormente classificados como “idiotas”, termo utilizado para deficiência intelectual no século XIX. Nessa esteira, Volkmar e Wiesner (2019) lembram que, antes da criação de uma categoria específica no DSM, outros termos foram criados para explicar padrões de sintomas similares no contexto do déficit social, em campos distintos, tais como síndrome do déficit de aprendizagem do hemisfério direito (na neurologia pediátrica), transtorno do processamento semântico-pragmático (na

⁷ Também traduzido como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento.

fonaudiologia), transtorno da personalidade esquizoide (na psiquiatria) e incapacidade de aprendizagem não verbal (na psicologia).

Sabedora da complexidade diagnóstica, da etiologia em descobrimento e da multidisciplinaridade inerente ao TEA, em minha trajetória, deparei-me com temas e abordagens fragmentadas e aparentes contradições. A partir da escassez de construtos mediadores linguísticos fora da área da saúde, vislumbrei uma cadeia potencial de desinformação. As categorias de classificação e vocabulários pareciam não refletir a diversidade de sujeitos inseridos no espectro autista, além de alguns discursos estarem em descompasso com o saber legitimado pela ciência do nosso tempo. Por exemplo, friso as noções de autismo leve, moderado e severo, que indicam uma classificação para o transtorno em si, quando o DSM-5 assim não o classifica, apenas insere a pessoa em diferentes graus de necessidade de suporte (o que engloba cenários variados e comorbidades, não exclusivamente o autismo) (Valle; Saldanha, 2020).

Em termos populacionais, os dilemas classificatórios do TEA afetam a dimensão quantitativa e sua respectiva caracterização qualitativa. Como as lacunas estatísticas dificultam a adoção de políticas públicas específicas para a comunidade, em 2019, a sociedade civil se mobilizou para que o TEA fosse incluído no Censo Demográfico brasileiro, previsto para 2020 e transferido para 2022. Conforme dito, em parceria com Marcia Quintslr e Gustavo Saldanha, escrevi o artigo “Estado de mediação, autismo e circulação da informação no Censo”, publicado em 2021, onde investigamos se o questionário censitário, elaborado com perguntas simples, seria o meio mais apropriado para mapear um transtorno complexo como o TEA, pois “o que perguntar, como perguntar e que palavras utilizar molda um dado discurso ou, em última instância, não dá margem para outras possibilidades de respostas” (Valle; Quintslr; Saldanha, 2021, sem paginação) e uma

pergunta simples com resposta binária é incapaz de abrigar a pluralidade dos casos clínicos.

Em meio ao emaranhado discursivo, parti do pensamento de que não há neutralidade na formação dos saberes porque os sujeitos que os produzem, sistematizam e comunicam, vivenciam relações de poder histórica e sociologicamente construídas (Foucault, 2020, 2008, 2013; Bourdieu, 2008, 2012, 2014). Disso, não decorre, porém, que não haja conhecimentos atestados como verdadeiros na história das ciências; entretanto, o curso da História não implica em um progresso linear, de acumulação exclusiva de acertos. O embate de ideias se articula por meio de uma configuração complexa com aspectos políticos, sociais, econômicos, históricos, linguísticos, tecnológicos e logísticos que justificam o aparecimento, a manutenção ou a eliminação (ainda que transitória) de determinado saber por determinado período de tempo; uma enunciada (ou não) economia política científica – ou, no contexto da CI, uma economia política da OC.

Para não cairmos no risco de anacronismos ou de leviandade científica, é necessário situarmo-nos no consenso das evidências do tempo presente para elaborarmos os nossos questionamentos: o TEA é uma condição do neurodesenvolvimento, com origem biológica desvinculada dos modos de vida *a posteriori*. Conforme destacam Volkmar e Wiesner (2019), as décadas de 1960 e 1970 foram cruciais ao domínio por reunirem evidências científicas sobre as bases neurobiológicas e genéticas do TEA, fato que se reafirmou em 2019 com a publicação do estudo “*Association of genetic and environmental factors with autism in a 5-Country Cohort*”, publicado pela *JAMA Psychiatry*. Na ocasião, foram investigadas mais de 2 milhões de pessoas, de cinco países diferentes, e as autorias concluíram que 97% a 99% dos casos de autismo são genéticos, 1% a 3%, resultado de causas ambientais intrauterinas, e 81% são provenientes de hereditariedade (Bai *et al.*, 2019). Significa dizer que um determinado jeito de viver a vida não

transforma um cérebro nascido e considerado típico em um cérebro atípico desde a perspectiva científica atual do espectro do autismo, porque embora as manifestações do TEA sejam predominantes no comportamento, não se restringe, nem corresponde, a apenas um jeito de ser.

Entretanto, como afirma o médico equatoriano Jaime Breihl (2006), a interculturalidade exerce papel preponderante na epidemiologia de qualquer questão de saúde. Sendo a pessoa autista também um sujeito social, em uma interpretação vygotskyana, a cultura poderá influenciar em seu desenvolvimento para além do autismo, mas também em relação a ele. O social não é capaz de transformar alguém em pessoa autista, visto ser uma condição do desenvolvimento e, portanto, estar presente desde o nascimento, porém, se, conforme Vygotsky, a interação social e a mediação sociotécnica são os fatores que promovem e organizam estruturas mentais, as circunstâncias nas quais a pessoa cresce influenciarão em possibilidades de uma vida plena, dentro de suas características e possibilidades biológicas, ou destituirão a potencialidade do desenvolver-se dentro de sua singularidade. Nessa direção, o autismo é atravessado por forças sociais.

Conforme mencionado, o TEA é normatizado como uma deficiência no Brasil, porquanto suas especificidades situam a pessoa autista com maior ou menor necessidade de suporte para vida diária e, não raras vezes, trazem consigo condições coexistentes, como outros transtornos ou doenças, que dificultam – ou impedem – a vida independente e/ou autônoma. Concordo com Vygotsky (1997) quando este afirma que é imperativo à pessoa com deficiência ser reconhecida, antes, como uma pessoa, um sujeito partícipe da sua comunidade porque a classificação da sua deficiência terá relação direta com a interpretação que essa comunidade impõe da deficiência em si. A noção de “insuficiência” ou “defeito”, de um “sistema que deveria funcionar” de uma dada maneira, está condicionada à configuração sistêmica do corpo e

cultural da deficiência, que posiciona uma pessoa perante outras, e às condições ambientais consolidadas com base em um determinado tipo de desenvolvimento humano, considerado “normal” (Vygotsky, 1997).

Assim como o autismo, deficiência é uma categoria que abriga variadas definições e reposicionamento ontoepistemológico ao longo da história humana. Sendo o corpo o protagonista da vida no real concreto, está suscetível às diversas políticas quanto ao seu uso e direito de existência. Para a presente reflexão, adotamos o modelo biopsicossocial, popularizado na segunda metade do século XX, que resultou na revisão da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), chancelada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2001. De acordo com o modelo, a avaliação de saúde engloba as condições fisiológicas, infraestrutura pública, educacional, laboral, científica e tecnológica orientada ou não para a diversidade (Mota; Bousquat, 2021). Destarte, é fundamental olhar para além das causas biológicas – sem desconsiderá-las - e inserir a pessoa no espaço de construção política porque a vida, em seu sentido integral, se dá coletivamente.

Nesse aspecto, privilegio a história da deficiência inserida em um cenário de classificação e discussão sobre quem é o sujeito com deficiência em relação aos outros sujeitos, e a qual espaço-categoria esses sujeitos pertencem. Quem é o autista em relação ao neurotípico? Se tipicidade reflete um tipo, qual é o ser humano típico? Quais os riscos da formulação de tipo ideal de humanidade? Assim, a pessoa autista é observada, analisada, classificada em diferentes dimensões, e categorias e classificações universais, notadamente dicotômicas, que podem não ser eficazes quando o objeto a ser descrito e classificado é configurado, percebido e manifestado de maneiras tão diversas. Quais elementos são necessários para se definir uma pessoa autista? Quais elementos são suficientes? Quais são os efeitos na vida cidadã de um laudo médico composto por um código alfanumérico

e uma taxonomia, resultado de uma classificação de assunto que se pretende unificada e validada por diferentes instâncias do Estado? E, por fim, quais são os riscos médicos, científicos e políticos ao negar tais classificações?

De maneira ampla, o nosso percurso pretendeu à construção de duas dimensões: uma, crítico-ontológica, a fim de delinear o sujeito autista como pessoa informacional neurodiversa existente na linguagem, e a outra, sociopolítica, dedicada à metarrepresentação documental e documentária do TEA, e, como consequência, da pessoa autista.

Nesse horizonte, o ser é indissociável do saber. Conforme alertou Aristóteles em *Ética a Nicômaco* (1991), é a política que determinará o tipo e a profundidade dos saberes de um povo. Sendo assim, para qual direção a documentação disponível aponta sobre o TEA? Como a representação social afeta a vida do autista e quais relações de saber-poder (Foucault, 2008) estão em jogo no Estado informacional (Bourdieu, 2008; Braman, 2006)? Contrariamente ao inatismo e ao mentalismo, deslocamos a linguagem para os contextos políticos, históricos e culturais, porém não a eles restritos. Em uma compreensão filosófica do dizer, do falar a e do falar sobre, articulamos as noções de saber e saúde no escopo da interculturalidade, dimensão onde o Tratamento Temático da Informação (TTI) será apropriado como uma tarefa de tradução, apoiado nos postulados de Barbara Cassin (2021) e no conceito de jogos de linguagem de Wittgenstein (2014).

Conforme Guimarães (2009, p. 106), TTI é um “conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado [...] os quais variam em virtude dos contextos em que são produzidos ou os fins a que se destinam”. Em outras palavras, o chamado TTI integra as atividades de processamento técnico das atividades informacionais, sejam estas biblioteconômicas, arquivísticas ou museológicas, no escopo da documentação, para inserção de um objeto em um catálogo. De maneira geral, os

procedimentos de representação da informação dividem-se em representação descritiva e representação temática. A primeira visa à individualização do objeto a partir da descrição bibliográfica. O registro bibliográfico apresenta as características específicas do documento e padroniza os pontos de acesso (Maimone; Silveira; Tálamo, 2011). Paralelamente, a representação temática intenta sintetizar o assunto do documento. Para responder às questões “o que é esse documento e sobre o quê aborda?”, o documento é submetido à identificação, organização, classificação e validação de elementos intrínsecos que o caracterizem como item relevante para salvaguarda. A chamada indexação, parte da representação temática, produz uma rede semântica de ligação entre documentos, sistemas e usuários. Ao determinar o conteúdo, ou seja, o assunto de um documento qualquer, são estabelecidas palavras-chave e termos autorizados por uma comunidade discursiva e linguística, que resumam e representem eficazmente a integralidade documental. Assim, um documento passa a fazer parte de um catálogo, aproximando-se de outros com conteúdos semelhantes, podendo ser reconhecido e recuperado por um ou mais sistemas informatizados, tornando-se disponível para consulta.

No horizonte de nosso estudo, o TTI é interpretado tanto como tradução de línguas de especialidade para popularização e interoperabilidade de um domínio, quanto tradução entre línguas, não somente de uma passagem idiomática para outra, mas, fundamentalmente, entre formas de pensar e interpretar a realidade; tradução enquanto movimento sociocultural refletido na linguística. Em vista disso, o problema investigado por nós diz respeito às metarrerepresentações informacionais do autismo e aos impactos sociopolíticos de tais processos em pessoas autistas e sua rede de relacionamento.

Para fins conceituais, emprego o prefixo “meta-” em dupla acepção, linguística e filosófica. Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2023), “meta” deriva do grego “metá” cujos

sentidos são “meio”, mas também “entre” e “com”, indicando o sentido de participação. De acordo com Alves (2020), na história gramatical e lexicográfica, “meta-” pode estar vinculado a uma língua de especialidade e abriga múltiplos sentidos, como mudança, posteridade, comunidade, intermediação e autorreflexão. Um dos significados empregados em latim é limite, extremidade, termo, fim. A partícula “met” pode evidenciar contraste, um sujeito em relação a outros (Moniz, 2001). O prefixo é plurifuncional e dependente de seu contexto discursivo: ora transformativo, ora utilizado para manter traços semânticos (Alves, 2020). Por sua vez, Sales (2017, p. 20) menciona Waugh, e explica que “meta-” “refere-se à ordem exploratória da relação entre o sistema linguístico arbitrário e o mundo com o qual aparentemente se refere; o mundo como “livro” a ser lido e decifrado como o Humanismo endossou (conclusão nossa).

No âmbito da filosofia, Abbagnano (2007, p. 660) indica outros termos cuja presença do mesmo prefixo atribui diferentes conotações, como metabiologia, metacrítica, metalinguagem e metafísica. Por metabiologia, o autor esclarece como “especulações metafísicas a partir de fenômenos biológicos”; metacrítica seria a “crítica da crítica”; metalinguagem, como aqui pretendemos, qualquer expressão referente a discursos, não a objetos em si; e metafísica, um leque mais complexo de significações. Em Aristóteles, metafísica é registrada como a filosofia primeira, o fundamento comum referente a todos os objetos, uma enciclopédia das ciências e suas relações de coordenação e subordinação (Abbagnano, 2007). De acordo com o dicionário do filósofo italiano, ao longo da história, o termo “metafísica” foi articulado em sentido ontológico - a definição do ser e suas determinações necessárias com base no princípio da não-contradição aristotélica; de caráter teológico - aquilo que está além da experiência, constante, imóvel; e gnosiológico - princípios cognitivos que condicionam todo o saber, ou seja, as categorias puras de pensamento, de base kantiana, ou as condições de

conhecimento do ente na perspectiva fenomenológica (Abbagnano, 2007).

O autor indica também que o debate acerca da metafísica na filosofia contemporânea se concentra no significado do sentido de existência na linguagem das diferentes ciências e nas relações de interseção entre diversas ciências quando investigam um mesmo objeto. Nesse contexto, a metodologia científica seria a sucessora da metafísica tradicional na medida em que busca a verdade entre diferentes visões, separando aparência de evidência, pautada em um código comum – ou, em outros termos, reivindicando um esquema padrão e compartilhado para validação do saber – ou do ser, enquanto aquilo que existe como verdadeiro (Abbagnano, 2007).

Sendo assim, recorro ao prefixo “meta-” de modo a entendê-lo como princípio metafísico conceitual que fundamenta os sistemas tradicionais de representação na CI, suas teorias e métodos de inspiração aristotélica e kantiana; aquilo que se torna comum e compartilhado para o entendimento da verdade (como método, ou, aqui, terminologia) e seu contraste crítico à abertura de construções discursivas coletivas que apontam para um dado domínio, à sua potência de transformação transgramática (Saldanha, 2012), a metadiscursividade permitida linguisticamente e filosoficamente pelo mesmo prefixo “meta-”. No recorte deste estudo, o conjunto de terminologias e proposições constitutivas de documentos e SOC que servem de mediação, reflexo e escapes enunciativos possíveis na TTI.

Tendo em vista os mecanismos culturais e de linguagem que classificam seres e saberes, a partir dos estudos críticos em informação, com aportes da Filosofia, da Psicologia e da Antropologia, conforme dito, examinamos o domínio do autismo em seu aspecto metarrepresentacional. Na presente abordagem, destacaremos as condicionantes que incidem em ações de indexação e classificação, a práxis informacional efetuada entre dimensões afetivas e sociopolíticas da linguagem.

Sendo este livro a publicização dos resultados de uma pesquisa científica, considero relevante apresentar os pilares metodológicos de sustentação dos argumentos e aprofundá-los no próximo capítulo. A pesquisa é caracterizada como exploratória, com procedimento bibliográfico, documental, de perspectiva transformativa e abordagem hermenêutica, que visou à concepção do conceito de pessoa informacional neurodiversa, especificamente a partir do devir-autista – por meio de e atravessado por - mediações necessárias para a existência do ser na linguagem.

Sendo a linguagem matéria-prima da documentação e suas margens representacionais, seu protagonismo é força motriz da constituição e manutenção do Estado, cujos regimes de governamentalidade (Foucault, 2013) se dão a partir de construtos linguísticos mediadores - informação sobre informação, ou metachecimento, que, de acordo com Saldanha (2020, p. 5), são ações e relações sociais, “fruto dos processos logológicos de metalinguagem da OC – como estrutura estruturante da esfera política”. Nessa direção, construiu-se uma cartografia do metachecimento (Saldanha, 2020) documentário acerca do TEA, fazendo emergir o jogo das visibilidades e opacidades metainformacionais sobre o domínio. Por cartografia do metachecimento desejo indicar o mapeamento da infraestrutura que revela aspectos geográficos, institucionais, políticos, econômicos, tecnológicos e culturais da construção linguística, semiótica e discursiva integrantes da TTI. Semelhante a Nascimento (2021), recorro à Rolnik (1987) para sustentar que “paisagens psicossociais também são cartografáveis”, onde o movimento do cartografar impõe um “desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos” (Rolnik, 1987). Em nosso recorte, afetos impressos em letras formatadas em documentos presentes em territórios que conferem sentido e existência.

A metodologia exige a indicação de modelos teórico-conceituais na área do conhecimento de onde a pesquisa deriva. Em nosso caso, a Ciência da Informação. Dessa maneira, optamos pela Análise de Domínio (AD), de Hjørland e Albrechtsen (1995), que determina a natureza social no processo de representação em OC, demarcando a noção de comunidades discursivas. Domínio, no entendimento dos autores, não se restringe a disciplinas ou a um campo científico consolidado. Pode ser um assunto e um conjunto dinâmico de atores que produz e compartilha um corpo informacional específico, relativo a uma dada estrutura e necessidade. Nesse contexto, um domínio vivencia disputas simbólicas inerentes ao fazer intersubjetivo e apresenta fluidez quanto às suas fronteiras e desenvolvimento. Um domínio se consolida em devir.

Portanto, para compreender um domínio, Hjørland (2002) sugere onze abordagens, das quais, para o TEA, avaliamos cinco, a fim de observar quais discursos estão materializados e podem influenciar o espectro autista da perspectiva simbólica (sua representação social) e material (adoção ou inexistência de políticas públicas e científicas): 1) avaliação de guias de literatura e portais sobre o tema, 2) avaliação de instrumentos de OC, 3) produção e interpretação de estudos métricos, 4) estudo de documentos e 5) estudo da estrutura científica sobre o domínio (Hjørland, 2002). Para a análise qualitativa central com foco em metarrepresentação no horizonte da democracia documentária, focalizou-se a segunda categoria, “avaliação de instrumentos de OC”.

Para tal, avaliamos a representação do domínio do TEA no BARTOC, banco de dados de SOC, criado em 2013, pelo bibliotecário e doutor em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) Andreas Ledl, vinculado à *Basel University Library*, na Suíça. A curadoria de conteúdo é realizada por um grupo de editores e colaboradores internacionais (Áustria, França, Alemanha, Grécia, Índia, Itália, Holanda, Noruega, Coreia

do Sul, Espanha, Suíça, Luxemburgo, Estados Unidos e Reino Unido) sob a chancela da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), a rede de maior prestígio sobre OC, fundada por Ingetraut Dahlberg, em 1989. A plataforma recupera conteúdos indexados em 20 idiomas europeus e, desde 2020, foi realocada para a *Verbundzentrale des GBV* (VZG), para nova infraestrutura técnica, na Alemanha.

As demais categorias de observação de domínio mencionadas anteriormente (a saber, 1, 3, 4 e 5) compuseram o repertório de estudo teórico, contextual e documental do percurso global do estudo e, por isso, estão identificadas como insumos contextuais e/ou argumentativos e não como variáveis analíticas do *corpus* qualitativo.

Como sustentação teórica para a AD, seremos conduzidos pela genealogia foucaultiana, que propõe examinar os documentos como instrumentos de forças heterogêneas que constroem um conceito e indicam a formação de práticas de poder e saber. A genealogia não objetiva demarcar a origem - em nosso caso, não pretendemos definir a pessoa autista ou evidenciar a melhor teoria para explicar os fenômenos - mas, sim, historicizar a pluralidade discursiva presente no domínio. Considerando que teorias, sistemas e métodos são frutos de determinada conjuntura, os estudos críticos da informação apontam para revisões necessárias de documentos padronizados por culturas dominantes em detrimento dos chamados olhares do Sul, bem como de sujeitos e saberes marginalizados. É desse novelo com linhas de singularidades, particularidades e universalidades que as duas hipóteses foram elaboradas:

A primeira hipótese, de ordem ontológica, sustenta que o autista não pertence ao mundo das pessoas e, portanto, não é cidadão. A finalidade desta afirmação é demonstrar que a exclusão da pessoa autista, e o conseqüente capacitismo, isto é, o preconceito contra pessoas com deficiência, tem origem no plano crítico-ontológico. Para o percurso, sugiro um retorno diacrônico

à formulação etimológica: ao classificar autismo no contexto da esquizofrenia, Bleuler se apropriou do conceito freudiano de autoerotismo. Em uma leitura menos erotizada, o termo autismo foi definido como um sintoma, o fechamento em si mesmo, alheio ao real, uma vida embotada. O radical deriva do prefixo grego *autós-*, cujo equivalente em latim pode ser *auto* ou *acto/us* (Nascentes, 1955) e propõe duas acepções: “por si mesmo” e “em si mesmo”. Na filosofia ocidental (e, em nosso caso, também informacional), predominantemente platônica e aristotélica, o *logos* é um lugar de relação com centralidade na palavra. O “falar como homem” tem um sentido único que deve ser evidente a todos dotados de *logos*. Nesse entendimento, não são admitidos o falar por prazer ou o falar por falar. É preciso haver significação – a mesma para todos, universal. Sendo uma determinação identitária, a autorreferência demanda a alteridade em busca do acordo consensual do sentido instituído linguisticamente. Portanto, a sua ausência ou incompreensão implicam em não-ser homem. O ser para si ou de si mesmo, *-autós*, em uma interpretação aristotélica dominante, encontra-se na incompletude ou na subalternidade. Portanto, o breve retrospecto etimológico revela a exclusão ontológica e epistêmica do ser autista: se não fala (ou fala de modo incompreensível), não compactua com o comum humano, solo da *pólis*. Visto como incapaz de *logos* (razão e/ou discurso), é desprovido das capacidades intelectivas que conduzem à verdade, sentido único da existência humana sob esse olhar da filosofia antiga. Sendo um não-ser, não é sujeito cidadão, nem sujeito informacional – é desconsiderado, conseqüentemente, como um ser propenso à filosofia, à ciência ou às artes. Nesse contexto de não-ser, igualmente é excluído da categoria de usuário da informação a partir das bases conceituais em CI. Os saberes produzidos também seriam não-saberes, simples barbarismos, em interpretação cassiniana.

A segunda hipótese é de ordem sociopolítica orientada ao campo informacional: a fragmentação da produção científica e bibliográfica acerca do autismo, aliada à ausência de construtos mediadores linguísticos e qualificadores metarrepresentacionais voltados para o domínio, facilitam a circulação de visões parciais ou incorretas sobre o autismo e a pessoa autista, impedindo a metarrepresentação da diversidade do espectro autista e da espécie humana. Em suma, o domínio não recebe a justiça informacional necessária para a existência da justiça social em uma realidade constituída e mediada por linguagem. Dado que o TEA é um espectro com lacunas referentes à sua etiologia e manifestação; ao considerar que há diferentes abordagens científicas sobre os afetos, comportamento e linguagem (tríade de diagnóstico diferencial); visto que estudos de caso com pessoas autistas demonstram que o estado íntimo pode ser inversamente proporcional ao que aparentam; infere-se que a metarrepresentação observada é incompatível com o direito à fonte de informação qualificada e a operadores linguísticos que reflitam a representação coerente nos SOC, garantida por leis, protocolos e acordos internacionais vigentes que versam sobre todas as pessoas terem o direito à informação e à comunicação.

Em razão do exposto, caminhamos na trilha da História em movimento. Seja da perspectiva biológica ou da social, o conceito de autismo não espelha uma coisa em si, mas um conjunto biológico, que pode ter ou não a mesma origem, gerar fenômenos mais ou menos aparentes, mais ou menos semelhantes. Embora sua natureza seja universalista como condição orgânica, especificamente do neurodesenvolvimento, é inviável sistematizar o autismo a partir de um conceito oriundo de simples semelhanças com fins a uma função descritiva de coisas e fenômenos. Nota-se que a própria terminologia utilizada variou para “espectro” no entendimento dos especialistas de que um nome único não consegue abarcar a totalidade de características (por vezes, divergentes) dos sujeitos diagnosticados.

Nessa direção, me respaldo no conceito de cotidiano, da filósofa húngara Agnes Heller, porque o tempo da construção filosófica do conceito é diferente do tempo do fazer científico e estes, por sua vez, diferem do tempo da cotidianidade. Para Heller (2014, p. 31), “a vida cotidiana é de todo homem”, em que esse “todo” se refere à totalidade da vida, do “homem inteiro”, e à totalidade dos humanos - toda pessoa se desenvolve na “vida de todos os dias”. Conforme destaca Heller (2014), no cotidiano, o humano participa com todos os aspectos de sua personalidade e individualidade, mas não possui tempo para fruir de todos os aspectos, na mesma intensidade, que a cotidianidade oferece. Nesse sentido, a autora esclarece que a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, conforme as especificidades das diferentes estruturas econômico-sociais (Heller, 2014). Tais diferenças modelam o normal de uma dada cotidianidade, cujo humano que dela provém adquire as habilidades necessárias para seu desenvolvimento social. Portanto, em suas palavras, é “adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade” (Heller, 2014, p. 33). Assim, a cotidianidade é o centro do fazer histórico, uma dimensão repleta de alternativas que atravessam o humano-genérico e o humano-particular.

Ao situar o domínio estudado na concepção de cotidiano de Heller, vislumbramos três dimensões temporais assimétricas, mas tangentes: compreender o ser autista para a filosofia e a ciência como ente que existe e seu conceito correspondente; compreender o ser autista como alguém sob uma condição de saúde no mundo social e da biologia cujas necessidades são rotineiras para estatísticas e políticas públicas; e conceber o ser autista cidadão (sujeito, não somente objeto), discente, docente, profissional, criança, adulto, adolescente, idoso, familiar, amigo, da vivência diária, pertencente a uma classe, etnia, raça e gênero. Em síntese, uma disputa constante entre o necessário e o imediato que impacta o funcionamento discursivo de um domínio que versa sobre uma categoria particular (com pretensa universalização)

mesclada a uma categoria singular, de uma pessoa diagnosticada em sua cotidianidade.

Há múltiplos caminhos para investigar um mesmo problema de pesquisa. O aqui adotado se apoia, conceitualmente, nas tradições soviéticas, francesas e nos estudos informacionais críticos latino-americanos. Represento a pesquisa soviética por meio das figuras de Lev Vygotsky (já mencionado, cujas ideias foram desdobradas por Alexander Luria e Alexei Leontiev, autoridades reconhecidas no âmbito da Psicologia e da Pedagogia), e Nicolas Roubakine, bibliotecário russo, criador do campo científico denominado Bibliologia Psicológica, cujo objetivo é averiguar e mapear as relações cognitivas, emocionais e sociais da pessoa com a textualidade. Contemporâneos e contemporâneos, Vygotsky e Roubakine oferecem novo olhar para a abordagem sociocognitiva da CI, com uma perspectiva interacionista e dialética aplicada ao processo da leitura, interpretação e apropriação do conhecimento. Ao associá-los, discorrerei sobre a influência das dimensões afetivas e psicológicas na elaboração e na leitura de metarrepresentações, como as decisões necessárias referentes à leitura documentária, criação de terminologias e produção de conteúdo no fazer informacional.

Vale registrar que Roubakine foi um bibliófilo, bibliotecário e teórico russo, mas radicou-se na Suíça após ser expulso pelo regime czarista. Apesar de ser citado diretamente no Tratado de Documentação, por Paul Otlet ([1934] 2018), e ter sua autoridade reconhecida pelo advogado belga, o consideramos autoria marginal no Brasil dada à baixa ocorrência na literatura científica local⁸. Não obstante a pouca expressividade aparente, sua

⁸ Assunto aprofundado em SALOMÃO, Amanda; DEBETTO, Fernanda do Valle Galvão; SICILIANO, Mell Longuinho André; MATA, Diogo Xavier da; SALDANHA, Gustavo Silva. Rússia nos trópicos: em busca da biobibliografia de Nicolas Roubakine. *Encontros Bibli*, [s. l.], v. 29, p. 1–20, 2024.

relevância historiográfica e epistemológica se revela principalmente nas publicações de Saldanha (2019), que recupera o trabalho de Robert Estivals sobre o autor, e Salomão (2020), no âmbito da sociologia da leitura.

Da tradição francesa reencontro Michel Foucault, Pierre Bourdieu e novamente Robert Estivals, para quem as relações de poder são pontos de inflexão para as mudanças epistêmicas, cristalizadas e legitimadas documentalmente. Por meio deles, questiono a necessidade de ampliação e qualificação da representação informacional do TEA considerando as disputas e violência simbólica advindas de visões de mundo parciais, restritas ou reacionárias.

A perspectiva latino-americana é concebida a partir das contribuições de Solange Mostafa (1986), Miguel Ángel Rendón Rojas (2018) e Vinícios Menezes (2017). A reflexão enfatiza a dimensão epistemológica sobre o ser informacional (que se constitui via linguagem, conforme Rendón Rojas), a ontologia informe, de Menezes, e a premissa da ação intersubjetiva em Mostafa, que demarca a inexistência de uma CI passiva e neutra, campo científico até então conformado com sujeitos que somente “extraem conhecimento” de livros, documentos e sistemas. Em Mostafa, suspende-se a ideia de conhecimento objetivo identificado com uma verdade pronta para ser recuperada, transferida, compreendida, captada. Combinados, os olhares teóricos permitem questionar a construção social do “eu”, do “nós” e do “eles”, cidadãos postos à margem, lançados para fora do exercício informacional da mediação, ou constituídos por uma dada estrutura informacional dominante, oriunda do *informatio* (dar forma a algo) - caminhos espelhados na produção e circulação documental e metadocumentária sobre a população autista aqui pesquisada. As autorias cruzadas tornaram possível a elaboração de uma lista terminológica com base na abordagem desclassificatória de Antonio García Gutiérrez (2011), de orientação transcultural e decolonial, para revisão das

classificações bibliográficas e demais instrumentos de OC. A lista, disponível como apêndice no arquivo original da tese e, por isso, disponível para reuso dos pares, está em constante ampliação por mim e pelos colegas pesquisadores da Rede de Sistemas de Organização do Conhecimento do Brasil (Brasoc) na árdua tarefa de darmos vida a um tesouro sobre o TEA.

Para esse estudo, considere que regras sociais, leis, sinais e gestos são códigos que regulam o tecido social e nenhum elemento simbólico está dado no mundo da natureza, mas se produz em relação e carregam historicidade - e não há história sem relações de força, como preconiza o método genealógico de Foucault. Similarmente, com Bourdieu (2008) e Wittgenstein (2014), compreendo que a comunicação pressupõe um meio comum autorizado e delimitado pela sintática e pela semântica, mas seus usos dependem de experiências singulares, efetivadas socialmente, na contramão, demarcando intervenções no plano sintático e semântico.

Assim, o termo comunicação é mais amplo e não restrito à palavra oralizada ou escrita, interpretado a partir de categorias existentes e compartilhadas por uma comunidade. Na sociedade contemporânea, marcada pela escrita em diferentes formatos e suportes, volto-me ao que Saldanha (2012) denomina microgramáticas metadiscursivas ou transgramáticas, os sentidos atribuídos às escolhas lexicais realizadas que fundamentam o solo para informação, o que aponta para, através da cultura e dos regimes informacionais, mas também para além destes, no fazer simbólico de gramatização de uma língua, bem como em seu tratamento temático e classificatório.

Portanto, ao considerar as teias transgramaticais que fiam o conhecimento sobre um dado domínio, os conceitos centrais desta pesquisa científica são poder (com ênfase na ideia de dispositivo e governamentalidade em Foucault), gramatização do real (centrada nos estudos sobre linguagem em Bourdieu, Wittgenstein e Barbara Cassin) e democracia documentária, o

direito à representação no contexto da justiça informacional de Mathiesen (2015), elaborado por Saldanha (2020). A partir deles investigamos se as estruturas metalinguísticas documentais apontam para uma sociedade inclusiva ou excludente. Trata-se de observar o movimento de gramatização que serve às estruturas de poder para sustentação de um dado regime que comunica e constitui o real por seus usos sociopolíticos.

Isto posto, o que define o ser: os seus pensamentos, o que ele sente, o que comunica ou o que falam sobre ele? Em busca das respostas, para a AD em CI, focalizou-se no processo de catalogação e indexação, atividades de representação descritiva e temática para registro, controle e recuperação de itens informacionais.

DA TEORIA À EMPIRIA

Conforme Vieira (2014, p. 64), a organização “pressupõe desde a aquisição, coleta, tratamento (tombamento, registro da obra, classificação, catalogação, etiquetagem, armazenamento) dos itens referência em letra maiúscula da estante, até a disseminação”. Nessa direção, o plano empírico desta pesquisa delimita-se em itens que oferecem garantia literária: dicionários, tesouros, ontologias e outros instrumentos recuperados pelo BARTOC, conforme dito, uma plataforma que se dispõe a centralizar os SOC produzidos no mundo.

Como método de análise qualitativa posterior ao material coletado, a hermenêutica, uma “reflexão teórico-metodológica da prática de interpretação de textos”, centrada nos fenômenos culturais presentes em uma dada escritura; a compreensão da contextualização das palavras (Weller, 2007). A partir da leitura do conteúdo textual dos SOC, o exercício hermenêutico possibilitou observar o escrito, as escolhas terminológicas, as associações, assim como as ausências, o dito e o não dito, conjunto reflexivo dialógico ao dispositivo foucaultiano. Em suma, a

influência política e cultural na formação da racionalidade, da afetividade, e sua articulação com o dizer – aqui entendido como produtor de verdades circulantes mediante linguagem.

Esse complexo novelo com fios emaranhados e aparentemente desconexos será desvelado tal qual a alegoria do dispositivo foucaultiano, com suas linhas de subjetivação, de força e de fuga.

Na sequência desta apresentação, aprofundo o percurso teórico-metodológico no capítulo “Fiar o fiável, ou a tessitura do fazer científico”.

A solo teórico “Entre o pensar, o sentir e o dizer”, começa com a ancestralidade filosófica da CI, a configuração epistemológica enquanto domínio científico e profissão bibliotecária-informacional. A construção da ideia de racionalidade na cultura ocidental traz aportes da Antropologia Cultural e da Psicologia articuladas sobre a natureza e a definição das emoções, sua relação com a neurologia e a cultura, bem como sua existência variável em um sistema econômico, isto é, a captura e circulação das emoções como mercadoria. No que concerne à linguagem, focalizou-se a formação social e sua função política.

Em “Feitura de formas-informação”, destaco as teorias específicas do campo informacional, com ênfase na documentação e representação da informação. Início pela construção da pessoa informacional neurodiversa a partir do diálogo entre o conceito de sujeito informacional e da epistemologia crítica do informe. Introduzo, também, as noções de poder informacional e mediação política das metalinguagens para a manutenção da cidadania. O cruzamento das dimensões informacional e afetiva propiciam um olhar mais abrangente sobre os aspectos interacionistas entre humano e artefatos bibliográficos, que conduzem à abertura de sentidos permitida pela leitura e, conseqüentemente, às condições de sua produção, circulação e usos. Para facilitar a compreensão da jornada conceitual, sintetizo no quadro abaixo a lente teórica escolhida para interpretar a realidade observada, o conjunto

teórico-metodológico de sustentação do debate proposto e a operacionalização conceitual para análise qualitativa da etapa empírica.

Quadro 1 – Síntese do percurso teórico-metodológico da pesquisa

Teoria Trans-histórica		Lev Vygotsky
Análise de Domínio	Birger Hjørland; Hanne Albrechtsen	
Dimensão crítico-ontológica		
Construção teórica	Conceitos	Autorias
Pessoa informacional neurodiversa	Logologia Ontologia informe	Barbara Cassin Vinícios Menezes
Dimensão sociopolítica		
Aplicação metodológica	Conceitos	Autorias
Tratamento Temático da Informação	Transgramática Circuito de documentos	Gustavo Saldanha Robert Estivals
Operacionalização		
Poder	Gramatização do real	Democracia documentária
Michel Foucault Sandra Braman Bernd Frohmann	Barbara Cassin Ludwig Wittgenstein Pierre Bourdieu	Maria Nélide González de Gómez Gustavo Saldanha Kay Mathiesen

Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, o último capítulo, intitulado “Cartografia do metaconhecimento sobre o espectro autista”, descreve os resultados da etapa documental, demarcada pela AD, com a apresentação da representação do TEA em diferentes instrumentos de OC ao redor do mundo.

Boa leitura!

Capítulo 1

FIAR O FIÁVEL, OU A TESSITURA DO FAZER CIENTÍFICO

Qualquer que seja o campo de atividade a que o trabalhador científico se aplique, a reflexão sobre o trabalho que executa, os fundamentos existenciais, os suportes sociais e as finalidades culturais que o explicam, o exame dos problemas epistemológicos que a penetração no desconhecido do mundo objetivo suscita, a determinação da origem, poder e limites da capacidade perscrutadora da consciência, e tantas outras questões deste gênero, que se referem ao processo da pesquisa científica e da lógica da ciência, não podem ficar à parte do campo de interesse intelectual do pesquisador, que precisa conhecer a natureza do seu trabalho, porque, conforme mostraremos, este é constitutivo da sua própria realidade individual.

(Alvaro Vieira Pinto)

Quando Jesse Shera (1977, p. 11) justificou a chamada Epistemologia Social, declarou que “a Biblioteconomia deve ser muito mais do que um monte de truques para encontrar um determinado livro numa estante”. Alinhada a Shera, compreendo a CI como a “suprema ligadora do tempo”, circuitos de atores em processos sociotécnicos que constroem realidades. No recorte desta pesquisa, realidades tecidas via linguagens documentárias e outros instrumentos de controle que informam sobre um domínio com os diferentes aspectos que a abertura aos múltiplos sentidos é permitida pelo léxico informação, em especial na tese de Menezes (2017).

Em 2019, quando iniciamos o projeto de pesquisa, consultamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Repositório das Apresentações e Palestras nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Benancib) e a Base de Dados Referencial de Artigos em Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) em que verificamos a ausência de pesquisas específicas sobre a representação temática do TEA no âmbito da CI.

Com base nesse resultado e na heterogeneidade que lhe é inerente, classificamos a presente pesquisa como exploratória quanto aos objetivos, devido à escassez de investigações científicas orientadas ao domínio na CI, especialmente a aparente ausência de pesquisa com recorte em TTI sobre autismo.

Conforme Laville e Dionne (2008), uma pesquisa documental é aquela que busca “todo vestígio deixado pelo homem” passível de organização e análise. Outrossim, Gil (2002) explica que esse tipo de procedimento engloba tanto registros brutos quanto os que já receberam alguma forma de tratamento, como arquivos oficiais (Gil, 2002). A pesquisa documental é abrangente e permite o cruzamento de fontes de diferentes naturezas.

Quando uma pessoa consulta um livro, uma base de dados científica ou uma página na internet já encontra saberes sistematizados, com etiquetas de catalogação, descrições temáticas, ordenação algorítmica e epistêmica. A mediação informacional sociotécnica institui a existência desse objeto e indica onde se encontra no espaço, com suas regras de acesso e reuso definidas, antes de chegar ao seu leitor, que, a seu turno, elaborará seu próprio repertório unindo diferentes conteúdos com base no que foi recuperado.

Produção, circulação e apropriação de conhecimento se retroalimentam por meio da ação de recuperar itens no espaço, consolidando, como afirma González de Gómez (2007), as autoridades epistêmicas distribuídas, observadas notoriamente em um domínio fragmentado como a comunidade autista. Nesse sentido, considerou-se pertinente o mapeamento de documentos advindos de comunidades diferentes a fim de identificar os atores e contextos envolvidos, pois, conforme Minayo, Deslandes e Gomes (2009, p. 13), “a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social” e todo objeto de uma ciência social é histórico. Por fim, caracteriza-se como uma pesquisa de perspectiva transformativa porque identifica o desenho social como fruto de uma historicidade, atribui protagonismo a um grupo tradicionalmente marginalizado e visa a um plano de mudança na vida pública que confronte a opressão social e informacional (Creswell; Creswell, 2021). Em outras palavras, investiga os gestos de exclusão ontológicos e epistêmicos, materializados em discursos documentais e documentários sobre o domínio do autismo no âmbito da CI.

Frohmann (2006) comenta que o caráter material da informação não é a sua objetificação enquanto suporte, mas o fluxo e a consolidação dos enunciados, conseqüentemente, dos discursos em uma dada sociedade. O autor repensa os enunciados com base em conceitos da Física, como massa, inércia e

resistência, que gera os graus de estabilidade e seu poder de afetação. Ao aplicar no universo bibliológico, de que forma os enunciados são mantidos e ganham poder?

De acordo com Foucault, que embasa o pensamento de Frohmann, a materialidade do enunciado pode ser avaliada pela sua imersão institucional, bem como seu peso e suas formas de utilização. A circulação dos documentos pelas diversas instâncias institucionais indicará o peso, a massa, o grau de inércia e de estabilidade material de determinado documento, os transformando em instrumentos prestigiados e indicadores de verdade. Nessa direção, Frohmann (2006) salienta que as novas formas de socialização, mediadas por códigos binários, fornecem ainda mais velocidade, força e energia ao fluxo de sua materialização, resultando em efeitos complexos na prática comunicativa.

Os regimes e políticas de produção, circulação e apropriação da informação operam por sistemas reguladores nem sempre visíveis ou compreensíveis ao leitor-usuário, seja ele especialista ou não. Nessa direção, é necessário ter em conta os seguintes aspectos: a) o olhar do leitor-autor sobre o material coletado e sua dimensão psicológica, conforme veremos com Roubakine; b) as fontes (referências) utilizadas pelos autores dos materiais consultados, as autoridades legitimadas; c) a visão de mundo desses mesmos autores quando dissertaram sobre determinado tema; d) a terminologia utilizada pelos profissionais da informação para catalogar e indexar esses materiais, o mercado linguístico bourdieusiano; e) as políticas de informação das instituições às quais o profissional se insere; f) os regimes sociopolíticos, econômicos, culturais e tecnológicos de um grupo social, que abarcam os atores envolvidos em todas as etapas anteriores; e g) a arquitetura construída para que aquelas fontes e metalinguagens cheguem ao leitor.

Com efeito, longe de ser uma atividade passiva, a OC é agente fundamental para a sustentação da democracia (Saldanha,

2020), pois é por ela que operarão os regimes de visibilidade ou invisibilidade informacional, resultando em informação qualificada, desinformação ou senso comum, assim como a existência da estrutura indispensável para situar a pessoa autista na sociedade que faz parte. A linguagem, pois, emerge duplamente como elemento primordial no contexto do TEA: de constituição do ser (em contraste à população não-autista) e de organização do saber sobre esse ser.

No que concerne à construção informacional sobre o TEA, mediada pelos mecanismos da linguagem, o transtorno será representado pelos órgãos nacional ou internacionalmente acordados como oficiais, moldará vocabulários utilizados por cientistas e profissionais da saúde que orientarão as famílias, cuidadores, educadores e os próprios autistas; direcionarão o entendimento dos classificacionistas no que tange às classificações bibliográficas temáticas, como a CDD e a CDU, largamente utilizadas em bibliotecas no Brasil e no exterior – trata-se da arquitetura da imersão institucional abordada por Frohmann (2006).

Dessa forma, resgatamos os conceitos foucaultianos de dispositivo, governamentalidade e biopolítica para visualizar tal arquitetura e examinar as comunidades discursivas em produções científicas e não-científicas, que de maneira oficial ou oficiosa, constroem visões sobre o autismo e imbuem seus porta-vozes como autoridades do domínio. Por dispositivo, Foucault (2020) entende uma rede de mecanismos que atravessa a estrutura social, abarcando regimes discursivos heterogêneos, com peso e valores diversificados. O dispositivo é uma teia de mediação entre sujeitos, instituições, proposições, símbolos, línguas. Já a governamentalidade (2013) diz respeito a um aspecto do dispositivo: estratégias, táticas, procedimentos, cuja finalidade é exercer poder sobre a população que, na leitura foucaultiana, se construiu paulatinamente até a figura do Estado moderno, e pode ser atestada por meio de valores como soberania, segurança,

ordem, disciplina. A governamentalidade seria um fenômeno específico na consolidação do Estado, mediante práticas oficiais de governar a vida dos cidadãos; são relações de poder que recrudesceram nos últimos trezentos anos e afetam diretamente conduta, vida e morte, porquanto o corpo é alvo da produção, do privilégio ou da exclusão, da normalização. Como resultado, biopolítica (Foucault, 2021), mecanismos institucionais que versam sobre corpos-vida.

Na leitura do filósofo francês, a biopolítica integra uma nova racionalidade de governo a partir do liberalismo americano nascido no século XVIII, quando o corpo e, conseqüentemente, a saúde, integrou-se à noção de capital, o capital humano. A prática governamental orientada à população e aos seres vivos articulou política e economia em direção à saúde coletiva, constituindo estudos e disciplinas relativos à higiene sanitária, natalidade, longevidade e genética, no intuito de caracterizar, classificar, segmentar e regulamentar pessoas e territórios. Como *homo oeconomicus* do neoliberalismo, os seres humanos respondem às exigências do mercado e os governos governam para o mercado, não para as populações. Trata-se da decomposição do que o homem é e de seus comportamentos em termos de utilidade no processo de troca (Foucault, 2021, p. 286).

É nesse contexto que teço o diálogo também com Bourdieu, especialmente com seus conceitos de Estado, capital simbólico, linguístico e *habitus*, para sustentar o entendimento de que a ordem social não é arbitrária, mas elaborada passo a passo no curso do tempo, com atribuições de sentido à vida e aos modos de viver, sistemas de classificação da cultura, dos saberes, dos seres e das práticas que se efetuam no cotidiano, incorporando-as no inconsciente individual e coletivo, gerando ares de naturalidade e universalidade. Dessa maneira, na perspectiva de Bourdieu, a legitimação se dá através das desigualdades de renda (capital econômico), do acesso a aparatos culturais e aos conhecimentos registrados (capital cultural), ao domínio da estrutura linguística

considerada oficial, a língua do Estado (metacapital informacional) – instrumentos que estruturam a sociedade e geram dominação entre classes, nações, gêneros, etnias, condições de saúde.

Com efeito, na visão bourdieusiana, o Estado e sua rede de metapoder (a partir dos grupos de pessoas e recursos tecnocientíficos e comunicacionais que fazem a máquina do governo funcionar) conteria o monopólio da violência física ou simbólica ao mesmo tempo em que instituem e regem a existência de pessoas e instituições, pensamento que vem ao encontro do conceito de poder informacional de Sandra Braman (2006) e da constituição dos regimes de informação que regulam e constituem os sujeitos em um dado Estado informacional.

Metodologia é um “caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009, p. 16). Para a realidade que observamos, apoiamos-nos nos estudos críticos da informação para salientar que livros e documentos não são simples transferências linguísticas ou modelos mentais puros, mas potencialidades de discursos. Nesse horizonte, Robert Estivals (1981), baseado no materialismo histórico, debate a influência dos modelos políticos e econômicos na produção e circulação da documentação, os chamados circuitos de documento, instrumentos necessários para a organização social, a legitimação da ciência, a existência de políticas públicas, a hegemonia do Estado e, dialeticamente, um sistema com possibilidade contestadora.

Para Estivals (1981), um documento não é substância (ou seja, não reflete o que algo é, em si, um código fixo em um dado continente), mas fenômeno em relação ao que pode refletir. Em outras palavras, um documento só se torna documento no momento em que encontra o usuário e deste recebe um dado tratamento, concepção bibliológica adotada na documentologia de Meyriat (2016). “O documento não se identifica com o seu escrito; seu universo é de maior alcance” (Estivals, 1981, p. 126).

O documento abarca o escrito e o inscrito, um conjunto de signos estruturados e estruturantes que une o suporte, a ideia do emissor e o circuito no qual ele está inserido. A pragmática estivalsiana não é puro utilitarismo, mas reencontro com a economia política do documento, a projeção ideológica em uma estrutura comunicacional (Estivals, 1981), aqui enfatizada na noção de metarrepresentação, a esfera simbólica e retórica da linguagem aplicada ao domínio do TEA. Assim sendo, o autor vaticina o entrelaçamento entre os circuitos cultural e informacional correspondente ao sistema econômico das sociedades, abrindo possibilidade de diálogo com Bourdieu e Braman.

Sylvain Auroux (1992, 2009) pondera que o Renascimento iniciou um processo de gramatização por meio da publicação de dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo, orientadas pela língua latina, com efeito na ecologia da comunicação humana, fortalecendo a hegemonia ocidental (Auroux, 1992, 2009). O autor equipara a gramatização às outras revoluções, como Agrícola e Industrial, ao indicar as alterações no modo de existência da cultura no Ocidente, instaurando a normatização metalinguística como pilares do saber oficial, cenário corroborado por Saldanha (2012) no âmbito da filosofia da CI.

Conforme salienta Certeau, o valor mítico do progresso ocidental e do próprio imaginário de ocidentalidade se dá pela prática escriturística:

(...) 'Aqui, trabalhar é escrever' ou 'Aqui só se compreende aquilo que se escreveu'. Essa é a lei interna daquilo que se constituiu como 'ocidental'. (...) A própria revolução, esta ideia 'moderna', representa o projeto escriturístico no nível de uma sociedade inteira que tem a ambição de se constituir em página em branco com relação ao passado, de se escrever a si mesma (isto é, produzir-se como sistema próprio) e de refazer a história pelo

modelo daquilo que fabrica (será o 'progresso'). Será apenas necessário que esta ambição multiplique a operação escriturística nos campos econômicos, administrativos ou políticos para que se realize o projeto (Certeau, 2014, p. 204-206).

No recorte histórico de nosso interesse, as mudanças supracitadas espelham uma produção documental mais prolífera, especialmente relativa à administração pública. O fluxo documental responde diretamente à necessidade de comunicação da nova sociedade capitalista e liberal, coincidindo com a noção de governamentalidade foucaultiana, a necessidade de controle e ordenação social-cidadã via circuitos documentais, dependentes da infraestrutura metalinguística, conforme descritos em Estivals.

Foucault não estudou, até onde sabemos, pessoas autistas, mas tornou-se conhecido por investigar os discursos produzidos sobre sujeitos marginalizados: os ditos loucos, os presos, pessoas nomeadas desviantes. Com ele compreendemos que, para definir o que é considerado anormal ou incomum, antes, é imprescindível definir o que é normal e comum e ainda averiguar se são termos equivalentes. Para exemplificar as complexas nuances da linguagem e das classificações atravessadas pelas relações de poder, Vainfas (2021) tentou um diálogo entre o conceito tradicional de hermafrodita, examinando documentos judiciais dos séculos XVI e XVII, com o conceito atual de intersexualidade.

O debate sobre gênero, em especial sexualidade, revela uma longa discussão sobre comportamentos anormais, desvios de conduta e do comportamento sexual, marcados nas classificações oficiais em saúde, também debatidos recentemente por Nascimento (2021) na CI. Homossexualidade era grafada como homossexualismo, indicando o sufixo -ismo, que pode representar doença. Do mesmo modo, indivíduos transgêneros e transexuais sofrem o impacto de uma classificação binária que se associa intrinsecamente ao aspecto biológico: ser homem ou ser

mulher está definido pela composição físico-química e material, da forma dos corpos. Os intersexuais apresentam um dilema classificatório: os órgãos sexuais e/ou aparelhos reprodutores não são totalmente masculinos ou femininos, ou são de forma incompleta, por vezes coexistentes em um mesmo indivíduo (Vainfas, 2021, p. 51). De acordo com o autor, a Sociedade Intersexual Norte-americana considera tal decisão particular, embora reconheça que a biologia seja relevante para a determinação de identidades.

Dessa maneira, ao situar o conceito de intersexualidade na história, Vainfas (2021) observa diferentes formas de tratamento a esses sujeitos e práticas de vida, a começar pela terminologia: intersexual é denominação recente. Para o estudo, o autor selecionou o caso de Claudiana da Natividade, uma jovem portuguesa, freira, expulsa do convento agostiniano no século XVII por não “apresentar natureza de mulher, nem de homem”. O escândalo público girava em torno da denúncia sobre um homem ter passado por mulher para adentrar a ordem religiosa e se aproveitar sexualmente de outras mulheres. Claudiana foi readmitida quinze anos depois.

O autor relembra que Foucault também apontara um caso de intersexualidade, Herculine Barbin, no século XIX (essa, com destino mais infeliz que o de Claudiana, se suicidou devido ao conflito identitário). De acordo com Vainfas (2021), os tribunais judiciais tendiam a ser mais tolerantes porque admitiam que a condição de hermafrodita estava fora da decisão individual, era proveniente da natureza biológica desde o nascimento. Não sendo uma escolha, não haveria culpabilidade. Contudo, a pesquisa revela que, seja na perspectiva judiciária, médica ou religiosa, pesavam as considerações sociais sobre o significado de masculinidade e feminilidade.

Os intersexuais, ambivalentes ou incertos, eram classificados como homem ou mulher, malgrado a sua ambiguidade genital. Não

tinham opção. Não havia lugar para ambiguidades genitais. Tempo de intolerância moral e sexual mesclada com frouxidão judiciária. Os próprios juízes percebiam que tais indivíduos não mereciam os piores castigos do Estado ou da Igreja, pois não sabiam tipificar o crime de uma morfologia biológica incerta. Os inquisidores ao menos reconheciam que não havia 'erro de fé' nesses casos (Vainfas, 2021, p. 64).

O trabalho de Vainfas é um exemplo pertinente sobre dispositivo, governamentalidade, classificação e poder documental, conceitos introduzidos anteriormente. Com ele não desejamos aproximar todos os desafios biológicos e sociais entre autismo e intersexualidade, mas deslindar o debate sobre os códigos sociais que atravessam a biologia e as ciências da saúde, direcionando os sujeitos para a vida ou morte, para a qualidade de vida ou inexistência de assistência de qualquer tipo. Autismo não é doença, é uma condição neurobiológica e, assim como a intersexualidade, se encontra em um grupo difícil de classificação médica, genética e social, cujos efeitos não se dão em um plano abstrato ou tão somente em violência simbólica (Bourdieu, 2008), mas com efeito direto na vida humana, conforme a biopolítica estudada por Foucault.

Dessa forma, os metadados e vocabulários controlados constituem elementos do dispositivo infocomunicacional, que refletem e regulam discursos políticos mediadores para a ordem bibliográfica e, conseqüentemente, social. Mediação que carrega consigo ideologias sobre épocas, saberes e comunidades, revelando aproximações, contradições, tensões epistemológicas. Dessa maneira, recuperamos a ideia de esquema em Robert Estivals que, segundo Ortega e Saldanha (2019),

responde por um percurso – e uma teoria - que vai da reflexão mental sobre a organização das ideias à construção dos esquemas teóricos e dos esquemas bibliográficos, como classificações. Em outros termos, a prática reflexiva metadocumental é ao mesmo tempo um processo epistemológico e um processo teórico aplicado na centralidade dos estudos bibliológicos, de onde parte uma teorização que hoje trataríamos como metainformacional. No discurso estivalsiano, uma metaesquematisação bibliológica da comunicação (Ortega; Saldanha, 2019, p. 196).

A teoria estivalsiana de esquema aplicada ao campo informacional permite o diálogo com a psicologia vygotskyana relativo à construção mental a partir da mediação sociotécnica. Se as formas de pensar advêm parcialmente da apropriação de artefatos e da sociabilidade, as categorias metainformacionais presentes nos artefatos sociotécnicos disponíveis em uma sociedade contemporânea de escrita, erigidos sobre uma determinada fundação filosófica, espelham e reforçam esquemas comunicacionais, porém igualmente mentais, sobre como se deve interpretar determinado objeto ou fenômeno. Em geral, esquemas mentais dicotômicos desde Parmênides, fomentados por comunidades discursivas orientadas por e para um dado Estado informacional.

Situo-me nas Ciências Sociais Aplicadas e transito por uma pesquisa qualitativa, pois, conforme comenta Minayo, Deslandes e Gomes (2009), “responde a questões particulares, com um nível de realidade que [...] envolve valores, motivações, crenças, o universo dos significados”. Porém, vale salientar, análise qualitativa não é oposta à quantitativa, mas complementar. Os autores dividem a pesquisa qualitativa em duas fases,

exploratória e o trabalho de campo, que se desdobra em três procedimentos gerais: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise propriamente dita. Assim, o tratamento oferecido pelo cientista ao material coletado buscará “a lógica peculiar e interna do grupo analisado [...] não sendo uma mera classificação de opinião dos informantes”, em que o mais relevante é a representatividade dos atores sociais envolvidos com o objeto de pesquisa, e não a quantidade de pessoas (ou documentos) que serão observados (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009).

Nesta pesquisa, o intuito é de compreender a formação discursiva sobre autismo a partir da metarrepresentação informacional em documentos que oferecem garantia literária e a leitura de diferentes fontes para extração de vocabulário e organização de lista terminológica e estruturação de outros dados para acesso aberto e futuro reuso dos pares, ou seja, um produto informacional como fruto de nosso percurso de pesquisa, dialógicos à justiça informacional, aqui segmentada na democracia documentária.

O princípio de garantia literária foi proposto por Hulme (1911) no intuito de fundamentar a elaboração das terminologias concernentes aos SOC. Segundo ele, os termos não deveriam ser pensados de maneira abstrata, mas extraídos da literatura pré-existente do domínio em questão. Portanto, a validação dos vocabulários estaria nas próprias fontes documentais relacionadas a determinado assunto ou campo de conhecimento. No domínio do autismo, a garantia literária identificada ao longo do doutoramento foram as classificações oficiais em saúde, tais como a CID, o DSM, os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), utilizados no Brasil e internacionalmente, a CDD, a CDU, dicionários, glossários e os instrumentos indexados no BARTOC, plataforma escolhida para a operacionalização empírica da pesquisa.

O levantamento no BARTOC foi realizado em duas etapas: em junho de 2022 e junho de 2023. A temporalidade se justifica

pela ênfase política do real, da *pólis* enquanto efeito da gramatização. A observação comparativa entre períodos distintos de consulta ao BARTOC apresenta novos dados de pesquisa, como ampliação, redução ou manutenção dos instrumentos indexados.

Com vistas à relação entre precisão e revocação orientadas por Lancaster (1993), determinamos termos relacionados especificamente ao domínio. Segundo o autor, um dos problemas centrais da recuperação da informação é a proporção de itens úteis dentro da totalidade dos itens recuperados, isto é, o coeficiente de precisão. A revocação é a “capacidade de recuperar documentos úteis, e precisão para designar a capacidade de evitar documentos inúteis” (Lancaster, 1993, p. 4), ou, de acordo com Piedade (1983, p. 11), “a relação entre os documentos relevantes recuperados e o número total de documentos relevantes sabidamente existentes na coleção”. Em outros termos, quanto mais genérica for a busca, maior a revocação, porém menor a precisão.

No intuito de equilibrar alcance de cobertura e resultados úteis, tendo em conta a complexidade do TEA e as orientações presentes em Hjørland (2002) sobre AD, para o levantamento documental, buscamos a especificidade e não a exaustividade. Partimos do modelo da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), rede de cooperação técnica da Organização Pan-Americana em Saúde (OPAS) para controle terminológico e seleção dos termos já controlados sobre o TEA em quatro idiomas, a saber, português, inglês, espanhol e francês. Além dos termos autorizados pelos descritores oficiais em saúde, adicionamos “Síndrome de Asperger”.

A inclusão da Síndrome de Asperger se justifica pela historicidade do domínio: até 2021, era caracterizada como um dos tipos de autismo, presente. Destarte, pela ausência de recorte temporal, considerou-se pertinente a seleção do termo para localização de possíveis SOC relacionados ao autismo. Já “neurodiversidade” se respalda por ser um conceito

contemporâneo, popularizado por meio da tese de Singer (2016), no campo das Ciências Sociais, e adotado em estudos científicos sobre o TEA nas últimas duas décadas.

Quadro 2 – Descritores de busca relacionados ao Transtorno do Espectro Autista para localização de Sistemas de Organização do Conhecimento

Português	Espanhol	Inglês	Francês
transtorno do espectro autista	trastorno del espectro autista	autism spectrum disorder	trouble du spectre de l'autisme
síndrome de Asperger	síndrome de Asperger	Asperger syndrome	syndrome d'Asperger
neurodiversidade	neurodiversidad	neurodiversity	neurodiversité

Fonte: elaborado pela autora.

Para a localização dos SOC, inicialmente utilizamos o operador booleano “OR”, sem êxito (como retorno, uma mensagem automática de erro). Desta maneira, optamos pela consulta terminológica individualizada com e sem o uso de aspas, de 12 palavras-chave. Devido a inconsistências, ampliamos o levantamento para termos relacionados ao domínio, somando 32 palavras-chave. Em teoria, haveria aumento da revocação e redução da precisão.

Os itens localizados a partir dos 44 descritores (12+32) foram organizados em planilhas do programa *Microsoft Excel*. Após a eliminação de duplicidades, realizei a leitura e exclusão de SOC não aderentes ao domínio. Os itens mantidos foram consultados individualmente para inclusão ou exclusão no *corpus* final de análise. Os instrumentos considerados válidos (isto é, com retorno de conteúdo sobre o TEA) foram segmentados por área do conhecimento, instituição promotora, idioma original, país de origem e tipologia. Neste contexto, utilizei a nomenclatura indicada pelo BARTOC, a saber: dicionário, taxonomia,

terminologia, lista, glossário, tesouro, cabeçalho de assunto, ontologia e esquema de classificação.

Quadro 3 – Ampliação dos descritores de busca relacionados ao Transtorno do Espectro Autista para localização de Sistemas de Organização do Conhecimento

Português	Espanhol	Inglês	Francês
diversidade	diversidad	diversity	diversité
inclusão	inclusión	inclusion	inclusion
neurologia	neurología	neurology	neurologie
psiquiatria	psiquiatria	psychiatry	psiquiatrie
psicologia	psicología	psychology	psychologie
saúde mental	salud mentale	mental health	santé mentale
genética	genetica	genetics	génétique
educação	educación	education	éducation

Fonte: elaborado pela autora.

As diferenças entre os instrumentos conduziram à subdivisão dos *corpora* em dois grupos, linguagem pré-coordenada e pós-coordenada. A linguagem pré-coordenada remete ao assunto, são “termos ou frases escolhidas no ato de indexação para representar um conceito ou uma combinação de conceitos” (Vieira, 2014, p. 65), e divide-se em classificatória (sistemas de classificação bibliográfica) ou alfabética (como glossários e dicionários). Já a linguagem pós-coordenada enfatiza o aspecto relacional entre os conceitos (por exemplo, tesouros e ontologias). Araújo *et al.* (2011) resumem: linguagem pré-coordenada versa sobre registros de entrada e linguagem pós-coordenada associa-se aos termos de saída no processo de recuperação da informação. Para facilitar o entendimento de leitores não especialistas, estruturamos os SOC localizados em termo-acepção (contêm definição sobre o TEA) e termo-relação (indicadores de relação terminológica, termo preferido ou área do conhecimento).

Ao longo do texto, adoto “termo” em vez de “palavra” na perspectiva de “palavras em funcionamento”, ou seja, do discurso, “vinculadas a determinados contextos, atuando como termos” (Moreira, 2018, p. 30). No caso desta pesquisa, discursos legitimados em SOC com uma função referencial. Do mesmo modo, adjetivos relativos aos resultados da etapa empírica, como “útil”, “pertinente” e “relevante”, são demarcados como sinônimos no bojo da satisfação da necessidade informacional (Lancaster, 1993), ou seja, a necessidade de identificação de SOC com presença do TEA.

Quadro 4 – Definição estrutural dos SOC localizados no BARTOC

SOC	Acepção (linguagem pré-coordenada)	Relação (linguagem pós-coordenada)
	dicionário, terminologia, glossário, esquema de classificação temática	tesauro, ontologia, taxonomia, cabeçalho de assunto

Fonte: elaborado pela autora.

Dicionário é um “conjunto de vocábulos duma língua ou de termos próprios duma ciência ou arte, dispostos em geral alfabeticamente, e com o respectivo significado” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 123). Cabeçalho de assunto é um catálogo alfabético do conteúdo temático de um documento (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 60).

De acordo com Cabré (1995), terminologia é um termo polissêmico com, ao menos, três acepções: disciplina, prática e produto. Enquanto disciplina, trata de termos especializados. Como prática, visa ao conjunto de princípios orientados à coleta de termos. Na função de produto, significa o conjunto de termos de uma especialidade. Por terminologia compreende-se uma “disciplina que trata de termos especializados” (Cabré, 1995, sem

paginação). Para a autora, apesar da proximidade com a normalização por inserir-se no campo da lexicologia, a terminologia é representativa da diversidade, pois permite diferentes manifestações e usos. Devido ao caráter interdisciplinar, Norte (2010) explica: Terminologia, em maiúscula, se refere ao campo de estudo disciplinar e terminologia, em minúscula, é relativa à dimensão aplicada, aos conhecimentos especializados.

Por glossário, entende-se uma “lista alfabética de termos específicos de uma área do conhecimento, com definições e explicações” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 180). Conforme Norte (2010), a diferença entre glossário e dicionário está na exaustividade. Diferente do dicionário, o glossário não visa à totalidade. Tesouros são vocabulários controlados sobre uma área de especialidade; trata-se de uma lista organizada de conceitos, “ligados entre si por relações hierárquicas ou semânticas”. São conhecidos como linguagem documentária ou de indexação, pois apontam os termos de preferência para descrição do conteúdo de documentos (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 362).

Cunha e Cavalcanti (2008) sinalizam o risco de confundir tesouro com dicionário ou índice. Conforme definido, dicionários atribuem definições aos conceitos; índices remetem a referências. A confusão tem origem na tradução. De acordo com Dodebei (2014), a palavra tesouro é oriunda do grego (*thesaurós*) e significa depósito, armazenagem, repositório. Na década de 1930, o *Oxford English Dictionary* definiu tesouro como dicionário ou enciclopédia. Dez anos depois, a Ciência da Informação adotou o nome tesouro na esfera da recuperação da informação, da necessidade de manipular documentos especializados: “Além da especificidade, cuidou-se de melhorar a estrutura, e as referências cruzadas deram lugar às relações hierárquicas (paradigmáticas) e associativas (sintagmáticas)” (Dodebei, 2014, p. 68). Se dicionários partem dos conceitos para determinar as possibilidades de significações, tesouros controlam os seus usos e

apontam para os conceitos. Em Norte (2010, p. 42), a ambiguidade no escopo da tradução é evidente: “*thesaurus*” (tesauro, em inglês) permanece com a definição de 1936, “tesouro, repositório de palavras”; lista de termos em que se indica sua classificação de acordo com as ideias que representam. Logo, para a análise dos dados em língua inglesa, considerou-se que o termo tesauro pode não significar exclusivamente o instrumento de controle terminológico de um domínio específico como prevê a CI lusófona, mas estar classificado como dicionário, glossário ou mesmo terminologia.

No bojo dos operadores relacionais estão a taxonomia e a ontologia. Segundo Teixeira e Emygdio (2020), taxonomia consiste em uma estrutura hierárquica de representação baseada na relação “é-um”, isto é, termos que denotam tipos e conectam-se a subtipos. Cunha e Cavalcanti (2008) definem como o estudo dos princípios basilares de uma classificação, transversal a diferentes disciplinas. Por exemplo, na botânica é a classificação de elementos. Na matemática, a classificação de dados. Na linguística, é a parte da gramática dedicada à classificação de palavras. Ontologias são constructos baseados em taxonomias para estabelecer relações entre elas com a finalidade da comunicação entre máquinas. Portanto, integram semanticamente as informações por meio de padrões de interoperabilidade (Teixeira; Emygdio, 2020).

Por fim, os esquemas de classificação se referem à divisão em grupos ou classes de acordo com semelhanças e diferenças. De inspiração aristotélica, as classificações bibliográficas dominantes em CI se moldam por meio de categorias. De acordo com Piedade (1983), um sistema de classificação é um mapa de uma área do conhecimento, um conjunto sistemático de classes e subclasses criado indutiva ou dedutivamente. Como um esquema de classificação pode conter ou não definições terminológicas, é interpretado como uma linguagem pré-coordenada (Piedade, 1983 e Vieira, 2014) ou pós-coordenada (Dodebei, 2014).

No tratamento quantitativo, optamos por análise métrica simples para somar os itens úteis recuperados por tipologia. Já na etapa qualitativa, conforme mencionado na apresentação, a abordagem interpretativa escolhida foi a hermenêutica, com foco nos conceitos centrais delimitados anteriormente. De acordo com Weller (2007), a hermenêutica nasce como ciência de interpretação dos textos sagrados, clássicos e jurídicos e abarca um vasto campo com diferentes visões filosóficas. Para os fins da pesquisa, hermenêutica é entendida como um método de reconstrução social da realidade, presente em campos já consolidados como a Sociologia (Weller, 2007), e, conforme Sidi e Conte (2017, p. 1943), possibilita uma “interpretação contextualizada, onde brotam novos sentidos expressivos à apropriação dos estudos históricos. [...] é uma condição para pensar a realidade, para que preconceitos sejam revistos e reconstruídos nos contextos de atuação”. Nesse horizonte, a hermenêutica é tanto uma reconciliação, quanto um instrumento de enfrentamento crítico e abertura às diferenças, vindo ao encontro do prefixo meta- demarcado na pesquisa.

Especificamente, desejo verificar se os SOC se posicionam de maneira inclusiva e cidadã ou excludente e capacitista em relação à comunidade metarrepresentada; se os operadores apontam ou não para a democracia documentária, categorias de análise baseadas nos conceitos teóricos justificados ao longo da descrição teórico-metodológica. Para isso, examino a escolha terminológica e temática para nomear, definir e classificar o TEA, bem como identifico a influência das categorias diagnósticas oficiais previstas nas cinco edições do DSM, a saber: DSM (1952), DSM-II (1968), DSM-III (1980), DSM-IV (1994) e DSM-V (2014). Ao relacionar termos, síntese e influência institucional, infere-se contextos temporais, se não o de origem da criação, ao menos o de influência e cristalização semântica, agente decisório nas concepções ontológica, epistemológica e política na vida concreta de pessoas autistas.

OS RISCOS E LIMITES DE IR ALÉM DAS APARÊNCIAS

Como toda pesquisa científica, esta enfrentou riscos e esteve sujeita a limitações. O primeiro deles foi a própria concepção do cientista sobre a categoria ciência. Japiassu (1975) evidencia a pluralidade de sentido acerca desse tipo de conhecimento, que também pode ser um campo de trabalho ou um conjunto de instituições – forças, mecanismos, estruturas que incidem em um fazer específico: ir além das aparências, investigar os motivos das coisas serem como são.

Nessa trajetória, foi necessário delimitar as condições do conhecer e os limites desse pensar na tentativa de separar a verdade da mentira, a realidade da opinião, o fenômeno universal da percepção individualizada. Indubitavelmente há objetos e processos dissociados da vontade de um sujeito em particular. Quando falamos em realidade objetiva, o que é pensado? Na estrela-mãe que nasce ao Leste e se põe ao Oeste todos os dias; no mineral que pode ser tocado, observado, analisado sob diferentes prismas; decodificação de substâncias; em qualquer tipo de matéria concreta que pode ser medida, calculada, replicada, testada sob circunstâncias distintas. Todavia, para calcular a posição do Sol em relação à Terra foi preciso elaborar uma fórmula. Para saber que os pontos pequenos e brilhantes no céu, à noite, são estrelas e outros astros, maiores do que o nosso planeta e bem distintos do que nossos olhos reportam, antes, foi necessário entender o conceito de distância e de tempo. E, depois, construir instrumentos para ampliar os nossos sentidos. O que nossos olhos veem, nossas mãos tocam e nosso corpo percebe não é sinônimo de objetividade. Isso não significa relativizar as propriedades, funções e mecanismos atestados até aqui, mas compreender que os saberes produzidos sobre objetos, processos e fenômenos ocorrem na história da humanidade, a classe de ser vivo que narra acontecimentos, perscruta motivações, registra

observações, compartilha descobertas. Por isso, não existe ciência pura ou neutra, nem o cientista é um ser racional autônomo, isento de subjetividade (Japiassu, 1975). Cada fazer científico intenta algum fim e se posiciona sob uma perspectiva.

Por isso, é inviável a concepção de uma ciência-espelho, a captura fotográfica de uma realidade posta e pronta a ser explicada (Japiassu, 1975). Interpretamos os vestígios e as evidências de acordo com o que está estruturado até nosso espaço-tempo. Evidências que podem ser complementares, complementadas, suplantadas, comparadas, revistas. Outrossim, mais do que apontar para um conhecimento objetivo, descrevo o caminho: os passos que trilhei me conduziram até uma determinada avaliação.

A metodologia científica é uma ação ética no sentido de delimitar, demonstrar, clarificar o percurso, revelar o que existe e diferenciá-lo de simples opinião. Nesse entendimento, a suposta neutralidade científica é um problema epistemológico, não metodológico (Japiassu, 1975), pois, conforme lembram Minayo, Deslandes e Gomes, os campos científicos lidam com objetos diferentes, variando também seus critérios de cientificidade. Se o objeto das Ciências Sociais, como a CI, é histórico, a realidade observada é o conjunto de ideias, fatos, símbolos, representações expressas pelo humano. Logo, nas pegadas dessas autorias, será uma realidade intrinsecamente qualitativa.

De forma complementar, Laville e Dionne (2008) salientam que as ciências classificadas como Humanas e Sociais respondem diretamente às necessidades da sociedade na qual são efetivadas. Considerando que todo produto científico converge a um objetivo de impacto direto na realidade observada, me posiciono como indivíduo partícipe dessa mesma realidade: meu fazer científico tem por finalidade a justiça social refletida na busca pela democracia documentária (Saldanha, 2020). Portanto, ao longo do texto, minha intencionalidade será explícita, porém minha

travessia comportará o contraditório por dever ético, por imperativo do objeto estudado e por escolha metodológica.

No processo de objetivação do meu intento, a etapa documental foi realizada em bases eletrônicas, cujos resultados podem não refletir a totalidade real do acervo existente. Para mitigar tal limitação, demarquei a abrangência da coleção, bem como o período e os termos de levantamento.

Encerrado o detalhamento metodológico, passo aos primeiros debates teórico-conceituais. Se desejar, feche o livro. Volte depois. Respire. Olhe ao redor. A ciência provém desse movimento.

Capítulo 2

ENTRE O PENSAR, O SENTIR E O DIZER

Há muito tempo venho me perguntando por que nós que temos autismo não conseguimos falar de forma correta. Eu nunca consigo dizer o que quero de verdade. Ao contrário, palavras que não têm nada a ver com nada escapam da minha boca. Isso costuma me deixar bem deprimido, e eu não conseguia deixar de ter inveja dos que podem falar sem o menor esforço. Nossos sentimentos são iguais aos de todo mundo, só não conseguimos encontrar uma forma de expressá-los. [...] Por favor, não nos julgue pela aparência.

(Naoki Higashida)

O parágrafo foi retirado do livro “O que me faz pular”, escrito por Naoki Higashida, até então um pré-adolescente japonês. Higashida foi classificado como não-verbal e grau três de

suporte⁹; alguém visto como incapaz de se comunicar com outros seres humanos. Não se enquadrava no desenvolvimento comum. Sua mãe e uma professora desenvolveram um método personalizado para que ele conhecesse o idioma e pudesse se expressar. O livro descortina uma realidade até então impensada devido à ignorância e ao capacitismo: Higashida pensava, sentia, ouvia, entendia e refletia sobre os códigos sociais como qualquer outra criança. Algo acontecia entre o pensar, o sentir e o dizer: esse algo era o autismo e suas peculiaridades.

“O que me faz pular” é um resumo de questões e dúvidas populares sobre autismo e autistas que Higashida sintetizou e tentou explicar à sua maneira. Sua personalidade manifestada em palavras impressas não refletia a aparente desconexão com o mundo objetivo e as pessoas ao redor. Mais do que explicar o autismo, o autor respondeu sobre as interpretações recorrentes sobre o seu autismo e comportamento diferenciado. Por meio da obra, compreende-se a complexidade do verbo querer. Querer denota vontade, desejo e também intenção - e as vontades de Higashida longe estavam daquilo que as pessoas interpretavam como sendo dele. Assim como *N.*, Higashida não é o retrato do autismo, porque veremos ao longo do percurso ser impossível – até onde se sabe - fazê-lo. Porém, seu gesto instrucional oferece pistas sobre racionalidade, emoção e linguagem, que merecem maior investigação sob a ótica das Ciências Sociais.

⁹ O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) define três graus de suporte para classificar as variações do TEA a partir do conceito de autonomia. O grau três se refere ao de maior dependência de cuidados.

PENSO, LOGO EXISTO: DA RACIONALIDADE PARMENÍDICA AO NEUROCENTRISMO

O corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um só sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor. Instrumento de teu corpo é também tua pequena razão que chamas de ‘espírito’, meu irmão, um pequeno instrumento e brinquedo de tua grande razão. ‘Eu’, dizes tu, e tens orgulho dessa palavra. A coisa maior, porém, em que não queres crer — é teu corpo e sua grande razão: essa não diz Eu, mas faz Eu.
(Friedrich Nietzsche)

A demarcação do *cogito* cartesiano inaugurou o chamado racionalismo, validando a existência do ser na sua capacidade de pensar e analisar, por meio de formulações lógicas, os objetos e fenômenos do mundo. Com a institucionalização do método científico, a tradição racionalista incorporou a visão positivista na interpretação da realidade, preconizando que a verdade só poderia ser alcançada por meio da razão expressa no conhecimento científico advindo de um suposto conhecimento objetivo.

Dessa maneira, situaremos o conceito de racionalidade e as reflexões sobre as condições do conhecer e do conhecimento na esfera bibliológica para justificar o *locus* teórico adotado nesta pesquisa, a dialética. Para esse fim, nos apoiaremos na revisão de literatura realizada por Nitecki (1993, 1994 e 1995) e as teses de doutorado de Alvin Schrader (1983) e Solange Mostafa (1985), que analisaram a influência de diferentes pensamentos filosóficos na constituição da Biblioteconomia, notadamente estadunidense, e sustentaram os movimentos históricos que emergiram o campo científico denominado CI. Em suma, o objetivo é demonstrar quais

são os modelos de racionalidade e conhecimento científico herdados e reproduzidos na construção conceitual, profissional e deontológica de livros, documentos, vocabulários e esquemas classificatórios em nosso campo de trabalho brasileiro.

A história da Biblioteconomia vem ao encontro das primeiras palavras registradas, seus mecanismos e justificativas de salvaguarda ou apagamento histórico, movimentos sociológicos onde questões raciais, de gênero, religiosas, políticas e econômicas foram inerentes. A trajetória do livro e dos registros documentais pode ser dividida em quatro esferas: institucional, científica, fenomenológica e física. Começarei a descrever pelo final.

Por física, nos referimos ao suporte material no qual a linguagem estará registrada. No escopo do suporte, encontra-se o debate acerca da confecção, formato, *design*, o livro-objeto. No que tange à fenomenologia, aqui não entendida como uma corrente filosófica de base husserliana, mas como os eventos e processos mentais, emocionais, discursivos, técnicos e materiais ocorridos na interseção ser humano e leitura, ser humano e aprendizado, ser humano e artefatos informacionais. Ao universo científico caberá a pesquisa sobre as demais dimensões, focalizando a Biblioteconomia como campo (objetos materiais, fenômenos e profissionais). Por institucional, a esfera de salvaguarda, logística de acesso, reprodução e distribuição, aspectos éticos e laborais – instituições formativas e instituições de serviço, bibliotecas e demais órgãos (públicos ou privados) de memória. A depender do tempo histórico, o olhar sociopolítico estará direcionado mais para uma ou outra esfera - forças que se afetam, reconfigurando as nomenclaturas dos campos científicos, impondo novas justificativas quanto à sua natureza e limites, sem que tais justificativas sejam efetivamente rupturas conceituais e epistemológicas ao gosto de Bachelard.

Zaher e Gomes (1972) lembram que a criação e pulverização de diferentes tipos de artefatos infocomunicacionais

alteraram as formas de registro: dos livros artesanais e, posteriormente, impressos, os estudos bibliográficos se ampliaram – de acordo com a visão estadunidense – para uma CI, onde, além de livros, registros maquínicos, com potencial de infinita reprodutibilidade, eram gerados. Após a Revolução Industrial, a criação do telégrafo, do microfilme e dos sistemas informáticos, termos como “processamento de dados”, “gestão da informação” e “tecnologias da informação” emergiram no seio de uma sociedade ocidental em guerra, onde a mensuração quantitativa dos dados gerados por engenheiros e cientistas era primordial para diferentes governos. Conforme Mostafa (1985), o aparecimento da CI nada mais foi do que um estado normativo fundado em práticas empíricas e transformado em um estágio gestado pelas tecnologias da informação e comunicação.

Em sua tese, Schrader (1983) levantou cerca de 1.500 definições sobre a área, em registros recuperados em período de cem anos. Dessas, 700 se referiam à “*Information Science*” e à impossibilidade – na visão de Schrader – de se definir com clareza do que se tratava o novo campo científico, seja pela necessidade de se afirmar como campo confundindo teoria e prática profissionais, seja por analogias inapropriadas e, especialmente, pela falta de rigor referente à adoção vaga do termo informação e a visão estreita sobre a noção de tecnologia (Schrader, 1983). Na perspectiva do autor, “a maioria das definições estava preocupada em reivindicar um *status* em vez de elaborar a natureza do domínio”, atribuindo ao positivismo lógico a responsabilidade pelo (falso) dilema:

se algo deve ser estudado cientificamente, deve ser mensurável, e se não pode ser medido, não pode ser objeto de uma Ciência. Esta é uma forma ingênua de positivismo lógico. [...] O foco deve estar na especificação de um corpo de problemas sociais e no delineamento do separar logicamente as

dimensões dos problemas em suas dimensões científicas, aspectos praxiológicos e filosóficos (Schrader, 1983, p. 101).

Na esteira dessa retrospectiva, Mostafa (1985) destaca que os domínios “ciência” e “tecnologia” nunca estiveram tão próximos como nos anos de 1970, uma configuração global pós-guerras mundiais, em meio à chamada Guerra Fria, onde nações disputavam hegemonia. De maneira complementar, Schrader (1983) salienta que a própria ideia de “informação científica”, advinda desse contexto da informação produzida em ciência e tecnologia, não era clara: informação científica era a informação necessária para se fazer ciência ou seriam os resultados do fazer científico?

Schrader (1983) e Dantas (2012) esclarecem que o significativo “informação” foi largamente utilizado a partir da década de 1940, tanto nas áreas biológicas como sociais, incorporando acepções distintas no que tange ao fenômeno comunicação: comunicação químico-biológica entre genes, comunicação entre os animais, relação semiótica, sistemas linguísticos, redes neurais, sistemas de computadores, dentre outros. Desde a concepção enciclopédica aos modernos sistemas informatizados, disputas filosóficas, simbólicas e materiais estiveram presentes na justificação epistemológica da BCI. Para dirimir o caos conceitual, Schrader propõe uma síntese: as áreas seriam sistemas de práticas sociais em que uma pessoa facilita o acesso a objetos culturais selecionados em nome de outra pessoa que está buscando acesso a eles; uma prática de acesso à cultura simbólica (Schrader, 1983). Guardemos as palavras-chave dessa definição: “cultura”, “seleção” e “mediação”.

No artigo *Toward a Theory of Librarianship and Information Science*, Jesse Shera (1973) argumenta que bibliotecas são invenções sociais, com objetivos culturais e políticos definidos, seja sob o poder do Estado, do clero ou da elite. Nessa direção, o bibliotecário é o mediador entre o livro e seu público, sendo o livro

um termo amplo que representa todo e qualquer registro gráfico (definição essa de livro que se assemelha com a de Otlet, Estivals e Roubakine), e a Biblioteconomia é o campo responsável por se dedicar “ao processo da comunicação e ao problema do conhecimento”, atravessados pela racionalidade, cognição e linguagem do indivíduo, e dele em relação à sociedade. Segundo o autor, a Biblioteconomia estaria assentada na Epistemologia Social, cujo objeto é o estudo da cognição social, isto é, como a sociedade aprende e comunica seu conhecimento.

De modo semelhante, Nitecki (1994) apresenta a ideia de metabiblioteconomia, ou seja, um estudo metafísico (conceituação), epistemológico (origem, natureza e significado dos conceitos) e valorativo (questões axiológicas, teleológicas e deontológicas) dos elementos primários da área, a mediação entre emissor, receptor e mensagem. Como campos científicos, a BCI não ditaria as condições e os limites dos saberes, mas seria responsável pela estrutura conceitual e metodológica de organização e disseminação de todos os saberes a partir do registro do conhecimento.

Na revisão de literatura, Nitecki aponta que a filosofia liberal do século XIX interpretava a biblioteca como espaço de formação de grupos seletos, não à educação das massas. Por outro lado, na Rússia, Roubakine enxergava nos livros e na biblioteca instrumentos para promoção da justiça social através da alfabetização e educação da classe trabalhadora. A própria interpretação de Nitecki e sua metabiblioteconomia estaria ancorada em Comte, segundo Mostafa (1985), pois define conhecimento a partir do estabelecimento de relações conhecidas no intuito de elaborar teorias generalistas para o campo.

Um dos marcos dessa “confusão”, isenta de ingenuidade, foi a Teoria da Informação, elaborada em 1948 por Shannon e Weaver. A finalidade foi a resolução de problemas relacionados às telecomunicações; uma grandeza estatística para redução de ruídos, com exclusão da ordem semântica. De acordo com a

análise de Nitecki, a escola estadunidense da primeira metade do século XX situou a Biblioteconomia e, conseqüentemente, os serviços da biblioteca, no âmbito do tecnicismo linguístico e matemático. A soviética, sob a perspectiva marxista. Para cada perspectiva, um fundamento filosófico.

O autor cita o idealismo platônico e aristotélico na concepção da biblioteca e função dos livros ao vislumbrá-los como meios para moralizar a sociedade a partir da educação das elites; o pragmatismo, a filosofia existencialista e o materialismo dialético ao conferir aos mesmos espaços meios de emancipação e educação para todos, ou ainda condições de se refletir sobre a personalidade das pessoas e o comportamento social para examinar a relação com os livros e sistemas de informação; a influência da Escola de Chicago para o olhar sociocultural sobre os livros, bibliotecas, acervo e profissionais da informação; a filosofia analítica e o empirismo lógico presentes na concepção de sistemas de recuperação e acesso aos dados, como a Teoria Geral dos Sistemas e a cibernética de Wiener; aportes da Psicologia recém-fundada para compreensão cognitiva dos usuários. Destaque para a *American Library Association* (ALA) que frisava não se interessar pela filosofia da Biblioteconomia, mas prevenção de conflitos, questões éticas e qualidade de serviço (Nitecki, 1997). Outros autores, como Borko, Taylor e Saracevic debatem a questão técnico-processual com foco em sistemas de organização e recuperação informacional, através dos conceitos de relevância e eficácia. A postura de privilégio aos aspectos práticos da profissão não deixava de ser também uma escolha filosófica.

Nesse cenário, foram reelaboradas teorias acerca da realidade, modelos classificatórios bibliográficos (tais como Harris, Dewey, Otlet, Ranganathan) e teorias sobre seleção de livros e ato de leitura, critérios de seleção baseados em pressupostos valorativos (por que não ideológicos?), como erudição, instrumento para civilização, ou ainda uma

interpretação positivista da biblioteca como instituição e do profissional bibliotecário enquanto um ator social neutro.

Nas disputas epistemológico-científicas e deontológico-profissionais da CI, estavam o capitalismo e o socialismo emergentes com suas agendas e agenciamentos refletidos na maneira em que se pensa a racionalidade humana, a cultura e sua relação com aprendizado social. Todavia, não necessariamente as propostas eram filosoficamente inovadoras; seguia em jogo se existe ou não conhecimento objetivo, de que forma ele pode ser mapeado e ordenado, e quais as diferenças da mediação entre ser humano e conhecimento, sua intelectualidade e comportamento a partir de novos artefatos, como computadores (incluindo a investigação antropomorfizada sobre os circuitos computacionais, ou seja, se estes poderiam ser ou não réplicas do cérebro humano).

Assim como Schrader, Nitecki mapeou um conjunto de definições sobre a BCI para identificar vestígios de uma herança filosófica. No intento, analisou mais de 225 publicações, 154 autores e 503 palavras-chave com foco em epistemologia. Como escolha metodológica, lançou mão da autoridade documental: selecionou os filósofos citados nos ensaios que possuíam registro em enciclopédia e dicionários especializados em Filosofia, totalizando 94 nomes. Para a análise, segmentou as referências mais recorrentes com base na participação e relevância para o problema discutido nas publicações - se na esfera conceitual, metodológica ou contextual. De acordo com os resultados obtidos pelo autor, a influência da filosofia estadunidense predominava na Europa Ocidental e 88,3% dos filósofos listados tinham nacionalidade inglesa, estadunidense, grega, alemã ou austríaca (Nitecki, 1995). No que tange às escolas filosóficas, realismo, idealismo, pragmatismo, racionalismo e ética foram as mais recorrentes, com ênfase no idealismo, donde o autor conclui que a escola estadunidense era fundamentada nos pressupostos platônicos e aristotélicos. Além desses, nominalmente estão

registrados Espinoza, Santo Agostinho, Tales de Mileto, Nietzsche, Leibniz, Francis Bacon, J. Dewey e Popper, sendo esse último o nome mais citado como palavra-chave das publicações, seguido de Platão e Aristóteles. Em suma: segundo o extenso material avaliado por Nitecki, a CI era predominantemente idealista em seu escopo conceitual e positivista no âmbito metodológico, corroborando a avaliação de Schrader.

O FIO DA RAZÃO

Embora o “Penso, logo existo”, de René Descartes (1596-1650), povoe o nosso imaginário, vale lembrar que o modelo racionalista é anterior a ele. E é justamente nessa breve retrospectiva que desejo encontrar o fio que nos conduz à classificação e metarrepresentação excludente da pessoa autista. A história da filosofia ocidental convencionou seu início em Tales de Mileto (séc.7 a.C, aproximadamente), o que totaliza quase três mil anos de debate. Além da presente pesquisa não advir do campo filosófico, é inviável explorar as minúcias das correntes conhecidas até a contemporaneidade em poucas dezenas de páginas. Dessa maneira, apresentarei uma síntese sobre Parmênides (um dos pais do idealismo), Platão, Aristóteles e Popper (os elencados por Nitecki), ademais de Descartes, pela relevância histórica quanto ao conceito de racionalidade, para, posteriormente, situar nossa posição em pressupostos filosóficos divergentes. Aos filósofos que porventura leiam minhas palavras, peço que perdoem a ousadia e corrijam os possíveis equívocos em diálogo com este escrito.

Em algumas correntes filosóficas, desde Parmênides (séc. VI a.C.) vigora a tese de que a razão é o único fio condutor à verdade, à justiça e às virtudes, rebaixando os sentidos e as emoções a

caixas-pretas geradoras de ilusão e engano. No poema¹⁰ “Sobre a natureza”, ao qual apenas fragmentos sobreviveram, Parmênides de Eleia (séc. VI a.C) escreveu sobre a constituição do Ser e as diferenças entre os caminhos para a verdade e para a opinião. Conforme Santoro (2011), o filósofo eleata foi um dos primeiros a questionar a relação entre existência e pensamento; entre pensar e dizer. Em seu processo dedutivo, elaborou algumas teses: o ser é e não pode não ser; é uno (imutável, imóvel, indivisível, absoluto em totalidade e equivalência); só é pensável e dizível o que existe; ser é pensar.

Se o ser é o que existe e deve ser sempre o mesmo, é imperativo estar fora do tempo e do espaço histórico, marcado por transformações. Logo, o ser não tem início, senão em algum momento já não teria sido, nem fim, porque estaria na imanência de deixar de ser. Nessa lógica, tudo que é mutável e não equivale a si, não possui identidade, então não pode ser. Com isso, compreende-se a filosofia eleática como ontológica (sobre o ser) e metafísica (idealista, fora do mundo sensível) (Santoro, 2011). Na perspectiva de Parmênides, o que o homem (enquanto espécie) percebe no mundo sensível não corresponde necessariamente à verdade; não existe, de fato. O mundo objetivo seria o mundo das opiniões, dos sentidos que confundem, das nomeações que levam a mentiras. Parmênides só admite espelho, porque o ser é absoluto, um todo perfeito.

Pelo princípio lógico, o eleata estabeleceu o dualismo entre ser e não-ser: se o ser é e só existe o ser, então o não-ser não é e não poderá ser nunca. Aqui, começa o exame entre essência e aparência. Porém, Parmênides está encarnado no mundo sensível e testemunha as mudanças da natureza, dos discursos e da cultura. Conclui que o vir-a-ser é produto da relação entre ser e

¹⁰ Parmênides compõe o grupo dos filósofos épicos, cujas teses filosóficas foram registradas em forma de versos poéticos devido à tradição da época cujo foco era a oralidade.

não-ser; já que o não-ser não é, o seu produto (devir) é pura aparência. Ao observar os elementos e as transformações do mundo sensível, Parmênides o divide em duas classes: qualidades positivas e negativas, conferindo à palavra “negativa” não apenas o conceito de negação da primeira, o seu contrário, como também um peso adjetivo, indicando falta: quente-frio, denso-sutil, luz-obscuridade, masculino-feminino. As qualidades positivas eram o ser e as negativas, não-ser.

De Simplício a Nietzsche, encontram-se na doxografia diferentes críticas ao modelo racionalista e lógico elaborado por Parmênides. Uma das críticas compartilhadas é a falta de definição rigorosa sobre o que seria o não-ser e a solução mítica sobre a esfera extrassensível, cuja parte da tradição determinou como sendo Deus, o uno e o início de todas as coisas, afetando a cultura politeísta da qual Parmênides era integrante. Afinal, como relembra Nietzsche, em filosofia, palavras não são simples termos, mas conceitos.

A despeito das críticas, o questionamento de Parmênides não é banal: como determinarmos o que é verdade e o que é ilusão? Como saber que sabemos? Como encontrar o que existe em um mundo que parece? Há algo independente das transformações físicas e geracionais? Não obstante a relevância em galgar um sistema que busque a verdade oculta nas aparências, como solução aos questionamentos, o filósofo de Eleia instituiu a tese que vigorará em diferentes escolas: as coisas que são possuem unidade e a verdade só será alcançada ao suprimir a percepção dos sentidos porque tal verdade é possível ao pensamento, jamais à experiência. Por meio do pensamento, malgrado a experiência, o humano pode acessar o uno. Ademais, por meio do dualismo, reforça um esquema classificatório dicotômico organizador do contexto objetivo, excluindo o múltiplo, a diversidade e a potencialidade, uma interpretação que moldará o pensamento Ocidental, em especial sugere ser o germen dos modelos classificatórios dos estudos informacionais ocidentais.

Da fonte eleata, Platão extrai a base da Teoria das Formas. Os elementos que a compõem estão dispersos em diferentes diálogos registrados, tais como A República, Sofista (ou do Ser) e Parmênides (ou das Formas). Segundo Platão, os objetos participam de formas, indicando graus de semelhança e dessemelhança. Não são os objetos que existem, mas as formas, sendo os objetos seus partícipes. De acordo com essa perspectiva, as formas existem à parte de todos nós e do mundo material. As formas são ideias inteligíveis que existem fora do mundo sensível, interpretação metafísica herdada de Parmênides. Platão divide o mundo entre o mundo das formas e dos objetos sensíveis, bem como separa corpo e alma. Aquilo que é e, portanto, existe verdadeiramente, é o *to on*; o que devém e não é inteligível, *to gignomenon*.

O conceito de ideia em Platão não significa uma ideia mental provinda de um pensamento humano, mas uma forma inteligível que indica identidade, existente na realidade suprassensível (a única realidade de acordo com ele), que pode ser acessada pelo intelecto humano. Similar aos eleatas, Platão afirma que por meio do *nous* da alma, o ser humano acessa as formas e pode, assim, alcançar o verdadeiro conhecimento. O mundo percebido seria apenas cópia dos arquétipos ideais, isto é, a realidade existiria *a priori*: a forma ideal do “belo” existe antes da definição do “belo” e antes mesmo de existir o seu nome correspondente. Nesse horizonte, Platão estabelece três esferas ontológicas, uma que contém o ser (*to on*), uma que é puro reflexo mimético (*to gignomenon*) e um terceiro tipo, uma esfera-passagem, *khora*. Essa classificação geral da existência e de representação do mundo está presente no diálogo intitulado Timeu (Platão, 2010). Segundo o filósofo, *khora* ou *chôra* seria uma interface entre o mundo das formas e o mundo sensível, uma espécie de via mediadora para forjar as cópias. Além de “receptáculo” e “ama”, ao longo do texto essa interface também é chamada de “suporte de impressão”, “lugar” e “mãe” - todas as definições entendidas

como “suporte de alguma coisa”. Conforme o tradutor da edição consultada, Rodolfo Lopes (2010), *khora* seria um receptáculo amorfo que forja o particular enquanto o associa ao universal; um espaço-espelho que (in)forma. Ainda segundo Lopes,

A *chôra* evidencia características do inteligível e do sensível: é invisível e amorfa, ao mesmo tempo que tangível, mas apenas pensável por um raciocínio bastardo. A esta constituição ontológica híbrida acresce o facto de, em termos espaciais, ser caracterizada de modo ambíguo: é extensão ou espaço como condição de localização (‘providencia uma localização a tudo quanto pertence ao devir’: 52b6) e ao mesmo tempo o próprio local ocupado por um determinado corpo (‘a natureza que recebe todos os corpos’: 50b6), isto é, a realização daquela extensão (*apud* Mesquita, 2009, p. 91). Em vez disso, é comparada a uma mãe ou a uma ama, equivalendo a forma como interage com o arquétipo e com os particulares a um processo de impressão de que ela é o suporte: [...] recebe sempre tudo, e nunca em circunstância alguma assume uma forma que seja semelhante a algo que nela entra; jaz por natureza como um suporte de impressão para todas as coisas, sendo alterada e moldada pelo que lá entra, e, por tal motivo, parece ora uma forma, ora outra; mas o que nela entra e dela sai são sempre imitações do que é sempre, impressas nela de um modo misterioso e admirável [...] (50b8-c6). A *chora* representará o ponto intermédio de coligação entre o arquétipo e os particulares; ou seja, o lugar em que se consuma o processo de participação (Lopes, 2010, p. 46).

Conforme esclarece Abbagnano (2007, p. 982), “universal é a forma, ideia ou essência que pode ser partilhada por várias coisas e que confere às coisas a natureza ou o caráter que tem em comum”. Na tentativa de acomodar o vir-a-ser (em sua formulação lógica dialética entre ser e não-ser), Platão o inseriu no espaço *khora*, o que não solucionou a questão, visto que, apesar de amorfa em si mesma, se torna temporariamente a forma que vai imprimir a partir dos arquétipos pré-existentes; *khora* também apresenta caráter mimético, logo, o devir, que é necessariamente futuro, já está contido *a priori*.

Assim como Parmênides, Platão busca solucionar o dilema dos universais em contraposição aos objetos e fenômenos particulares. Em sua visão, para a verdade existir, ela necessariamente independe da mente de quem pensa, dos sentidos que a percebem e da língua que a profere. Contudo, sua proposta se ancora na metafísica, excluindo o devir da natureza e, conseqüentemente, dos processos históricos, onde intenção, liberdade e livre-arbítrio se inserirão, futuramente, nos pressupostos da Modernidade, com a emergência do sujeito dotado de consciência e capacidade reflexiva. Na antiguidade grega, o determinismo se constitui como regra, visto os arquétipos serem as essências, associados a um pretensão objetivismo que se apresenta como processo: se *khora* é um espaço em que tudo passa, mas nada retém, precisa imprimir as formas objetivamente. Trata-se de um princípio de neutralidade.

No âmbito da racionalidade, a proposta conceitual idealista platônica se encontra em um debate complexo: ideal como metafísica (tendendo ao mítico ou ao religioso), ideal como sinônimo de mente ou consciência (e adoção do entendimento de mente sendo cérebro), ideal como radicalismo racional: se eu não penso, não alcanço, logo, não existe; ideal como empirismo radical (só é possível existir o que os sentidos percebem e o intelecto reflete fora do homem), ideal como oposto ao material.

Discípulo de Platão, Aristóteles herda a visão essencialista, porém a desenvolve diferentemente. O estagirita postula quatro causas para explicar a origem e existência dos objetos: causa formal (a forma da sua essência, o que algo é), causa material (ao que é feito), causa eficiente (o que ou quem produziu, o princípio do movimento) e causa final (a sua finalidade). De acordo com ele, não é a alma que acessa o conhecimento alheio aos sentidos no mundo das ideias, mas o próprio ser humano que, por meio da razão e da experiência, torna inteligível o conhecimento a partir da identificação da essência das coisas. Contudo, Aristóteles igualmente defende o conceito de forma. De acordo com Angioni (2009, p. 18-19), tradutor da edição consultada de Física I e II, “forma é a efetividade de um ente natural na plenitude de suas funções e atividades próprias [...] uma relação entre elemento constituinte e coisa constituída em seu todo”. Na Metafísica, o filósofo afirma que a existência do ser está na substância contida nos objetos que o homem, via intelecto (razão) e os sentidos (experiência), pode inferir, desvelar. Para Aristóteles, existe o que tem substância. E, nas palavras dele, substância “é aquilo que não é nem dito de um sujeito, nem em um sujeito”; não possui contrários, nem varia em si mesma.

A mesma substância homem não pode realmente ser mais ou menos homem na comparação consigo mesmo ou com um outro homem. Este homem não é mais homem do que aquele, como uma coisa branca não é mais ou menos branca do que um outro objeto branco o possa ser (Aristóteles, 2016, p. 45).

É nesse ponto que o conceito de forma aristotélico diverge do platônico e o discípulo de Platão apresenta o hilemorfismo. De acordo com o hilemorfismo, os objetos que existem têm forma essencial, mas essa forma está na própria coisa, não em um mundo

abstrato à parte, suprassensório. Essência e matéria são imbricadas e não separadas, de forma dualista: existe o que tem substância e *morphé*. Parmênides, Platão e Aristóteles defendem o imobilismo e a univocidade do ser: conforme Aristóteles, apesar do ente ser dito de modos múltiplos, deve ser relativo a uma unidade. A coisa jamais poderá ter mais de uma definição e significado.

Em seu entendimento, o ser está pautado na universalidade das *morphés*, cujas categorias de classificação operam no seio da ontologia. Barbara Cassin (1999), filósofa francesa, propõe uma leitura diferenciada: estando o sistema racional mediado por linguagem, Aristóteles desloca-se da ontologia para a retórica (e sofística), quando este afirma que para algo existir deve significar a mesma coisa para si e para outrem. Para alcançar o intento, seu sistema categorial abrange classes a partir de semelhanças e dessemelhanças, elaborando e ordenando predicções. Segundo Nitecki (1994, 1995), Aristóteles e Platão (com influência de Parmênides, a despeito de suas diferenças), determinaram que a forma é um ideal de existir, uma entidade abstrata e universal, cujo mecanismo se dá na matéria. Para Aristóteles, o objeto material observável passa por estágios potenciais até efetivar sua forma ideal (ideal que já existe *a priori*).

A filosofia grega antiga foi retrabalhada por Santo Agostinho e Tomás de Aquino, que conferiram ao fluxo de informações (por bibliotecas e, posteriormente, impressões) a intenção de “bem geral” previsto na metafísica teleológica. Contudo, a classificação de assuntos deriva da mesma influência: o universal de Aristóteles, partindo da unidade relacional, uma unidade comparativa com outras unidades. Essa seria a base racional das terminologias: determinar as características identitárias únicas e/ou comuns de um determinado objeto para formulação dos conceitos. As categorias aristotélicas de classificação hierárquicas dos seres foram transpassadas para a organização dos saberes. Além disso, seus tratados sobre retórica

basearam o esquema de comunicação moderno (emissor-mensagem-destinatário) e os estudos sobre recepção, o *ethos* do emissor e a interpretação da mensagem (Nitecki, 1994). No raciocínio linear que fundamentou algumas teorias da comunicação e da informação, o “significado verdadeiro” não está aberto a múltiplas interpretações.

O racionalismo aristotélico pode ser identificado na proposta filosófica cartesiana. René Descartes foi peça-chave para o racionalismo moderno e a constituição das bases do método científico utilizado na contemporaneidade. Em *Meditações Metafísicas* (2012), o autor narra, em primeira pessoa, sua experiência de introspecção na qual questiona o que realmente existe e como ele sabe que existe: permanece na pauta filosófica o que o ser humano pode conhecer, como um objeto pode ser conhecido e se o que esse homem conhece e o que é esse objeto correspondem à verdade.

Na travessia meditativa, Descartes conclui que, a despeito dos sentidos mediar a experiência com o mundo, não são eles que levam ao conhecimento, porque, se por um momento suspendermos todos os objetos ao nosso redor, inclusive os sentidos, o único elemento que não pode ser eliminado é o pensamento. O homem pode nada sentir, mas não deixa de pensar.

De modo semelhante a Platão, Descartes defendia a dualidade corpo e alma. Em suas obras, afirma que não somos o nosso corpo; que o ser não é definido pelo conjunto de cabeça, todos os seus membros e órgãos. O ser é o que pensa; em verdade, pensar é ser - o que, nesse sentido, o aproxima da máxima de Parmênides. No entanto, o francês está em um tempo histórico diverso do eleata, onde a filosofia havia passado longos séculos sob a égide da Igreja e de preceitos religiosos. Ao defender a primazia da razão, Descartes não só a colocava acima das opiniões (assim como os que o antecederam), mas a dispôs a serviço de todos os seres humanos (diferente dos que o precederam). Se o

que define o ser humano é o atributo racional, todos os humanos, em tese, podem chegar à verdade das coisas.

A primeira regra é revolucionária para a época em uma Europa dominada pela autoridade papal: é fundamental se despojar de todas as crenças, preconceitos e opiniões; deve-se suspendê-los para o exame metuculoso da razão. A dúvida seria o início do caminho. Descartes estava certo em um ponto específico: todos os homens podem, potencialmente, filosofar, pois possuem razão. Porém, a questão ontológica persistia: quais sujeitos seriam considerados homens? A segunda etapa do método é fragmentar as dificuldades, examinando cada parte de uma vez; a terceira, começar pelos objetos mais simples; e a quarta, “enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir” (Descartes, 2004, p. 55).

Apoiado na lógica matemática, em especial da álgebra e da geometria, Descartes aplica as quatro regras e conclui ser generalizável a qualquer área do saber. De início, sugere que nos alinhemos à cultura na qual estamos inseridos, para compreender o que dizem e o que praticam, no intuito de identificar as diversas opiniões compartilhadas pelos “homens sensatos”. O próximo passo seria evitar os extremos e escolher o caminho mais provável entre todos os apresentados, pois

ainda que não observemos mais probabilidade numas do que nas outras, devemos mesmo assim nos decidir por algumas, e considerá-las a seguir não mais como duvidosas, na medida em que se relacionam com a prática, mas como muito verdadeiras e muito certas, porque a razão que nos fez decidir por elas se apresenta como tal (Descartes, 2004, p. 61).

Na sequência, Descartes transcorre pelas trilhas de margens éticas que unem Sócrates aos desafios da Modernidade: o objetivo

da investigação não é fazer prevalecer a vontade do filósofo; a este é exigido conhecer os limites impostos pela natureza, sobretudo ao imperativo moral de sua própria transformação. Se o filósofo não conhecer a si mesmo, quererá alterar a ordem do mundo e não seus desejos, fazendo com que estes estejam sobrepostos à verdade, com o que as conclusões da investigação sejam frutos do desejo e não da análise racional.

O próximo passo fundamenta o princípio da falseabilidade popperiana: inserir a própria hipótese no espectro da dúvida e afirmar como verdadeiro o que houvera negado antes para, nas proposições lógicas (elaboradas por meio de intuições e deduções), compreender se a conclusão seria ou não indubitável. Não obstante a proposta cartesiana ser um avanço científico, resultou na postulação de um outro dogma em relação à sua circunstância religiosa, o da razão fora da circunstância material, da razão objetiva além da experiência e das percepções sensoriais, e de um certo tipo de natureza humana racional, a universalização do conceito de homem¹¹. O racionalismo cartesiano, assim como Aristóteles, contribuiu para a noção de informação sem ruídos, já que o pensamento racional não pode se enganar, fortalecendo a visão mecanicista da cibernética.

Conforme mencionado, Popper é citado destacadamente na revisão realizada por Nitecki. Uma das personagens mais influentes do século XX, seu entendimento é de que o conhecimento humano está circunscrito em determinado espaço-

¹¹ Em *Meditações Metafísicas* (2012), Descartes descreve os critérios de condução à verdade e difere o homem sensato dos loucos insensatos que confundem o real com as fantasias, os sonhos e a imaginação. Na leitura de Michel Foucault, trata-se de um gesto de exclusão ontológica ao situar os loucos (e toda produção discursiva e política sobre essa categoria) como seres despossuídos de razão. Jacques Derrida discorda desta interpretação. O diálogo teórico está disponível em: MOTTA, Manoel Barros da (org.) *Michel Foucault: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria, psicanálise*. Ditos & Escritos. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

tempo, sendo, por este motivo, falível. Por isso, defendeu a ideia de que as teorias dominantes e que permanecem como verdade são elementos à espera de refutação.

Para delinear de que forma o conhecimento científico é produzido, pode ser observado, constatado e falseado, Popper (2006) elaborou a teoria dos três mundos. O primeiro mundo diz respeito às coisas materiais e fenômenos observáveis e constatáveis. O segundo mundo abrange as emoções, inteligência e sentimentos dos indivíduos - é o mundo dos processos mentais e psíquicos. O terceiro e último mundo é o espaço dos produtos intelectuais, daquilo que se materializa a partir das ações do mundo dois; são os produtos do espírito humano (Popper, 2006). Contudo, essas três partes se inter-relacionam, moldando o todo maior, a chamada realidade.

O filósofo parte do pensamento evolucionista de Darwin, pautado na biologia, para explicar tais categorias. Os três mundos não foram forjados aleatoriamente e dissociados, mas vistos como produtos de um progresso físico-biológico: as condições bioquímicas para o surgimento da vida, o despertar mental para a fabricação de objetos, e, por fim, o nascimento da linguagem e do mundo social. Nesse horizonte, Popper (2006) salienta que a linguagem é o que possibilitará a existência da ciência, uma vez que a teoria só pode ser analisada e refutada a partir dela e da “coisificação” do conhecimento. Além disso, só por meio da linguagem o homem é capaz de discernir o falso do verdadeiro, fator primordial para o fazer científico.

O conhecimento coisificado, materializado em revistas, livros ou suportes computacionais é dividido em duas partes: o conteúdo e o continente. Para Popper, o mundo três diz respeito ao conteúdo. O continente se restringe ao mundo um. Mas, para essa relação acontecer, o fenômeno é mediado pelo mundo dois. Por exemplo: o animal homem (mundo 1) sente, pensa e elabora teorias (mundo 2). O produto do pensamento, codificado pela linguagem (mundo 3) é materializado em algum suporte (mundo

1). Para Popper, o conhecimento coisificado no mundo três é o conhecimento objetivo e, portanto, autônomo. No escopo da CI, a tese dos três mundos se aproxima da metabiblioteconomia de Nitecki e fundamentou a abordagem sociocognitiva de B.C. Brookes, na década de 1980.

Seis décadas depois do lançamento da “Introdução à bibliologia psicológica”, de Roubakine, em 1922, na década de 1980, Brookes propôs um modelo logarítmico para que os comportamentos dos usuários da informação pudessem ser capturados e analisados. Sua intenção era quantificar a união entre informação e conhecimento (categorias distintas em sua perspectiva), o que resultaria na objetivação do conhecimento.

Sugere que o “conhecimento”, uma entidade estruturada, evolui pelo acréscimo e integração de muitos incrementos de informação, não necessariamente de documentos. Como a informação pode ser objetivada, parece razoável esperar que as estruturas de conhecimento públicas, se não privadas, também possam ser objetivadas. (Brookes, 1980, p. 254, tradução própria).

De acordo com o autor, o campo de estudo da CI não é a informação, mas a interação cognitiva entre usuários e sistemas de conhecimento. Para tal, se baseia na proposta ontológica de Popper (2006) sobre os três mundos: a CI seria a área responsável por pesquisar as interações entre os mundos dois e três – o mundo mental/psíquico e o mundo objetivo. Brookes (1980) argumenta que é urgente a atividade de mapeamento do mundo três por meio de fórmulas matemáticas.

Em “*Measurement in Information Science: Objective and Subjective Metrical Space*”, afirma que a matemática é a linguagem mais simples e segura de preservação do conhecimento produzido no mundo por compreendê-la como esquema universal. O

problema no argumento de Brookes em relação às outras linguagens é que, para compreendê-las, o sujeito precisa conhecê-las, estudá-las. O conhecimento matemático não está dado no mundo; conteúdo e forma são aprendizados.

O objetivo não é inutilizar o aspecto quantitativo que permeia a abordagem de Brookes, mas em certa medida discordar da constituição autônoma do mundo três, de uma suposta neutralidade tecnológica e de linguagem, ademais da ausência dos condicionantes político-sociais em torno da tríade informação, conhecimento e tecnologia – o que demonstra sua ideologia positivista, apesar de flertar com o contexto cognitivo. Brookes não considera que a mensagem já parte do emissor de maneira subjetiva, mas insere a subjetividade tão somente no momento da recepção, como se ela estivesse neutralizada até então – o que sugere aproximação com o fundamento filosófico de *khora* platônica.

Seguindo nessa reflexão, Neill (1982, p. 35) sinaliza que Brookes (1980) “tem uma tendência a deslizar sobre o significado de conhecimento objetivo” e relembra que, para Popper, o conhecimento objetivo do mundo três não é sinônimo de verdade, mas associa-se ao “sentido de estar fora da mente humana”. É válido recorrer ao próprio Popper para ter clareza em torno do conceito:

[...] A epistemologia tradicional tem estudado o conhecimento ou o pensamento num sentido subjetivo - no sentido comum das expressões 'sei' ou 'estou pensando'. Isto, afirmo, tem levado estudiosos de epistemologia à irrelevâncias: enquanto pretendiam estudar o conhecimento científico, estudavam de fato algo que não tem significação para o conhecimento científico. Pois o conhecimento científico simplesmente não é conhecimento no sentido do uso

comum da palavra 'sei'. Enquanto o conhecimento no sentido de 'sei' pertence ao que chamo segundo mundo, o mundo de sujeitos, o conhecimento científico pertence ao terceiro mundo, ao mundo de teorias objetivas, problemas objetivos e argumentos objetivos (Popper, 1972, p. 110).

É nesse ponto que o pensamento sobre o mundo três de Popper (1972) se traduz em conhecimento objetivo sem sujeito cognoscente, existente por si.

O terceiro mundo é um produto natural do animal humano, comparável a uma teia de aranha. [...] O terceiro mundo é amplamente autônomo, mesmo embora constantemente atuemos sobre ele e sejamos atuados por ele; é autônomo apesar do fato de ser produto nosso e de ter um forte efeito de retrocarga sobre nós; isto é, sobre nós como habitantes do segundo mundo e mesmo do primeiro. [...] Através desta interação entre nós e o terceiro mundo é que o conhecimento objetivo cresce, e que há estreita analogia entre o crescimento do conhecimento e o crescimento biológico, isto é, a evolução das plantas e animais (Popper, 1972, p. 114).

A autonomia do mundo três diz respeito ao fato do coletivo se sobrepôr ao indivíduo. Não se trata do cientista, mas da categoria ciência. Não é um homem que produz um artefato, mas o que a humanidade produz e deixa de legado. Porém, ainda que Popper (1972) considere que a produção do mundo três exerça força sobre os indivíduos, afirma que o conhecimento evolui de maneira natural e autossuficiente, alheio aos sujeitos isoladamente.

De posição contrária e apoiada em Marx, Mostafa (1986, p. 173) explica que “o pensamento e as ideias são a expressão das condições materiais de existência”. Por isso, é necessário problematizar tanto o conceito usual do saber científico como “sei” (Popper, 1972) quanto da suposta objetividade das teorias e métodos científicos. Se, como Mostafa (1986) relembra, o conhecimento é fruto da interação dos homens com a natureza, relações de sobrevivência dos homens e de trabalho, parece incorreta a afirmação popperiana de autonomia, não existindo, por esse ponto de vista, uma epistemologia sem sujeito cognoscente.

A ideia de que exista uma forma a priori de conhecer que dominará o objeto inteiramente incorre no equívoco de acreditar que o sujeito está separado do objeto e vice-versa. [...] O sujeito igualmente idêntico em si mesmo, sem contradição, íntegro na sua racionalidade, é pressuposto do exercício de dominação em direção ao objeto. Essa visão ainda é muito moderna e está presente no Círculo de Viena, no pragmatismo americano, em Popper. [...] O objeto é entendido enquanto apenas objeto sem nada de subjetivo. (Mostafa, 1986, p. 188).

Se nenhum conceito prescinde de espaço e tempo e todas as teorias só existem porque existe a linguagem, é essencial voltar o protagonismo para o indivíduo detentor da linguagem, aquele que escolhe o que dizer, por que e como. Nesse sentido, o conhecimento não existe por si mesmo, nem cresce apesar da história e da ação dos sujeitos.

Tanto em Popper quanto em Brookes observa-se que a objetividade passa pela objetificação: o suporte torna-se o protagonista da perpetuação isenta do conhecimento; trata-se da

visão determinista de que a tecnologia resolverá os problemas de classificação, indexação, recuperação e memória. Conhecimento quantificado, medido, processado via sistemas lógico-matemáticos, acumulado e transmitido, ou como diria Mostafa (1986, p. 177), “a duplicação do real no saber, à moda da fotografia”.

O idealismo parmenídico, platônico e aristotélico não pode ser admitido nesta pesquisa, visto o conceito de universal, ideal, fora do real concreto, ser incompatível com as manifestações do domínio autista avaliado, vivido cotidianamente. Da mesma forma, não se compreende a epistemologia popperiana como adequada no que concerne à ideia de conhecimento objetivo. Assim como Mostafa, sustentamos que o conceito de universal para as ciências da natureza e dos números não pode ser aplicado às ciências sociais, porque, apesar da história humana indicar regras e repetições, mecanismos que podem ser mapeados (e de certa forma previstos), fenômenos sociais lidam com a questão da liberdade (que Kant, Hegel e outros intelectuais se debruçaram a investigar) e da linguagem, discutida em capítulo posterior. Por outro lado, não se sustenta o argumento relativista de que todos os fenômenos sejam frutos de puros contextos e nominalismos. A reconciliação com a filosofia e justificativa conceitual acerca das linguagens documentárias e mecanismos de representação nesta pesquisa encontra-se na análise do filósofo russo Evald Ilienkov.

Na obra intitulada “A dialética do ideal”, Ilienkov (2016) esclarece que as ideias em Platão são padrões, protótipos universais mantidos independentemente da alma singular,

[...] como as normas universais daquela cultura em que um sujeito desperta para a vida consciente, assim como requisitos que ele deve internalizar como uma lei necessária de sua própria atividade vital. Estas são normas culturais, assim como as normas linguísticas sintáticas-gramaticais nas quais

ele aprende a falar, assim como as leis do Estado na qual ele nasceu, assim como as regras do pensamento sobre as coisas ao seu redor desde o mundo de sua infância, e assim por diante. Ele deve internalizar todos os padrões normativos como uma realidade especial que é claramente distinta dele (e de seu cérebro, naturalmente) (Ilienkov, 2016, p. 6).

Nesse contexto, de acordo com o autor, a tradição empirista (especialmente inglesa) relegou o conceito de ideal ao imaginário ou ao conjunto de fenômenos mentais das pessoas.

O ponto é que a mera identificação do ideal com o mental em geral, como era comum do século XVII ao XVIII, não oferecia uma oportunidade para até mesmo formular claramente o problema filosófico especial que Platão já havia agarrado – o problema da objetividade do conhecimento universal, a objetividade das definições universais (teóricas) da realidade, a natureza do fato da absoluta independência dessas definições dos humanos e da humanidade, da constituição especial do organismo humano – seu cérebro e sua mente com seus estados fugazes singulares. Colocado diferentemente, é o problema do valor de verdade do conhecimento universal, entendido como as leis do conhecimento, permanecendo invariável em todas as diversas mudanças nos estados mentais e não somente singular, mas também formações, épocas e pessoas intelectuais inteiras (Ilienkov, 2016, p. 7).

O autor argumenta que o ideal possui uma objetividade, porém distinta da objetividade constatável positivista - a forma ideal é resultante do trabalho humano social, existente no mundo objetivo, mas independente de um homem singular. “É por isso que o homem contempla o ideal como estando fora de si mesmo, fora de seus próprios olhos, fora de sua própria cabeça – como realidade objetiva” (Ilienkov, 2016, p. 49).

Sustentado na perspectiva alemã, Ilienkov esclarece que o mundo material está representado “na consciência social (coletiva) historicamente estabelecida e historicamente em mudanças” (Ilienkov, 2016, p. 11), a materialidade de uma certa racionalidade coletiva, erigida na história sendo por ela chancelada como ideal universal. Esse processo cíclico de materialização do ideal, provinda da atividade sócio-histórica, constrói o universal que se manifesta e se alimenta pela linguagem e todas as outras manifestações socioculturais significantes (Ilienkov, 2016).

Nesse entendimento, a essência das coisas não é determinada pelo *eidos* platônico ou a *morphé* aristotélica, mas encontra-se em uma teia de relações com as forças produtivas realizadas pelo homem. Disso não decorre dizer que objetos não tenham atributos próprios que os distingam dos demais objetos, todavia, se o ser humano é atuante na natureza como imperativo para sua sobrevivência, as lentes ontológicas metafísicas são insuficientes para estabelecer qualquer tipo de essência desde que humanos vivos existem no planeta em que conhecemos e alteram o curso de seu desenvolvimento. Para o materialismo histórico de Marx, o mundo sensível é fruto da práxis, não de formas extrassensíveis. Portanto, a força de trabalho humana será objetivada nos artefatos, na linguagem e na cultura, construindo o universal, formas ideais relativas a cada sociedade.

A efetivação dessas forças no real concreto de maneira coletiva constrói o humano na mesma medida que o humano o constrói: o ser humano tece a cultura e a cultura já está no mundo

quando outro humano nasce. Nesse sentido, a racionalidade não está fora do homem ou tão somente no cérebro do homem: ela é causa e efeito ao mesmo tempo, porque a racionalidade está no mundo construído e pensado pelo homem, individual e social. Conforme Mostafa (1986, p. 173), “os conhecimentos são resultado da interação do homem com a natureza e devem por isso mesmo sempre ser remetidos às relações de produção, isto é, as relações de sobrevivência dos homens, às relações de trabalho”. Sendo produtos humanos, estão submissos a disputas de poder, materiais e simbólicas. Não mais essência e forma, sujeito ou objeto, mas sujeito e objeto em relação, sendo tal relação motor constitutivo de ambos.

O que significa historicizar o movimento do conhecimento? Água não é H²O em todo lugar? É e não é. O ter a água como objeto de estudo não está no interior dela mesma embora a motivação de tê-la como objeto de estudo já aponte para o conhecimento do seu funcionamento. A necessidade e as finalidades surgem como originárias na relação conhecimento-interesse. A gente conhece aquilo de que necessita. A gente quem? Nós quem? (Mostafa, 1986, p. 186).

Quando a autora evoca o “nós quem” evidencia um dilema dos universais, os mecanismos que alçam classes (de pessoas, temas ou fenômenos) ao posto de lei geral. Aplicado ao TEA, retoma-se o debate acerca da razão e da experiência: o humano pensa, mas como pensa? O humano é dotado de sentidos, mas todos experienciam do mesmo modo?

Do ponto de vista biológico, o autismo é uma condição neurológica, constituindo uma verdade universal, já que não há autistas sem alterações neurobiológicas. O “como” ele existe no organismo, de que forma se manifesta no indivíduo e como esse

indivíduo se expressará e viverá em sociedade não são formas universais. Sendo um espectro, sua ontologia é anti-aristotélica pois autismo é um termo guarda-chuva para questões distintas, apesar das semelhanças apresentadas por número expressivo de autistas. Sendo as classificações bibliográficas hierárquicas, com esquemas e teorias conceituais aristotélicas, fundamental se torna um outro *corpus* filosófico, o que significa repensar a estrutura de OC atual e conceitual acerca do autismo.

DA TEORIA DO CONHECIMENTO OCIDENTAL AO EU-NÓS-EU DA COMUNIDADE AUTISTA

As pessoas gostam de perguntar se os autistas podem levar uma vida 'normal'. O que é normal? Se normal for típica, se para eles normal for casar, trabalhar, constituir família, ser independente, a resposta é: depende do autista.

(Caroline Souza)

A universalidade pretendida tem fundamento: quando se fala em cavalo, se fala da categoria cavalo, não de um cavalo específico. Quando se fala em humano é o conceito de ser humano, não de mim, autora desse livro, ou de você, que lê o livro. Todavia, dependendo de quem seja eu e de quem seja você, toda a ideia de ser humano pode ser transformada, porque exceções existem e porque somos dentro do tempo e do movimento histórico. Ao pensarmos a universalidade conforme Ilienkov dissertou, compreende-se a impossibilidade de refletir sobre autismo a partir de categorias fechadas como razão e experiência sem uma perspectiva crítica sobre essas mesmas definições; ademais é relevante considerar como tais definições norteiam o entendimento sobre os documentos e as condições de

conhecimento, conforme atestado por Mostafa (1985, 1986). A metodologia informacional predominante normaliza e normatiza de acordo com o quê? Com quem? Sob qual viés epistemológico? Com qual recorte metodológico?

O questionamento não pretende inserir o autismo como apenas um modo de ser diferente, livre de qualquer tipo de consequência e ponderação sob o pretexto da classificação em saúde, afinal, essa visão igualmente destitui o autista de sua humanidade. Um autista é uma pessoa sujeita a temperamento, personalidade e erros próprios como qualquer ser humano vivo e tem direito ao autoconhecimento e à educação parental, social e instrucional para a vida em comum. O desafio está em identificar o que é da ordem da necessidade de adequação da pessoa, um aprendizado individual fundamental, no qual passa qualquer ser humano com ou sem deficiência; e o que é da ordem de questionamento dos protocolos sociais que não absorvem a diversidade em seu modo de viver e condição de ser, justificados por convenção.

No escopo de nosso trabalho, o desejo é identificar os movimentos sócio-históricos que permeiam a documentação e refletem a interpretação do limite entre saúde e exclusão social, de uma condição terapêutica e/ou patológica e características inerentes à diversidade humana. Em termos conceituais, não há regras biológicas que situem a pessoa autista dentro de um padrão único face à diversidade do espectro: a mesma pessoa pode adentrar várias subcategorias, com maior ou menor participação nelas, embora semelhanças já conhecidas permitam o diagnóstico seguro.

Consequentemente, ao abordar a racionalidade autista é relevante considerar sobre qual tipo de autismo e autista o parâmetro se destina. Na contemporaneidade, o alemão Markus Gabriel (2016) afirma que ter um cérebro e raciocinar não são condições suficientes para o homem ser definido como um ser humano racional, embora seja uma condição necessária ter um

cérebro e ser racional para ser classificado como ser humano. Na visão de Gabriel, reduzir as potencialidades humanas, bem como sua diversidade, em um órgão com sua configuração bioquímica seria um equívoco, embora a neurociência seja relevante e os estudos da área deem pistas para responder sobre causas de alguns fenômenos humanos.

O que segue em disputa é a velha racionalidade cartesiana, cujo conceito de humanidade é centrado na funcionalidade do cérebro e sua destituição relacionada à classificação desse órgão como disfuncional. Mais do que determinar o tipo de existência e de racionalidade, ou seja, o que algo é, importa determinar o lugar onde algo existe. Quando Gabriel (2016, p. 38) afirma que

o mundo dos romanos não é simplesmente apenas a totalidade dos objetos que existiam na época dentro do império, mas também a relação entre esses objetos, [...] a cultura romana, seus costumes e hábitos

se aproxima do que Ilienkov assinalou como o trabalho social do homem materializando o ideal-universal. A finalidade de introduzir o filósofo alemão ao debate é a de pinçar a ideia de lugar, mais do que de essência, pois quando falamos de classificação no campo da BCI, estamos precisamente indicando lugar e não definição, embora tais categorias se relacionem. Qual é o lugar do autismo e do autista na história? Quando se classifica tematicamente o assunto, o que se diz? Como se diz? Sendo as linguagens documentárias e demais vocabulários, campos de sentido (Gabriel, 2016), que tipo de existência é manifestada e atribuída a pessoas autistas?

Ao considerar a epistemologia ocidental, americanizada e eurocêntrica, conforme revisitado em Nitecki e Mostafa, autistas serão seres que trabalham, produzem, têm intencionalidade e serão considerados usuários da informação? Estarão incluídos como leitores, fazedores de cultura? Se, conforme Mostafa (1986),

a CI não superou o aristotelismo, com o foco nos sistemas informatizados e uma determinada estrutura cognitiva, terá superado o neurocentrismo?

Capítulo 3

EMOÇÕES DOCUMENTADAS: O SENTIR COMO VALIDAÇÃO DO SER

Que vai ser quando crescer?
Vivem perguntando em redor. Que é ser?
É ter um corpo, um jeito, um nome?
Tenho os três. E sou?
(Carlos Drummond de Andrade)

No capítulo anterior, verificou-se o percurso filosófico que moldou o pensamento ocidental acerca da racionalidade humana. A seguir, o diálogo entre Psicologia, Filosofia e Antropologia abordará a tríade sensação, percepção e emoção, um conjunto renegado pelos racionalistas, e, em certa medida, pelos empiristas.

O enfoque pretendido se refere à construção discursiva científica acerca do processo sensório-emocional relacionado à cognição humana. O debate se justifica ao considerar dois aspectos principais: os desafios sobre a interpretação comportamental de pessoas autistas para representação informacional do TEA e a inexistência de neutralidade na

produção informacional. Ao escolher quais termos são mais qualificados para descrever um assunto, a relação hierárquica e as etiquetas classificatórias, estão em disputa o patrimônio emocional e psicológico do indexador, classificador e classificacionista, assim como os respectivos contextos políticos.

Trata-se dos modos de ver refletidos nas formas de dizer, uma relação não recíproca do objeto analisado (Foucault, 2020). Vale notar que o regime nazista investiu em ciência e tecnologia para concretizar o Estado racial, lançando mão de princípios eugenistas fundamentados em pesquisas neuropsiquiátricas. De acordo com Sheffer (2019), $\frac{3}{4}$ (três quartos) das pessoas diagnosticadas com quadros psiquiátricos foram assassinadas ou esterilizadas compulsoriamente pelo Terceiro Reich, totalizando cerca de 270 mil pessoas. O que a autora denomina “genocídio psiquiátrico” englobou crianças autistas incompatíveis com o padrão afetivo necessário para manutenção da unidade alemã.

A documentação de e sobre Asperger revela uma atuação dual, de proteção e de vulnerabilidade aos seus pacientes. Não é unânime a opinião de que o médico austríaco se afinava com os valores hitlerianos, a despeito da utilização terminológica em documentos oficiais e pareceres técnicos. Contudo, a análise da historiadora Edith Sheffer demonstra que a atuação e esquemas classificatórios diagnósticos identificados contribuíram para que crianças fossem enviadas para a morte. Fruto de um espaço-tempo histórico, Asperger interpretava os quadros clínicos com suas próprias lentes sobre intelectualidade, capacidade e incapacidade, pendendo notoriamente as qualidades positivas ao sexo masculino. Pesava igualmente o valor humano no grau de inteligência apresentado e capacidade de adequação comportamental, especificamente sobre o quão poderia se transformar em funcional para o Estado malgrado a genética.

Segundo a autora, o regime diagnóstico hitleriano resultou em trinta categorias diagnósticas neurológicas e psiquiátricas, remanescentes na contemporaneidade. Para alcançar o espírito

alemão desejado (*Volk*) foi necessário eliminar os atores que prejudicassem a coesão social justificada na expressão sentimental para com a nação, com o outro e o ideal de futuro. Nesse contexto, a capacidade de criar e manter laços sociais foi alçada a critério diagnóstico (e de perseguição) com mais força.

De acordo com Sheffer (2019), o regime psiquiátrico nazista se apropriou do termo *Gemüt* (que significava alma, no século XVIII) para representar a noção de sociabilidade, a capacidade individual de se integrar ao coletivo. Portanto, a falta de *Gemüt* ou um *Gemüt* deficiente era um dos aspectos diferenciais em pessoas autistas. O exermínio racial do Holocausto visava determinar modos de sentir e de ser para além de seu aspecto físico, racial ou religioso. O paradigma hitlerista era atravessado pelo desejo de instaurar uma personalidade-modelo (Sheffer, 2019). Formas de pensar estavam diretamente relacionadas com formas de sentir.

No âmbito da CI, o olhar cognitivista é registrado em Brookes, citado anteriormente, na década de 1980. Todavia, a epistemologia histórica orientada a autores marginais indica que, na virada do século XIX para o XX, Nicolas Roubakine se interessou em investigar as emoções e a interação psicológica dos indivíduos com a leitura e artefatos mediadores. Exilado da Rússia no período czarista por seus ideais revolucionários, Roubakine fundou a bibliopsicologia, ciência que investigou o significado da informação na psique do usuário.

Para a bibliopsicologia, o leitor não interpreta o conteúdo do livro, a intenção do autor, esta permanece desconhecida, mas lê o conteúdo a partir de sua própria personalidade e arcabouço de conhecimento prévio; a leitura é um espelho do leitor e cada leitor demonstrará um entendimento completamente diverso em relação ao mesmo material. Nesse contexto, a classificação bibliográfica não deveria ficar restrita aos assuntos, como os bibliotecários organizavam até então, mas focalizar o perfil psicológico dos leitores, porque a leitura era meio de justiça social, se aproximando, em certa medida, das Cinco Leis de Ranganathan,

que preconiza “a cada livro o seu leitor” e a “cada leitor, o seu livro”. No entendimento do bibliotecário russo, os livros deveriam estar acessíveis aos leitores para que se conhecesse os usuários e analisasse a relação emocional e psíquica com as obras.

A despeito da crítica ao método escolhido, pautado na mensuração estatística da psique dos leitores a partir de reações emocionais, o pioneirismo roubakiniano constrói uma dada psicologia da cultura e do conhecimento, uma vez que o leitor não é somente o leitor individual, mas uma comunidade científica, uma comunidade regional, uma comunidade profissional. Nos termos do autor, um livro é o que nós fazemos dele; são impressões individuais e/ou coletivas. Sendo o leitor, e não o texto, a variável mais importante, a bibliopsicologia colaboraria para separar o que é do leitor (suas impressões) e o que é do livro (o que tem de conteúdo do autor), e ainda compreenderia os limites do conhecimento do leitor e o “espírito” do próprio autor para situá-lo no tempo, ou seja, constatar como cada época interpreta a mesma obra, oferecendo pistas sociais para uma psicologia dos discursos. Cabe, então, discorrermos conceitualmente sobre emoção, sensação e cognição a fim de galgar paulatinamente a construção de uma abordagem ontológica social dos sujeitos autistas para a CI.

Com o descobrimento dos germes, a biologia inaugurou uma nova medicina, isolando o indivíduo e dividindo o corpo físico em partes especializadas (Portocarrero, 2009), dentre eles, o cérebro, objeto de estudo da Psiquiatria, com foco nos transtornos mentais e a saúde mental. Os aportes da filosofia e das ciências da vida resultaram no campo da Psicologia, cuja finalidade, inicialmente, foi compreender a relação entre subjetividade e as experiências a partir da fisiologia. Nesse horizonte, algumas perguntas emergiram: de que maneira nos relacionamos? O que constitui o pensamento? Pensar é sinônimo de sentir? Pesquisadores de diversas áreas do saber se dedicam, ainda hoje, a responder tais perguntas.

Felicidade, alegria, desdém, ansiedade, desespero, ciúme, empatia, ódio: donde surgem os ímpetus que alteram a face, os músculos, ritmo cardíaco e impulsionam ações? Desde os gregos houve a busca por se entender o substrato das relações humanas, das micro às macro sociações. Regras sociais são atravessadas pelas emoções, os sentimentos e os traumas: o que é a ética senão também a compreensão e a regulação do sentir em si e em relação ao outro para a vida social?

Há quem tenha buscado respostas na metafísica, como Platão, Kant e Descartes. No campo literário, Clarice Lispector (2017, p. 66) escreveu em “A hora da estrela”: “pensar é um ato; sentir é um fato”. Se a palavra pode não revelar a verdade, inclusive contrariamente ocultá-la ou deturpá-la, a perspectiva emocional resultou em dois fatores ao longo da História: oposição à razão (porque a ideia de pensar é objetivista, descolada das vontades de quem pensa para alcançar o saber verdadeiro) e identificação com quem sente (o “conhece-te a ti mesmo” está pautado fundamentalmente no arcabouço emocional dos sujeitos, enfatizando emoção – ou a ausência dela - como a efetivação da personalidade). Mas, emoção e sentimento são sinônimos de conduta? As expressões correspondem necessariamente à essência do sentimento?

No campo filosófico, Descartes apresentou algumas respostas sobre as causas do que sentimos. Dualista, o autor separou e descreveu dois elementos: as paixões e as percepções, e as relacionou no âmbito da alma e do corpo. Dentre as relativas à alma (onde, segundo ele, está a mente, logo o ser), estão as emoções:

As percepções que se referem somente à alma são aquelas cujos efeitos se sentem como na alma mesma e de que não se conhece comumente nenhuma causa próxima à qual possamos relacioná-las: tais são os sentimentos de alegria, de cólera e outros

semelhantes, que são às vezes excitados em nós pelos objetos que movem nossos nervos, e outras vezes também por outras causas. Ora, ainda que todas as nossas percepções, tanto as que se referem aos objetos que estão fora de nós como as que se referem às diversas afecções de nosso corpo, sejam verdadeiramente paixões com respeito à nossa alma, quando tomamos esse termo em sua significação mais geral, todavia costumava-se restringi-lo a fim de significar somente as que se relacionam com a própria alma, e apenas essas últimas é que me propus explicar aqui sob o nome de paixões da alma (Descartes, 2018, p. 236).

Descartes pontua que se trata de um fenômeno dissociado do exterior. O sentir é produzido pelo ser em seu interior e gera reações pelo corpo, nervos e músculos. Já no século XVII, o filósofo desconfiava de que, apesar do emocional afetar fortemente a região peitoral, sua origem não estava no órgão do coração. Para ele, se encontrava na alma, e esta estaria ligada ao corpo por meio de uma glândula no cérebro.

A relação entre emoção, sentimento, corpo, consciência e mente tem sido fruto de debate na biologia e na neurociência. As ciências biológicas atuais atestam que há o componente físico: o cérebro libera hormônios, o corpo responde a estímulos, o cérebro se configura e reconfigura diferentes vezes, de formas distintas, gerando impressões e memórias acerca das vivências - essa dialética constante entre organismo interior e manifestação e recepção exteriores. Descartes não estava errado ao afirmar que biologicamente as emoções não derivam do coração, mas do órgão cerebral (embora tenha postulado que a origem era, na verdade, a alma). O neurologista Antônio Damásio (2015) define emoção como

conjuntos complexos de reações químicas e neurais, formando um padrão; todas as emoções têm algum tipo de papel regulador a desempenhar, levando, de um modo ou de outro, à criação de circunstâncias vantajosas para o organismo em que o fenômeno se manifesta; as emoções estão ligadas à vida de um organismo, ao seu corpo, para ser exato, e seu papel é auxiliar o organismo a conservar a vida (Damásio, 2015, p. 51).

Damásio (2015) afirma que as emoções são inatas, são mecanismos cerebrais estabelecidos em uma lógica evolutiva que representam estados corporais, que podem ser ativadas automaticamente (sem atos conscientes) e com variação individual. O autor reconhece que a expressão das emoções recebe novos significados conforme o processo de aprendizado, sendo modificado, também, pela cultura. Porém, ainda que a cultura exerça uma influência na configuração emocional de um indivíduo, os mecanismos possuem uma natureza estereotipada e uma finalidade reguladora (Damásio, 2015). Em suma, na visão do neurologista, as emoções humanas são fruto da íntima relação entre seleção natural, genética e cultura.

Damásio classifica as emoções em primárias (ou universais) e secundárias (ou sociais). Por primárias entende-se alegria, tristeza, raiva, medo, surpresa. As secundárias, denominadas como emoções de fundo, se referem ao ciúme, culpa, orgulho, calma, tensão e a impulsos como dor e prazer. Para o autor, o espectro emocional é mais complexo e esclarece que há necessariamente três fenômenos relacionados: ter uma emoção, sentir essa emoção e tomar conhecimento de que sente a emoção. Eis o problema da consciência, intimamente relacionado com o conceito de razão e, portanto, de intencionalidade.

A emoção e o sentimento da emoção são, respectivamente, o início e o fim de uma progressão, mas a natureza relativamente pública das emoções e a total privacidade dos sentimentos decorrentes indicam que os mecanismos ao longo do *continuum* são muito diferentes. [...] Propus que o termo sentimento fosse reservado para a experiência mental privada de uma emoção, enquanto o termo emoção seria usado para designar o conjunto de reações, muitas delas publicamente observáveis. [...] Ninguém pode observar os sentimentos que um outro vivencia, mas alguns aspectos das emoções que originam esses sentimentos serão patentemente observáveis por outras pessoas. [...] É possível que os sentimentos se situem exatamente no limiar que separa o ser do conhecer e, portanto, é possível que tenham uma ligação privilegiada com a consciência (Damásio, 2015, p. 44-45).

Nesse ponto, é relevante definir consciência – ou ao menos tentar. Damásio (2015) aponta para a falta de consenso sobre o assunto, mas esclarece que consciência não é toda a mente, nem o cérebro. E consciência e consciência moral são coisas distintas.

Quando falamos em consciência, referimo-nos ao conhecimento de qualquer objeto ou ação atribuída a um self, ao passo que consciência moral concerne ao bem ou mal que podem ser discernidos em ações ou objetos. Consciência e mente também são distinguíveis: consciência é a parte da mente relacionada ao sentido manifesto do self e do conhecimento. A mente não é apenas consciência, e pode haver mente sem

consciência, como descobrimos em pacientes que possuem uma, mas não a outra (Damásio, 2015, p. 33).

A consciência é elemento privado, subjetivo, e se relaciona com a mente, as emoções e os comportamentos. Todavia, são processos interligados, não necessariamente dependentes. O indivíduo pode se movimentar, reagir ao medo, esboçar um sorriso sem que isso signifique, social ou individualmente, alguma coisa. Comumente pacientes com demência estão despertos e interagem sem terem consciência de si e dos outros, frisa Damásio.

Como neurologista, o autor deseja estabelecer uma anatomia da consciência – uma tarefa em curso. Ao longo de sua carreira, com centenas de pacientes, testes e experimentos clínicos, arriscou algumas conclusões: 1) consciência e emoção não são elementos separados; 2) consciência não é um monólito; 3) emoção classifica-se em dois tipos: central e ampliada; 4) consciência não se restringe a processos cognitivos, como memória, linguagem e racionalidade; 5) uma teoria da consciência não deve interpretar o cérebro tão somente como um processo de reação e espelhamento a imagens e objetos; 6) uma teoria da consciência não deve restringir o cérebro a criador de imagens mentais integradas e unificadas, embora imagens mentais e unificadas sejam relevantes para a consciência (Damásio, 2015).

Por consciência central, entende-se o fenômeno biológico simples, independente de memória e linguagem, sem exclusividade humana. A consciência ampliada, com indicativo de nível elevado presente apenas em humanos, é complexa e apresenta variados níveis de organização, em especial porque envolve a linguagem. O caminho para o conhecimento é justamente a passagem da consciência central para a ampliada. A segunda se constrói a partir da primeira. De acordo com Damásio (2015), pacientes com prejuízos na consciência ampliada mantêm

a consciência central, contudo, o inverso é mais difícil de acontecer.

No que concerne à consciência, apesar dos cientistas saberem com mais acurácia sobre os mecanismos operacionais do cérebro, elucidarem sobre o funcionamento da memória, do aprendizado, da linguagem, e identificarem regiões anatômicas correspondentes (exclusivamente ou não), Damásio (2015) salienta que ainda não se conhece os detalhes neurofisiológicos de todos os processos. A consciência é indispensável para a mente, todavia não é ela *per se*. Há o “mistério da consciência”.

Os truques biológicos que causam a consciência têm muitas consequências, mas vejo a consciência como um intermediário e não como o ponto culminante do desenvolvimento biológico. A ética e o direito, a ciência e a tecnologia, a arte e a compaixão – estes são o ápice da biologia, no meu entender. Decerto não teríamos nada disso sem os prodígios da consciência como fonte de cada nova realização. Ainda assim, a consciência é o alvorecer, não o meio-dia, e muito menos o por-do-sol (Damásio, 2015, p. 34).

Em breve retrospecto, o autor critica a instituição ciência por ter excluído as emoções e os sentimentos como objeto de pesquisa. Apesar do florescimento dos estudos cerebrais, na virada do século XIX para o XX, o que deveria ampliar, retrocedeu: na opinião de Damásio, Freud não deu a atenção devida à temática, o trabalho de Darwin se perdeu e o objeto emoção não ocupou espaço nos laboratórios de pesquisa, “dizia-se que era subjetiva demais”, e ao abdicar do corpo, a ciência do século XX “devolveu a emoção ao cérebro, mas relegou-o aos estratos neurais inferiores,

associados a ancestrais que ninguém venerava” (Damásio, 2015, p. 44).

A perspectiva evolucionista a que se refere pode ser conferida na obra “A expressão das emoções no homem e nos animais”, escrita por Charles Darwin. A biologia do comportamento, chamada etologia, tem em Darwin um de seus precursores. Segundo o naturalista, os padrões de comportamento fazem parte da evolução, constituem marcas no organismo semelhantemente às características corporais e são identificados em membros da mesma espécie e família devido ao potencial da hereditariedade. As emoções, assim como os genes, podem ser vestígios de processos evolutivos de seleção e mutações ancestrais.

Um dos exemplos que Darwin utiliza na obra é a popular ruborização da face em determinadas circunstâncias, como raiva ou vergonha. Em contraponto à ideia de que humanos agem tão somente por imitação, Darwin ressalta que pessoas com deficiência visual congênita reagem de igual maneira às mesmas circunstâncias, manifestando as mesmas reações fisiológicas. Ainda nesse aspecto, observa que o rubor emerge sob duas perspectivas: a primeira, de irritação, de dentro para fora, independentemente de quem observa. A segunda, de vergonha ou culpa, também de dentro para fora, mas dependente do observador. Para facilitar o entendimento, Darwin comenta sobre uma pessoa que cometeu um ato ilícito e, por isso, será recriminada por alguém. Enquanto sozinha no ambiente, ainda que refletindo sobre seu delito, a pessoa não “fica vermelha”. Mas, o rubor ocorre na presença de outras pessoas que a julgarão, sendo determinante o tipo de vínculo e/ou valor compartilhado com os observadores/juízes em questão.

Uma vez que as emoções e os sentimentos não são palpáveis e os interpretamos a partir das manifestações corporais (vocalizada ou não), complementadas por relatos individuais, o desafio está em estabelecer uma relação causal entre emoção e

sentimento à expressão facial-comportamental. Segundo Darwin, animais e humanos podem sentir e não expressar ou ainda expressar algo inesperado, talvez contraditório, ao que se espera como padrão de manifestação. O autor reforça a dificuldade em reproduzir, descrever e representar certas emoções por não estarem relacionadas a uma necessidade de ação imediata observável.

Um homem pode estar cheio de ódio ou suspeita, correr-se de inveja ou ciúme, mas como esses sentimentos não levam à ação imediata, e como geralmente duram a algum tempo, não são demonstrados por nenhum sinal externo, a não ser pelo fato de que o homem nessas condições certamente não parecerá alegre ou bem-humorado. [...] Os pintores dificilmente conseguem retratar suspeita, ciúme, inveja, a não ser com a ajuda de outros elementos que componham o tema; poetas usam expressões tão vagas e imaginativas como 'os verdes olhos do ciúme'. [...] Shakespeare fala da inveja como 'rosto miserável em seu desejo repulsivo' (Darwin, 2009, p. 74).

O naturalista ressaltou que a tarefa de interpretar sinais e expressões vivencia alta chance de engano devido, dentre outros fatores, à imaginação (ou subjetividade) do observador.

Quando testemunhamos uma emoção profunda, nossa simpatia é tão intensamente despertada que a observação atenta é esquecida ou se torna impossível; fato do qual tive diversas provas curiosas. Nossa imaginação é outra fonte de erro, ainda mais grave, pois se pela natureza das

circunstâncias esperamos uma dada expressão, prontamente imaginamos sua presença (Darwin, 2009, p. 19).

Para Darwin, as emoções e a forma de expressá-las foram desenvolvidas pelas espécies ao longo da história. De sua teoria, elaborou três princípios que regem, de maneira geral, expressões e gestos involuntários no homem e outros animais: 1) o princípio dos hábitos associados úteis, 2) o princípio da antítese e 3) o princípio das ações devidas à constituição do sistema nervoso, totalmente desligado da vontade e, num certo grau, do hábito.

O primeiro princípio diz respeito a estímulo e resposta, gratificações, a despeito de seu grau de utilidade. Nesses casos, as expressões serão manifestadas sempre que se repetir o estado que as induziu. Em resumo: força do hábito, condicionamento. O segundo princípio, da antítese, se refere a expressões e estados de espírito opostos. O terceiro princípio versa sobre superestímulos nervosos, uma ação direta do sistema nervoso sem ligação com a vontade do sujeito, mas parcialmente relacionada ao hábito. Observações contempladas nos estudos recentes de Damásio (2015), apontam que emoções humanas se misturam a ideias, valores e juízos complexos.

A emoção humana não diz respeito apenas aos prazeres sexuais ou ao medo que podemos ter de cobras. Diz respeito também ao horror que sentimos ao testemunhar o sofrimento e à satisfação de ver justiça sendo feita, ao nosso encanto com o sorriso sensual de Jeanne Moreau ou com a densa beleza das palavras e das ideias nos poemas shakespearianos, ao fastio pelo mundo expresso na voz do barítono Dietrich Fischer-Dieskau cantando *Ich habe genug*, de Bach, e aos fraseados ao mesmo tempo mundanos e etéreos de Maria João Pires tocando qualquer

peça de Mozart ou Schubert, e ainda à harmonia que Einstein buscava na estrutura de uma equação. De fato, a emoção humana, em seu refinamento, é desencadeada até mesmo por uma música e por filmes baratos, cujo poder nunca devemos subestimar (Damásio, 2015, p. 39).

Na relação entre o privado e o público, o corpo e o ambiente, a consciência e o outro, no homem, em Darwin e em Damásio, existe o poder da intercomunicação - a emoção humana é refinada, associada ao outro e à comunidade ao qual pertence. Nas duas trajetórias de pesquisa, verifica-se o rigor conceitual em delimitar termos como intenção, vontade e consciência. Conforme Darwin (2009), “um bebê pode chorar tanto intencional quanto instintivamente para mostrar que quer comida, mas ele não tem o desejo ou a intenção de que seus traços assumam a forma peculiar que tão bem exprime um sofrimento” (Darwin, 2009, p. 303), análise que vem ao encontro de Damásio quando este afirma que sentir é diferente de saber que temos um sentimento, já que não temos consciência de todos os nossos sentimentos e, mesmo quando tendemos à consciência, tais sentimentos já poderiam estar ocorrendo em níveis biológicos, alheios à nossa própria identificação, nomeação e atribuição de significado.

Entre o pensar, o sentir e o dizer há uma teia simbólica compartilhada entre remetente e destinatário da mensagem, seja um gesto, um olhar, uma expressão facial, uma palavra. Sendo o corpo o elemento mediador sujeito-mundo, é fulcral a atenção às teorias sociais acerca das percepções, em especial a antropologia dos sentidos, área de estudos na qual David Le Breton se dedicou. De acordo com o autor, “o corpo é a profusão dos sentidos”, inexistindo racionalidade ou cognição possíveis sem a percepção e a linguagem, vias mediadoras que produzem sentido a partir dos próprios sentidos. Está confuso? Le Breton (2016) salienta que

Os sentidos não são janelas sobre o mundo, espelhos oferecidos ao registro das coisas em total indiferença com as culturas ou com as sensibilidades; eles são filtros que só retêm em sua peneira o que o indivíduo aprendeu a colocar nela, ou o que ele justamente busca identificar mobilizando seus recursos. As coisas não existem em si, elas são sempre investidas de um olhar, de um valor que as torna dignas de serem percebidas. [...] Frente ao mundo, o homem não é jamais um olho, um ouvido, uma mão, uma boca ou um nariz, mas um olhar, uma escuta, um tato, uma gustação ou uma olfação, ou seja, uma atividade (Le Breton, 2016, p. 15-16).

A “atividade” oriunda dos sentidos citada por Le Breton é pessoal. Mesmo que os órgãos tenham funções e estruturas conhecidas, que exista um padrão anatômico e fisiológico para funcionamento padrão, os seus efeitos são individuais e, em alguma medida, culturais. Os sentidos não são filtros neutros dos fenômenos do mundo, instrumentos para contemplação ou decodificação de sinais e formas como a *khora* platônica. É por meio do corpo, dotado de sentidos, que nos constituímos enquanto sujeitos no mundo (e por meio dele).

Nesse contexto, sentidos e afetos geram campos de experiências singulares a todos as pessoas, independentemente de sua condição de saúde. Coletivamente, as experiências formam padrões sensoriais adequados ou privilegiados nas comunidades sociais, gerando universalidades de sentido. Esse outro universo sensorial não só reflete para dentro como um canal receptivo, como será a base para a construção de um sistema de entendimento acerca das sensações (fundamentada na combinação dos pensamentos, educação, cultura, vivências), gerando reflexos (conscientes ou inconscientes) que serão

decodificados por terceiros (também com base em seu próprio sistema de percepções, emoções e linguagem).

Quando Le Breton (2019) afirma que os sistemas sensoriais são construídos coletivamente, como uma “peneira de significações”, encontra o ideal marxista abordado por Ilienkov: às sensações (embora presentes em qualquer organismo) são atribuídos significados, e são esses significados que alteram culturalmente e se incluem nas relações de poder.

Cada sociedade elabora assim um “modelo sensorial” particularizado, com certeza, pelas pertencas de classe, de grupo, de geração, de sexo, e principalmente pela história pessoal de cada indivíduo, por sua sensibilidade particular. Vir ao mundo é adquirir um estilo de visão, de tato, de audição, de paladar, de olfato próprio à sua comunidade de pertença (Le Breton, 2019, p. 17).

Le Breton narra um percurso histórico e sociológico dos diferentes entendimentos sobre os sentidos corporais e como tais entendimentos influenciam na construção de vocabulários próprios. Os aiviliks, viventes na região do Canadá, lançam mão de um conjunto de sensações para localização e deslocamento: barulhos, cheiros, força do vento, percepções visuais sobre as rachaduras no gelo, a paisagem. A decodificação das sensações forma um conjunto informacional compartilhado: são diferentes palavras para designar os tipos de vento e de textura da neve. É a “dialética sutil entre língua e percepções” (Le Breton, 2019) apenas possível para quem vivencia determinada experiência e ambiente. Na perspectiva do autor, nas sociedades ocidentais das grandes cidades, ocorre a hegemonia da visão e da audição, cujos pesos de importância foram distintos ao longo dos séculos. Vamos a uma (mais uma) breve digressão. Desta vez, de mãos dadas a Le Breton.

No âmbito religioso das doutrinas judaico-cristãs, visão e audição apresentam o mesmo grau de importância. Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, as ações partem das palavras a serem ouvidas e dos comandos norteadores a uma certa visão (também metafórica): ouçam através dos profetas e vejam por meio dos milagres; “olhos de ver e ouvidos de ouvir”. Os elementos sensoriais são igualmente localizados na filosofia grega antiga: tanto Platão quanto Aristóteles privilegiam a visão e a audição como elementos fundamentais para a filosofia. Na interpretação dos filósofos, talvez hoje questionada pela lente do capacitismo, sem enxergar e ouvir o mundo, o homem não teria feito as perguntas do despertar filosófico. A visão é o sentido da contemplação, da metáfora, das imagens necessárias para o conceito. A audição, para o aprendizado (ouvir a palavra) e a organização da alma (função da música), recorda o antropólogo. Já na Renascença, a visão se apresentava como sentido secundário, consequência da relação estreita com a natureza e o lugar de destaque da religião: era preciso ouvir a palavra de Deus, a emergência do *lectio* de escuta e de “um *lector* que empresta sua voz por um instante a Deus”, explica Le Breton. Os livros, diferentemente deste, eram lidos em voz alta.

As novas técnicas de paginação do século XII arrancam do ouvido sua antiga hegemonia na meditação sobre os textos sagrados e a confere ao olho. ‘O livro escrito para a audição’ apaga-se diante do ‘texto que se dirige ao olho’ (Illich, 2004, p.161). Em 1126, o mestre do *Stadium Augustinien de Paris*, Hugues de Saint-Victor, escreve: ‘existem três formas de leitura: com meus ouvidos, com os teus, e na contemplação silenciosa’. A terceira maneira de proceder começa a tornar-se corrente, a leitura silenciosa operada pelo olhar (Illich, 2004, p. 164-165). Ela perde seu rosto e sua voz e entra na interioridade sob a

égide do olho. A leitura é uma conquista da visão, ela redistribui a balança sensorial. A partir de então foi necessário aprender a ler em silêncio, e não mais em alta voz como outrora (Le Breton, 2019, p. 46).

Entretanto, o autor ressalta que a ênfase na visão, nesses termos, atingiu mais aos clérigos e aos homens (letrados e com acesso à escrita) do que às mulheres e pessoas do meio rural, dependentes – por motivos socioculturais, políticos e econômicos - do sentido da audição, do “ouvir dizer”.

Aprendi com Le Breton o sentido da modernidade, onde a arte representou a técnica da perspectiva e um mundo tridimensional capturado na tela para ser observado, contemplado, analisado, espelhando a racionalidade fora do mundo a ser analisado e da *empíria* dos fatos a serem coletados. A maneira como trabalhamos nossos sentidos tem relação com o modo de organização social, das necessidades impostas pelo ambiente natural e dos instrumentos individuais sensórios de que dispomos ao nascer, corroborando as hipóteses de Roubakine e sua ciência psicológica sobre a palavra escrita.

Capítulo 4

LABIRINTO LINGUAGEM- SOCIALIDADE

De um lado, o gesto (*gestus*) é codificado e valorizado pela sociedade medieval, de outro, a gesticulação (*gesticulatio*) é associada à desordem e ao pecado. O mesmo vale para as contorções e as deformações. Mas o corpo não deixa de estar em movimento, transbordando.

(Jacques Le Goff e Nicolas Truong)

Sob a égide das relações, para Marx, não há ideologia privada e a ideia de consciência ou autoconsciência estaria diretamente associadas às condições materiais de existência dos seres pensantes. Ahmed (2004) importa os conceitos marxistas de mercadoria, circulação e valor para estudar as percepções e emoções.

Por meio do espaço corporal e do espaço social, as emoções assumem formas concretas de mediação entre o psíquico, o individual e o coletivo. A partir da circulação em um determinado território ou grupo, a autora verifica de que forma os sinais se

convertem em afetos – um processo de acumulação do valor afetivo ao longo do tempo (Ahmed, 2004, p. 120).

Quando Ahmed (2004) avalia a transmissão de discursos oficiais e símbolos, como bandeiras, para discutir a circulação do sentimento de medo ou ódio, parece possível associar a sua tese de circulação afetiva com a materialidade e circulação da informação. Os afetos circulam e ganham forma por meio dos sujeitos, mas também da informação documentada, moldando corporalidades, formas de pensar e de sentir, validando os elementos simbólicos e políticos das culturas, como sua normatização (lembra da análise histórica de Sheffer sobre o Holocausto?).

Semelhante e temporalmente anterior à Ahmed (2004), Bakhtin sinalizara que o conceito de classe é fulcral para a constituição do indivíduo, porquanto ao nascer, nasce pertencente a uma classe. Aristocrata, proletário ou fazendeiro: eis a base para diferentes caminhos laborais, psicológicos e simbólicos.

Na obra intitulada “O Freudismo”, Bakhtin tece uma crítica ao recorte puramente biológico e ao reducionismo subjetivista das ciências da saúde, então nascentes, como o caso da Psicologia de sua época. Em especial, é contrário à suposta neutralidade científica, que considera “fictícia – tanto por questões lógicas quanto sociológicas” (Bakhtin, 2001, p. 22). Para o pensador russo, a teoria psicanalítica freudiana se equivocou ao relegar o homem ao *status* de animal, restringindo-o a pulsões sexuais, ocultando a continuação aristotélica: de que o homem é um animal, porém também social. Nesse sentido, não seria possível isolar a interpretação acerca da consciência do ambiente em que essa consciência é pensada e se expressa. “A ideologia mente para aquele que não é capaz de penetrar no jogo de forças materiais objetivas que se esconde por trás dela” (Bakhtin, 2001). Em outras palavras: faz o sujeito assumir como sendo exclusivamente seus

os pensamentos, vontades, desejos e sentimentos que são construídos coletivamente.

O autor critica a suspensão da categoria do inconsciente afora do corpo e da fisiologia, sendo um defensor da contextualização da verbalização desse inconsciente, isto é, coloca-se desfavorável à postura psicanalítica freudiana de compreender os discursos proferidos como um estoque provindo do inconsciente, um lugar fora do mundo objetivo, inserido forçadamente em uma objetividade anacrônica: o adulto em busca do eu infantil, interpretando-o a partir das vivências e valores do presente (Bakhtin, 2001).

Apesar de reconhecer importantes contribuições sobre as categorias que compõem a consciência, para Bakhtin (2001), a proposta freudiana é reflexo do pensamento burguês daquele tempo, que abandona a arena da história, perspectivando o homem como não-social, enfatizando os instintos deslocados da corporalidade e das experiências dialéticas mente-corpo-mundo. A sua crítica não constitui a negação de aspectos individuais do psiquismo, mas a tendência de retratar o psiquismo como fator individual, porque, em sua visão, não existe o indivíduo biológico abstrato: “Para entrar na história é pouco nascer fisicamente: assim nasce o animal, mas ele não entra na história” (Bakhtin, 2001, p. 11).

A proposta bakhtiniana é de que a psicologia humana deve ser socializada, visto a consciência e o inconsciente estarem associados às vivências. Sendo o psiquismo uma propriedade da matéria orgânica, é inviável entendê-lo como fator de oposição à matéria. Ademais, o autor salienta que Freud definiu o inconsciente como não verbal. Na visão de Bakhtin, o pai da psicanálise teria ignorado raízes fisiológicas ou sociológicas do enunciado, restringindo à experiência do paciente. Contudo, ao fazer isso, Bakhtin prossegue, a máxima de que toda enunciação “é produto da interação entre falantes”, isto é, do contexto em que surge, estaria apartada do debate.

O que caracteriza precisamente uma dada enunciação – a escolha de certas palavras, certa teoria da frase, determinada entonação da enunciação – é a expressão da relação recíproca entre os falantes e todo o complexo ambiente social em que se desenvolve a conversa (Bakhtin, 2001, p. 79).

Nesse contexto, recorro novamente a Agnes Heller, que compreende a emoção como o ato de “estar implicado a algo” – outra pessoa, conceito, a si mesmo, processo, sentimento. A emoção é relacional e a implicação é inerente ao sentir, assim como ao pensar (Heller, 2004). Sendo assim, a indiferença do indivíduo para com o outro (objeto, pessoas, fenômeno) jamais será completa. Parte essencial da possibilidade de sentir, a implicação se determina pelo organismo individual e pelas condições sociais, limitadas pela própria formação das individualidades: pessoas reagem diferentemente aos mesmos tipos de emoções, sentimentos e situações no que se refere à intensidade e seus efeitos fisiopsicológicos.

Contrária às teses behavioristas que identificavam sentimento à conduta, Heller argumenta que o homem é capaz de sentir e não expressar o que sente ou ainda de expressar algo diferente do que sentiu, análise concordante à teoria das emoções darwinista. Para ela, a conduta e o comportamento não seriam a única fonte confiável para se aferir a existência ou ausência dos sentimentos porque a implicação em sentir se volta também para autorreflexão, resultando em novos sentimentos, por vezes, contraditórios (como a culpa ou a vergonha por ter sentido inveja, por exemplo).

Segundo a autora, a biologia é a “essência muda do ser humano” - oferece os elementos orgânicos, as potencialidades do vir-a-ser, mas o orgânico não o define. Em suas palavras, se um cavalo for criado exclusivamente por humanos em meio de humanos, não deixará de ser um cavalo, de se desenvolver como

um membro de sua espécie. Contudo, o homem, se criado exclusivamente em meio a cavalos, sem outros humanos, não será como um membro da sua espécie, apesar do seu corpo orgânico ser de um *sapiens sapiens*. Na interpretação de Heller, o ser humano nasce com uma máquina projetada a operações simbólicas, abstrações, capaz de desenvolver operações simultâneas, armazenar memórias, elaborar e resolver problemas simples e complexos. Porém, essa máquina cerebral é condicionada ao estar-no-mundo. A espécie humana nasce com um cérebro, mas a mente não está formada, porquanto a ausência de linguagem privada e um sistema próprio de conceitos (Heller, 2004). Assim como em Bakhtin, para Heller, é imperativo que o ego seja socializado e contextualizado.

Tendo em vista os argumentos de que as emoções são mecanismos parcialmente biológicos, seria possível descortinar uma história das emoções? Foi a pergunta feita pela historiadora Barbara Rosenwein (2011). Para respondê-la, apresenta premissas psicológicas universalistas e presentistas, como a de Paul Ekman, defensor da tese da universalidade da correspondência entre emoção e expressão facial. O posicionamento é alimentado pelas descobertas da neuroimagem, que indicam áreas cerebrais ativadas de acordo com emoções específicas e revelam que distúrbios cerebrais podem alterar a dinâmica de reconhecimento e equivalência. Dessa forma, é consolidada a ideia de que o corpo observado no presente funcionava assim no passado e funcionará, do mesmo modo, no futuro (Rosenwein, 2011). A metodologia utilizada por Ekman foi contestada por desconsiderar manifestações espontâneas cotidianas e utilizar fotos posadas para análise das expressões faciais.

Rosenwein (2001) concorda com Darwin (2009), ainda que sem citá-lo, ao relatar que expressões faciais são ambíguas e dependentes de pistas contextuais para melhor compreensão. Não é recomendado que se ignore a abordagem evolucionista da

emoção, mas deve-se ponderar que somente com os vestígios não é possível concluir sobre perfis emocionais de nossos antepassados, alerta a pesquisadora, visto existir lacunas na pré-história. Como salienta Rosenwein (2011), interpretamos as emoções a partir da ótica do presente, influenciados por nossos próprios contextos. Apesar de uma estrutura básica de funcionamento, o cérebro modifica suas conexões. É como ele se adapta.

Dessa forma, o socioconstrutivismo sugere que diferentes culturas favorecerão ou desfavorecerão determinados conjuntos de emoção. Ao citar a antropóloga Catherine Lutz, a autora relembra o trabalho etnográfico de Lutz com os ifaluk, povo da Micronésia. Na gramática local de representação das emoções, existiam palavras sem correspondência às nossas, tal qual o sentimento de fago, aproximado aos sentimentos de compaixão, amor e tristeza. Apesar da extensa pesquisa de Lutz, Rosenwein (2011) critica a falta de interesse em investigar a história dessas emoções e dos nomes referentes em sua dimensão diacrônica para averiguar se o significado sempre foi o mesmo e quais alterações no uso ocorreram no decorrer do tempo.

Nesse horizonte, a autora apresenta o conceito de “comunidades emocionais” como passo inicial de análise para uma história das emoções associada ao estudo da gramática, ao considerar as diferentes funções de uma palavra em uma frase e o efeito nos significados, resultantes dos papéis gramaticais. “É a emoção que atua ou se atua sobre ela? Ela associa-se a adjetivos ou a outras classes de palavras – incluindo interjeições ou substantivos para partes do corpo e gestos?” (Rosenwein, 2011, p. 31). A historiadora salienta que as emoções têm função social, ou seja, o indivíduo a sente como indivíduo singular, mas também como parte de uma comunidade (ou diferentes comunidades), por integrar uma classe de pessoas perante o Estado, a nação, a vizinhança, a profissão. Sendo assim, emoções são marcas sociais, mas não marcas sociais universais. Portanto, a principal pergunta

é por que uma norma emocional prevalece sobre outras (Rosenwein, 2011, p. 39).

Com o exposto, pode-se destacar que as condições materiais de existência podem configurar as questões de saúde desde a maneira como sentimos e pensamos aos critérios estabelecidos de classificação sobre indivíduos ou conjunto de indivíduos. Com essa afirmação não desejo – nem Bakhtin pretendia quando dialogou criticamente com a obra de Freud – afirmar que doenças, transtornos, síndromes e dilemas da genética, do consciente ou do inconsciente inexistem em corpos individualizados. A partir da proposta de Ahmed, aliada às ponderações de Le Breton, Bakhtin, Heller e Rosenwein, é possível refletir sobre a impossibilidade de construção de um humano singular, único, do ponto de vista psíquico-emocional, mas, sim, a possibilidade da construção de um tipo psíquico-emocional singular que se mescla a sistemas sociais para a atuação autorizada e manutenção desses mesmos sistemas, resultando em um conjunto de efeitos psíquico-emocionais que retornam aos indivíduos singulares, oriundos dessas relações.

A pergunta de nosso interesse: que tipo de psiquismo humano um determinado sistema precisa construir para funcionar em coletividade (ou por que não, universalidade), como necessita? Que tipo de perfil afetivo, genético e psicológico Hitler determinou como ideal para implantação do Estado racial? O que é considerado funcional para o Estado? Ou para um determinado sistema econômico? Logicamente, a abertura de sentido às múltiplas formas de sentir não admite a validação de todas as manifestações de emoções e sentimentos, mesmo em casos psiquiátricos ou oriundos de condições neurobiológicas, como o autismo. A questão é estabelecer uma relação causal entre pensamento, intenção, emoção, sentimento e manifestação derivados de um código nem sempre dialógico e puramente excludente, determinando que um dado tipo de pessoa não tem o direito de viver. Em questões práticas cotidianas e simples:

quando uma pessoa autista ri, pode não significar alegria. Ou quando chora, tristeza. Ou quando grita, raiva. Ou quando agressiva, se portou intencionalmente para ferir alguém. As emoções são contextuais e há um fio oculto que a conduziu para a manifestação comportamental de uma emoção que será interpretada à luz de cada observador.

O medo do diferente, de ver o outro como ameaça social, ignora que a maldade ou atos de maldade são concretizados por pessoas comuns, com ou sem deficiência, com ou sem diferenças genéticas. Na década de 1960, o psicólogo estadunidense Stanley Milgram pesquisou sobre a relação entre autoridade e obediência (Milgram, 1963). Vindo de família judaica afetada pelas consequências funestas da Segunda Guerra Mundial, Milgram desejava compreender os mecanismos emocionais e psicológicos que fazem com que pessoas comuns obedeçam a ordens genocidas. Em um sentido mais cotidiano: por que pessoas obedecem a ordens mesmo quando estas contradizem o bom-senso e a ética na qual o indivíduo acredita?

O experimento consistia em formar duplas para desempenhar o papel de aluno e professor, enquanto um terceiro elemento, o responsável pelo experimento, permanecia como observador. Desse trio, apenas o participante que desempenharia o papel de professor era convidado e não integrante da equipe. Os outros três eram da equipe de Milgram e atuavam como um teatro. Dessa forma, o pesquisador que fazia o papel de aluno não se apresentava como pesquisador e fingia também ser um voluntário da pesquisa. Como os papéis de cada um era pré-determinado, o sorteio jamais indicaria o voluntário real para a função de aluno. O participante real só poderia ser professor, porque o experimento girava em torno do comportamento e das decisões efetivadas nessa função específica.

Professor e aluno não compartilhavam o ambiente. O aluno ficava em uma sala à parte, fora da visão do professor, que apenas conseguia ouvir o que o aluno dizia. A escolha por privilegiar a

audição e negar a visão era proposital e metodologicamente justificada. O teste era simples: o aluno deveria decorar uma lista de pares de palavras antes do exercício começar. Após isso, ele seria testado. O professor fazia a pergunta sobre qual palavra correspondia ao par em questão e, se o aluno errasse, levaria um choque. A sequência das perguntas carregava consigo o aumento da potência do choque elétrico.

Dos participantes, mais da metade obedeceu e prosseguiu até a voltagem máxima. O experimento foi replicado em outros locais, com outros públicos, recortes etários, de gênero, formação profissional. Os resultados impressionaram: a possibilidade de realizar atrocidades estava presente no ser humano comum, sem sinais de psicopatia ou sociopatia. O teste de Milgram confirma que conduta nem sempre reflete o interior do humano, como também afirmou Heller (2004), e sua pesquisa evidencia uma teia complexa que age transversalmente à racionalidade individual.

Apesar da biologia atestar que emoções, afetos e sentimentos são objetos universais, uma vez que em todas as culturas observa-se manifestações emocional e afetiva, bem como regras de conduta sobre a afetividade, Boas (2004) relembra que, sem embargo de uma aparente universalidade, as manifestações serão distintas – apresentando ou não uma origem histórica comum. Por sua vez, Andrew Beatty (2014) salienta que, a despeito da emoção estar centralizada no pensamento e nas ações, ainda não se sabe onde ela começa e termina. Na pesquisa intitulada *Anthropology and Emotion*, publicada pelo *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Beatty justifica que emoções são muito difíceis de serem identificadas e analisadas em “formatos generalizados de estudos de caso e resumo etnográfico”. Ao sintetizar os principais marcos conceituais e metodológicos da antropologia das emoções, recorda um dos principais problemas de pesquisa: o que fazer com as exceções?

Para Beatty (2014), as emoções não podem ser simplesmente extraídas e avaliadas do pensar, do falar ou do agir.

Por isso, realiza uma autocrítica do campo antropológico – ao qual chama de negligente – por assumir as emoções como um conceito transcultural cujos efeitos empíricos nos processos sociais foram poucos analisados. De acordo com Beatty (2014), as emoções eram imponderáveis para uma antropologia do tipo funcionalista e o estruturalismo reduziu as emoções a sombras de estrutura. Os efeitos foram de ordem epistemológica e respectiva divisão do trabalho: a designação de cultura para a Antropologia, a noção de sociedade para a Sociologia e a ideia de personalidade para a Psicologia, relegando a emoção fora dos limites e das definições de um campo específico e um corpo de especialistas. Nas disputas para legitimar os novos campos científicos (Bourdieu, 1976), na perspectiva do autor, a antropologia abraçou estritamente o conceito da emoção como um artefato cultural, ora ignorando os aspectos cognitivos e individuais, ora não adentrando nas minúcias dos afetos nas relações sociais analisadas nas diversas etnografias.

O pesquisador defende a tese de que não se pode excluir a dimensão individual da emoção, inobstante as influências culturais. Se alguém é ofendido e sente raiva, explica Beatty, tanto a ofensa é direcionada para alguém, individualmente, quanto quem se ofende responde de maneira particular. No entanto, as motivações para a ofensa e para a resposta, com sentimento interpretado e nomeado como raiva, não serão entendidas e bem destrinchadas apenas pelo relato do etnógrafo a partir da observação e dos estudos de caso.

O contraponto ao pensamento de Beatty se encontra em Catherine Lutz, na obra *Unnatural Emotions*, autoria citada anteriormente por Rosenwein. Para Lutz, as emoções não são pré-culturais, mas fundamentalmente culturais, tendo como interface as relações políticas e de poder. A partir da intersubjetividade, emoção é um processo de nomeação e de justificativa para a vida social. Segundo a autora, o significado da emoção independe de uma relação objetiva com o corpo, mas é “fundamentalmente

estruturado por sistemas culturais específicos e ambientes sociais e materiais específicos” (Lutz, 1988, p. 5). O objetivo de Lutz não é definir ontologicamente o conceito de emoção, mas, partindo de uma inspiração foucaultiana, investigar como as práticas locais dos afetos estão associadas a regimes de poder mais amplos, contrariando certas afirmações prevalentes na cultura ocidental sobre a esfera emocional.

Lutz (1988) disserta que a visão epistemológica dominante é a de que as emoções são propriedade dos indivíduos, visto operarem de dentro para fora na circunscrição do corpo material, sendo expressas por gestos, posturas ou palavras. Portanto, são tidas como fenômenos da psique, não como fenômeno social. Nesse contexto cognitivo e biológico, são avaliadas como “realidades mais autênticas (...) em comparação à relativa falta de autenticidade da fala e outras formas de interação” (Lutz, 1988, p. 56). Além da autenticidade, Lutz (1988) problematiza o conceito de intencionalidade. De acordo com esse recorte, onde a emoção é propriedade de quem sente *in natura*, significa dizer que o sujeito tem intenção de sentir tal ou qual emoção. Logo, torna-se responsável pelo que sente.

Para contra-argumentar o posicionamento racionalista da intencionalidade, Lutz (1988) recorda como a dualidade razão e emoção inverte de protagonismo e importância a depender do contexto histórico: de um lado, a emoção interpretada como um agente perturbador e prejudicial à razão por estar ligada ao instinto, e, por isso incontrolável. De outro lado, no século XIX, com a emergência do Romantismo, a emoção situada como protagonista dos artistas tuberculosos, registrada em discursos heroicos sobre a doença a partir da expressão dos afetos. Nesse caso, a demonstração da emoção revelava uma personalidade sensível e admirável. Em outro contexto ainda, demonstrar afeto pode significar vulnerabilidade ou fraqueza, não ressoando admiração. A autora prossegue:

O papel da cultura na experiência da emoção é visto como secundário, até mesmo mínimo, nessa perspectiva. A cultura ou a sociedade pouco mais podem fazer do que realçar ou escurecer áreas específicas de uma determinada estrutura psicobiológica das emoções, por exemplo, reprimindo a expressão da raiva nas mulheres, pedindo sorrisos para mascarar sentimentos naturais de medo em certas situações, ou enfatizando a vergonha em uma sociedade e culpa em outra. E embora as emoções sejam frequentemente vistas como evocadas na vida comunitária, raramente são apresentadas como um índice de relação social, em vez de um sinal de um estado pessoal (Lutz, 1988, p. 4, tradução própria).

Em vez de ir ao sudoeste do Pacífico como fez Lutz, no fim dos anos 1970, a antropóloga estadunidense Lila Abu-Lughod realizou um trabalho etnográfico em uma comunidade beduína assentada nas proximidades do deserto ocidental africano. No grupo, havia cerca de 53 adultos e o dobro de crianças e jovens. O grupo em questão era uma unidade familiar, ou seja, constituída a partir dos laços de parentesco, onde tudo é compartilhado e os casamentos das mulheres são arranjados pela linhagem paterna. A formação espacial do acampamento espelhava uma lógica hierárquica em que o próprio ato de dormir está imbricado com a sua posição no grupo, então não se podia deitar ao lado de qualquer pessoa, nem em qualquer quarto.

A comunidade era liderada por um homem chamado Haj e utilizava a poesia como um sistema de comunicação. Alguns poemas deveriam ser recitados em ambientes e cerimônias formais, como casamentos ou funerais; outros, em situações do cotidiano. Para cada contexto, uma forma, uma estrutura e um significado. Os poemas de segundo tipo, improvisados de acordo

com o contexto, eram o veículo de expressão de sentimentos que não poderiam ser expressos na vida comum. Na poesia, havia o escape. Compreensível, porém, apenas para quem conhecia as formalidades beduínas.

Por isso, o foco de Abu-Lughod foi entender a relação entre experiências e sentimentos, em especial os dilemas emocionais, aparentemente incoerentes, expressos pela poesia lírica e livre, em contraponto ao código de honra, o comportamento estruturado cotidiano, notadamente conservador. Assim, a autora ensina uma das premissas da antropologia cultural: cada modo de expressão pode ser considerado um discurso distinto sobre a vida pessoal e diferentes formas culturais podem construir diferentes conjuntos de sentimentos. Resgatar os diferentes grupos sociais nos aproxima e, ao mesmo tempo, nos afasta da ideia de naturalidade. Onde começa o sujeito e termina a cultura, afinal?

Olhar e sorrir. Abraçar espontaneamente. Seguir calmamente em uma fila. Saber esperar. Atravessar a rua quando o semáforo de pedestre indicar a cor verde, mas não atravessar quando o semáforo de carros indicar a mesma cor. Aprender as vogais. Apontar. Desfraldar. Brincar. Imaginar. Contar histórias. Responder no tempo certo e no contexto adequado. Entender a hierarquia familiar. Parar de falar quando alguém deseja falar. Responder quando perguntam sobre algo. Obedecer. Desculpar-se. Comer com talheres e não com as mãos. Limpar-se ao menos uma vez por dia. São tantas as ações que o ser humano nascido no contexto brasileiro coordena, antes mesmo de entender-se um ser e humano, que seu conjunto soa tão natural quanto respirar. Em contraponto, causa estranheza coletiva quando alguém destoa das regras estabelecidas e desses comportamentos esperados, tal qual os beduínos estudados por Abu-Lughod.

A autora havia morado no Egito, conhecia bem a Jordânia e era descendente de árabes. Logo, estava familiarizada com alguns códigos sociais atribuídos às mulheres. Estava ciente e cuidadosa na maneira em que abordaria e se comportaria durante o trabalho

de campo. Apesar disso, não havia antecipado o possível olhar de reprovação dos próprios beduínos em relação a ela, uma mulher sozinha. A reputação, salienta, não é construída apenas na individualidade das relações interpessoais, de como alguém se comporta simplesmente, mas de um contexto maior. A entrada dela na comunidade indica vários aspectos da análise cultural por via da identidade: embora fosse descendente de árabes, não era identificada como tal. Por ter sido criada no ocidente, não orava como os beduínos e era identificada como parcialmente americana.

A antropóloga destaca a diferença da etnografia nessa comunidade em relação ao gênero do pesquisador. O mundo das mulheres era mais informal, o que possibilitava a coleta de informações importantes para a pesquisa, distinto do mundo masculino, mais formal. O fato de ser solteira e mulher a colocou em uma categoria diferente dentro da comunidade. Abu-Lughod não estava casada nem tinha filhos, o que caracterizava o grupo de mulheres da idade dela, mas, por outro, também não poderia ser incluída no grupo das mulheres solteiras, pois era muito mais velha do que as meninas solteiras beduínas. A diferença entre os dois grupos de mulheres (casadas/com filhos e solteiras) estava nas vestimentas. Como ela precisava de uma maneira intermediária, amarrou o lenço de uma maneira não beduína para diferenciar-se. Porém, estando fora do grupo das mulheres mais velhas, com filhos, não pôde falar sobre alguns assuntos, como sexualidade.

A etnografia feita por Abu-Lughod (1988) apresenta pontos de interseção com os pensamentos de Beatty (2014) e Lutz (1988): em relação ao método, generalizações ou apenas um relato de experiência não revelaria o universo simbólico, prático e legal da comunidade beduína. Por ser mulher, interagiu com outras mulheres em circunstâncias não-oficiais, colocou-se a ouvi-las e pôde compreender significados que seriam inalcançáveis se fosse um pesquisador do gênero masculino. Por outro lado, a

etnografia confirma os apontamentos de Lutz (1988) no que diz respeito às hierarquias de poder e aos contextos políticos e econômicos. Naquela cultura, o sangue tinha um simbolismo central, bem como o valor da honra e sua racionalização resultando na estratificação social. Os sentimentos simbolizam valores e a expressão desses indivíduos sustentam as representações morais, que estão associadas – por sua vez – à conjuntura política em geral. Ao perguntar onde se encontrava o “eu”, na tradução geral do self (*agl*), em vez de indicar a cabeça (cérebro-mente-psique), o povo beduíno referenciou o coração. Dessa forma, é possível extrair dois elementos: o primeiro de que o sentir validava a identidade das pessoas, não o pensar. E, segundo: apesar das claras diferenças culturais, a representação do coração como órgão dos sentimentos era elemento comum também lá, assim como o senso comum popularizou nas culturas americanas.

Em meio a polissemia conceitual, Izard (2010) foi a campo verificar como os cientistas definem emoção. De acordo com o autor, a literatura contava, à época da publicação, com 92 definições, divididas em 11 categorias: experiência afetiva como fenômeno, cognitiva, fisiológica, comportamento expressivo, disruptivo, adaptativo, multiespectro, declarações restritivas, motivacionais e céticas sobre a utilidade e o status da palavra “emoção” na ciência. Os 35 participantes, renomados internacionalmente, responderam a seis perguntas: 1) o que é uma emoção?, 2) qual é a principal função da emoção?, 3) o que ativa uma emoção?, 4) como a emoção é mais efetivamente regulada?, 5) existem conexões rápidas, automáticas e inconscientes entre emoção, cognição e ação?, 6) qual é outra questão que devemos levantar para a pesquisa e discussão? (Izard, 2010).

Os resultados indicaram que a maioria hesitou em definir emoção, mas apresentou índice razoável de concordância sobre as estruturas e as funções das emoções. Algumas das descrições

foram (Izard, 2010): emoção consiste em circuitos neurais, podendo ser um estado, mas também resposta a algo; processo de sentimento que motiva e organiza a cognição, além da ação; emoção como fornecedora de informação sobre interpretação de si mesma, cognição contínua, emoção como agente de regulação; emoção como algo social e relacional.

Ao avaliar o estudo citado, White (2010) teceu algumas críticas que merecem atenção, em especial ao método, refletido no título "*The many meanings/aspects of emotion*". Na opinião de White, malgrado a sugestão abrangente do título, a população abarcada foi de natureza específica – profissionais da área de psicologia, cujas perguntas foram feitas em inglês. Portanto, a pesquisa não contemplou profissionais de diversas áreas do conhecimento que se dedicam ao estudo das emoções, nem ampliou o debate à interculturalidade. Segundo o autor, a ansiedade dos psicólogos sobre o *status* científico da emoção lembra as disputas sobre o conceito de cultura, dentro da Antropologia, contando com 164 definições. Para White, não há como excluir a complexidade dos estudos sobre cultura e emoção.

Segundo Wilce (2009), a relação entre linguagem e emoção é crucial para entender a cultura. Em *Language and Emotion*, o pesquisador estuda tais conceitos como categorias distintas, do ponto de vista acadêmico, para apontar de que forma se entrecruzam nos modos de socialidade. Um dos capítulos da obra é dedicado à medicalização da emoção e como as culturas conceituam emoções na teoria e prática médicas, onde compara resultados de etnografias com as classificações científicas em saúde e observa as influências de movimentos políticos e econômicos globais, aproximando-se da argumentação de Bakhtin em crítica ao freudismo.

Sobre linguagem e emoção, Le Breton (2019) é novamente outro autor que destaca que os gestos não provêm da simples fisiologia ou apenas da psicologia: "ambas se incrustam a um simbolismo corporal que lhes confere sentido, nutrindo-se, ainda

da cultura afetiva que o sujeito vive à sua maneira.” (Le Breton, 2019, p. 9). O autor não nega a natureza física e biológica da emoção, mas inclui a corporalidade na teia das relações sociais. Em analogia com o idioma, uma vez que todos os seres humanos possuem aparelho fonador, mas falam línguas diferentes, da mesma forma, ter um complexo arcabouço endócrino, hormonal, neurológico e mental não “pressagia os seus usos culturais”. Assim como Lutz, Abu-Lughod, Beatty, Wilce, Heller e Rosenwein, Le Breton (2019) diz que cada termo léxico afetivo deve ser obrigatoriamente relacionado ao seu contexto. “Quando afirmam no âmbito teórico-acadêmico ‘culturas afetivas francesas’, por exemplo, a quem estariam se referindo? Aos bretões, camponeses, alsacianos, operários, médicos, mulheres, idosos ou jovens franceses?”, frisa Le Breton (2019, p. 12).

Se, conforme vimos com os autores supracitados, não há consenso sobre a natureza, as estruturas e as funções da emoção; se os modos de socialidade operam por meio da linguagem, sendo, portanto, um universo (i)limitado de representação; se o que dizemos, entendemos e observamos sobre o que o outro sente é sempre uma descrição e buscas por verossimilhanças; como determinar o que um indivíduo autista sente, quando seus sinais, gestos e modulações sensoriais estão circunscritos a parâmetros neurobiológicos distintos, não somente pela interculturalidade, mas pelas condições variadas em que pessoas autistas se encontram no espectro? Seja pelo olhar (não consensual) da Teoria da Mente¹², seja pela coexistência de desordens como a alexitimia¹³, o objeto emoção ganha camadas a mais de complexidade no contexto autista.

¹² Ver página 180.

¹³ Segundo o DSM, alexitimia é uma desordem neurológica que prejudica a identificação e descrição de emoções, sensações e sentimentos em si mesmo e outra pessoa. A pessoa autista pode apresentar dificuldade de identificar, expressar e interpretar as emoções, necessitando de apoio e acompanhamento

A etiologia do autismo encontra-se em investigação, mas as pesquisas recentes apontam que a maior prevalência é genética, com grande peso na hereditariedade. Nesse sentido, pesa a visão biológica e cognitiva sobre os transtornos do desenvolvimento humano, às quais se concorda em não desprezar. O presente trabalho não pretende negar o protagonismo das mutações genéticas nas redes neurais que impactam diretamente a possibilidade de expressão e comunicação das emoções e dos afetos. Mas, considerando o que os estudos sociais já indicaram, para analisar as emoções e o comportamento de indivíduos autistas, inclusive para diagnósticos mais completos e documentação mais ampla e democrática entre gêneros, etnias, raças e classe, se faz fundamental observar os aspectos culturais que atravessam o paciente e o avaliador.

Ao centralizar apenas os marcadores genéticos, cada vez revelados em maior número dado ao avanço da bioinformática, não será possível adequar protocolos e critérios clínicos locais, capazes de indicar diferenças étnicas, de classe ou de gênero. Da mesma maneira funcionam os protocolos diagnósticos que, em sua maioria, são traduzidos da língua inglesa, aplicados por pesquisadores e validados pelos conselhos federais. Alguns parâmetros biológicos podem ser mais facilmente identificáveis se as diferenças forem evidentes: uma criança que não andou na idade esperada, não desenvolveu a fala, não aprendeu a imitar gestos e comportamentos dos adultos ou de outras crianças, apresentou déficit de aprendizado escolar, autoagressão ou agressão a outrem. Contudo, se alguns aspectos cognitivos se desenvolverem corretamente e a linguagem for considerada minimamente funcional para a vida diária, a presença do autismo pode se camuflar, deslocando a atenção para comportamento e interesses socialmente considerados “estranhos” ou “inadequados”, onde os componentes socioculturais sobre as

para compreender as correspondências entre sensações físicas, estados psíquicos, contextos e gatilhos.

variáveis “emoção”, “interesse” e “comportamento” demandarão análise mais aprofundada.

O debate não exclui a ideia pré-cultural das emoções, entretanto, a maneira que cada indivíduo manifestará essa potência, o nome e o sentido que cada manifestação dessa terá, dependerá da interseção entre seu modo de vida (ou condição de saúde) particular com o meio social, que são interdependentes, bem como suscita a discussão sobre a intenção e o controle sobre o sentir (não da perspectiva cultural de Lutz, mas da variedade biológica do espectro autista). Nesse sentido, quem observa e analisa exerce papel essencial na interpretação e validação do comportamento de outra pessoa. Retornemos ao neurologista Antonio Damásio.

A partir do entendimento de que a razão não se constitui apenas por uma combinação bioquímica localizada em um órgão dentro do crânio, o autor demarcou a hipótese de que a emoção seria parte integrante do processo de raciocínio, inclusive necessária, pois a ausência da emoção é um elemento que compromete o raciocínio e/ou a sanidade em certas doenças neurológicas e/ou psiquiátricas. Sem a emoção, a razão falha. Damásio (2012) encerra a dicotomia razão-emoção porque estas não seriam categorias opostas e independentes, mas existiriam em parceria, variando de protagonismo a depender da circunstância e da necessidade, se aproximando, do ponto de vista fisiológico, da análise social de Heller.

O tema da racionalidade, da consciência e das emoções é relevante à pesquisa porque o TEA é classificado como um distúrbio do neurodesenvolvimento. Não está em debate aqui o quanto autistas são conscientes ou não do ponto de vista da neurologia; se a racionalidade é mesmo atípica, e qual a relação exata das emoções e sentimentos em um cérebro neurodivergente. O que está em jogo na presente pesquisa é a multiplicidade de interpretações, bem como a existência de lacunas científicas não obstante o objeto emoção, assim como tais

sentenças estão representadas em discursos legitimados e institucionalizados. São os rastros epistêmicos que nos interessam e ajudarão a tecer a nossa própria abordagem em torno do nosso objeto.

Os mecanismos de representação e recuperação do conhecimento, cerne deste livro, dizem respeito às palavras e aos discursos registrados em documentos, não à classificação biológica dos seres. Contudo, ser e saber se interconectam: a maneira como, conceitualmente, o ser estará determinado e classificado, se refletirá em como os saberes sobre esse mesmo ser foram constituídos discursivamente e estão documentados, mediatizados. Significa afirmar que não pretendemos apontar para um único caminho classificatório sobre autismo e autista – é exatamente o contrário disso: visamos à configuração das possibilidades de existência da pluralidade inerente ao espectro em sistemas classificatórios e ontologias. O objetivo é criar a fundação que sustentará as condições de representação do imanente e do potente presente em seres humanos neurodivergentes ou não, cidadãos em uma sociedade democrática, onde a documentação é um de seus pilares (Saldanha, 2020).

Nessa direção, primordial se torna o enfoque nas sensações, emoções e sentimentos, objetos não concretos, inferidos senão por suas manifestações (relatadas ou não, pelo sujeito que sente) no comportamento, uma das categorias-chave de diagnóstico do TEA. Por este motivo, consideramos o cruzamento de pesquisas de diferentes campos do conhecimento importantes ao debate.

Tanto Darwin no passado, quanto Damásio e Le Breton na atualidade, destacam a função da linguagem na comunicação e em sua relação com as expressões e emoções. Conjuntamente, exercem a função na comunicação, como facilitadores ou reforçadores da mensagem. Conquanto a origem, emoções e expressões estimulam outras expressões e sentimentos – daí a sua importância na construção de vínculos humanos. No espectro do

TEA, uma das dificuldades apresentadas encontra-se no campo expressivo e emocional. Alguns autistas não conseguem processar com equilíbrio o que sentem, podendo lidar com sobrecargas sensoriais, manifestadas no comportamento. Por outro lado, há autistas que não expressam na face as reações emocionais, gerando interpretações como apatia e/ou “alguém vazio de sentimentos”. Há ainda pessoas autistas que têm dificuldade em espelhar gestos; têm prejuízo mimético. Esses fatores afetam o desenvolvimento infantil no que concerne à aquisição e desenvolvimento da linguagem verbal e o campo das interações sociais. A dificuldade é ampliada às outras pessoas, as não autistas, que, dependentes da leitura de expressões e gestos de outro ser humano para criar vínculos, não conseguem “ler a pessoa autista”, resultando em sobrecargas emocionais e psicológicas em longo prazo em todos os envolvidos. Todavia, vale lembrar, as dificuldades não se dão da mesma forma em todos os indivíduos do espectro autista.

Um dos mecanismos que oferece suporte ao argumento é o fenômeno chamado *masking*, isto é, há pessoas autistas que replicam gestos, expressões, comportamentos emocionais sem necessariamente sentirem ou mesmo compreenderem o significado social – imitam o comportamento social. A camuflagem vai desde uma ação mais simples, como a pessoa não entender uma piada, mas gargalhar porque todos gargalharam, até ocultar a sua própria identidade, emoções, pensamentos e sentimentos porque precisa se comportar igual aos seus pares neurotípicos. Della Torre (2021) realizou uma revisão de literatura sistemática sobre o efeito do *masking* na saúde mental de pessoas autistas entre 2015 e 2021: 62% dos participantes das pesquisas informaram depressão, 67%, ansiedade e 66% viviam sob estresse.

Nesse caso, cabe debater interseccionalidade (Crenshaw, 1989). Espera-se que meninas se comportem de uma forma, e meninos de outra determinada forma. Espera-se também que

peças com deficiência não vivenciem sua sexualidade. Como qualquer indivíduo, um autista pode ou não ser cisgênero e/ou heterossexual. Autistas sofrerão preconceito de raça, sexualidade e de classe como pessoas não autistas, com o adicional da sobrecarga oriunda do transtorno. Juízos valorativos presentes na comunidade científica. Quando Kanner identificou o chamado embotamento afetivo dos pacientes, atribuiu à criação, à falta de afeto materno. Denominou como “mães geladeira”, fato posteriormente retratado pelo médico e pesquisador. Quanto aos pacientes com linguagem verbal preservada e intelectualidade acima da média, Asperger inferiu que pudesse advir do gênero masculino, desqualificando meninas e mulheres no referente à superdotação.

No Brasil, pessoas autistas verbais criaram o *podcast* *Introvertendo*¹⁴, um espaço onde autistas conversam sobre autismo. Destacamos três episódios referentes a emoções: nº163 (Narrativas ficcionais e autismo), nº164 (Depois do diagnóstico do autismo) e nº166 (Gafes sociais da vida autista). A seguir, duas jovens do sexo feminino relatam sobre a dificuldade do comportamento social:

[...] eu enxergava as coisas que eu precisava fazer como uma grande peça de teatro. [...] Então, eu estudava o comportamento das minhas colegas, dos meus pares, eu estava treinando na frente do espelho, literalmente. E eu tinha isso como uma meta pra (sic.) eu cumprir todos os dias. Pra (sic.) mim, eu precisava estar ali exercendo esse papel, cumprindo aquilo que esperavam de mim, pra que eu fosse aceita, pra (sic.) que eu fosse

¹⁴ No momento de encerramento desta pesquisa, o *site* se encontrava fora do ar, mas os episódios estão disponíveis como arquivos sonoros em plataformas de *streaming*.

uma menina normal (Depois..., 2021, sem paginação).

[...] quando as pessoas elogiavam minha roupa, ficavam esperando eu dizer ‘obrigada’, mas eu não dizia porque pra mim eu não tinha que agradecer por uma roupa que não fui eu que fiz. Porque o elogio não deveria ser pra (sic.) mim, deveria ser pra (sic.) pessoa que fez a roupa. E aí ficavam me achando mal educada e arrogante, por eu não agradecer o elogio, mas era simplesmente de não entender mesmo, sabe? Até que alguém me explicou que quando a pessoa elogia a nossa roupa, ela elogia o nosso bom gosto. Aí isso fez sentido, a pessoa tá (sic.) elogiando que você teve bom gosto ao escolher roupa. E aí sim faz algum sentido, mas assim, dificilmente as pessoas param pra (sic.) explicar. E quando a gente não tem essa percepção de que a gente falou alguma coisa errada ou que a gente não sabe exatamente o que que a gente falou, mas não entende o porquê, ninguém vai chegar e vai explicar, a não ser que a gente se mostre realmente confuso, as pessoas geralmente assumem que a gente falou isso (Gafes..., 2021, sem paginação).

Com os relatos, ficam evidentes as lacunas informacionais acerca dos tipos de autismo e como os observadores se enganam, conforme documentou Darwin. O exemplo da roupa descrito no *podcast* acima é pertinente porque, se analisado na primeira camada comunicacional, o raciocínio está correto: deve-se aceitar o elogio e sentir-se grato somente se tiver sido protagonista da ação. Contudo, há outras mensagens subentendidas, não verbalizadas, como o conceito de “bom gosto” e as múltiplas

formas de entendimento do que um objeto significa em dado momento. Quando uma criança sem deficiência repete o “obrigada/o” não significa fundamentalmente que ela entendeu o conjunto simbólico do bom gosto. Ela pode ter repetido porque os pais assim mandaram. A explicação passada é simples, mas não esclarecedora: “é de bom tom” ou “é por educação”. No fundo, é o que se espera devido ao conjunto cultural elaborado por todos os que nos precederam. Quando uma pessoa insere um questionamento diferente (que, nesse caso, é inclusive adequado: “se eu não fiz a roupa por que devo aceitar o elogio?”), evidencia-se as diferentes camadas simbólicas até então ocultas. O objeto não é o concreto e visível da roupa, mas outro, simbólico, abstrato, construído culturalmente: o gosto.

A dificuldade de correspondência entre o conceito das emoções e sentimentos no mundo real-concreto foi discutida pelos apresentadores autistas no episódio 163. Na ocasião, os jovens explicaram como a literatura os ajuda a entender o conceito e a manifestação das expressões:

[...] tudo num (sic.) livro é muito bem descrito, isso torna muito mais fácil a gente conseguir fazer essas associações necessárias para entender o que tá (sic.) se passando com aquela pessoa e porque que ela reage daquela forma, porque eu não consigo compreender bem as expressões faciais. Então, eu acho isso muito interessante, porque eu continuo tendo essa dificuldade, mas pelo menos sei que existem certas expressões faciais relacionadas àquele sentimento específico que aquela pessoa tá (sic.) expressando (Narrativas..., 2021, sem paginação).

[...] Eu acho que ter a descrição, de fato, do que a pessoa tá (sic.) sentindo e, muitas vezes, do motivo pra ela tá (sic.) sentindo aquilo, ou

então, como percebe o sentimento de outra pessoa. Vamos supor, por exemplo, que na descrição da cena, diga que o protagonista olhou para uma outra pessoa e viu tristeza nos olhos daquela pessoa. E aí, ele dá um contexto um pouco melhor do que aconteceu nessa cena. É muito mais fácil você entender que a outra pessoa estava triste nessa descrição dessa cena do que na vida real olhar pra (sic.) uma outra pessoa e tentar ver tristeza nos olhos da outra pessoa. Então eu acho que justamente por ser uma linguagem 100% verbal ali no livro, se está acontecendo na cena e o autor quer que você saiba, ele vai descrever ali, se torna mais fácil entender o que tá (sic.) acontecendo no livro, quase que como um treino, não é equiparado a vida real, mas você consegue ter uma forma mais simples de entender os sentimentos dos vários personagens para depois poder trazer esse aprendizado pra vida real e pro seu dia a dia mesmo. Eu me lembro de uma expressão que eu via bastante nos livros, eu lembro que quando eu li Harry Potter tinha muito. É a expressão “dar de ombros”, que eu demorei muito tempo pra (sic.) entender o que é que os personagens estavam fazendo quando a autora escrevia que eles tinham dado de ombros. Eu achava que eles ficavam de lado, alguma coisa assim. E aí eu descobri que quando a pessoa levanta um pouco o ombro e que isso tem muitos significados diferentes, mas geralmente é algo do tipo, ah, a pessoa não se importa e vai embora, algo assim (Narrativas..., 2021, sem paginação).

[...] eu não consigo imaginar muito bem as feições das pessoas, de forma geral. As feições

de pessoas que eu conheço, por exemplo, até se eu tiver que imaginar o rosto da minha mãe, eu tenho muita dificuldade e, mesmo assim, não é com muitos detalhes. Então, feições de pessoas é uma coisa que eu não sou boa em imaginar nas histórias, mas quando os autores dão uma descrição com características importantes da pessoa, sei lá, a cor do cabelo, forma do nariz, se a pessoa é grande ou não, essas coisas me marcam um pouco melhor e eu consigo ter um modelo de aparência da pessoa, digamos assim. Por mais que não seja uma feição de fato, mas eu consigo imaginar o bonequinho ali se movendo, eu consigo imaginá-lo, muitas vezes, como uma pessoa, de fato, se é uma história mais longa. Eu tenho muito essa relação com quanto tempo eu passo em contato com aquela história também. Então, se a história é um conto curto que eu vou ler em duas horas, eu dificilmente vou imaginar, de verdade, aquele personagem, mas se é uma história mais longa, por exemplo, uma série de livros, aí eu consigo imaginar como se fosse uma pessoa de verdade ali. Isso nos leva ao nosso próximo tópico sobre criar (Narrativas..., 2021, sem paginação).

Os desafios acerca das emoções podem ser mais compreendidos por pessoas verbais, e, por isso, não significa que autistas em condição não-verbal não os vivenciem. Uma das pessoas autistas de maior destaque internacional é a cientista Temple Grandin. No livro “O cérebro autista: pensando através do espectro”, Grandin (2019) cita a obra “Como posso falar se meus lábios não se movem? Por dentro da minha mente autista”, escrita por Tito Rajarshi Mukhopadhyay. Tito classifica a si próprio como “eu pensante” e “eu atuante”, ou seja, o Tito que as pessoas veem

e interpretam e o eu interno, que apenas Tito conhece. Grandin o conheceu pessoalmente e o descreveu como “um menino que gira, se agita e bate os braços”. No livro em questão, Tito se descreve como “estranho e cheio de energia”; alguém “que gira em círculos para juntar as partes do todo” [as peças do seu eu]. Grandin relata a sua experiência de leitura:

Lembro que ele se olhava no espelho tentando forçar os lábios a se mover. A sua imagem apenas o olhava de volta. Aquele eu, o pensante, estava ‘cheio de aprendizados e sentimentos’. E frustrações. Ele se lembra de um médico que tinha dito aos seus pais que [ele] Tito não entendia o que ocorria à sua volta e a resposta não dita do seu eu pensante foi ‘Entendo perfeitamente’ (Grandin, 2019, p. 87-88).

Diversas teorias tentam explicar as causas do TEA e os mecanismos imbricados na linguagem e no comportamento, onde o componente emocional também se insere. Whitman (2015) cita teorias socioambientais, psicológicas, da linguagem, integração social, biológicas, neuroquímicas, estruturais e imunológicas. Uma das mais populares acerca das emoções é a Teoria da Mente. Segundo Whitman (2015), a teoria da mente focaliza como uma pessoa entende seus próprios pensamentos e atribui estados mentais a outras pessoas, isto é, de que forma os estados mentais (desejos, crenças, intenções) são percebidos e compreendidos, um sistema de inferências.

Simon Baron-Cohen, um dos representantes dessa teoria e estudioso do TEA, explica que “somos leitores de mentes por natureza”, porque desvendar os estados mentais de outros animais e outros *sapiens* foi essencial para a sobrevivência de nossos ancestrais. Dessa forma, como espécie, criamos modelos mentais interpretativos, mecanismos de aprendizagem por

associação que foram selecionados pelo processo de seleção natural. Diz Baron-Cohen (1996): “o processo selecionou aqueles que tinham o melhor sistema de apostas”, ao vincular pistas observáveis (nas expressões, gestos, ações, vocalização) a aspectos não observáveis, como intenções e sentimentos. Portanto, a Teoria da Mente defende a perspectiva do ser humano possuir a capacidade de entender e atribuir estados mentais automaticamente, de maneira inata.

Com base em sua orientadora, Uta Frith, expoente de estudos sobre autismo, para Baron-Cohen, indivíduos autistas têm uma espécie de cegueira mental, que os torna incapazes de entender e atribuir tais estados, comprometendo a vida social, a metarrepresentação das “regras do jogo” social; não conseguem prever o que os outros vão agir ou sentir porque não fazem a transferência mental necessária.

Lima (2019) recorda que, incluída no bojo da psicologia cognitiva, a Teoria da Mente foi apropriada pelos estudos computacionais ao estabelecer a relação entre computador e cérebro.

Seja na visão predominante, na qual módulos cognitivos delimitados processam a informação e estocam a memória, seja na visão conexionista, que coloca ênfase na noção de rede, o computador cognitivo se encarnará no cérebro e encontrará sua mais perfeita expressão no referencial da Teoria da Mente [...] Apesar da hegemonia cognitivista, a tradição fenomenológica vem sendo resgatada nos últimos anos, no intuito de escapar ao reducionismo racionalista e de introduzir a dimensão corporal e a experiência em primeira pessoa num campo teórico no qual predominam a concepção modular do mental e o paradigma do

funcionamento computacional (Lima, 2019, p. 194).

O autor explica que a “revolução cognitiva” ocorrida nos anos de 1970 postulou que a mente é multimodular e que é possível mapear a arquitetura psicológica humana como o fazemos com sistemas de computador, uma das bases da cibernética (Lima, 2019). Cada módulo estaria relacionado com processos evolutivos específicos e, por isso, seria mais fácil situar, anatomicamente, cada elemento dessa arquitetura.

Frith e Happé (1999) sustentaram que no autismo haveria não apenas prejuízos na teoria de outras mentes, mas também em relação à própria mente, o que corresponderia à ausência de consciência introspectiva. Para as autoras, a atribuição de mente para os outros e para si requereriam a distinção entre representações do mundo físico (ou de primeira-ordem) e representações de estados mentais (ou de segunda-ordem). Se a ‘computação’ de estados mentais se encontra avariada, a autoconsciência e o autoconhecimento podem ser tão limitados quanto a compreensão da mente das pessoas ao redor. Isso não implicaria, esclarecem as autoras, a ausência de estados mentais em autistas, mas no possível predomínio de representações de primeira ordem e na incapacidade de refletir sobre suas experiências. Em sua vida psíquica, pensamentos, memórias, vivências e percepções podem ser indistinguíveis. Além disso, a compreensão das próprias ações estaria prejudicada, pois, na ausência de consciência introspectiva, o autista não conseguiria distinguir entre atos voluntários

e involuntários, nem justificar os motivos de suas ações. Essas dificuldades podem atrapalhar as tarefas que exijam reflexão consciente, flexibilidade e imaginação, mas ajudar em atividades repetitivas e rotineiras (Lima, 2019, p. 199).

O pesquisador dialoga criticamente sobre tais modelos: apesar de alguns pacientes demonstrarem dificuldade em abstrações, imaginações e as chamadas falsas-crenças, não é possível universalizar o processo, visto que outros autistas não apresentam tais prejuízos mentais. O segundo ponto citado por Lima (2019) é a especificidade dos déficits em associação ao TEA, já que crianças com outras questões de saúde podem falhar nos testes-padrão aplicados. O terceiro ponto diz respeito à temporalidade: os quadros entendidos pela medicina como de prejuízo, apresentado pelo autismo de maneira precoce, surge antes de qualquer teoria representacional da mente (Lima, 2019).

O autor oferece uma abordagem fenomenológica em contraposição à cognitiva por entender que a compreensão social de indivíduos autistas passa pela percepção antes de ser processada pela cognição. Por isso, é fundamental um olhar corporificado do indivíduo e da mente, seu sistema sensório-motor.

Um dos fenômenos que salta à vista de qualquer profissional, num primeiro contato com crianças autistas pequenas, não é a ausência de teoria da mente, mas o fato da motricidade estar, em algumas, no registro da hipotividade e isolamento, e, em outras, no da hiperatividade. Por que deveríamos considerar isso como reflexo de falhas cognitivas básicas, e não como algo primário e fundamental no âmbito da própria corporeidade? (Lima, 2019, p. 212).

Por outro lado, em 2007, os neurocientistas Henry e Kamila Markram junto à pesquisadora Tania Rinaldi, propuseram a Síndrome do Mundo Intenso. Por essa via interpretativa teórica, o isolamento autístico adviria da sobrecarga cerebral e não da ausência de emoções e sentimentos. Com base em testes em ratos de laboratório, a hipótese levantada é a de um cérebro hiperreativo, apresentando hiper-plasticidade em circuitos neuronais locais. O excesso de circuito neuronal levaria, na visão das autorias, à hiperpercepção, hipermemória e hiperatenção, presentes em inúmeros casos de autismo.

Nesta visão, o espectro autista são transtornos de hiperfuncionalidade, que se tornam debilitantes, em oposição aos transtornos de hipofuncionalidade, como muitas vezes se supõe. Discutimos como o processamento neuronal excessivo pode tornar o mundo dolorosamente intenso quando o neocórtex é afetado e até mesmo aversivo quando a amígdala é afetada, levando ao afastamento social e ambiental. Também se supõe que a aprendizagem neuronal excessiva prende rapidamente o indivíduo a um pequeno repertório de rotinas comportamentais seguras que são repetidas obsessivamente (Markram; Rinaldi; Markram, 2007, p. 77).

A partir das autorias e dos relatos de autistas consultados e referenciados, é possível inferir e apontar que, no escopo do autismo, há diversas camadas – em graus variados – de percepção e processamento de mundo. Logo, não é possível adotar um sistema categorial e universalista no que concerne à mente ou as emoções. Evidencia-se o peso que os sentidos impõem nas interpretações e construções de mundo nos mecanismos de cruzamento das relações exteriores e interiores, pessoais, dessas

mediações. Se as percepções sensoriais podem ser aumentadas ou reduzidas, causadas por distúrbios no processamento sensorial, o indivíduo autista entrará em contato com um universo sensorial diferente e desenvolverá seu repertório simbólico e psicológico também de maneira distinta. Não significa afirmar que os variados tipos sensoriais não possam ser classificados como doença, distúrbio, condição ou síndrome. Compreender o aspecto sensorial como campo de sentido (no sentido aplicado por Markus Gabriel) também não implica em um ceticismo ou relativismo dos objetos e fenômenos, relegando à esfera puramente subjetiva (alucinações fazem parte do mundo do mesmo modo que as cores que o *sapiens* não enxerga porque sua faixa de percepção se restringe do infravermelho ao ultravioleta). Significa colocar em suspeição crítica a afirmação de que a totalidade dos autistas está isolada, incapaz de racionalizar sobre si e sobre o mundo, entender emoções e sentir emoções pelo outro porque reage de maneira atípica ou porque não comunica seu universo interior (e também suspeitar das definições generalizantes sobre os autistas indicarem cognição superdesenvolvida ou serem gênios da música, da matemática ou da tecnologia).

Do ponto de vista da fenomenologia apresentada por Lima (2019) pode significar que as vivências provêm mesmo de um outro mundo, mas não mental e abstrato, e sim, corporal, físico, concreto, oriundo de sensações distintas, mais fortes ou mais leves, mais agradáveis ou terrificantes, porque tais indivíduos experienciam outra modulação desses mesmos sentidos. E, ainda, segundo Markram, Rinaldi e Markram (2007), o autista não estaria alheio ao mundo, ao contrário, pertenceria à categoria de pessoas que o sente e percebe em demasia.

No escopo do autismo, independentemente da causa, os efeitos cognitivos e emocionais serão variados não apenas por seu perfil clínico, mas socioeconômico. Sem acesso às terapêuticas, outros comportamentos podem surgir, avanços no desenvolvimento podem retroceder, outros padrões emocionais

podem emergir. O mesmo perfil autístico de um indivíduo singular pode se manifestar de distintas formas a depender de seu ambiente e condições de tratamento. No bojo do ambiente, não estão tão somente os familiares e cuidadores, mas as condições de vida e o sistema vigente, conforme a análise bakhtiniana. Quais impactos o sistema vigente terá no perfil emocional e psíquico do indivíduo autista, visto que ele também se encontra na arena da história?

Na contemporaneidade, semelhante a Marx e Bakhtin, a ideia de história é central no pensamento de Michel Foucault. Para o filósofo francês, o conceito de história contínua consiste na garantia de que o que não se sabe por ora será identificado e catalogado *a posteriori*, como um estoque de conhecimento, onde, de tempos em tempos, se organizam as gavetas e prateleiras. Para o autor, a história não é um estoque linear de conhecimento, mas um emaranhado de práticas discursivas que moldam os fatos, por isso, é fundamental se desfazer da ideia de continuidade. Nessa direção, a premissa descontinuista dos fatos históricos é o fio condutor da arqueologia e da genealogia proposta por ele para analisar os discursos, objeto-chave de sua densa literatura.

A arqueologia foucaultiana significa emergir o jogo que antecipa o próprio conhecimento: os enunciados que permitiram que tal conhecimento exista e a maneira que deve existir. Nesse caso, compreender as emoções para além da temporalidade evolutiva genética, enquanto atributo da espécie humana, e de ritmos biológicos ditados pelo desenvolvimento dos organismos individuais. Em suma: não estão em definição as causalidades da emoção, mas as suas diferentes condições de existência e interação intersubjetiva entre pessoas, coisas e fenômenos.

Nesse ponto, nosso interesse se desloca do perfil emocional de pessoas autistas, para os arranjos emocionais acerca das deficiências, do que é diferente, suscitando a necessidade de transformação radical da documentação que sustenta discursos emocionais pautados em ideologias reducionistas ou reacionárias.

Quando afirmam que autistas pensam, sentem e agem de determinadas maneiras, quais autistas são o parâmetro de análise?

Em 2000, Olson criticou o cabeçalho de assuntos da *Library of Congress*, modelo de autoridade documentária: as falhas na recuperação de itens sobre gênero, raça, etnia e religião se davam por conta da representação inadequada. A autora menciona Steve Wolf que contestou o tratamento dado aos termos gays e lésbicas na CDD e na *Library of Congress*, cujas linguagens documentárias associavam homossexualidade a crimes, distúrbios, prostituição e pornografia. Salienta também a terminologia utilizada para descrever massacre e batalha: o primeiro termo correspondia aos assassinatos de colonos europeus por nativos americanos; o segundo, aos assassinatos de nativos americanos por colonos europeus, denominados soldados (Olson, 2000). Para as práticas de indexação de assuntos, é inerente ao profissional da informação o processo cognitivo e linguístico, visto ser também um leitor do material. Diferentemente do leitor geral, estudado por Roubakine, o indexador é um leitor especialista, não no assunto em si, mas orientado à identificação de assuntos. A leitura documental-documentária e o conceito de assunto são férteis para a bibliopsicologia roubakiniana, uma vez que antecipa a existência de um conteúdo a ser evidenciado, desvelado. Contudo, apesar de não haver neutralidade na leitura, Hjørland (2005) argumenta que a influência positivista situa o indexador como autômato, uma ferramenta que seguirá a estrutura institucional e catálogos de autoridade, legitimados pela comunidade, em especial os termos extraídos de publicações científicas, já chancelados por derivarem da ciência e não da literatura comum. Essa visão ignora a possibilidade interpretativa do indexador, em outras palavras, situa os fatores interpretativos como erros de indexação, resultando em debates acerca de inconsistências e adequações de assuntos (Hjørland, 2005).

A perspectiva cognitiva partirá da premissa de modelos de busca e recuperação generalizáveis a partir dos usuários, ou “como a mente humana pensa sobre isso?”. Já a perspectiva sociocognitiva estudará não só como a mente humana pensa, em sentido amplo, mas como mentes humanas pensam a depender de seus contextos, isto é, comunidades de usuários específicas, não a raça humana de maneira geral. Como instrumento qualificador para indexação de assuntos, a abordagem preconiza que o indexador conheça o contexto relacionado ao item a ser indexado. Novamente Hjørland (2002), um dos expoentes dessa abordagem, sugere que os usuários podem fornecer melhor entendimento dos domínios em questão, isto é, entrevistas são bem-vindas. Dessa forma, o indexador “posiciona-se no centro de uma rede de interações, visíveis e invisíveis” (Terra, 2017, p. 51), mediador entre o autor e o utilizador, usuário final, em última instância, a sociedade.

Recuperando o pensamento marxista, a leitura documentária também depende de seus contextos e condições de elaboração: tempo de leitura e prazo para entrega, instituição de custódia, instrumentos de garantia literária disponíveis, repertório individual do indexador, tipo de linguagem adotada pelos autores no item a ser documentado. É necessário questionar: quantos autistas ou cuidadores de autistas frequentam bibliotecas? Que tipo de terminologias oferecem respaldo ao indexador? Quantas obras sobre autismo estão disponíveis nos acervos públicos? Há variedade de áreas do conhecimento que abordem o tema? Quem é o público ou a área do conhecimento para serviços de referência nesse domínio específico? Quais informações prévias o indexador tem sobre autismo e autistas? Qual percepção o indexador nutre sobre deficiência?

Em suma: sendo a indexação a interpretação de metadados (logo, visões justapostas sobre um mesmo documento); se, conforme Roubakine, o livro é reflexo de seu leitor; se, conforme

Damásio, a cognição prescinde do repertório emocional para o raciocínio; se, conforme Olson, vocabulários de autoridade atestada pelas áreas se travestem de neutros quando abrigam ideologias específicas; que tipo de ferramentas o indexador e o catalogador detêm para confrontar a descrição de que autistas não são estudantes com distúrbios emocionais, apesar de seus comportamentos aparentarem desordens emocionais (ainda que alguns autistas possam ter distúrbios emocionais, mas tal classificação não se aplicar à classe ampla denominada autista) ou recomendar a não indexação (ou indexação específica sobre pseudociência) de uma obra que versa sobre a cura do autismo, uma vez que é uma condição de saúde e não uma doença e, portanto, a palavra cura não se aplica? Sendo o indexador o mediador de uma teia discursiva, pode se tornar uma linha de fuga do dispositivo, ou sua finalidade é a de se manter como um reproduzidor do *status quo*? Por uma via fisicalista, mentalista e positivista, a linha de fuga inexistente, porque como adverte Mostafa,

A atitude de aproximação do sujeito ao objeto já deixa antever a irredutibilidade de ambos, um não se reduz ao outro. E outra vez caímos no abismo neokantiano entre natureza e história. Parece que a natureza é teimosa e o homem não consegue mudar-lhe o curso. [...] A Ciência da Informação entende e estuda a informação como uma categoria fechada, fixa, imóvel. O cientista da informação também se percebe imutável, imobilizador. [...] O cientista da informação precisa vislumbrar seu papel de organizador da nova cultura, onde as elites desaparecem para que a grande massa de simplórios ascenda a uma filosofia de vida superior, porque organizada, coerente, crítica (Mostafa, 1986, p. 196).

A dialética das emoções surge como fator fundamental para a racionalidade, o fazer científico e a práxis informacional na medida em que não é possível pensar sem sentir, interpretar sem perceber, ler e escrever sem intersubjetividade. Entre nós e o outro há um universo simbólico que não será decifrado porquanto não existe em si para ser decodificado. Relacional, desse encontro emergirá a fundação filosófica na qual cada parte foi erigida, uma relação assimétrica de força à moda de Foucault.

Capítulo 5

O QUE FALAR QUER DIZER?, E OUTROS DILEMAS DA LINGUAGEM

[...] na rua, sem resistir, me chamam, torno a
existir.
(Paulo Leminski)

Abro o capítulo com o título de base bourdieusiana que suscita a centralidade da comunicação humana: o dizer que carrega o emaranhado simbólico em que fora produzido. O dizer se constitui e é constituído por aquilo que se quer dizer. Contudo, “querer dizer” localiza-se cultural e historicamente.

Apesar das divergências teóricas e das diferentes trilhas de pesquisa percorridas, linguistas, biólogos e antropólogos concordam que a linguagem complexa desenvolvida no decorrer de milhares de anos diferencia o ser humano dos outros animais. A rigor não existe uma filosofia da linguagem própria, um grupo específico ou escolas únicas sobre a linguagem, mas distintos filósofos e pensadores que abarcaram a linguagem como objeto relevante de estudo, ainda que não centralmente em suas teorias.

As reflexões principais dizem respeito ao seu protagonismo do objeto linguagem na constituição do real, à sua possível universalidade e relação com a cognição e os pensamentos. Segundo Herder (1987), a gênese da linguagem adentra a própria compreensão filosófica porque é por meio dela que o filosofar é possível. Discussão aprofundada por Cassin (1999, 2015) ao explicar as diferenças na definição do Ser em Parmênides e em Górgias, constituinte da filosofia antiga, que reverberará na formação do pensamento ocidental. Portanto, há diferentes dimensões no entendimento da linguagem que se entrecruzam: a filosófica, antropológica, psicológica e biológica.

Se pensamos por meio da fala interior, pensamento e linguagem são sinônimos? Há uma região específica no cérebro dedicada à linguagem? Qual é a sua natureza? Qual a sua função e quais são os seus limites? Quais os motivos das semelhanças, e também diferenças, dos grupos idiomáticos, verbalizados pelos humanos? Como a linguagem, sistema coletivo, se relaciona com a subjetividade dos sujeitos dotados de linguagem? A partir de agora abordaremos as principais ideias sobre a gênese da linguagem, a relação com o desenvolvimento infantil e as expressões culturais, onde nossa pesquisa se insere.

A curiosidade sobre o universo linguístico é antiga. Um dos mitos mais comentados da história da linguagem é o de Psamético, um faraó egípcio cujo reinado se deu no século VII a.C. De acordo com os relatos, o faraó desejava entender a origem das línguas; encontrar o mais próximo possível de uma língua primária (ou primeira). Alheio aos fatores culturais, que língua um ser humano falaria? Segundo esse raciocínio, Psamético pensava que encontraria a língua-mãe de todos os homens.

Em busca das respostas, traçou um plano: desde o nascimento, privaria dois bebês gêmeos do contato familiar. Assim o fez. Ao nascer, retirou-os da família, o primeiro grupo cultural, e entregou a guarda para um pastor. A ordem era clara: os bebês não poderiam ter acesso a nenhuma palavra, nenhum

som articulado por outros seres humanos. A consequência da ordem exigia que, a partir dos dois anos de idade, o adulto não atendesse as crianças em suas necessidades básicas na expectativa de que um pedido viesse por parte dos gêmeos. Surpreendentemente, uma das crianças teria verbalizado uma palavra que o faraó interpretou como sendo “pão” na língua dos frígios e concluiu que aquele idioma seria o original de toda a espécie humana. Contudo, a fonética da palavra dita pela criança era similar à onomatopeia atribuída às cabras, animais criados no mesmo ambiente pastoril dos gêmeos em questão.

O experimento de Psamético pode ser lendário, mas sua fama atravessou gerações. No século XII d.C, o rei germânico Frederico II decidiu reproduzir o laboratório. Como o faraó egípcio, Frederico argumentava que existia uma língua humana original. Em vez de um par de gêmeos, o rei selecionou 30 crianças, que receberam os cuidados necessários para o desenvolvimento físico, porém excluídas da língua de seu ambiente. Não podiam ouvir nenhuma palavra, nem estabelecer qualquer contato com outros humanos que resultasse em algum tipo de comunicação direta. Nenhuma criança verbalizou qualquer som e todas morreram antes dos três anos de idade.

O que teria acontecido se as crianças tivessem sobrevivido? Diferentes casos de crianças e jovens, viventes em variadas épocas e lugares, aparentemente abandonados e sem domínio de línguas conhecidas, estão documentados na literatura científica. Como relembram Leite e Galvão (2017), durante o Iluminismo, Lineu, o pai da taxonomia moderna, cunhou a categoria “*homo ferus*” para classificar esses seres. Um desses indivíduos foi Victor, conhecido como o “Selvagem de Aveyron”.

Era o ano de 1800, pleno inverno, quando um jovem aparentando entre 12 e 15 anos, mudo, grunhindo e se movendo similarmente a galopes, apareceu nos bosques franceses. Após a repercussão, fora capturado pela comunidade local e enviado ao Abade Bonnaterre (1752-1804), pesquisador especialista em

história natural, que produziu o primeiro relatório registrado sobre o caso. Por ordens governamentais, Bonnaterre o levou a Paris com destino ao Instituto Nacional dos Surdos-Mudos dirigido por Abade Sicard (1742-1822). Segundo as autoras, Sicard integrava a *Société des Observateurs de l'Homme*, um círculo social de médicos, filósofos e naturalistas interessados na pesquisa sobre comportamento humanos. Dentre os membros, estavam o já famoso Philippe Pinel (1745-1826), especialista em doenças mentais, considerado o pai da psiquiatria moderna, e Jean Itard (1774-1838), jovem médico e um dos precursores da especialidade conhecida hoje como otorrinolaringologia.

Após observar o jovem desconhecido, Pinel conclui se tratar de um caso de idiotia, termo amplo utilizado para pessoas que não se desenvolviam tipicamente, sem possibilidade de educação e reinserção social. Itard assume uma posição contrária e argumenta ser possível educar o jovem, afora as dificuldades apresentadas. Após responsabilizar-se pela tutela, Itard inicia o estudo clínico com a seguinte hipótese: a causa do estado do “selvagem” não era orgânica ou psicológica, mas resultado da privação de contato social.

Após dez anos de acompanhamento e intenso trabalho, o jovem, agora chamado de Victor, não adquiriu autonomia. Faleceu em torno dos 40 anos, sem comunicação verbal ampla e capacidade de sociabilidade. Todavia, seu quadro apresentou incontestável adaptação, mesmo baixa, resultante do trabalho de Itard, registrado em dois relatórios oficiais: o primeiro foi apresentado à sociedade da qual fazia parte, em 1801. O segundo, apresentado ao Ministro do Interior, em 1806. Leite e Galvão (2017, p. 14) rememoram que “o nome e os escritos de Itard sofreram sucessivos eclipses de redescobertas”. Após sua morte, houve uma espécie de silenciamento sobre Victor. A pesquisa voltou a ser comentada no final do século XIX por meio de Bournaville, especialista em educação especial. No mesmo período, o caso de Victor foi redescoberto pela médica e

educadora italiana Maria Montessori (1870-1952), que copiou e traduziu os relatórios de Itard. Em 1914, Itard foi citado em uma tese de doutorado na França e estudiosos da Psicologia nos Estados Unidos resgataram seus escritos em 1941. Nesse momento, a experiência de Itard com Victor chegou a Leo Kanner, psiquiatra e criador da primeira taxonomia de autismo como categoria separada da psicose e da esquizofrenia, citado na abertura deste livro. Para Kanner, Itard seria o precursor do domínio do autismo. Além da ciência, a pesquisa sobre Victor inspirou produtos cinematográficos, como “O garoto selvagem”, de François Truffaut, e atualmente consta como relato relevante no âmbito da Pedagogia e da Antropologia.

Consultamos os dois relatórios. O original está em domínio público, em língua francesa¹⁵. A tradução em língua portuguesa está em Leite e Galvão (2000, 2017). Para Itard, não haveria um humano típico, senão humanos como produtos do meio, ou em suas palavras, “o homem é o que o fazemos ser”. Segundo ele, o ambiente privado de contato sociocultural resultaria em um entorpecimento das capacidades humanas de desenvolvimento típico. Por meio dele, um retrato mais detalhado da condição de Victor:

Um menino de uma sujeira asquerosa, acometido de movimentos espasmódicos e muitas vezes convulsivos, balançando-se sem descanso como certos animais em zoológicos, mordendo e arranhando os que o contrariavam, não demonstrando nenhuma espécie de afeição àqueles que o serviam; enfim, indiferente a tudo e não dando atenção

¹⁵ Texto original, em francês, reproduzido em: ITARD, Jean Marc Gaspard. De l'éducation d'un homme sauvage. The Project Gutenberg, 2020. Disponível no link: [The Project Gutenberg ebook of De l'éducation d'un homme sauvage](#), by E. M. Itard Acesso em: 15 nov. 2021.

a nada (Itard, 1801 *apud* Leite; Galvão, 2000, p. 130).

No que diz respeito ao aspecto sensorial, as primeiras observações feitas por Pinel, que acompanhou inicialmente o caso, elencavam sentidos reduzidos, a ponto de aparente inércia e inferioridade aos sentidos de animais domésticos, olhos sem expressão, sem concentrar-se ou fixar-se em um único objeto (vagava aleatoriamente de um a outro), não demonstrava conhecer texturas, tinha déficit de percepção tátil, audição insensível aos mais altos ruídos ou à sensibilidade emocional musical; mudez parcial, emitindo sons guturais, olfato sem distinção de odores agradáveis e desagradáveis (reagia da mesma forma ao ser submetido ao odor do perfume e ao do lixo). No quesito intelectualidade, Pinel ressaltou prejuízos na atenção, na memória e na possibilidade de imitação. Não subia em cadeiras ou abria portas para alcançar os alimentos, ou seja, não agia proativamente mesmo quando suas necessidades básicas eram testadas. Nas palavras do médico, Victor era desprovido de qualquer meio de comunicação, bem como não esboçava intencionalidade em seus movimentos corporais. Alternava de maneira súbita e sem motivo claro da apatia e da tristeza para euforia e gargalhadas. Numa palavra, disse Pinel, uma vida puramente animal. Comparou suas anotações com a documentação de outras crianças classificadas com idiotismo e concluiu que Victor era também um idiota, sem chances de reinserção social.

Apesar da rigorosa comparação dos dados empíricos disponíveis, Itard discordou de Pinel, não quanto aos efeitos, que eram notórios, mas à causalidade. O jovem médico argumentou ser incoerente encaixá-lo na categoria de idiotia devido à forma de criação e vivência. Qual seria a medida de um intelecto para um jovem da idade de Victor? Quais eram os parâmetros de desenvolvimento para uma criança educada completamente

isolada e à margem de artefatos, etiquetas e o básico da linguagem humana? Na sustentação do argumento, Itard esmiuçou algumas observações comportamentais: Victor fugia sempre que podia para a floresta, em busca de liberdade. Os modos, gostos e comportamento da cidade lhe eram indiferentes. Mas, não a natureza. Farejava todos os alimentos, corria a galopes como os animais da floresta, depenava e abria com a unha os pequenos animais que eram oferecidos à alimentação. Na maior parte das vezes, rejeitava carne e preferia vegetais. A forma de mastigação se assemelhava aos roedores. Rejeitava roupas. Evitava, o quanto podia, a aproximação com outros seres humanos. Mais de 20 cicatrizes foram contadas em seu corpo. Segundo Itard, os indícios de uma vida precária e de completo abandono à própria sorte. Em um ambiente hostil para um humano sem infraestrutura em uma floresta, as marcas depunham contra a ideia de fraqueza e incapacidade cognitiva. Enxergou-o como um sobrevivente que lutou para escapar da morte e garantir a própria vida. Na esperança de reintegração e educação de Victor, o médico estabeleceu cinco metas: 1) estimular o interesse pela vida social, 2) despertar os sentidos, 3) trabalhar a parte cognitiva, ensinando-o a pensar como um homem social, associando ideias a seres e objetos ao seu redor, 4) dedicar-se à oralidade e à imitação para ensinar-lhe a falar e 5) adentrar o campo do conceito e das operações mentais (Itard, 1801 *apud* Leite; Galvão, 2017).

Em menos de um ano, o jovem Itard não ofereceu resultados que impressionassem o público geral, porém demonstrou progressos significativos que revelavam a capacidade cognitiva e a presença emocional de Victor. O médico estava atento aos detalhes: enxergou Victor em relação ao ambiente sem a expectativa de enxergar Victor como outro jovem europeu qualquer em relação ao mesmo ambiente. Dessa forma, percebeu que Victor alcançava estado de tranquilidade ao contato com o vento, o jardim e as águas (elementos que o menino estava acostumado) e que buscava esses elementos para se acalmar

quando sobrecarregado dos exercícios ou se sentia acuado em alguma situação. Identificou que Victor sentia prazer ao ter o corpo acariciado e ria ao sentir cócegas, atestando, assim, que o sentido tátil não estava adormecido como sugeriram as primeiras observações.

Após meses de convivência, não brincava com os diversos brinquedos infantis oferecidos, apenas os empilhava. Entretanto, acontecia de, antes de dormir, Victor pegar as mãos de Itard ou de Sra. Guérin, sua auxiliar e cuidadora de Victor (que Itard reporta como “mãe carinhosa”), e levá-las ao rosto como forma de afeto, ou brincar com os joelhos do médico, acariciando, para, depois, encostar a boca ao local, como se estivesse beijando. Ou assim Itard interpretou. Com a rotina de exercícios sensoriais e de coordenação motora, Victor aceitou usar roupas. Aprendeu a tomar banho e chorou abundantemente pela primeira vez como reação contextual a situações emocionais, demonstrando seus sentimentos de uma maneira menos agressiva, sem serem apenas reações imediatas a algum incômodo.

Com auxílio de material pedagógico visual, Victor aprendeu o alfabeto francês e ordenou as letras corretamente. Oralizou a primeira palavra perfeitamente: leite, ou *lait*, embora na escrita trocasse a ordem das letras. A partir da primeira palavra, Itard observou que outras sílabas começaram a ser oralizadas pelo jovem. Algumas sem sentido e outras sem sentido aparente. Como exemplo, repetia “lhi, lhi” com certa doçura na inflexão de voz. Comparando os idiomas, poderia soar como o artigo *gli* italiano, mas Itard construiu uma hipótese mais plausível: associou à tentativa de fala ao nome Julie, uma garotinha de doze anos que os visitava regularmente aos domingos. A cada domingo, Victor repetia “lhi, lhi” com mais frequência, inclusive durante o sono. Manifestado no primeiro relatório terapêutico, Itard destaca:

O menino, conhecido pelo nome Selvagem de Aveyron, é dotado do livre exercício de todos os seus sentidos; dá provas contínuas de

atenção, de reminiscência, de memória; que pode comparar, discernir e julgar, aplicar enfim todas as faculdades de seu entendimento a objetos relativos à sua instrução. Notar-se-á, como um ponto essencial, que essas mudanças favoráveis sobrevieram no curto espaço de nove meses, num indivíduo que julgavam incapaz de atenção; e se concluirá daí que sua educação é possível (Itard, 1801 *apud* Leite; Galvão, 2000, p. 174).

No segundo relatório, dessa vez direcionado ao governo francês, Itard asseverou que todas as tentativas relativas à fala foram frustradas, mesmo com estímulos auditivos e visuais. Victor reconhecia as letras, adquirira o pensamento simbólico e sígnico, dando provas de que compreendia o significado de “parte”, “todo”, palavra, objeto e função, mas não apresentou intenção comunicativa; apenas reagia corporalmente ou emocionalmente às interações. Imitava com limitações e, conseqüentemente, não dominou a escrita.

Do ponto de vista dos afetos, um trecho do relato médico chama a atenção pela riqueza de linguagem não-verbal: Itard e Sra. Guérin cuidavam de Victor como pais, em uma rotina terapêutica, mas também doméstica. Dessa maneira, atribuíram tarefas rotineiras a ele, como organização e limpeza da mesa no horário das refeições. Diariamente, o marido de Sra. Guérin fazia as refeições junto ao grupo. Certo dia adoeceu e faleceu. O fato não fora comunicado diretamente a Victor. Todos os dias posteriores, ele colocou e retirou o prato vazio destinado ao Sr. Guérin, mesmo observando sua ausência, até que presenciou uma manifestação emocional de tristeza e de luto vinda de sua cuidadora. A partir daquele dia, Victor não mais colocou o prato sobressalente à mesa. Essa passagem é relevante porque demonstra as associações corretas feitas por Victor. A mensagem foi transmitida,

comunicada e entendida por ele ainda que não oralizada por ambos. Diferentemente do que poderia parecer, o jovem percebeu o seu ambiente sem conversar com ninguém (Itard, 1801 *apud* Leite; Galvão, 2017).

É impossível inferir a natureza das limitações de Victor, bem como os rumos de seu desenvolvimento se estivesse vivo no século XXI, com os recursos científicos, terapêuticos e educacionais do presente. Contudo, a experiência de Itard demonstra o que a neurociência, a pedagogia e a psicologia sabem hoje, na prática, com inúmeros registros clínicos: o ser humano é adaptável, há diferentes formas de manejar a comunicação e a inclusão social é possível. Além disso, os problemas da linguagem são multifatoriais e seu manejo é transdisciplinar. Sobretudo, casos como o de Victor suscitam a função política da linguagem: o que é ser uma pessoa funcional? A história da linguagem é mais complexa e não permite segregação simplista em torno de falantes e não falantes, alfabetizados e não alfabetizados, ainda que uma língua considerada funcional seja importante para a partilha cotidiana.

É popular a representação do indivíduo autista como alguém que não percebe o mundo ao seu redor porque não é dotado de linguagem verbal ou escrita, como o exemplo mencionado de Victor. Pelas diferenças apresentadas na interação humana, associadas ou não aos atrasos biológicos de acordo com os marcos do desenvolvimento infantil (esses debatidos nas áreas da pediatria, pedagogia e psicologia, centralmente), o indivíduo não-autista se questiona se o autista está mesmo “preso em si” e se há uma linguagem privada, ou seja, aquilo que é restrito às experiências do indivíduo e não pode ser compartilhado, conforme discorre Wittgenstein (2014).

Glock (1998), no dicionário sobre Wittgenstein, explica que a ideia de linguagem privada foi discutida nas duas fases do filósofo. Na primeira fase, marcada pelo Tratado Lógico-Filosófico, Wittgenstein elabora a noção de que duas pessoas seriam

incapazes de dizer a mesma coisa porque o próprio dizer intersubjetivo é marcado pela incomunicabilidade de sensações e experiências. Com base em fenômenos visuais (como as cores) e sensoriais (como a dor), Wittgenstein sustenta a existência de uma linguagem privada que se relaciona às experiências imediatas do humano. Contudo, na segunda fase, de cunho revisionista, o filósofo recusa a ideia de linguagem privada visto a linguagem necessariamente seguir regras gramaticais e, portanto, construir-se comunitariamente. Glock (1998) clarifica:

Não foi, entretanto, pela simples definição da linguagem como meio de comunicação que ele [Wittgenstein] chegou à conclusão de que uma linguagem privada é algo impossível; tampouco o concluiu aplicando aqui uma 'visão comunitarista' de regras preestabelecidas. A conexão está, em vez disso, no fato de que as regras constituem padrões de correção e, além disso, no fato de que, para que um signo como 'dor' seja o nome de uma sensação, e não simplesmente um rabisco ou um ruído, é preciso que se determine como ele deve ser utilizado. Em uma pretensa linguagem privada, nenhum padrão de correção desse tipo poderia ser estabelecido ou empregado e, portanto, seus signos seriam destituídos de significado. Uma linguagem que seja ininteligível para qualquer um que não seja aquele que fala não só é (trivialmente) inadequada para a comunicação, como é também ininteligível para o próprio linguista privado (Glock, 1998, p. 231-232).

Do ponto de vista biológico, falar exige o exercício de diferentes partes do cérebro porque falar, de maneira

comunicativa complexa, envolve percepção de sons, informações visuais, táteis, sensoriais, processamento e compreensão desses estímulos, formulação do raciocínio em palavras e sentenças, para, por fim, utilizar o aparelho fonador e respiratório, e/ou gestos corporais, para expressão da mensagem por meio da voz ou de outras partes do corpo. Da perspectiva simbólica da comunicação (e mesmo de sua efetividade) nada existe fora da comunicação: o silêncio comunica tanto quanto a palavra ou o *bit*, mas o sentido dessa comunicação, seu significado, demanda o compartilhamento de símbolos.

Com efeito, ao longo da história, diferentes teorias emergiram acerca da natureza da linguagem, especialmente sobre a capacidade humana de pensar de forma abstrata, de criar ficções, cultura e também de fazer ciência. Em linhas gerais, as teorias buscam responder se a linguagem teve origem em um fator externo e metafísico ao homem; se originou e é determinada pelo seu corpo no processo evolutivo, independentemente da cultura, e se a cultura ocupa um fator determinante para além da constituição biológica.

Na primeira classe, estão o pensamento religioso criacionista e algumas correntes filosóficas. Na segunda, os pensadores que defendem a noção de um modelo mental universal para a gramática, isto é, em nosso cérebro constaria a matriz específica para a linguagem e as formas mentais de se pensar linguisticamente, sendo os idiomas e dialetos apenas variações não só de uma árvore comum, mas de um modelo mental comum. Na terceira classe se encontram os que sustentam a ideia de que ou a cultura é a responsável pelo desenvolvimento das chamadas formas superiores de pensamento, ou a cultura dá forma ao potencial da estrutura cerebral orientada para a linguagem.

O antropólogo Daniel Everett (2019) afirma que a linguagem é a maior invenção humana. Invenção, para o autor, é uma criação da cultura. Significa dizer que, para uma invenção

surgir, é preciso um conjunto de conhecimento, experiência, saberes compartilhados; a invenção não é o produto final, inovador, mas o resultado de um conjunto de marcos anteriormente conquistados que possibilitou a existência do novo.

Thomas Edison não inventou a lâmpada sozinho, ele precisou do trabalho de Franklin sobre eletricidade, duzentos anos antes. [...] Ninguém inventada nada, cada invenção é construída pedaço por pedaço ao longo do tempo (Everett, 2019, p. 14).

Guiado por esse raciocínio, o antropólogo argumenta que a linguagem humana, especificamente a do *sapiens*, não se originou com o *sapiens* e seu cérebro complexo, mas com o *homo erectus*, segundo ele, os ancestrais criadores da cultura.

De acordo com Everett (2019), a linguagem é resultado de aproximadamente 60 mil gerações viventes na Terra. Em outras palavras, um complexo mecanismo edificado gradualmente e reelaborado durante a evolução humana (Everett, 2019). Para Everett (2019) os vestígios encontrados sobre a população dos *homo erectus* são suficientes para inferir que eles viviam sob códigos partilhados simbolicamente. Vivendo em comunidades, foi inevitável a necessidade de comunicação entre si para a sobrevivência. Os humanos não eram fisicamente mais fortes ou mais ágeis do que outros animais, nem eram exclusivos pelo território – havia simultaneamente diferentes bandos e espécies, já comprovados pelos achados arqueológicos e paleontológicos. Como cada um surgiu, foi extinto e suas formas de organização não resultam em unanimidade teórica. Mas, é preciso situar o termo linguagem.

De maneira ampla, linguagem nunca foi exclusiva dos humanos: abelhas, formigas, pássaros, macacos e uma série de animais se comunicam de maneira eficiente, seja para proteção e autopreservação, acasalamento ou alimentação. Assim, tanto o

antropólogo Everett (2019) quanto o historiador Harari (2017) apresentam a teoria de que a capacidade de planejamento e partilha de estratégias foi fundamental para que humanos sobrevivessem e mantivessem a espécie viva no planeta, após gerações. Comunicação não apenas restrita ao momento presente de uma ação imediata, mas relacionada com a noção de tempo (passado e também futuro), isto é, linguagem pautada na ausência do objeto concreto da comunicação, a independência da percepção imediata promovida pelos cinco sentidos.

Conforme Harari (2017, p. 31), uma das teorias justifica que a linguagem diferencial humana “evoluiu como uma espécie de fofoca”, ou seja, por meio da troca de informações mais abrangentes e, ao mesmo tempo, mais detalhadas, como as referentes a outros humanos e não apenas ao ambiente ou a outro grupo de animais perigosos. Ao animal social aristotélico, mais do que “saber o paradeiro dos bisões”, é necessário saber “quem odeia quem, quem é honesto e quem não é, quem está acasalando com quem” (Harari, 2017, p. 31). Por essa perspectiva, a linguagem teria nascido a partir da criação simbólica dos artefatos e pautada na conversação. Nessa direção, a linguagem era utilitária, memorial, social, cultural, sedimentando um universo de sinais e conceitos potenciais, como emoção, sensação, crença, ética, moral e ciência.

Everett (2019) elucida que não houve um primeiro hominídeo criador da palavra ou um modelo geral, mental e geneticamente equitativo de gramática. Para o autor, a linguagem nasce da partilha simbólica, da apropriação da natureza e da interação humana, caminhando contrariamente às teses sobre a linguagem ser fruto apenas da audição e da capacidade de imitação, simples vocalização dos sons da natureza e dos animais. O percurso explicado pelo antropólogo abarca um conjunto de marcos evolutivos, um entrelaçamento entre biologia e cultura, uma certa interdependência: humanos foram capazes de edificar artefatos culturais e a conversar porque seus cérebros e suas

laringes desenvolveram uma configuração capaz de proporcionar as ações. Mas, proporcionar condições não é idêntico a determinar o que se falar, como e o que significar. Nesse contexto, a multiplicidade das línguas também se justificaria no âmbito da conversação, das migrações e dos movimentos históricos evolutivos, onde comunidades conviveram e alteraram, culturalmente, as formas de falar – gerando, conseqüentemente, novas formas de pensar e agir no mundo.

Pouco mais de dois séculos antes de Everett, Herder (1987) escreveu o “Ensaio sobre a origem da linguagem”, publicado em 1772, na Alemanha. Filho do Iluminismo, o autor rompeu com a noção de que a linguagem humana era uma oferta divina, argumentando ser a linguagem um atributo desenvolvido no tempo da história da humana, pelo próprio ser humano. À época, Herder (1987) indicou que a audição era um sentido fundamental para o desenvolvimento da linguagem, em especial a linguagem oralizada e, nesse contexto, diferente de Everett (2019), sustentava que a origem da linguagem humana foi a onomatopeia, a imitação dos sons da natureza, complementada pela linguagem corporal, os gestos. Por ser um animal gregário, os humanos teriam começado a se comunicar via espelhamento e tentativa e erro ao combinar os sons, gestos e objetos para atender às necessidades, isto é, o escopo referencial da linguagem. De gestos e sons instintivos, os humanos passaram a compartilhar uma estrutura sígnica com significações coletivas. De acordo com o autor, não possuindo uma tarefa única advinda da natureza, tal qual as abelhas a formar favos de mel, o ser humano pôde usar de sua liberdade para criar e se ocupar com coisas diferentes. Sendo livre, seus pensamentos não são “obras imediatas da natureza”, mas “podem ser obra dele mesmo” (Herder, 1987). Assim, nesse contexto de livre reflexão, impulso criador e um corpo à serviço da dimensão sensorial, para Herder, a linguagem emergiu sendo “algo tão natural como o fato de ser homem” (Herder, 1987, p. 55). Os idiomas seriam línguas artificiais, resultantes da repressão das

paixões antes expressas pelas sonoridades instintivas; mecanismo inerente ao modo de vida socializado. Em seu entendimento, as semelhanças da estrutura orgânica, dos hábitos e do convívio tornam a comunicação mais fácil.

Enquanto animais terrestres que somos, entendemos melhor os outros animais terrestres que as criaturas aquáticas; dentre esses, entendemos melhor o animal gregário que a criatura da floresta. Dentre os gregários, também entendemos melhor os que nos estão mais próximos. Só que, como é óbvio, o convívio e o hábito aqui também desempenham o seu papel maior ou menor. [...] O árabe do deserto que à sua volta não tem outras criaturas vivas a não ser o camelo e talvez uma ou outra ave no seu voo errante, pode entender a natureza do primeiro ou julgar, compreender o grito dessa com mais facilidade que nós, dentro de nossas casas. [...] Na verdade, essa linguagem da natureza é, para os indivíduos duma mesma espécie, a língua dum povo, conseqüentemente o homem possui também a sua (Herder, 1987, p. 27-28).

Segundo Herder (1987), todas as línguas possuem abstrações que passaram pela audição e pelas outras dimensões sensoriais (em suas palavras, “impressões sensíveis”) e a razão humana só é possível porque abstrações são realizadas. Porém, não há abstrações fora da linguagem. Portanto, cada povo com sua língua respectiva terá uma imagem da razão, posto seres humanos, mas farão as abstrações contidas nas possibilidades linguísticas. Nesse sentido, as hipóteses socioculturais de Herder se aproximam dos estudos antropológicos do século XX, como Lutz e Abu-Lughod anteriormente mencionadas. Na obra, o autor

destaca o problema linguístico existente no processo da colonização da América do Sul:

O padre Chaumonot, que passou cinquenta anos entre os Hurões, e que se abalçou de escrever uma gramática da língua desse povo, lamenta-se, apesar disso, das guturais e dos acentos impronunciáveis; segundo ele, haveria com frequência duas palavras exatamente com as mesmas letras e com as significações mais distintas. Garcilaso de la Veja [poeta espanhol], queixa-se da forma como os espanhóis desfiguraram, mutilaram e falsificaram a língua peruana ao que toca ao som das palavras; de como, a partir dessas falsificações, criaram artificialmente o pior produto que podiam ter deixado aos peruanos (Herder, 1987, p. 32).

O dilema da tradução é uma das questões de pesquisa da filósofa francesa Barbara Cassin. Na década de 1990, Cassin cunhou alguns termos-chave para a sua interpretação contemporânea da filosofia da linguagem: “intraduzível”, “logologia” e “efeito-mundo”. Por intraduzível a autora compreende a possibilidade de múltiplas traduções (o que não “cessa de (não) traduzir”, e não aquilo que é impossível de se traduzir). Ao demonstrar as diferenças entre as línguas a cada tradução, a autora evidencia “a aliança indissociável entre língua e pensamento”, o que resulta em distintas maneiras de filosofar; visões de mundo que se afetam mutuamente, porque “cada língua performa um mundo, nem totalmente o mesmo, nem totalmente um outro” (Cassin, 2015, p. 19). Essa performance é o efeito-mundo, o discurso retórico que produz sentidos. À noção de efeito-mundo, a filósofa consolidou o conceito de logologia em contraponto à ontologia. Para clarificar tais conceitos e justificá-los na presente discussão, cabe uma breve retrospectiva.

Em capítulos anteriores, citei Parmênides e a teoria do Ser, revelada nos fragmentos do poema Sobre a Natureza. Repito o que disse anteriormente: para o filósofo de Eléia, o ser é e não pode não ser; é uno (imutável, imóvel, indivisível, absoluto em totalidade e equivalência); só é pensável e dizível o que existe; ser é pensar. Górgias, nascido em Lentini, na atual Sicília, elaborou o tratado do Não-ser: nada é (ou não-ser não é); se fosse, não seria conhecido; se fosse e pudesse ser conhecido, não seria comunicado. Parmênides estabelece relação direta entre pensamento, ser e linguagem. Górgias afirma que é possível pensar o que não existe e que o ser parmenídico não pode ser demonstrado, apenas afirmado, sendo um efeito do dizer. Em síntese: na leitura cassiniana sobre a antiguidade, a ontologia parmenídica é, no fundo, a história da sofística, visto ter sido um produto do dizer, do discurso. Daí o apontamento de Górgias: se o ser existisse, não poderia ser pensado ou comunicado, porque se pensa e se comunica via linguagem e a linguagem é o *locus* da retórica, do jogo entre significante e significado. Górgias e a sofística foram marginalizados pela tradição grega, em especial por Platão e Aristóteles, que defendiam a univocidade (das formas e, portanto, das essências e, conseqüentemente, dos sentidos). Conforme Cassin (2015, p. 17-18),

Para Aristóteles, falar é dizer algo, e dizer algo é significar algo, e significar algo é significar uma única coisa e a mesma para si mesmo e para um outro, dizer algo que tem um sentido e um único. O um-sentido é a condição do sentido. [...] Para Górgias, o ser é um fato dito e o significado é um efeito do significante. É preciso ainda que o outro, Parmênides por exemplo, tenha primeiramente falado.

Como a história da filosofia nos ensina, não se trata de sobreposições teóricas, onde Górgias está integralmente certo e

Parmênides integralmente errado, mas de analisar as proposições sob diferentes aspectos para extrair possíveis contribuições. Isto posto, quando Górgias problematiza a ontologia de Parmênides não está recusando a ideia de uma verdade existente fora do discurso, mas que a partir do momento em que concebemos essa verdade por meio de alguma linguagem, a inserimos no escopo da retórica e a retórica é a arena da abertura a múltiplos discursos, não exclusivos espelhos de verdade. Ao aderir ao entendimento de Górgias, não pretendemos, com isso, relativizar todos os saberes em todos os seus tempos históricos, mas situá-los em contextos de disputa, já que o dizer produz um efeito-mundo, como argumentou Cassin. A logologia que institui sentido e existência aos seres no mundo sensível (e também atribui sentido ao metafísico por meio do falar a e falar sobre) é a engrenagem da *pólis*, portanto, espaço político – segmentando os dotados de discurso, seres existentes, cidadãos, e os sem discurso, destituídos de existência e cidadania.

O que diferentes filósofos tentaram concluir foi se a fala era pura reprodução do pensamento (a expressão racional) e se a comunicação, representada no ato de falar, possibilitaria ou não o alcance do conhecimento verdadeiro. Se positivo, onde essa verdade estaria e quais seriam os recursos e estruturas possíveis para revelá-la? Com a criação de outras formas de linguagem, como a comunicação escrita, novos questionamentos emergiram: além da permanência da dúvida quanto a linguagem ser veículo para a verdade, agora a filosofia se questionava se a escrita era pura transcrição da fala ou se constituía outro veículo distinto de comunicação, com estruturas, finalidades e características próprias. Nascia o fenômeno da leitura.

A questão está presente no diálogo entre Sócrates e Fedro. Sócrates, segundo Platão (2000), teria confrontado a relação entre o ato de ler e a significação do escrito. Com seu método parabolano, Sócrates narra a história de uma suposta conversa

entre o deus Toth e o monarca egípcio Tamuz sobre a “arte dos registros gráficos”:

- Eis, ó Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória.

- Ó, Toth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento, e como inventor da escrita, esperas dela e, com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras (Platão, 2000, p. 121).

O diálogo prossegue com Tamuz alertando para o suposto conhecimento adquirido, dado que o aprendiz não acessaria o assunto em si, mas leria textos escritos sobre o assunto, ou seja, a representação do assunto. Tornar-se-ia, portanto, um “sábio imaginário” com acesso à “grande soma de informações”. Apesar de Fedro não acreditar na veracidade da história, considera a relevância de sua moral: como garantir a veracidade do fato, agora escrito em um suporte independente, com leitores diversos potenciais? “Uma vez escrito, um discurso chega a toda a parte, tanto aos que entendem, como aos que não podem compreendê-lo e, assim, nunca se chega a saber a quem serve e a quem não serve” (Platão, 2000, p. 123).

A escritura e sua perspectiva reproduzível instalava a ausência do autor do discurso. Nessa direção, recorramos à leitura de Jacques Derrida (2017). A condição de cópia do que é falado permite escrever o que não se viu, ouviu ou mesmo pensou. Conforme Derrida (2017), o autor se transmuta à figura do sofista, o homem da não-verdade, transformando o escrito em pura

encenação. Contudo, relembra o pensador, o problema não era a escritura em si, mas sobre o que e como se escreve, sua ambivalência como *phármakon*, a potência de ser medicamento e veneno, a depender do contexto. A encenação do escrito refere-se à ausência do pai – nesse caso, da autoria, “o sujeito falante, pai de sua fala” (Derrida, 2017, p. 25). O *logos*, manifestado via linguagem, se torna órfão, incapaz de defesa. Seguindo com Derrida (2017, p. 20),

O que está em jogo é a moralidade, tanto no sentido da oposição do bem e do mal, do bom e do mau, quanto no sentido dos costumes, da moralidade pública e das conveniências sociais. Trata-se de saber o que se faz e o que não se faz. [...] Mas, num debate tão presente pelo desenvolvimento político da cidade, pela propagação da escritura e pela atividade dos sofistas ou dos logógrafos, o que primeiro ressalta são, naturalmente, as conveniências políticas e sociais. A arbitragem proposta por Sócrates se dá na oposição entre os valores de conveniência e inconveniência.

No entendimento socrático, o *phármakon* pode ser útil à *hupómnésis*, referente à rememoração, mas não à *mnèmè*, referente à memória viva, a memória que se relaciona com o conhecimento. Nesse contexto, a escritura rompe com a memória e, conseqüentemente, com a capacidade de conhecer a verdade. A escritura se propõe a “falar em nome da verdade”, mas não é a própria (Derrida, 2017). Por essa perspectiva, os livros, como conteúdo, não informam. Porém, como artefatos da escritura, abrigam uma potência discursiva capaz de vida ou de morte.

Mensagem compreendida intuitivamente pelo cacique dos nambikawaras, relatado no livro *Tristes Trópicos*, de Claude Lévi-Strauss (1908-2009). No relato etnográfico intitulado “Lição de

escrita”, o antropólogo afirma que os membros do povo nambikawaras não sabiam escrever, nem desenhar, o que indica sua visão eurocêntrica sobre a linguagem. Mas, sua fala é pertinente para o contexto: segundo o autor, o líder indígena, ao observar a relação do homem branco com a escrita, pediu papel e rabiscou algumas linhas, interagindo com Lévi-Strauss. Ao fingir ler o que havia escrito e insinuar, por meio da expressão corporal, que o pesquisador igualmente entendia o que ele havia registrado, transmitia uma mensagem - não dita: a palavra escrita ocupava um lugar de poder nas relações interpessoais no contexto dos europeus. Logo, ele, como uma liderança, também deveria “falar essa língua” para reforçar sua posição perante a comunidade. Lévi-Strauss conclui que a função instrucional da escrita é secundária. Desde sua emergência, sua principal função foi política, notadamente de opressão.

Aqui, “o que falar quer dizer” ganha corpo, a dimensão política da linguagem densamente debatida por Pierre Bourdieu (2008) no escopo da sociologia. Segundo Bourdieu, o estruturalismo saussuriano atribuiu à linguagem um *corpus* simbólico capaz de ser decifrado por uma dada comunidade, porque domina o código linguístico e compartilha a cultura.

Dosse (2018) explica que o movimento estruturalista teve êxito nas décadas de 1950-1960, especialmente na França, ao apresentar-se como um método de análise que contribuiu para o *status* científico de áreas recentes do conhecimento, como a antropologia, sociologia, psicologia e a linguística. Por estruturalismo, Dosse (2018, p.28) esclarece que é a maneira pela qual “um edifício é construído”, em outros termos, como as partes se organizam e formam a totalidade. Contudo, não existe um caráter único de estruturalismo, mas diferentes abordagens. O autor classifica ao menos três grupos na história do estruturalismo: o científico, representado por Lévi-Strauss, Greimas e Lacan, englobando antropologia, semiótica e psicanálise; o estruturalismo semiológico - chamado por ele de

mais flexível –, conduzido por Barthes, Todorov e Serres; e o estruturalismo epistêmico, construído pela terceira geração dos *Annales*, como Bourdieu, Foucault, Derrida, Althusser (Dosse, 2018). O contraponto emergiu contextualmente entre 1967-1968, com o movimento denominado pós-estruturalista, ao criticar a “ontologização da estrutura” em substituição à antiga metafísica (Dosse, 2018).

A ressalva de Bourdieu a Barthes diz respeito ao poder simbólico inerente às trocas comunicativas. Para Bourdieu (2008), embora submisso às possibilidades da estrutura formal de uma língua, todo ato de fala é, em certa medida, independente, porque as relações de força são atualizadas entre emissor e receptor a cada momento. Em sua concepção, tais relações se dividem e inter-relacionam com as capacidades e interesses individuais (de quem comunica e de quem é comunicado), com o *habitus* e o mercado linguístico. Por *habitus* linguístico, o autor define:

disposições socialmente modeladas; certa propensão a falar e dizer coisas determinadas; [...] engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada” (Bourdieu, 2008, p. 24).

Já os mercados linguísticos refletem sistemas específicos “de sanções e censuras”, trata-se da produção e circulação da linguagem, em seu conjunto terminológico e discursivo. “O mercado contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso” – ou, desviando ou não das normas linguísticas, o que utilizar determinadas palavras quer dizer (Bourdieu, 2008). Nesse entendimento, o que as comunidades comunicam não é a língua, mas um sistema simbólico, estilístico,

construído na intersubjetividade. O significado de qualquer palavra é a relação entre a sua possibilidade linguística, um núcleo invariável, e o mercado em que ela está situada, aplicada em situações concretas e socialmente demarcadas (Bourdieu, 2008). Contudo, também os mercados linguísticos são sistemas em disputa, com valores de uso e de troca relativos a movimentos históricos, políticos e sociais mais amplos que incidem sobre a produção e a dominação linguística. Sem existir palavra neutra, como resultado nas diferentes sociedades, há maior ou menor oferta comunicativa de determinado mercado.

O recurso a uma linguagem neutralizada se impõe sempre que se trata de estabelecer um consensus prático entre agentes ou grupos de agentes dotados de interesse parcial ou totalmente diferentes; quer dizer, evidentemente, em primeiro lugar, no campo da luta política legítima, mas também nas transações e interações da vida cotidiana. A comunicação entre as classes (ou, nas sociedades coloniais ou semicoloniais, entre as etnias) representa sempre uma situação crítica para a língua utilizada, seja ela qual for. De fato, ela tende a provocar uma volta ao sentido mais abertamente carregado de conotações sociais: 'Quando se pronuncia a palavra camponês diante de alguém que acaba de vir do campo, nunca se sabe como ele vai interpretá-la.' Por conseguinte, não existem palavras inocentes. [...] Não há nada que não se pode dizer e pode-se dizer o nada. Pode-se enunciar tudo na língua, isto é, nos limites da gramaticalidade (Bourdieu, 2008, p. 27-28).

O pensamento bourdieusiano suscita a reflexão sobre o que significa falar uma língua e o que seria falar como uma pessoa nativa. Conhecer vocabulários e a lógica formal de uma determinada gramática não são condições suficientes para dominar determinada língua, porque a língua é mais do que combinações possíveis entre sentenças. A classificação entre língua, idioma e dialeto está diretamente associada às relações de poder. A língua oficial, atualizada como a língua de um Estado, é o instrumento de padronização de processos e unificação de valores – a tentativa de uma união enquanto comunidade. Quem fala está dentro, quem não fala, está fora dos múltiplos processos mediadores do viver social entre sujeitos falantes. A língua oficial integra uma identidade cultural erigida a partir de disputas.

Como exemplo prático da unificação de signos linguísticos motivada pela unificação institucional encontra-se a república italiana moderna. Com o território fragmentado até a segunda metade do século XIX, cada região estava dominada por um reino estrangeiro, constituindo também mercados linguísticos distintos. As guerras internas pela independência tiveram como objetivo a unificação linguística. O idioma italiano não é a “língua natural” dos falantes nascidos no território italiano. O rebaixamento de variadas línguas para dialetos tem como origem a política: a língua que se deve ou não falar, transformando a exclusão das outras como simples variantes do idioma oficial. Portanto, a existência de um idioma italiano oficial, na realidade, é o dialeto toscano, especificamente o florentino, alçado ao posto de autoridade. Poderia ter sido o napolitano, o calabrês, o lombardo ou qualquer outro disponível naquele tempo histórico. Mas, foi o florentino, falado por Florença, o berço do movimento renascentista, a elite intelectual, a casa dos Medici e uma das principais rotas comerciais do medievo italiano.

Apesar de sua gênese não ser exclusivamente justificada na biologia, na evolução genética ou em qualquer outro mecanismo da natureza humana, as letras e fonemas que formam uma língua

oficial passam a ser o fiel da balança social, documental, documentária e da performance dos sujeitos falantes. É preciso dominá-los para não ser excluído visto que são a “norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas” (Bourdieu, 2008, p. 32). Começa-se a julgar quem fala certo ou não, bem como usos legítimos de determinados vocábulos. A língua normatizada se transforma em competência individual revertida a qualificador de reputação, bem como impõe a reestruturação mental para reconhecimento de um novo conjunto de autoridade, valores, ideologia, referências, em suma, um novo conjunto de representação manifestado e veiculado pelo ato de fala. Como acessório formalizado, os dicionários cumprem a função de codificar, normatizar e reunir o legítimo e indicar seus usos permitidos, e à escola, a atribuição de treinamento (Bourdieu, 2008).

Outro elemento do dispositivo linguístico é o processo de alfabetização escolar. Além de Bourdieu, as pesquisadoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1991) evidenciam o conteúdo ideológico em exemplos aparentemente inofensivos durante uma aula da educação infantil. Ao ensinarem fonemas e palavras básicas como mamãe, papai e irmãos, ensinam também a organização familiar, conceito que será ampliado para a ideia de sociedade. Porém, “naturalmente”, as docentes mulheres reproduzem perguntas como “quem é que trabalha na família”, esperando prontamente que a criança responda que é o pai, sem perceber-se que elas, enquanto professoras, trabalham fora. A ideologia é refletida nos conteúdos de leitura e escrita, bem como nas articulações sonoras: se tenderá para uma ou outra pronúncia, dependendo da comunidade politicamente dominante (Ferreiro; Teberosky, 1991).

É necessário repensar a linguagem. Leitura e escrita são fenômenos recentes na evolução humana. Portanto, saber ler e escrever são fenômenos importantes, mas não vêm geneticamente programados na espécie. Assim, entender a

linguagem como fenômeno biológico é compreendê-la para além dessas duas funções, mas também considerar os sistemas que as tornam possíveis, visto somente humanos serem capazes de fazê-lo. Sociedades da pré-escrita pensavam e eram dotadas de linguagem. Dessa forma, quando se verifica o desenvolvimento infantil atualmente, parte-se da premissa de que uma criança não é um humano em miniatura e enfrenta um longo processo até adquirir as capacidades plenas que um corpo humano pressupõe. Conseqüentemente, emergiram dois problemas de pesquisa: 1) investigar o quanto os desdobramentos desse desenvolvimento têm de determinismo biológico e o quanto dizem respeito às necessidades do meio social; e 2) refletir como as diferentes maneiras de interação com a linguagem redefinem a própria estrutura da linguagem no indivíduo. Nesse contexto, classificar o típico do atípico, o funcional do disfuncional, a saúde da patologia.

Quando uma criança nasce e se desenvolve, seus atos de linguagem são ações rumo à inserção simbólica: ela está se comunicando e precisa ser compreendida. A literatura e a experiência demonstram que, independentemente da política, da cultura e da etnia, os seres humanos balbuciam, sugam, choram, olham, apontam e articulam palavras em fases semelhantes, aparentando uma evolução esperada e um domínio inato de uma dada linguagem. Quando se emprega o termo linguagem, o fim é compreender o mecanismo dos sujeitos articularem seus pensamentos, expressarem vontades, analisarem, reconhecerem a si, objetos e fenômenos, e apresentarem capacidade de validação das observações, isto é, discernirem o real do irreal, o existente do inexistente, a verdade da mentira, elementos fundamentais para o indivíduo se perceber como indivíduo e, na mesma medida, como ser social, impulsionado ao saber, à ciência e à eticidade.

Para linguistas como Noam Chomsky (2014), a linguagem não adveio de necessidades sociais ou construções culturais, mas existe na biologia como modelos mentais, universalizados, propiciados por uma estrutura inata comum. Segundo o autor,

ainda que os sujeitos vivenciem experiências e contextos diferentes com uma dada língua, chegam, “apesar disso, a sistemas extremamente coerentes entre si” (Chomsky, 2014). Em outros termos, para além da nomenclatura, da experiência, da cultura e do raciocínio trilhado para a elaboração do conceito, o conceito é o mesmo. No pensamento de Chomsky, existe um esquema geral que orienta à abstração para o “conhecimento de fato”. Dessa maneira, o ser racional em desenvolvimento, a criança, salta de um conjunto sógnico restrito para um sistema complexo, uma espécie de “conhecimento instintivo”, cujas variações de sentido proporcionadas pela língua seriam limitadas.

Nesse horizonte, o esquematismo mental geral seria um dos pilares da natureza humana: princípios inatos que organizam o comportamento intelectual e social. Assim, seguindo sua teoria, se integrássemos um ser humano de cinco ou 20 mil anos atrás na sociedade atual, esse sujeito se desenvolveria como qualquer outro e “aprenderia o que todo mundo aprende” porque as “propriedades fundamentais” da inteligência não se modificaram. Apesar da condição social e das variações de conhecimento adquirido, esse ser humano não seria essencialmente distinto (Chomsky, 2014). O esquematismo ficou conhecido como a teoria da gramática gerativa, isto é, um sistema que determina as propriedades fonéticas, sintáticas e semânticas de uma série infinita de frases possíveis – a recursividade – permitido e sustentado pela genética. As interações com o meio social e o ambiente seriam fatores insuficientes para explicar a aquisição da linguagem. Diferentemente de Herder, para Chomsky, a audição e a visão não são instrumentos da linguagem, mas instrumentos periféricos que trabalham com a linguagem. Ou seja, a linguagem é um sistema interno (ou o sistema que une todos os outros sistemas cognitivos) que processa os sinais recebidos. Por sistema interno, o autor compreende sistemas do conhecimento, sempre fixos (e nem sempre conscientes) presentes em todo ser humano.

Apesar da concordância sobre haver elementos genéticos no desenvolvimento da cognição e da linguagem, o suíço Jean Piaget rechaça a noção de mecanismo inato e pronto. Uma de suas abordagens ficou conhecida como Epistemologia genética que, em seus termos, se propõe a “descobrir as raízes das diversas variedades do conhecimento, desde as suas formas mais elementares e seguir sua evolução até os níveis seguintes, incluindo o pensamento científico” (Piaget, 1973, p. 8). Em síntese, a teoria piagetiana deseja compreender não apenas como o ser humano pode conhecer algo, mas como pode conhecer cada tipo de conhecimento, ou seja, quais as etapas, ferramentas e mecanismos presentes para a aquisição de distintas formas de pensar – o conhecimento ampliado em compreensão e extensão (Piaget, 1973).

Piaget (1973) parte da premissa de que o conhecimento não se encontra em um sujeito cognoscente, nem alocado como propriedade em um objeto a ser conhecido, mas no entremeio entre sujeito e objeto. A zona de contato evidencia uma ação de um sobre o outro, iniciada pela percepção. Nesse raciocínio, a percepção não é passiva, mas já é ação, atribuição de sentido a objetos e fenômenos percebidos. As etapas dessa ação perceptiva à construção do conhecimento nas camadas superiores da consciência são o trabalho descrito da psicogênese de Jean Piaget.

De acordo com sua análise, nos primeiros 24 meses de vida, o ser humano permanece no âmbito sensório-motor e indica indiferenciação completa entre sujeito e objeto. O sujeito percebe e relaciona os objetos e fenômenos como partes de si, sem notar-se também como um elemento individual. Não tem consciência de si como fonte da ação. A essa centralização o autor denomina egocentrismo radical. Quando o sujeito passa a se compreender como agente e a associar relações entre objetos inicia a capacidade representativa semiótica e de diferenciação completa entre sujeito e objeto (Piaget, 1973).

De acordo com o autor, a passagem para esquemas mentais de representação não se deve apenas à vida social, mas ao “progresso da inteligência pré-verbal” e à “interiorização da imitação em representações”. Sem os dois fatores, a aquisição da linguagem e as interações sociais seriam impossíveis: “[...] a passagem da ação ao pensamento ou do esquema sensório-motor ao conceito não se realiza sob a forma de uma revolução brusca, mas pelo contrário, de uma diferenciação lenta e laboriosa, que se relaciona às transformações da assimilação” (Piaget, 1973, p. 25).

Do período sensório-motor aos diferentes níveis do estágio pré-operatório somam-se os primeiros seis anos de vida dos indivíduos. Ao longo do percurso, se desenvolvem as primeiras noções de conjunto/indivíduo – “todos”, “um”, “alguns”, e outros elementos necessários à apreensão da ideia de classificação e do pensamento lógico. É preciso situar-se entre sujeitos e objetos para, posteriormente, pensar em conceitos – ou, em outras palavras, com a ausência dos objetos. As operações concretas ocorrem entre o 7 e 10 anos, e, com elas, a capacidade de antecipação, pré-correção dos erros, operações lógico-aritméticas e noção de causalidade. Perceber diferentes pontos de vida sobre um mesmo objeto passa a ser possível e o sujeito levanta novos problemas. As estruturas formais iniciam aos 11 anos: a possibilidade de “recair sobre hipóteses e não mais apenas sobre os objetos” e apresenta maior desenvolvimento da linguagem, já que hipóteses abrigam o jogo das proposições (Piaget, 1973).

O cientista suíço divide o pensamento em dirigido e não-dirigido, onde o primeiro é consciente, inteligente e atua na realidade. O segundo é autístico, subconsciente, preso em uma realidade que cria para si, individualista e incomunicável, operando por imagens, guiado por mitos, objetos, símbolos e sentimentos. O egocentrismo – fase pela qual toda criança passaria na visão piagetiana – compreenderia o estágio entre o autismo (no sentido estrito do termo, não clínico) e o pensamento socializado (Piaget, 1923). Assim, o humano em pleno

desenvolvimento seria o humano que “superou” o pensamento autístico e tal pensamento – autístico – estaria em contraposição ao pensamento lógico, considerado mais elevado visto que permite à conceitualização e a busca pelo conhecimento verdadeiro.

É importante ressaltar que essas fases se referem à faixas de idade e podem variar conforme cada caso. Portanto, não são linhas absolutas, mas limítrofes, indicadores. O egocentrismo desaparece aos poucos conforme a vida social é ampliada. Em Piaget, as estruturas do conhecimento não são inatas ou advindas do ambiente, mas se encontram nas autorregulações, uma tendência “intrínseca ao equilíbrio” que o organismo apresenta, desde o gene ao comportamento. O universal não seria a gramática, mas os mecanismos de autorregulação. As estruturas não estão prontas como no inatismo, mas se constituem paulatinamente via cadeia autorregulatória contínua, uma “solidariedade da psicogênese com a biogênese” (Piaget, 1973, p. 67).

Para Chomsky, a linguagem é biologicamente autônoma. Para Piaget, um elemento concebido a partir das estruturas cognitivas. Seguidoras da teoria piagetiana, Ferreiro e Teberosky (1991) salientam que um erro comum é confundir o problema da aprendizagem da fala, da leitura e da escrita com os métodos de ensino pedagógicos, levando a dicotomizar o aprendente em dois conjuntos superficiais, os que sabem e os que não sabem. Cada método traz consigo uma forma de interpretar a linguagem e o aprendido em si mesmos. Resumidamente, as autoras dividem os métodos vigentes em sintéticos e analíticos. Por sintéticos, entende-se a ideia de partir de elementos menores que a palavra, concebendo correspondência entre oralidade e escritura, som e grafia. Portanto, nesse método, costuma-se ao ensino das letras do alfabeto para ampliar vocabulário e, posteriormente, relações mais complexas entre sílabas, ou por influência da linguística saussuriana, o fonema em correspondência à representação

gráfica, a imagem escrita. Por sua vez, os analíticos já partem de palavras ou conjuntos maiores por entenderem a leitura e a escrita como processos globais e marcadamente visuais, onde o significado importa mais do que o significante (Ferreiro; Teberosky, 1991).

Independentemente do tipo do método (se mais auditivo ou visual), as autoras ponderam que nenhum focaliza o real problema da aprendizagem, já que manejar o alfabeto não é necessariamente ler, conhecer e compreender o que foi lido, e apontam três princípios que guiaram suas pesquisas: a) não identificar leitura com decifrado, isto é, ler não é decodificar grafias e sons, b) não identificar escrita com cópia de um modelo, uma simples técnica de transcrição passiva e c) não identificar progressos na conceitualização com avanços no decifrado ou na exatidão da cópia, isto é, os progressos na conceitualização podem coincidir ou não com as aprovações escolares (Ferreiro; Teberosky, 1991, p. 34).

A epistemologia genética piagetiana sugere que o conhecimento é uma aquisição elaborada e reelaborada pelo próprio sujeito cognoscente. Nesse sentido, a criança não é uma página em branco, nem seu cérebro será um estoque de conhecimento acumulado, e sim, um sujeito em relação ativa com o mundo circundante, um sujeito que cria hipóteses para resolver problemas. Nessa direção, reconsidera a ideia de erros no processo de aquisição da linguagem durante o desenvolvimento infantil. Como exemplo prático, as autoras citam um ato comum na fala de crianças espanholas: em torno dos 3-4 anos de idade, dizem “*yo lo poní*” em vez de “*yo lo puse*”, a conjugação correta. Por ser um verbo irregular, a fala da criança é considerada um erro, porém, de acordo com a autorregulação demonstrada por Piaget, não se trata de um erro aleatório, mas de uma busca racional pela padronização do próprio sistema da língua espanhola. A não regularização do verbo indica que a simples imitação não é o meio para o aprendizado (já que as crianças não ouvem os adultos

conjugando o verbo diferente da forma oficial). São regularizados porque a

criança busca na língua uma coerência que faria dela um sistema mais lógico do que na verdade é. [...] Em suma, o que antes aparecia como um ‘erro por falta de conhecimento’ surge-nos agora como uma das provas mais tangíveis do surpreendente grau de conhecimento que uma criança dessa idade tem sobre seu idioma: para regularizar os verbos irregulares precisa ter distinguido entre radical verbal e desinência, e ter descoberto qual é o paradigma de normal (isto é, regular), da conjugação dos verbos (Ferreiro; Teberosky, 1991, p. 22).

O estudo sistemático sobre a relação entre pensamento e linguagem, subjetividade linguística e cultura foi o enfoque da escola soviética, notadamente nas figuras de Lev Vygotsky, Alexander Luria e Alexei Leontiev. No clássico “Pensamento e Linguagem”, Vygotsky (1991) afirma que pensamento e linguagem são elementos distintos, mas que eventualmente se unem. Quando se unem formam o chamado “pensamento verbal” proporcionado pelo significado da palavra. De acordo com sua visão, correntes teóricas como a Gestalt e o Behaviorismo se equivocaram ao interpretar o significado como algo intrínseco a um objeto específico, representado por uma palavra específica. Em Vygotsky, toda palavra já é uma generalização porque não se refere a um objeto isolado, mas a um grupo ou uma classe de objetos (Vygotsky, 1991).

Distante da linguística clássica que se debruça sobre a acústica e os fonemas como unidades básicas e do nominalismo pragmático que apenas focaliza os usos sociais da linguagem, Vygotsky argumenta que o significado das palavras se relaciona com a função intelectual da comunicação, com ênfase na fala como

elemento mediador, a interação social e os afetos. A capacidade de pensar e elaborar conceitos se situa nessas inter-relações, inexistindo “pensamentos que pensam por si próprios, dissociados da plenitude da vida, das necessidades e dos interesses pessoais [...] cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento da realidade ao qual se refere” (Vygotsky, 1991, p. 6-7).

A hipótese vygotskyana se diferencia da piagetiana por compreender a fala mais primitiva já uma fala socializada, visto que a função da fala é a comunicação social. A fala egocêntrica infantil, apesar de suas características e limites próprios, é também social. A fala interior, quando o humano fala consigo mesmo, não é um elemento que surge ou se desenvolve por si, mas é um estágio posterior da fala egocêntrica amalgamada pelas experiências com o meio e a comunicação oralizada. Se para Piaget o impulso do prazer e o impulso de adaptação à realidade são fatores distintos, mas relevantes para a autorregulação e à inteligência, em Vygotsky esses impulsos não são segregados, uma vez que toda adaptação é uma ação sobre a realidade movida por necessidades. Próximo aos pressupostos marxistas, em Vygotsky, desejo, adaptação e trabalho são as forças que movem a linguagem e dão forma aos processos mentais. Dessa maneira, as diferenças transculturais seriam, em realidade, trans-históricas.

Segundo o autor soviético, apesar da ampla contribuição para a psicologia, Piaget falhou ao desconsiderar qualitativamente a influência do meio no desenvolvimento humano. Para Piaget, há a primazia do aspecto orgânico porque as crianças não trabalham, então a apropriação de objetos se faz ludicamente. Vygotsky questiona o conceito de criança e o conceito de trabalho na pesquisa de Piaget, uma vez que, a depender da sociedade, crianças trabalham. Além disso, se Piaget visava à uma generalização epistemológica genética deveria considerar que, em algumas sociedades, trabalho como caça e agricultura ocupam boa parte – senão toda – da existência de uma pessoa. Nessa direção,

no intuito de leis gerais de desenvolvimento infantil, deveria ter considerado diferentes contextos e modos de vida.

Aliados aos aspectos biológicos, Vygotsky indica os fatores histórico-culturais que formam as funções psicológicas superiores, tais como memória e cognição, e apresenta a mediação como um conceito-chave de sua trajetória científica. Em seus termos, não há humano fora da mediação, seja pela linguagem e por símbolos, seja pela capacidade de se apropriar da natureza e criar ferramentas, isto é, a noção ampla de trabalho marxista. De acordo com o autor, são as interações socioambientais que modelam as estruturas mentais mais significativas para vida. Portanto, antes de ser um fenômeno psicológico ou puramente mental, a racionalidade é social porque as relações interpessoais se transformam em intrapsíquicas – a subjetividade não é inata, mas construída em relação. Consequentemente, o desenvolvimento infantil não é linear, exclusivamente pautado em etapas genéticas autorreguladas, mas genética e condições orgânicas combinadas dialeticamente com o universo sociocultural. O controle da natureza e o controle dos signos afetam profundamente a natureza do humano. Conforme Vygotsky (1991, p. 43), “o desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie e assim deve ser entendido”, advertindo que estudar algo historicamente não é situar-se no passado, mas admitir processos de mudança.

O resultado do desenvolvimento não será uma estrutura puramente psicológica, como a psicologia descritiva considera ser, nem a simples soma de processos elementares, como considera a psicologia associacionista, e sim uma forma qualitativamente nova que aparece no processo de desenvolvimento (Vygotsky, 1991, p. 46).

A premissa básica de sua abordagem psicológica afirma que o ponto de partida para a humanização é a ação sobre a natureza e a interação – entre natureza, instrumentos e outras pessoas. Logo, as particularidades mediadoras situadas historicamente seriam a chave para o entendimento das formas mentais superiores. Nesse ponto, importa lançar luz em alguns conceitos: em Vygotsky, primitivo não é sinônimo de rudimentar (mas, primário) e complexidade não está relacionado à progresso ou ao que é superior qualitativamente. Por conseguinte, a língua de nativos indígenas pode ser tão complexa como as línguas latinas dos homens brancos, mas diferentes quanto ao grau de aculturação; e instrumentos semióticos diferentes modelam formas de pensamento particulares (aqui, novamente, o autor rejeita qualquer tipo de hierarquia em si mesma), permitindo uma aproximação com o efeito-mundo cassiniano. Em vista disso, o conhecimento não é processado universalmente e a memória não é um mecanismo único de registro e recuperação de informações, mas a forma de registro e recuperação são igualmente adaptativas e dependentes da cultura, embora os humanos compartilhem a mesma estrutura que permite o registro e a recuperação de informação mental.

Seguidor de Vygotsky, Alexander Luria, em Fundamentos da Neuropsicologia (1981) sintetiza as descobertas das primeiras décadas do século XX – e 40 anos de sua própria experiência – acerca da linguagem em meio ao debate sobre a primazia da fisiologia do cérebro e das diversas teorias psicológicas. Luria intenta demonstrar na prática os variados casos de aquisição da linguagem, a influência do meio social e como não é possível situar um local específico anatômico para a linguagem. Quando se comunica, se utiliza todo o cérebro e cada função, conforme previsto por Vygotsky, não se restringe a aspectos puramente biogenéticos. A primeira ressalva é a de que o cérebro não deve ser tido como um órgão mecânico ou puramente sistêmico. O cérebro não é uma espécie de máquina e as categorias linguagem,

pensamento e conhecimento são frutos mais complexos do que a relação de partes e circuitos elétricos, apesar de perdas de função de fala e comunicação poderem resultar de lesões ou condições pré-existentes demarcadas no cérebro.

Luria (1981) narra que coube a Paul Broca, em 1891, afirmar que o terço posterior do giro frontal inferior esquerdo está diretamente associado às imagens motoras das palavras. Portanto, qualquer comprometimento da região afeta a fala expressiva do indivíduo, ou seja, causa afasia. Em 1873, foi a vez de Carl Wernicke descrever um quadro relacionado à linguagem em outra parte do cérebro, o terço posterior do giro temporal superior esquerdo: o paciente não compreendia as palavras e o sentido do que escutava, mas a fala expressiva não fora afetada. Wernicke definiu que a região era o centro sensorial das palavras, responsável pela compreensão da fala.

No fim do século XIX, o cérebro havia sido mapeado, tendo os cientistas conferido diferentes centros para os mais diversos fenômenos e atividades: formulação dos conceitos, leitura, escrita, cálculos matemáticos, circunscrevendo processos psicológicos complexos em áreas cerebrais (Luria, 1981). O autor relata que foi John Hughlings Jackson (1835-1911), neurologista britânico, que sugeriu a hipótese de observar a construção dos processos e não a sua simples localização – hipótese considerada e retrabalhada pela comunidade científica cinquenta anos depois por diferentes neurologistas, como Monakow, Head e Goldstein.

Esses autores chamaram a atenção, muito acertadamente, para o caráter complexo da atividade mental humana. Eles tentaram identificar os aspectos específicos da referida atividade no caráter semântico do comportamento (Monakow) ou no ‘arranjo abstrato’ e no ‘comportamento categórico’ (Goldstein), e foram forçados a exprimir as suas dúvidas a respeito da possibilidade de

estarem essas 'funções', à semelhança de funções elementares dos tecidos cerebrais, representadas em áreas circunscritas do cérebro. Postularam, portanto, que fenômenos complexos de 'semântica' ou 'comportamento categórico' são o resultado da atividade de todo o cérebro, em vez de serem o produto do funcionamento de áreas locais do córtex cerebral (Luria, 1981, p. 11).

Fez-se necessário rever os conceitos de função e localização. Do mesmo modo que a função do pulmão é a respiração, porém o fato não é suficiente para que o processo respiratório se dê por completo (para transportar oxigênio para o sangue, não bastam os alvéolos pulmonares), no cérebro, um tecido, uma área ou ainda um circuito específico de neurônio não é suficiente (apesar de necessário) para cumprir determinada função. Passou-se então a considerar o termo sistema funcional, cunhado por Pyotr Anokhin, que prevê a complexidade da estrutura e a mobilidade das partes constituintes. Significa dizer que o corpo pode ser capaz de cumprir uma mesma função de maneiras diferentes e de mobilizar diferentes partes para cumprir uma mesma função (Luria, 1981). Para ler e escrever é preciso captar e processar estímulos externos, compreender os estímulos bem como seus significados, acionar a memória, raciocinar e convocar as estruturas psicomotoras para que as formas das letras sejam marcadas em algum suporte. Comumente, escreve-se com as mãos, esquerda ou direita, mas os pés – até a própria boca, podem suprir a falta das mãos e executar a tarefa de escrita. Há mecanismos essenciais e há mecanismos que podem ser rearranjados para que a função se cumpra. Trata-se de diferentes zonas operando em concerto (Luria, 1981). Assim sendo, para Luria, a perspectiva correta é a de avaliar como cada parte opera nessa “orquestra” no curso das diferentes fases do

desenvolvimento e não como uma localização particular se associa a alguma performance particular.

No relato de um de meus casos há a descrição de um compositor famoso que, após uma hemorragia na região temporal esquerda, era incapaz de diferenciar sons da fala ou de compreender palavras ditas a ele, e, não obstante, continuava a compor brilhantes trabalhos musicais (Luria, Tsvetkova e Futer, 1965). Isto significa que processos mentais aparentemente semelhantes, tais como ouvir música e ouvi material falado, não apenas incorporam fatores diferentes, mas também dependem do funcionamento de áreas bastante diversas do cérebro (Luria, 1981, p. 25).

Para demonstrar a teoria vygotskyana de que as capacidades cognitivas e de linguagem do humano são fruto da relação dialética entre biologia e cultura, Luria foi a campo observar grupos dessemelhantes na organização social. Em “A construção da mente”, Luria (1992) detalhou a experiência, onde argumentou que as estruturas intelectuais são idênticas nos seres humanos, ou seja, as leis lógicas são as mesmas em todas as culturas, mas a operacionalização dessas leis varia.

A forma de pensar, a língua que se fala e a experiência de vida estão estreitamente ligadas à organização mental e psicológica. Segundo Luria (1992, p. 72), “o pensamento categórico não é apenas reflexo da experiência individual, mas é uma experiência coletiva que a sociedade pode veicular através do seu sistema linguístico”. Na pesquisa de campo com pessoas sem educação formal, vivência rural, membros das camadas mais pobres e pessoas de áreas isoladas, o autor observou que a classificação dos objetos não era feita por princípios de semelhanças ou diferenças, nem por atributos próprios, e sim, por

critérios de aplicação prática, situacionais. Em um dos testes, Luria apresentou desenhos de martelo, serrote, machado e uma tora de madeira a um rapaz de 31 anos, analfabeto, camponês. O respondente indicou que todos os objetos eram semelhantes e deveriam estar juntos, porque se alguém vai serrar, precisa de um serrote e se precisa rachar alguma coisa, também será necessário um martelo. Depois, apresentou a figura de duas rodas e um alicate. Novamente, o camponês afirmou que, apesar de um alicate não se parecer com uma roda, para apertar a roda é necessário ter um alicate, então eles devem ser agrupados.

Apesar de o camponês conhecer as palavras e saber que roda não se chama alicate, o significado das palavras não era suficiente para resultar em uma classificação alheia à situação concreta das vivências. As palavras não remetiam a conceitos, mas às relações práticas. Luria (1992, p. 76) concluiu que “a função primária da linguagem muda conforme aumenta a experiência educacional” e demonstrou que, após um período instrucional, que incluía discussões em grupo, aprendizagem coletiva, as pessoas iniciaram a transição para o pensamento abstrato e as palavras ocuparam o lugar das abstrações e generalizações. “Uma vez educados, os indivíduos passam cada vez mais a usar a categorização para expressar ideias sobre a realidade” (Luria, 1992, p. 78).

Portanto, os processos de categorização, classificação e abstração não são os mesmos em todas as culturas e em todos os indivíduos. A forma de pensar e utilizar a linguagem derivam fundamentalmente do ambiente e das experiências do indivíduo. Faz-se em aprendizagem. Uma das expressões comuns de pensamento é o silogismo aristotélico, base do sistema formal ocidental, um sistema lógico onde se apresenta duas premissas e delas resulta uma conclusão. O raciocínio silogístico implica em abstrair o conjunto e não isolar as frases. As palavras e as frases ocupam uma função no quadro geral e devem ser compreendidas conjuntamente para se chegar a uma conclusão lógica,

independente da experiência sobre o tema abordado. Segundo Luria, algumas correntes da psicologia pontuaram que o raciocínio silogístico era natural, inato em todos os humanos viventes em todas as épocas. Durante a pesquisa de campo, o autor percebeu que os grupos de pessoas analfabetas não raciocinavam silogisticamente, pois percebiam cada frase isoladamente, com um juízo próprio. Não conseguiam elaborar deduções. No exemplo: “No extremo Norte, onde há neve, todos os ursos são brancos. Novaya Zemlya fica no extremo Norte. De que cor são os ursos lá?”, os respondentes concluíram frases, tais como: “Nunca estive no Norte e nunca vi um urso”, “Se você quer uma resposta a essa pergunta, deve perguntar a quem esteve lá e os viu”, “Existem diferentes tipos de ursos. Se um urso nasce vermelho, continuará sendo assim”, “Não sei. Já vi um urso marrom; nunca vi outros...” e “Bem, é assim: nosso *tsar* não é como o de vocês, e o de vocês não é como o nosso. Suas palavras só podem ser respondidas por alguém que tenha estado lá” (Luria, 1992, p. 83).

Se o conteúdo do silogismo estivesse de acordo com a vivência prática, o elemento lógico aparecia. Porém, se o conteúdo demandasse teorização, o grupo analisado não abstraía nada fora da experiência e compreendia as afirmações dos outros como afirmações pessoais e particulares. As palavras não diziam ou comprovavam coisa alguma.

Constatamos que mudanças nas formas da atividade prática, e especialmente aquela reorganização da atividade baseada na educação formal, produziram mudanças qualitativas nos processos de pensamento dos indivíduos estudados. Além disso, fomos capazes de definir que mudanças básicas na organização do pensamento podem ocorrer num tempo relativamente curto quando existem mudanças suficientemente radicais

nas circunstâncias sócio-históricas (Luria, 1992, p. 84-85).

As pesquisas soviéticas rompem com o argumento de qualificar humanos como superiores e inferiores, mais ou menos inteligentes a partir de critérios puramente genéticos ou somente características individuais com base na cognição e na linguagem. As condições fundamentais para a formação da mente e da linguagem humanas esbarram nas condições sociais de existência. Considerar a biologia no escopo da cultura não é renegar as condições orgânicas que permitem os modos de pensar, ser, sentir, agir e se comunicar, mas ter em conta que fatores exteriores ao sujeito influenciam na formação de estruturas mentais, facilitando ou dificultando condições impostas social ou biologicamente. A biologia igualmente se situa na história dos indivíduos enquanto espécie, mas não de forma linear ou progressista. Trata-se de desenvolvimentos possíveis, em estágios diversos, a partir de condições sócio-históricas.

Parceiro de Vygotsky e Luria, Alexei Leontiev (1978) ressalta que todos os órgãos do corpo humano são órgãos sociais porque o mundo objetivo é a realidade de acumulação no decorrer da história do ser humano; é a apropriação dos elementos exteriores que se voltam como faculdades específicas do indivíduo, importando para a psicologia conceitos-chave da teoria social marxista. A expressão da natureza do humano se cristaliza em instrumentos e tais instrumentos são reapropriados como recursos mediadores para organização do instinto e a formadura das faculdades superiores, como a linguagem (Leontiev, 1978). Destarte, as aptidões e as formas consideradas corretas de pensar serão diretamente medidas pelos modos de vida dominante, conforme a suposta universalidade do raciocínio silogístico inato. Em si, as diferenças de performance são apenas diferenças. Contudo, ao situarem em contextos políticos, econômicos e de classe, em uma sociedade capitalista globalizada, as diferenças

respondem diretamente à luta de classes. Se vivenciassem as mesmas condições sociais e tivessem acesso aos mesmos instrumentos de ensino e socialização, os camponeses estudados por Luria desenvolveriam o pensamento silogístico dominante da educação formal e estariam aptos ao desenvolvimento de outras formas de conhecimento, como o método científico predominante. Todavia, um modo de viver historicamente traçado divide os seres e os saberes e os qualifica, atribuindo hierarquia, campo fértil para correntes eugenistas, como visto em Sheffer (2019).

Se estamos nos ombros das gerações anteriores que nos elevam à condição de animal, na sociedade cindida em classes, um número restrito de indivíduos usufrui das aquisições sociais, afetando a atividade dos demais cidadãos nas estruturas consideradas ideais, corretas e qualificadas para a vida humana, consequência do processo de alienação econômica e intelectual (Leontiev, 1978). Por esse olhar, a despeito das possíveis dificuldades cognitivas e comunicacionais advindas do TEA e de sua própria capacidade e esforço individuais, a depender do contexto normativo, o indivíduo autista poderá desenvolver ou não as habilidades necessárias para sua instrução, será admitido ou não no mercado de trabalho formal, será aprovado ou não em processos seletivos públicos.

Por sua vez, estará sob gerência da classe dominante a arquitetura discursiva e informacional mediadora acerca de todas as outras classes. Aqui retornamos ao “o que falar quer dizer?” bourdieusiano: capital linguístico retroalimentado pelo posicionamento de classe, que transforma a capacidade universal de pensamento e linguagem em competências (de falar legitimamente e pensar da maneira correta e “mais inteligente”) geradoras de distinção.

Conforme o sociólogo francês, “nas línguas indo-europeias, expressar o direito se liga à raiz do dizer (...) dizer o direito é o dever ser” (Bourdieu, 2008, p. 28). Portanto, o dever-ser da linguagem é protagonista tanto na organização das categorias

mentais quanto na impressão da cultura dentro do humano e nos suportes informacionais; o efeito-mundo cassiniano informacional ao mesmo tempo em que é introjetado no ser como estruturas psicológicas.

Na sequência, desembarcaremos no universo bibliológico, solo da produção e manutenção discursiva sobre o TEA, o dilema da escrita como realidade mais ou menos autêntica e a abertura dialógica para a construção da pessoa autista como ser dotado de linguagem, intencionalidade e necessidade de informação.

Capítulo 6

FEITURA DE FORMAS- INFORMAÇÃO

Como é por dentro outra pessoa?
Quem é o que o saberá sonhar?
A alma de outrem é outro universo
Com que não há comunicação possível,
Com que não há verdadeiro entendimento.
Nada sabemos da alma
Senão da nossa;
As dos outros são olhares,
São gestos, são palavras.
Com a suposição de qualquer semelhança
No fundo.
(Fernando Pessoa)

Este capítulo abordará as teorias específicas do campo informacional, com ênfase na noção de circuitos de documentos e representação da informação. Início pela construção da pessoa informacional neurodiversa no devir-autista a partir do diálogo entre o conceito de sujeito informacional, de Miguel Ángel Rendón Rojas, e da ontologia crítica do informe, de Vinícios Menezes.

Depois, passo à interseção entre Estado, poder informacional e mediação política das metalinguagens para a manutenção da cidadania e/ou exclusão do *locus* discursivo de uma dada comunidade, ou seja, a pavimentação da trilha para a justiça informacional com enfoque na democracia documentária. Por fim, o cruzamento teórico entre Roubakine e Vygotsky propiciarão um olhar mais abrangente sobre os aspectos interacionistas, afetivos e cognitivos, entre ser humano e artefatos bibliográficos, que nos conduzem à abertura de sentidos permitida pela leitura e, conseqüentemente, às condições de sua produção, circulação e usos.

A CONSTRUÇÃO DA PESSOA INFORMACIONAL NEURODIVERSA

Desde a infância, lembro de compor músicas na mente sem fazer nenhum som. Ninguém nunca sabia o que eu estava pensando enquanto passava as horas das viagens de carro deitada, olhando pela janela ou de olhos fechados. Quando chego nesse nível de concentração, eu posso ouvir cada instrumento da orquestra, posso alterar o que eu quiser, pausar quando quiser. (...) Já compus concertos, aberturas de programas infantis que nunca existiram, até rock e pop. Eu amo quando consigo ouvir música somente usando o poder do meu cérebro.
(Alice Casimiro)

Por que homens de diferentes épocas inferiorizam as mulheres e as representam com qualidades negativas? Sendo letrados, originários de diferentes áreas do conhecimento e respeitados por seus pares, estariam eles corretos? Segundo o

argumento da autoridade atribuída, sim. Mas, e se justamente por esse motivo, pelos homens serem os detentores do poder da escrita, da cadeia de produção da escrita e dos livros, o argumento estiver incorreto?

A indagação motivou Christine de Pizan (1364 - c.1430 d.C.) a escrever “A cidade das damas”, obra publicada em 1405. O enredo elenca 150 personalidades femininas, segmentadas tematicamente, em contraposição aos valores e personagens masculinos registrados no cânone europeu, um gesto bibliográfico oculto em uma BCI igualmente centrada em homens (Siciliano, Valle, Salomão, 2021). Conduzida pelas damas Razão, Justiça e Retidão, a autora arquiteta uma cidade-fortaleza de proteção à memória do gênero e, perante o repertório bibliográfico, demonstra a fraqueza argumentativa do discurso biológico de inferiorização e fragilização da mulher, fomentado em textos religiosos, filosóficos, literários, políticos e científicos. Ao desvelar o embate discursivo entre biologia e cultura, Pizan evidencia o poder suscitado por documentos escritos majoritariamente por homens e oferta um novo olhar para a presença e o protagonismo de mulheres na Idade Média, comumente interpretada como um período com pouca ou nenhuma participação feminina.

Em uma sociedade patriarcal, o homem tornou-se o referente de humanidade e de racionalidade, transformando-se na régua de medida e comparação aos demais seres. A centralidade da questão parmenídica sintetizada em Hamlet (2015) destaca a impossibilidade de bivalência a partir da conjunção “ou”: “Ser ou não ser? Eis a questão”, quando, no solo da política, o “ou” é substituído pelo conectivo “e”, ser e não ser, (des)(re)territorializado. Bourdieu (2014) sustenta que a função do Estado é a produção de classificações sociais por meio de seus atos públicos, uma vez que, em si, Estado inexistente. Em sua interpretação, Estado é uma ficção jurídica, observada e corporificada em manifestações documentais (atos administrativos, normativos, jurídicos) que formam um sólido

coletivo de atores sociais sociotécnicos de gerência de um território. Nesse sentido, a pessoa só passa a ser ao receber documentos que o oficializem perante o aparato estatal, como registros civis. A cidadania é, pois, concedida, ratificada ou revogada via documentos. A pessoa é um corpo físico, mas, simultaneamente, pode não ser ninguém quando ausente dos arquivos oficiais. Essa é uma dimensão do “não-ser” do ponto de vista da fisicalidade e materialidade de um registro. A outra dimensão associa-se à sua descrição, ao conteúdo desse registro, mediado e condicionado à língua e, conseqüentemente, à cultura.

Em Pizan, a existência física da mulher é reconhecida, mas seu corpo não é livre, autorizado ou reconhecido como ente político, pensante, crítico e potencialmente filosófico. Conforme Le Goff (2006), no medievo, a cristandade dominante chancelou o corpo físico como objeto de repulsa a ser superado e purificado, cuja figura feminina rememorava o pecado original. Alternando entre a pureza de Maria e o pecado de Eva, a partir do século XIII, houve uma aparente virada na racionalidade sobre o corpo por meio de São Boaventura e São Tomás de Aquino com a ideia de Deus encarnado na figura de Jesus. Deus havia de ter também um corpo, logo, a carne onde habita o humano deve ser instrumento do sagrado. A transformação do pecado original reduzido à sexualidade impôs ao corpo feminino “um preço mais alto” popularizando a ideia de mulher, via uma releitura aristotélica, como um “macho defeituoso”, dependente do sexo masculino para guiar-lhe a vida (Le Goff, 2006).

A disparidade entre gêneros é objeto de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento e sua emergência revela não um início, mas um indício de que a História é contada e recontada por disputas de saber-poder, como Foucault resume em sua arqueologia. Mulheres não despertaram no século XX em busca de igualdade de direitos. A considerar o livro de Pizan, a luta antecede ao menos 600 anos. Mas, a luta, no solo desta pesquisa, de produção discursiva via documentos e metainformação, vem

de antes e repetiu-se tantas outras vezes depois em um jogo de apagamento e reescrita dos fatos, um trabalho de predicções para excluir a mulher de um lugar geográfico e simbólico exercido exclusivamente por homens. Afinal, na retórica aristotélica, o lugar da mulher é o da beleza e da moderação, não do discurso, da justiça, da tribuna ou da sabedoria. Ressalta Dante, o sumo poeta florentino:

[...] embora as Escrituras narrem que foi a mulher quem primeiro descobriu a fala, nos parece mais razoável crer que o homem tenha sido o primeiro a falar, pois seria inconveniente pensar que um ato tão nobre do gênero humano proceda de uma mulher e não de um homem (Alighieri, 2021, p. 53).

No século XVII, pouco mais de duzentos anos depois da publicação do livro de Pizan, nascia Margaret Cavendish, a duquesa de Newcastle e esposa do famoso William Cavendish, promotor do Círculo de Cavendish, uma espécie de confraria intelectual da qual participavam Descartes e Hobbes. Sem títulos, porém oriunda de uma família abastada, Margaret era letrada, frequentava bibliotecas e discutia o que lia, especialmente com seu irmão, John, e, mais tarde, com o marido, William. Assim como Pizan, Margaret escreveu variados tipos de texto: tratados filosóficos, científico-experimentais, peças de teatro e livros de fantasia. Se Pizan é considerada a primeira escritora profissional do Ocidente, pois produzia, editava, assinava e recebia remuneração por suas obras, Cavendish é considerada a precursora da ficção científica com o título *“A description of a new world, called the blazing world”*, publicado em 1666. Foi também a primeira mulher a frequentar uma reunião da *Royal Society of London*, a única mulher durante 300 anos. Depois dela, apenas Marie Curie. Nesse intervalo, a presença feminina se deu por um esqueleto da coleção de anatomia, recorda Schiebinger (2001).

Na contemporaneidade, pesquisadores das áreas da literatura, sociologia e filosofia discutem o pioneirismo dessas mulheres e buscam os vestígios dos motivos pelo seu apagamento histórico e epistêmico. Em 2019, pesquisadores da UFRJ publicaram uma tradução parcial das Cartas Filosóficas de Cavendish (2021), nas quais a filósofa discute sobre racionalidade animal. Por si só o tema suscitaria curiosidade, não fosse também o assunto de uma correspondência trocada entre William Cavendish e René Descartes, gerando dúvidas sobre a real identidade do emissor da mensagem, se William ou Margaret. Em diálogo nominalmente direto a Descartes em suas Cartas Filosóficas, Margaret contesta a argumentação cartesiana de separação entre razão, movimento e corpo. A ontologia de Cavendish não concebe o vácuo (pois todo lugar é necessariamente ocupado por um corpo), a razão é material na medida em que não é indissociável do corpo, e toda matéria possui vida e conhecimento de si próprio e do ambiente, embora de maneiras e graus variáveis; em suas palavras, infinitos em suas mudanças e variações. Sendo o movimento intrínseco ao corpo, razão e sensação são também uma só coisa, justificativa contrária à ontologia baseada em fatores extrínsecos desde Parmênides. Pricladnitzky (2022) explica que, ao assumir uma mente material e a existência de uma propriedade cognitiva em todos os seres da natureza, Cavendish assume igualmente uma postura pampsiquista e rompe com a noção cartesiana de que animais são simples autômatos. Ao fazê-lo, Cavendish adota um discurso hoje chamado de não especista, embora necessitássemos de leituras mais profundas em sua filosofia para delinear proximidades e diferenças com a ciência, movimentos sociais e pressupostos do presente.

A diferença fundamental de interesse para esta obra está no fato de, em Descartes, a racionalidade associar-se à linguagem, à capacidade enunciativa e lógica de separação entre o verdadeiro e o falso, concordante à Dahlberg (1978, p. 101), no campo da CI,

ao afirmar: “linguagem constitui a capacidade de o homem designar os objetos que o circundam assim como de comunicar-se com os seus semelhantes”. Para o pampsiquismo de Cavendish, tais critérios são insuficientes para desprover qualquer ser de razão, porque a racionalidade não seria universal, mas cada parte material possuiria um conhecimento particular, um tipo de conhecimento ou uma racionalidade própria (Prikladnitzky, 2022). Do autor, retiro as palavras de Cavendish traduzidas para o português:

[...] assim como cada homem possui seu entendimento particular, pois o entendimento de um homem não é o de outro homem. [...] E se há tal entendimento peculiar e particular em cada parte de uma criatura animal, assim como no homem, talvez haja de tal forma em outras criaturas de diferentes variedades e tipos. Mas esse entendimento particular pertencente a cada criatura, não prova que não haja inteligência entre elas... pois a razão é a parte racional da matéria e faz a percepção, observação e inteligência diferente em cada criatura, e cada tipo de criatura, de acordo com a sua própria natureza... Donde, ainda que outras criaturas não tenham fala, ou regras e demonstrações matemáticas, com as suas artes e ciências como o homem possui; as percepções e observações podem ser tão sábias como a dos homens, e elas podem ter tanta inteligência e conversa entre si, de acordo com a sua própria maneira, assim como os homens tem das suas (Cavendish, 1664 *apud* Prikladnitzky, 2022, p. 16).

O foco da menção à Cavendish não é deliberar sobre erros e acertos filosóficos, mas refletir sobre como seria a visão de mundo dominante se Cavendish, em vez de Descartes, tivesse entrado para o rol do referencial teórico-filosófico a guiar as formas de pensar. Para além de um vislumbre utópico, o secretário da *Royal Society of London*, Samuel Pepys (2019) a descreveu em seu diário como *Mad Madge*, louca, um exemplo prático das teses foucaultianas sobre a dominação simbólica. Sendo mulher, louca e escritora de peças teatrais, seus argumentos de filosofia natural não deveriam sequer ser debatidos. Até onde se sabe, não foram.

Na esteira do massacre sobre corpos-vida femininos, Deleuze e Guattari (2012) apresentam a ideia de devir-mulher. Os autores situam o conceito de mulher como uma linha de fuga do dispositivo. Ao discorrer sobre o conceito de dispositivo em Foucault, Deleuze afirma três linhas centrais do novo: linhas de força, de fuga e de subjetivação. A linha de fuga é a brecha do dispositivo para se pensar sobre a diferença, aquilo que escapa. No horizonte do devir-mulher, a mulher seria o primeiro de todos os devires existentes, porque desterritorializa o binarismo iniciado com homem. Nota-se que, em interpretações religiosas, a mulher não é criada por Deus como um ente pleno, mas advém da costela de um homem. Nessa visão, o homem é o modelo, o referencial tautológico – dele sai o modelo e para ele tudo se volta. A mulher é o seu oposto: o oposto das formas, das práticas, um escape, afirmam os filósofos franceses, resultando em linhas distintas de subjetivação. Menezes (2018) conceitua a mulher como ser informe, privado de forma, (sub)representada na máquina textual do *anthropos*, que rasurou a subjetividade em detrimento de uma objetividade imposta por autorreferência, um ato informacional de colonização.

Para Dahlberg (1978), conceito é a soma dos enunciados verdadeiros sobre algum objeto, fixado em um símbolo linguístico verbal ou não-verbal e orienta o uso do método analítico-sintético para exame das predicções e formulação de categorias,

revelando a influência aristotélica nos fundamentos da OC, corroborada pela revisão de Nitecki (1995, 1997). A validação dos enunciados, conforme discutido em Aristóteles, dá-se pelos princípios de identidade e não-contradição que excluem o múltiplo e a diversidade, visto o *logos*, esse lugar entre coisas e palavras” ser “um discurso dotado de sentido” (Cassin, 1999, p.16). O controle terminológico, ou, seguindo Menezes (2017, 2018), a “decisão do sentido”, alimenta uma ficção linguística e filosófica. Linguística posto demarcar a separação entre linguagem natural e artificial, como se alguma linguagem fosse, no plano comunicacional, natural; e filosófica porque, conforme Blumenberg (2013), conceituar é estar em uma operação de distância perante a ausência do objeto. Na impossibilidade do espelhamento perfeito, de captura de uma essência definida e definitiva, faz-se uma operação metaforológica, em que a escrita, a tecnologia hegemônica, será palimpséstica (Cassin, 2005). Nessa direção, “a mulher é um rastro escritural linguístico, um não conceito na história do conceito, não uma abstração (espécie de território das formas), mas uma materialidade indefinida previamente” (Menezes, 2018, p. 138). Dessa maneira, conclui Menezes, a “contra-conquista do informe” em seu papel descolonizador se dá na arena da classificação.

Informe, *informis*, advém do latim *informatio*, o qual Capurro e Hjørland (2007) definiram como o ato de dar a forma a algo. No plano da filosofia da técnica, Flusser (2010) associa o informar ao inscrever, a moldar formas em superfícies duras. O dar a forma é, pois, em sua gênese, um gesto de controle indo contra um (não)ser, como uma pedra, cujas características próprias serão deformadas ou destruídas para receber uma outra. Informar seria uma ação entrópica de superar a resistência de outro ente no mundo. A mudança de superfície – da pedra para o código vegetal – transformou a inscrição em sobrescrição, de pressionar tinta sobre uma superfície lisa e mais leve, como o código vegetal. De acordo com o autor, a diferença para a

sobrescrição estaria sobretudo na variável tempo, na agilidade e na velocidade com a qual se molda letras a partir de pincéis, grafite ou canetas, em contraposição à superfície dura e ainda “bruta” de uma pedra, aproximando-se da noção de informação como monumento. Alegoricamente pode-se pensar sobre a “mortalha da classificação” (Menezes, 2018) tecida no decurso do tempo, entropicamente genocida ao construir discursos de subalternidade, propagados, reescritos, rasurados e potencialmente descobertos tal qual um palimpsesto. Assim, o informe é a potência de escape, permitido pela metáfora palimpséstica meneziana e filologicamente pelo prefixo latino *-in*, em seu sentido de negação.

Os dois caminhos indicados pela palavra encontram-se circunscritos no prefixo latino *in-*. O *in-* é uma das apropriações do latim para ao menos dois prefixos gregos, *en-* e *a-*. Enquanto *en-*, para o sentido de informação ou informação demarca a transfiguração da matéria na forma, o *a-* (alfa privativo) assinala um movimento ambivalente, tanto de identidade (da matéria tomando forma), quanto de diferença (da matéria informe – matéria materializando-se a si mesma (‘outra outra’), como na tese plotiniana da ‘terceira margem da matéria’ ou na tese averroísta sobre o intelecto possível/material). Rafael Capurro (2008) anuncia os dois sentidos da palavra, todavia opta pelo ‘mais usado’, informe, rasurando a ambivalência e a contraconduta do segundo em detrimento da cultura do primeiro, legando o *informis* à marginália informacional (Menezes, 2018, p. 142).

Menezes (2017) atualiza o dilema shakespeariano: “informo ou *informis*: eis a questão”. Dessa maneira, com base em Menezes (2017), Flusser (2010) e González de Gómez (1999), informação resguarda uma ação que se dá em relação intersubjetiva em direção à metainformação, isto é, a produção de informação sobre informação – em superfícies cada vez mais lisas, etéreas e virtuais, ocultando a violência física e simbólica da ficção mentalista do conceito.

Semelhante à mulher, a pessoa autista é um ser informe. Se a tendência neurocentrista (Gabriel, 2019) define o *sapiens* a partir do seu cérebro e se há uma tipicidade para definir o humano, o autista emerge como uma linha de fuga, aquilo que escapa de uma dada forma (Valle, 2022). Um corpo com deficiência e, principalmente, um corpo autista, desterritorializa a ideia de humano moderno. A crise do *informis* é de identidade. Se as categorias aristotélicas do pensamento operam em busca de similitude, como reconhecer a si mesmo no outro se o outro é tão diverso? Como reconhecer o fruto que cai longe da árvore? (Solomon, 2013). Esse ato de agrupar para reconhecer e classificar revela as tensões sobre o estar-no-mundo em um corpo considerado fora da norma.

Para Diniz (2007), debater sobre deficiência é discutir estética, ética, política, para além da saúde, um arcabouço de valores e princípios norteadores sobre o comportamento social acerca da deficiência e, conseqüentemente, sobre corpos-vida. Segundo salienta Sennett (2003, p. 22), o corpo é um *topos* que “encobre um caleidoscópio de épocas” e a cidade é o espaço coerente à imagem e semelhança do homem. O corpo marginalizado já foi chamado de monstruoso, de repulsivo, castigo divino ou reencarnatório, inferior, incapaz, e na sustentação dessa pesquisa, um não enunciado não-ser informacional. Na filosofia informacional de Menezes (2017), o *topos* é o entremeio, o lugar “entre” transmutado na potência de ser, o espaço de relação entre o “um” e o “outro”, uma condição de

passagem; a informação como “conceito encruzilhada”, “dotado de transferências, translações, transposições, traduções, giros e volteios” (Menezes, 2017, p. 18), um lugar não-onde (idem). Sendo a escrita científica um lugar de decisão de sentido, mantém-se a palavra com Menezes para ajustar o rigor do termo *topos*:

[...] *topos* seria como a gramática, a ‘tópica’ como a filologia e os ‘tropos’ como a retórica. [...] *topos* é, segundo Aristóteles, algo ‘tão difícil de apreender’, mas cujo poder é maravilhoso e anterior a qualquer outro, e Platão, no *Timeu*, concebe-o mesmo como um ‘terceiro gênero’ do ser, mais originário do que o espaço, ‘pura diferença’ (*khóra*) que possibilita que algo que não é, de certa maneira seja, e de algo que é, de certa maneira não seja. [...] Curtius aponta uma série de *topoi* (lugares-comuns) aos quais a literatura poético-retórica se dedicou no período medial da história europeia e latina, como, por exemplo, a tópica exordial (começo), a tópica histórica, a tópica da natureza, a tópica do mundo às avessas. Por ora essas tópicas de tempos em tempos retornam, não necessariamente com o mesmo nome, todavia, com o mesmo gesto (Menezes, 2017, p. 17).

Esse “lugar não onde” da informação é a sua relação de passagem, instável e em devir, indo em direção a (ao doar a forma) ou sendo marginalizada por (não possuir forma, a norma), coexistente com uma terceira possibilidade ofertada pelo prefixo *in-*, o afastamento, que, segundo Menezes (2018) é o movimento de desdobrar-se para dentro de um (não)sentido. Qual? Múltiplo em sua possibilidade de ser, *iumforme*.

O prefixo *ium-* não existe na ortografia normativa de língua alguma, somente em devir na língua do sertão. *Iumforme* é o abandono linguístico do lugar criando ‘deformações fônicoescriturais’ na língua do sentido. *Iumforme* pode ser uma semiofagia indígena, uma aglutinação ou devoração da forma (*forme*) pela partícula *ium* que compõe inúmeras palavras da *língu Nheengatu*, significando justamente uma ausência de forma, ou seja, uma perspectiva, como, por exemplo: *iumu* (flechar), *iumaã* (olhar-se, olharem-se de modo recíproco), *iumeẽ* (entregar-se, dar-se a outrem), *iumana* (abraçar), *iumbué* (aprender com outrem), *iumími* (esconder-se do olhar de outrem), *iumusé* (gostar de). Tal gama de significados encontra-se no informe, naquilo que Platão chama de *pandekhês* e Derrida (1996, p. 44) denomina como ‘hospitalidade dos discursos’ [...] O *ium-* é o afastamento provocado pela alteridade material do fora do sentido no sentido/não-sentido da forma (Menezes, 2018, p. 285-286).

Para Aristóteles, o ser se diz de muitas formas, mas o sentido deve ser unívoco. Para a ontologia informe, o problema não está em existir um sentido, mas a obrigatoriedade de sua existência a todo e qualquer ato da linguagem, na determinação em acoplá-lo a um objeto e signo linguístico exclusivo e universalizá-lo, aproximando-se do plano de imanência deleuziano (Menezes, 2018; Mostafa, 2016) e do exercício metodológico wittgensteiniano de uso. Recorre-se à Mostafa (2016) para diferenciar a concepção de linguagem e representação em Deleuze e Guattari. Segundo a autora, os pensadores franceses compreendem o signo além da lógica

significante e significado, “trata-se de uma máquina abstrata que não se identifica com o universal, mas que desterritorializa a língua, levando-a aos corpos” (Mostafa, 2016, p. 58).

Diferentemente de Marx e, conseqüentemente de Vygotsky, referencial adotado nesta pesquisa, o agir sobre a natureza não se relaciona exclusivamente como intervenção humana, resultado de um trabalho humano. A cosmologia deleuziana-guattariana supõe uma realidade virtual do ser-natureza, modos de ser em devir, atualizados no tempo e no espaço (Mostafa, 2016, p. 59). Conforme a autora, na visão de Deleuze e Guattari, a subjetividade não é um receptáculo a ser preenchido e que os signos operam também extralinguisticamente, sem significar. Em resumo, a mediação entre o sujeito e o mundo não se daria pela linguagem exclusivamente em seus modos de significação.

[...] a concepção de Deleuze e Guattari da linguagem é estoica: a linguagem não representa o mundo, mas também não apenas o significa, como faz supor a concepção vygotskyana de linguagem. Os autores entendem que há um ganho ao passar da representação para a produtividade (a produção de sentido), mas o uso da categoria da produção de sentido precisa recorrer a um milagre dialético constante que transforma a matéria em sentido. [...] Ao elogiar os estoicos, os autores dizem que é deles a distinção entre corpos - todo conteúdo formado é um corpo - e os atores incorpóreos, isto é, aquilo que dizemos sobre os corpos. O que dizemos transforma os corpos. São as transformações incorpóreas (Mostafa, 2016, p. 69).

Mostafa (2016) sinaliza que Vygotsky não aprofundou definições sobre a linguagem para além da sua esfera interacionista sociocultural e, apesar da crítica ao idealismo a-

histórico kantiano e à racionalidade prevista até Marx, o pensador russo igualmente supõe uma metafísica da subjetividade. Ao focalizar na relação dialética entre biologia e cultura para chegar ao conceito de interiorização, isto é, a dialética das relações culturais como causa da formação das capacidades psicológicas superiores, como a linguagem, Mostafa (2016) adverte sobre Vygotsky ter caído em uma espécie de essencialismo social, pois o signo é signo de alguma coisa no plano da significância e da representação.

Já para Wittgenstein, palavras são postas em uso em contextos concretos no mundo, referindo-se ou não a objetos. O significado de uma palavra é o seu uso permitido pelo(s) seu(s) sentido(s) dentro de uma determinada linguagem (Glock, 1998). As quatro autorias mencionadas (Vygotsky, Wittgenstein, Deleuze e Guattari) caminham por trilhas distintas, ainda que se possa aproximar, em alguma medida a pragmática de Wittgenstein e Vygotsky, uma vez que partem da gramática e da produção social constituída por comunidades linguísticas para estabelecer a multiplicidade dos sentidos (e da ausência deles), movimento diferente em Deleuze e Guattari.

Todavia, a adoção privilegiada pela teoria trans-histórica soviética e a concordância de que a mediação sociotécnica via documentos promove a interiorização de formas culturais moldando o psiquismo não invalida a inspiração geneológica foucaultiana em investigar o domínio do TEA via SOC, ou a aplicação da ontologia informe (de inspiração deleuziana) no plano político da clandestinidade do informar (Menezes, 2018). Entende-se que, a despeito das diferenças ontoepistemológicas, todos concordam na influência da linguagem – ainda com variações de graus – na constituição humana e seus gestos de exclusão da máquina de significações (seja pelos jogos de linguagem, seja pelo materialismo histórico, pelo dispositivo produtores de verdade via documentos ou pelos agenciamentos das máquinas de significação).

Assim, esta pesquisa parte da história vygotskyana para acatar os fatos de exclusão de seres ao direito ao discurso e à representação dentro de um dado informar, informe, materializado em registros institucionalizados, sem preocupar-se em determinar significante ou significados, mas compreender os atos de discurso. Ao afastar-se do objeto que significa *a priori* na ontologia greco-latina, permite-se o deslocamento para esse entremeio, *iumforme*, que pode ser interpretado, apropriado e desenvolvido por uma via de imanência e rizoma deleuziano, pela postura crítica marxiana, ou pela suspensão de um jogo de linguagem para compreender outros, o *topos* de compreensão da diferença que, por força dialética busca o reconhecimento da identidade, mas, por força informe, põe-se em suspensão para sentidos e usos outros, ainda não imaginados, autorizados ou compreendidos por uma linguagem.

Parece coerente associar as noções de uso e *topos* a Deligny (2018) quando este diz “na realidade, o que buscamos é mesmo o que pode haver de comum entre essas crianças [autistas] e nós”. Compreensão,

‘faculdade de abraçar pelo pensamento a totalidade das ideias que um signo representa’. [...] Restava nós e eles, a descoberto, o aí, o *topos*. Quando digo entre, não quero sugerir uma barreira, mas, ao contrário, que ao menos tínhamos *topos* em comum, área de estar, fora (Deligny, 2018, p. 160).

O pedagogo francês nomeia o “resto” como aquilo que é refratário à compreensão, ao princípio de que o signo obrigatoriamente representa e pressupõe uma significação. Ao pressupor, há um pressuposto, o qual Deligny (2018) subdivide em pres-sup(p)osto, um (p) sobre outro ou em seu lugar, um aporte tensional, em choque, contra o refratário. Ao suprimir o

“sup”, resta o posto, uma área de estar fora, um *topos*, um ponto de ver (e também de vista). Sobre o autista, o que se vê?

Na descrição metodológica apresentamos a hipótese de que o autista não pertence ao mundo dos homens e, portanto, não é cidadão, afirmação resultante de análise diacrônica a partir da etimologia do radical *autós*. Retomemos. Segundo Nascentes (1955), há dois sentidos permitidos pela língua grega: “por si mesmo” e “em si mesmo”. Outros dicionários corroboram a tradução: em Silva (1890), mais antigo, *autós* é relativo a “próprio”, “independente”, “por si só”. O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Figueiredo, 1913) e o Dicionário de Termos Médicos e de Enfermagem (Guimarães, 2002) são concordantes a Nascentes e apontam para a variação “de si mesmo” e “por si mesmo”. Aplicado ao autismo, o radical foi retirado de “autoerotismo”, conceito freudiano retrabalhado por Bleuler e por Jung, cada um ao seu modo. Em linhas gerais, autoerotismo relaciona-se à autorrealização, ao direcionamento autocentrado das pulsões, onde inexistente a figura do outro, posto não se consolidar ainda a ideia do eu, do ego. Trata-se do atributo psíquico mais primitivo que Freud focaliza na pulsão sexual no intuito de delinear o nascimento da unidade. Aqui, cabem os dois sentidos do radical *autós*, “em si mesmo”, por ser autocentrado, e “por si mesmo” no entendimento de autorrealização. Segundo Kaufmann (1996), Freud revisita a conceituação de autoerotismo. Em 1905, o termo está relacionado com a pulsão e seu objeto, a satisfação no próprio corpo e não na projeção para outras pessoas. De acordo com o autor, a “libido funcionaria alimentando o circuito fechado da auto-sensualidade”. Porém, em 1914, Freud retoma o autoerotismo no debate sobre narcisismo:

Freud vai redefinir o autoerotismo referindo-o não mais somente à pulsão e seu objeto. mas ao eu como instância unificadora: ‘É necessário admitir que não existe desde o início, no indivíduo, uma unidade comparável

ao eu: o eu tem de sofrer um desenvolvimento. Mas as pulsões autoeróticas existem desde a origem; alguma coisa. Uma nova ação psíquica deve então vir se acrescentar ao autoerotismo para dar força ao narcisismo.’ Essa ideia de transposição para chegar ao narcisismo é igualmente fundamental para a teoria lacaniana, pois esse passo a mais constitui precisamente o da relação com o Outro e com seu desejo (Kaufmann, 1996, p. 59).

Nesse horizonte, Bleuler utiliza o conceito para representar casos mais graves do espectro esquizofrênico em que há significativa ruptura com a realidade exterior, promovendo o chamado embotamento psíquico. No entanto, em Bleuler, a interpretação é não sexualizada, por isso, a ausência do erotismo, resultando na contração da palavra para uma nova, autismo. Mas, Bleuler encontra-se na virada do século XIX para o XX, sistematizando taxonomia e descrição de doenças. Assim, o sufixo *-ismo* assume socialmente uma interpretação Moderna também de doença. Ao pé da letra, parece possível afirmar que autismo seria a doença do fechamento em si mesmo, ou a doença do bastar-se a si próprio (se lançarmos mão de ambos os sentidos permitidos pela etimologia). Veremos a seguir que ambas as opções são insatisfatórias.

Voltando ao fio da historicidade, Bleuler publica o termo autismo, Jung se apropria de autoerotismo sob a forma de introversão, conforme Roudinesco e Plon (1998), Kanner e Asperger entram em contato com o conceito e os fatos se desenrolam conforme relatado na Introdução. À parte de explicações etiológicas e nosológicas fora do escopo da CI, focalizou-se a construção terminológica do autismo e o impacto social do uso predominante do sentido de “em si mesmo”. Os vestígios são presentes em diferentes fontes de informação.

Em dicionários de línguas, no *Michaelis online* (2022, sem paginação), “psicopatologia caracterizada pelo recolhimento e absorção do indivíduo em seu universo privilegiado de pensamentos, sentimentos e devaneios subjetivos [...] alheamento do mundo exterior”. O *Priberam online* (2022, sem paginação), “estado mental caracterizado pela tendência a alhear-se do mundo exterior e ensimesmar-se”. O dicionário Sacconi (1996) definiu autismo como introversão mental caracterizada pelo afastamento da realidade. Em duas edições do reconhecido Aurélio, mesmo com a distância de uma década, o significado disponível é o de fenômeno patológico caracterizado por um mundo autônomo (Ferreira, 2001, 2010). Não há os verbetes autismo ou autista no minidicionário escolar da Ciranda Cultural publicado em 2017 e nos dicionários *Larousse* (2005) e *Michaelis* (2008) de línguas espanhola, inglesa e italiana. Destaca-se que o dicionário especializado em língua italiana contém o verbebo autista, porém significa motorista. Na enciclopédia virtual e colaborativa, a Wikipédia, autismo é definido com base no DSM: “transtorno neurológico caracterizado por comprometimento da interação social, comunicação verbal e não verbal e comportamento restrito e repetitivo” (Transtornos do Espectro Autista, 2023, sem paginação). O *Novíssimo Dicionário Ilustrado Urupês*, edição de 1976, define autismo como patologia peculiar a alguns psicopatas que perdem o contato com o mundo exterior e se fecham em si mesmos, permanecendo introspectivos (Mata Machado, 1976).

Em dicionários e guias especializados, como o dicionário de Psicologia de Mesquita e Duarte (1996), autismo é descrito como isolamento em si mesmo, com recusa de contato com a realidade exterior. No *Livro da Saúde: Enciclopédia Familiar* (Miller, 1976), fuga ao mundo real com embotamento em si mesmo, caracterizado como sintoma da esquizofrenia, ausência de comunicação com outrem, aparente insensibilidade à dor, e, quando adulto, regresso ao comportamento infantil. O *Dicionário*

Médico editado por Manuila, Manuila, Lewajle e Nicoulin (2004) indica os termos autismo e autismo infantil. Autismo seria perda do contato com o mundo exterior, uma forma de pensar desligada da realidade, uma manifestação da esquizofrenia. Já o autismo infantil é descrito como uma anomalia congênita do desenvolvimento, caracterizada pelo atraso da aquisição da linguagem, geralmente ecológica, pela imaturidade gramatical e a incapacidade empregar termos abstratos. O grau de inteligência é variável: atraso profundo, normal ou acima do normal (Manuila, Manuila, Lewajle e Nicoulin, 2004).

A cristalização semântica é notada também na metarrepresentação do autismo nos registros de imprensa, análise apresentada em Valle e Saldanha (2022), cujos extratos mesclam-se a seguir. Em 1927, nos Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, os especialistas afirmaram:

[...] deixando de lado os anormaes [sic] pedagógicos, assim chamados porque têm apenas insuficiencia [sic] de instruccção [sic] por motivos vários e os falsos atrasados [sic] [...] temos nos verdadeiros atrasados [sic] os seguintes grupos: os sub-normaes [sic], os débeis, os instáveis, os hystericos [sic], os epilépticos, os asthenios e os imaginativos. [...] Kretschmer dividiu a humanidade em dois grandes typos [sic]: ‘cycloides e schyzoides’ [sic] [...] Os schyzoides são refratários a adaptação e procuram fugir do dynamismo vital. Dahí decore que a existência deles é feita, por assim dizer, ao lado da vida; afastam-se o mais possível do ‘struggle for life’ e para encherem suas horas engolfam-se nos seus scismares, isto é, se interiorizam, constituindo este facto o que se denomina autismo (Sociedade Brasileira de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal, 1927)

Em 1928, a revista humorística *Careta* publicou uma crítica às decisões de oferta de bebida alcoólica em aeronaves como subterfúgio à lei seca vigente nos Estados Unidos: aos adversários da regra, situa o autismo, “um exaggero [sic] de certos fenômenos physiologicos [sic]”, visto haver “uma ideia autística normal que não presta atenção alguma à realidade das coisas” (Porto, 1928, p. 3). Em 1947, em matéria sobre o poeta Augusto dos Anjos (1884-1914), o *Diário de Notícias* o descreve como “um homem que lutava contra um estado psíquico de esquizoidia, encontrando no vocabulário de enfermaria e necrotério a racionalização compensadora da neurose”, fruto da tuberculose, da miséria financeira e temperamento introspectivo, que o “conduziram ao mais estranho autismo (classificação de Bleuler), ou seja, a refugiar-se na contemplação de moneras, átomos e desintegração de matéria” (Cruz, 1947, p. 1).

Em 1959, o *Diário de Notícias* (RS) destaca a chamada “Foi comprovada a existência de filhos (humanos) de lobos?” e, no corpo do texto, explica que o pesquisador Bruno Bettelheim, da Universidade de Chicago, “aventou a hipótese de que as histórias dos chamados filhos da loba sejam apenas descrições exageradas de crianças mentalmente enfermas que se tornaram excessivamente ensimesmadas (autismo)” (Whitney, 1959, sem paginação).

Pouco anos depois, em 1964, o *Correio do Paraná* promove uma análise sobre um suposto mal oculto da personalidade de Machado de Assis (1839-1908), a epilepsia, e lista doze fatos certificadores da hipótese amparada em Peregrino Junior sobre o escritor brasileiro. A última observação equivale autismo a “pensamento cindido” (Ataide, 1964). No ano seguinte, o *Diário de Notícias* novamente aborda o tema do autismo, dessa vez, com o enfoque da saúde. Intitulada “Autismo: cruel doença que encerra a criança numa tôrre [sic] de marfim”, a matéria define o transtorno como uma forma de doença mental infantil que afeta a capacidade de interpretação do que se ouve ou enxerga,

resultando em comportamento estranho e indiferente; com ausência de demonstração de afetos. Ainda segundo a reportagem, o tratamento é lento e objetiva “acordar a criança para o mundo físico que a cerca” (Autismo..., 1965).

Uma publicação dominical na coluna “Diário feminino”, do Diário de Pernambuco, em 1978, sintetiza o preconceito contra pessoas com deficiência no Brasil: “Criança anormal, melhor em casa!”. Na notinha, a colunista Zenaide Barbosa reproduz trechos de uma entrevista com o pesquisador e professor Andreas Rett, que nomeia a Síndrome de Rett, por décadas associada ao autismo. O início da nota registra uma fala de Rett: “Pessoalmente sou contra a eutanásia. Quando, porém, todas as terapias tentadas pelos médicos, nas clínicas especializadas, se demonstram totalmente ineficazes, melhor seria ter a coragem...”. Na sequência, o comentário da colunista:

[...] Há 25 anos, Andreas Rett dedica-se à tentativa, muitas vezes inútil, de recuperar estas crianças infelizes, sempre demonstrando um grande senso de realidade. Ele não acredita, por exemplo, em acupuntura e outros tratamentos alterantivos, mas acha que a família muito pode fazer pelos pequenos doentes. Segundo o professor Rett, de fato, determinados fenômenos patológicos (como, por exemplo, o ‘autismo’ – que é esse gesticular absurdo, quase ritual, da maioria das crianças anormais) – podem ser atenuados com a integração do pequeno doente em seu próprio âmbito familiar (Barbosa, 1978, p. 2).

Anos mais tarde, em 1985, o Diário de Pernambuco publicou “O *stress*, um mal da vida moderna, ameaça a juventude brasileira”, preocupação semelhante à da geração atual com o uso metaforológico de “autismo de telas” ou “autismo virtual”

(Debetto; Saldanha, 2023), onde evidencia a importância da psiquiatria e seu espaço cada vez maior na vida dos brasileiros para tratar de doenças como esquizofrenia, cujo estresse diário poderia ser motivo de eclosão. No texto, autismo é destacado como um dos sintomas, o “fechamento em si mesmo” (D’Oliveira, 1985).

No ano seguinte, a seção de cinema do prestigiado *Jornal do Brasil* (RJ) abriu a programação daquela semana com a manchete “Um tremendo baixo astral” e um dos filmes, adjetivado pejorativamente de “dramalhão” era “Meu filho, meu mundo”, a história de uma criança autista (Fortes, 1986, p. 4).

Em 1988, um anúncio publicitário no *Correio de Notícias* (PR) chama atenção dos leitores: “toda mulher grávida desenvolve experiências e fantasias quanto ao bebê que está esperando. [...] Mas, no fim das contas, dizem as mães, nada disso importa tanto desde que o bebê seja saudável e **normal**” (Psicoses..., 1988, p. 18, grifo da publicação). Em 1989, ano em que *Rain Man* conquistou a estatueta de melhor filme do Oscar, o *Correio Braziliense* publicou a manchete “Autismo de Rain Man é do tipo idiota sábio” (Autismo..., 1989, p. 1). No mesmo ano, o *Diário de Pernambuco* publicou a manchete “Autistas, os prisioneiros do silêncio” (Costa, 1989, p. 9).

Na década de 1990, um desvio: a representação do autismo na linguagem das fontes gerais emerge como mecanismo da desinformação. No tradicional *Jornal do Brasil*, um artigo de opinião intitulado “O papa, um show em *Nova York*”, asseverou:

[...] os aplausos ao vibrante e comprometedor discurso de João Paulo II, pronunciando ao coração do consumismo mundial, revelam o autismo da informação (ou desinformação) que circula em certos ambientes da mídia (Di Franco, 1995, p. 9).

Não se tratou de um caso isolado. Mais dez anos à frente, o Jornal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ressaltou “A hora da ética: repórteres carentes de informação e de documentação apropriadas acabam instrumentalizados pela fonte”, em que avalia escândalos de fraude do *New York Times*, a responsabilidade da apuração e a presença de novos artefatos tecnológicos para o fazer jornalístico. Nas palavras do repórter: “Entramos na era do jornalismo sem jornalistas, nos tempos da reportagem sem repórteres. Ficamos, todos (ou quase todos) fechados no nosso autismo, emparedados no ambiente rarefeito das redações” (Di Franco, 2005, p. 6). O Correio do Norte utilizou a expressão “autismo político” como causa da crise governamental brasileira, imersa na corrupção, e entrave para desenvolvimento econômico do país (Birkner, 2005).

A partir dos anos 2000, observa-se maior espaço de mídia dedicado às pesquisas científicas em genética e à realidade familiar, recortes de classe, além dos movimentos sociais. Entretanto, dois extremos, embora opostos, colaboram para o mesmo fim: engodos sobre o TEA e efeitos ambivalentes em autistas e sua rede de apoio. Em 2016, o Correio do Norte publicou uma seção intitulada “Vidas Especiais”, com a manchete “Se cada um de nós tivesse seu lado autista, viveríamos em um mundo melhor” (Noernberg, 2016, p. 16). Embora aparentemente inofensivo, e até mesmo positivo, a escolha terminológica resguarda a ideia de um autismo como simples característica pessoal, um predicado moral, um tipo de comportamento, e não uma condição de saúde, de vida, de origem neurobiológica, classificada como deficiência pelos efeitos diretos no cotidiano e na qualidade de vida das pessoas. Ademais, sobre a escolha do termo “especial”, é oportuno inserir a perspectiva de uma pessoa autista no debate: “que especial é esse que nenhum pai ou mãe quer ser?” (Souza, 2023, sem paginação).

Na literatura científica e filosófica, outros vestígios de uma metaforologia sobre o TEA. Sfez (2007) elaborou o neologismo

“tautismo”, contração entre tautologia e autismo, para abordar os efeitos mentais, da relação midiática e da chamada morte informacional resultante do excesso de informação circulante no ciberespaço, denominada pelo cientista tunisiano como comunicação confusional. A metáfora da comunicação confusional é a figura de Frankenstein e o tautismo, o seu conceito. De acordo com Debetto e Saldanha (2023),

A figura do monstro conhecido a partir do clássico de Mary Shelly é recuperada para demonstrar a vitória da criatura, um simulacro ou simples duplo, que, aplicado aos eventos comunicacionais, assujeitou seu criador humano e o reduziu ao desempenho mecânico, tecnocrático. Perdeu-se a subjetividade. Vive-se como máquinas. Na metáfora do autor, significa a deturpação da essência humana e o entendimento entre os humanos em busca da verdade, visto se constituírem através da (não)comunicação (Debetto; Saldanha, 2023, p. 7).

Na construção de sua crítica aos fenômenos da comunicação social, Sfez (2007) parece se respaldar na garantia literária de sua época, assumindo a pessoa autista como uma autômata, no seio da incomunicabilidade; um corpo apático e autocentrado. Cassin, a filósofa integrante do referencial teórico de defesa desta hipótese, também registra um resquício, talvez pela influência da Psicanálise, no que denomina “paranoia autística”, um processo patológico que retira o sujeito da instituição da linguagem, do discurso e da vida pública.

Para produzir um efeito, a vontade má de dizer o falso e de enganar, o egoísmo do diabo ou do sofista são sempre tomados na universalidade do sentido. Mas há quem seja

mais diabólico que o diabo. É aquele que se recusa a sustentar seu discurso e simula querer dizer algo. [...] Resta apenas a exclusão, que joga no silêncio toda uma fração do dizer, e faz com que os que falam sem significar não falem absolutamente. Na linguagem de Apel, o 'ser humano não pode libertar-se desta instituição' que é o jogo de linguagem transcendental, 'meta-instituição de todas as instituições possíveis', 'pagando com a perda da identidade de si como agente sensato, no suicídio, por desespero existencial, ou na perda do eu que provoca o processo patológico de uma paranoia autística' (Cassin, 1999, p. 36).

A única existência legítima é a do consenso do sentido, manifestado por sua comunicabilidade. Em Aristóteles, inexistente o contrário do sentido, visto ser único. Se um ente é contra o sentido, não é alguém, não é homem, atualizado na noção habermasiana da dimensão ética do discurso: "a partir do momento em quem se vive se está submetido ao sentido [...] de tal modo que o reverso dessa exigência deve ser finalmente mais que um banimento, uma liquidação" (Cassin, 1999, p. 39). Sob esse prisma, a pessoa autista não seria um ser ontológico, nem social, posto não partilhar da ética habermasiana do cotidiano. No escopo da BCI, outra apropriação terminológica: Tammaro e Salarelli (2008) escreveram um capítulo intitulado "Porque uma biblioteca digital sem a Rede é uma biblioteca autista" para salientar a importância da comunicação entre unidades de informação.

Flusser (2017) caracteriza a comunicação como um processo artificial que esconde a realidade de um animal solitário, travestido de político. Em sua concepção, a natureza humana não é a sociabilidade, mas a inadequação à solidão, e denomina "idiota" quem não aprende ou domina os instrumentos da comunicação. Idiota, "um ser homem imperfeito, que falta arte"

(Flusser, 2017, p. 86). Aqui, novamente, etimologia. Do grego *idhios/idiotés*, idiota significa privado, ignorante, cidadão simples, a maioria do povo, parvo, iletrado (Nascentes, 1955). A noção de privado contrapõe-se a de público no sentido de indivíduo ausente das ações da *pólis*, na constituição da própria noção de *pólis*. Segundo Agamben (2017), para ser considerada uma cidade politicamente autorizada, é necessário ser uma comunidade autárquica. Autarquia, em Aristóteles, indica o sentido da quantidade (um limite quantitativo para se denominar população) e a sua qualificação política baseada no “viver bem”. Assim, há um “operador biopolítico” (Agamben, 2017) de mediação e validação de quais comunidades podem ser efetivamente consideradas autárquicas, não somente pelo tamanho do conjunto, mas por quem está capacitado à felicidade do viver bem - não os escravizados ou pessoas com deficiência.

Ao iniciar a hipótese com a afirmação de que o princípio de não-contradição aristotélico fortaleceu o prefixo *autós* em direção da exclusão ontoepistemológica, não se objetivou à relação causal direta entre a filosofia do estagirita com o domínio autista como se Aristóteles tivesse dissertado sobre o TEA, mas duas linhas argumentativas sobrepostas sobre a linguagem com efeito, este, sim, direto, no domínio estudado. Para utilizar os termos de Deleuze, duas linhas força que incidem em uma linha de subjetivação. A primeira linha é a construção histórica sobre a terminologia do autismo apresentada anteriormente, cujos significados serão ratificados nos SOC examinados na etapa empírica. Os instrumentos conduziram à cristalização de um significado predominante: um ser fechado em si, descolado do mundo exterior, incapaz de compreensão recíproca e comunicação. Se comunicação e linguagem são os elementos centrais de caracterização do TEA e qualificadores da pessoa autista, adentra-se, conforme justificamos, no território da definição do que vem a ser a própria linguagem. E Aristóteles? É linha segunda.

Resumindo a digressão filosófica descrita, para o filósofo, o ser existe na alteridade linguística e semântica compartilhada pelo *logos*, o lugar de relação e princípio ordenador dos seres que existem. A ausência da alteridade via reconhecimento de uma identidade centrada na palavra e em sua significação universal implica em não ser homem, debatido há poucas linhas no contexto da ontologia informe. Para Aristóteles, seria ridículo buscar argumentação contra quem não sustenta argumento algum, porque alguém desse tipo se assemelha a uma planta, ao que Cassin (1999, p. 28) conclui: “se não que o mundo é estruturado como linguagem, ao menos que o ente se faz como sentido”. Não basta falar, o homem deve querer dizer algo (*legein ti, semainein ti*) porque é isso que o caracteriza como humano – é um princípio de racionalidade que funda a não-contradição: “É esse algo, na medida em que, uma vez dito, se encontra ‘determinado’ ou ‘definido’ (*horismenon*), que constitui a entidade, a identidade enquanto tal não contraditória” (Cassin, 2005, p. 95). Desse modo, o silêncio ou o excesso de fala seriam o declínio do acordo discursivo. Daí derivam, na visão cassiniana, a noção de “falar de maneira inteligível” e “fazer barbarismos”, pois bárbaro era todo ser não-grego e todos os que não dominavam a língua grega, a única língua admissível. Consequentemente, mulheres, pessoas escravizadas, crianças e estrangeiros são seres esvaziados de *logos*, de capacidade intelectual. Conforme frisa Menezes (2017), a linguagem é o mecanismo que expressa a realidade na medida em que legitima o “*citadino* da cidade”, movimenta os lugares de discurso da *pólis*, e ao se “reduzir as possibilidades inclusivas do *logos* no *logeion* (lugar de discurso)”, se “cria os *aneu lógon*, os sem discurso” (Menezes, 2017, p. 53), ou, *informis*, excluídos da comunidade autárquica destinada à felicidade do homem que fala, um pleonasma. Destarte, a acepção enraizada sobre corpos de pessoas autistas conduz a um duplo gesto de exclusão, ontológico e epistêmico, na medida em que, não sendo seres, não produzem saberes, não possuem necessidade ou intencionalidade

informacional. Não são sujeitos nem para a filosofia ocidental, nem para a CI ocidental.

Na filosofia da informação de Rendón Rojas (2018), produzir saberes é uma das premissas do sujeito informacional. Sendo um ente cultural, o ser humano não vive fora da informação, indicando uma estrutura ontológica centrada na linguagem. Ao revisitar a história da filosofia, o autor determina o sujeito informacional como fundamento ontológico da CI, uma vez que é o único ser que constrói a si mesmo, é consciente de si próprio e outorga sentido a outrem. Em outros termos, o ser humano produz informação mediante linguagem e, justamente porque o faz, é caracterizado como sujeito informacional. Sendo consciente de si mesmo e fundado na linguagem, o homem se torna objeto (e projeto) de si próprio; “a obra do homem é o ser-em-obra da alma segundo o *logos*” (Aristóteles *apud* Agamben, 2017, p. 23). Em síntese, o homem-que-somos, fruto do projeto pensado (Deligny, 2018). Ei-lo.

Em revisão de literatura sobre o conceito de sujeito informacional, Carmo e Araújo (2019) demonstram a insuficiência da subárea de estudos de usuários em consolidar uma noção de usuário, o emergente sujeito, que abarque as contradições das estruturas socioculturais e, conseqüentemente, os diferentes arranjos de produção informacional. Primeira observação: usuário se contrapõe a sujeito. É atribuído a Rendón Rojas e García Cervantes a elaboração do conceito sujeito informacional, constituinte em um

espaço socioinformacional concreto, perante a reflexão, análise e atuação da estrutura social sob uma crítica profunda, sendo ele um agente de informação de conjuntura social [...] a partir do sentimento de comunidade e do reconhecimento do outro (Rendón-Rojas; García Cervantes, 2012, p. 42).

O sujeito informacional é um sujeito com necessidade de informação, mas apenas torna-se sujeito informacional ao socializá-la, mediando o real e sendo mediado por ele, linguisticamente pela informação. E o conceito de usuário?¹⁶

A subárea de Estudos de usuários foi consolidada ao longo do século XX aplicada a sistemas, automatizados ou não, de SOC, sustentada pelas abordagens cognitiva e social presentes na Escola de Chicago desde a década de 1930. Para uma visão panorâmica do século em que o conceito de usuário foi elaborado, bem como o percurso de sua aplicação, Rabello (2013) realizou uma revisão sistemática de literatura (RSL) no *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), base internacional referência de RSL em BCI. Os resultados obtidos demonstram três fases: a) ênfase no sistema de informação, a partir de uma concepção mais estática; b) enfoque na relação dinâmica entre o usuário e o sistema de informação; c) dimensão contextual e interativa entre usuário, sistema e informação.

De acordo com a pesquisa de Rabello (2013), na década de 1960, privilegiavam-se os conceitos de necessidade, uso e comportamento aplicados ao contexto de uso informacional em comunidades científicas e colégios invisíveis, integrando o usuário cientista e tecnólogo aos sistemas de informação. No período, os pesquisadores realizavam, preferencialmente, estudos quantitativos. Autorias como Saul Herner e Mary Herner destacaram a escassez de técnicas que abarcassem a variedade de tipos de pessoas usuárias e propuseram um modelo de processo de comunicação da informação. O autor explica que o modelo proposto continha duas classes de estudos de usuários: estudo

¹⁶ Parte do conteúdo descrito no livro foi apresentado, em formato de trabalho completo, no XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), em Sergipe, no mês de novembro de 2023. O texto intitulado “Quem é a pessoa usuária do conhecimento registrado na Ciência da Informação? Notas da neurodiversidade” está disponível em Valle; Saldanha (2023).

básico, com ênfase na forma de criar o conhecimento quanto à fonte de informação, isto é, atribuição de valor a um dado, e estudo aplicado, referente às operações de pesquisa, à tomada de decisão sobre os dados e transmissão das informações.

Na mesma década, uma outra crítica sobre o conceito de “usuário” partia de William Paisley, que tentou um modelo que pudesse ser aplicado a qualquer nova teoria. Conjuntamente com o sistema de informação, era preciso inserir o sistema social, político, econômico e subjetivo do cientista.

O sistema, nesse contexto, foi pensado a partir de variáveis (sistemas e subsistemas) que apresentavam valor categórico e envolvem o trabalho do cientista, estando esse indivíduo: a) dentro de uma cultura, b) dentro de um sistema político, c) dentro de um grupo de sócios (sociedade particular), d) dentro de um grupo de referência (especializado), e) dentro de uma escola invisível, f) dentro de uma organização formal, g) dentro de um grupo de trabalho/pesquisa, h) dentro de um sistema legal/econômico, i) dentro de um sistema formal de informação (bibliotecas, centros de informação etc), e, por fim, j) dentro de sua própria cabeça (estrutura cognitiva) (Rabello, 2013, p. 157).

O tópico “dentro da sua própria cabeça” já preconizava as diferenças individuais que incidiriam na relação usuário-informação, problematizando a ideia de um público genérico de usuário do conhecimento registrado (contexto teórico esse que, no plano dos estudos da diversidade, poderia abrir o caminho para o debate da neurodiversidade). O modelo desenvolveu-se, porém, com foco nos estudos comportamentais, especialmente influenciado pela corrente behaviorista.

Na década de 1970, necessidade de informação foi interpretada pela perspectiva da interface e emergiram pesquisas orientadas ao *design* das telas e sistemas e iniciou-se a integração de características e particularidades de usuários advindos das ciências humanas e sociais. Aqui, as noções de difusão da informação, inovação e busca da informação foram privilegiadas. Tratava-se não só da troca entre cientistas e tecnólogos experientes, mas usuários inexperientes e não-cientistas (Rabello, 2013). As pessoas usuárias eram segmentadas não pela estrutura cognitiva, mas pelo tipo de conhecimento estruturado e campos do saber. Emergiu a necessidade de categorizar o público-geral para personalização do sistema – controle e representação do conteúdo e o *design* de interação.

No contexto dos anos de 1980, Rabello (2013) apresenta a revisão de literatura realizada por Brenda Dervin e Michael Nilan: uma avaliação de 300 artigos publicados entre 1978 e 1986, tornando-se uma referência no assunto. A pesquisa frisa uma mudança de paradigma: no modelo antigo, vigente até a década de 1970, predominavam estudos de natureza quantitativa, com centralidade no sistema e nos dados, na satisfação de uso do sistema, em que o conteúdo informacional e o documento eram “instâncias autolegitimadoras diante da sua função no sistema” (Rabello, 2013, p. 164). No modelo novo, ou paradigma alternativo, o principal não era o sistema ou o profissional, mas o usuário concebido holisticamente, com foco na dimensão cognitiva.

Nas décadas seguintes, de 1980 e 1990, vigoraram pesquisas interdisciplinares e associadas à Psicologia Cognitiva, Matemática, Filosofia, Ciência da Computação e Linguística. Vale lembrar que, nesse mesmo período, foi publicada a trilogia de Bertram C. Brookes, apoiada na ideia de conhecimento objetivo do epistemólogo Karl Popper, já mencionada. Todavia, apesar das iniciativas de individualização e/ou particularização, nenhuma pesquisa levantada por Rabello (2013) explicitou as diferenças

dentro das diferenças, isto é, partiram da diversidade cognitiva, porém ainda normatizada. A população com deficiência e outras condições neurodivergentes permaneciam invisíveis na literatura do período, indexada no ARIST.

A partir dos anos 2000, com os computadores pessoais e as plataformas interativas, as investigações foram reorientadas para o contexto da apropriação da informação não apenas pelo cientista, especialista ou profissional da informação, mas qualquer pessoa que produz, dissemina e se apropria do conhecimento: “abrir-se-ia margem, então, para a concepção de um sujeito agente apreendido em relação social e em contexto, ou seja, um ator cognitivo-social” (Rabello, 2013, p. 179).

A tendência com enfoque em acessibilidade é atestada nos anais do Enancib. A título de exemplificação, realizei uma pesquisa na Base de dados do Enancib (Benancib) por meio das palavras-chave “pessoa com deficiência”, “autismo”, “autista”, “transtorno do espectro autista”, “neurodiversidade” e “neurodivergência”, *locus* epistêmico de onde parte o debate. Recuperei 14 ocorrências válidas¹⁷, conforme quadro a seguir.

Quadro 5 – Resultado do levantamento de trabalhos completos publicados nos Anais do Enancib com ênfase em Pessoa com Deficiência e Autismo

Título	Ano	Grupo de Trabalho – GT
Mediação da informação em redes sociais por pessoa com deficiência	2007	3 - Mediação, Circulação e Apropriação da informação
Informação especial no museu - acessibilidade: a inclusão social da pessoa com deficiência visual	2011	9 - Museu, Patrimônio e Informação

¹⁷ Dado presente no texto original da tese, porém atualizado em 2024.

Título	Ano	Grupo de Trabalho – GT
Arquitetura da informação, acessibilidade e usabilidade: princípios básicos para análise do website da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (FUNAD)	2013	8 – Informação e Tecnologia
Interação e democratização da informação para pessoas com deficiência no estado da Paraíba	2013	8 – Informação e Tecnologia
Acessibilidade a informação: análise do <i>website</i> da fundação apoio à pessoa com deficiência	2014	8 – Informação e Tecnologia
O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência	2016	10 – Informação e Memória
Indexação imagética aplicada ao modelo FRASAD: uma metodologia conceitual	2016	2 – Organização e Representação do Conhecimento
Atendimento a pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias	2017	6 – Informação, Educação e Trabalho
Informação audiodescritiva e tecnologia audiovisual: um olhar da ciência da informação	2017	5 – Política e Economia da Informação
(Des)Informação em saúde: o autismo no espelho da classificação	2019	11 – Informação & Saúde
“Estado de mediação”, autismo e a circulação da informação no Censo	2020	5 – Política e Economia da Informação
Grupos de familiares de autistas na reivindicação de direitos: uma revisão sistemática da literatura	2022	3 – Mediação, Circulação e Apropriação da informação

Título	Ano	Grupo de Trabalho – GT
Política de inclusão social na pós-graduação em Ciência da Informação	2023	6 – Informação, Educação e Trabalho
Quem é a pessoa usuária do conhecimento registrado na Ciência da Informação? Notas da neurodiversidade	2023	12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

Fonte: elaborado pela autora.

Dos estudos analisados, nove enfatizam o tema da acessibilidade e apenas quatro mencionam o TEA, sendo três delas vinculadas ao Ibict, revelando a marginalidade do domínio em qualquer subárea da CI.

Em 2021, em parceria com Almeida Júnior, Rabello (2021) retoma o debate sobre estudos de usuários e indaga se o conceito de usuário carrega posicionamentos epistêmicos referentes às classes sociais. Com base em Jessé de Souza e Victor Flusser, os autores abordam o conceito de não-público, ou seja, o afastamento de comunidades e domínios aos objetos públicos da cultura. A negação do acesso impede à participação à opinião pública, posicionamento dialógico a esta tese fundamentada na ontologia informe, o pressuposto teórico dos renegados ao discurso. Nesse horizonte, para atingir ao seu ideal de acesso universal, a biblioteca só será verdadeiramente pública ao dar a palavra ao não-público por meio de mudanças estruturais profundas (Rabello; Almeida Junior, 2021). O não-público informacional ou não-usuário, nos termos dos autores, se caracteriza pelos sujeitos que não fazem uso da biblioteca por não possuírem requisitos mínimos para a realização da ação cultural. Não são usuários reais, mas potenciais. Como exemplo, estão os analfabetos, que não dominam a língua escrita e, portanto, são impedidos de usufruírem de uma unidade de informação onde se predomina texto escrito. As barreiras são diversas, seja da perspectiva da

infraestrutura, das políticas de governança, culturais ou atitudinais. Segundo os autores, há um terceiro tipo, o ausente da literatura, que “não está presente nas pesquisas sobre o tema, ou seja, em não sendo mencionado, esse segmento não existe, e, em não existindo, não deve ser motivo de preocupação” (Rabello; Almeida Junior, 2021, p. 13). Este terceiro tipo de não-público é o objeto de que tratamos nesta pesquisa: os que enfrentam as barreiras também representacionais, refletidas nas ambivalências da invisibilidade social, que carrega consigo uma visibilidade rejeitada.

Perante o exposto e as cristalizações semânticas em fontes gerais sobre o TEA, pergunta-se: informação de quem para quem? Não de, nem para, pessoas autistas. Ao não produzirem informação segundo a lógica do sujeito informacional, e manifestarem “simples barbarismos”, conforme travessia etimológica e filosófica, o TEA é excluído da linguagem e, conseqüentemente, das categorias de usuário e de sujeito informacional. Se distintas áreas cerebrais, como memória, cognição, processamento sensorial e comunicação, se apresentam de modo diferente nas pessoas, a tese da pesquisa aponta para a necessidade de se repensar a fundamentação teórico-metodológica da CI, bem como categorias de mediação, como a interação humano-informação e humano-máquina, na perspectiva das diferenças neurológicas dos sujeitos e necessidades informacionais específicas de um dado grupo social. Entrecruzado ao devir-mulher, está o devir-autista, um devir informe, disforme no conhecimento registrado. A noção de devir-autista nasce da realidade concreta e complexa de pessoas autistas, cuidadores e familiares, consoante à multiplicidade de perceber e vivenciar os fenômenos de ser-no-mundo, colocado em um *topos* em meio a uma rede, posto a rede ser o meio de ser do animal social.

Existem vinte mil espécies de aranha, e cada uma delas tem sua maneira de tecer, da qual a forma da teia depende. Ao que parece, a espécie humana é uma; a rede, portanto, tem sempre a mesma forma. [...] O que ocorre, e não raro arrebenta as redes, é a sobrecarga do projeto, por sua vez tão coercitivo que se faz tomar por razão de ser da rede; e o impostor não para na proposição de uma outra sociedade; se a conjuntura da história se presta a isso, a rede assume proporções fantásticas; ei-la sociedade; a partir daí, redes são secretadas, e a rede se torna poder organizado (Deligny, 2018, p. 25).

O projeto pensado em Deligny (2018) se impõe linguisticamente e, por isso, politicamente, aproximando-se do efeito-mundo cassiniano (o ser como efeito do dizer), pois “traçar é inato [...], mas o fio das palavras não sai das fiandeiras situadas na entrada do punho, foi preciso que aprendêssemos a escrever” (Deligny, 2018, p. 34). A partir de qual forma? Da língua materna, que não é vernacular, e, em última instância, é a da santa mãe Igreja (Deligny, 2018).

O projeto que faz o humano que somos opera na e para a gramatização do real por meio da universalização de um ou poucos jogos de linguagem, a saber, formas de vida. Wittgenstein (Wittgenstein, 2008; Glock, 1998) define jogos de linguagem como “formas de linguagem com que a criança começa a fazer uso das palavras”, um “uso das formas primitivas”. Para o filósofo de Viena, primitiva é uma forma de vida que entrelaça linguagem e visão de mundo, sob as regras socialmente situadas e potencialmente transformadas da gramática. Os jogos de linguagens são modos de usar a linguagem, “cujos significados estão em uma profundidade inatingível, posto que a vivência desses estratos é dinâmica, instável, aberta” (Saldanha, 2012, p. 48). Ao considerar a pessoa autista dentro e para a linguagem,

ainda que classificada sem intenção comunicativa, pela via wittgensteiniana se assume tanto a produção discursiva sobre o domínio como frutos de formas de vida pragmaticamente estabilizadas, quanto a possibilidade de uma linguagem primitiva, não privada, socialmente compartilhada pela comunidade autista, em jogos de linguagem (neuro)diversos. Significa dizer que, a despeito da estranheza e das lacunas pragmáticas entre autistas e não-autistas que indubitavelmente afetam a vida cotidiana e trazem limitações significativas que caracterizam o TEA como uma deficiência, autistas não estão fora da linguagem ontologicamente ou do mundo extrapsíquicamente. Seus jogos de linguagem são desenhados por elementos desse mesmo mundo, com os símbolos e os signos partilhados, porém desenvolvidos de outros modos que podem ou não se tornar conhecidos a partir do desenvolvimento da gramática comum.

‘Fofinhoso não existe no dicionário’, disse eu à minha filha, e ela começou a chorar. Como é que lhe podia explicar que uma das suas palavras afectivas e divertidas não existem? Foi assim que nasceu o nosso adicionário — onde constam as palavras que adicionamos ao dicionário ‘oficial’ —, o das pessoas não-autistas (Serra, 2021, sem paginação).

Introduzir a ideia de pessoa informacional neurodiversa é realizar o movimento do *iumforme* (Menezes, 2018), conduzir para o sentido aquilo que está fora, *informe*. Neste caso, inserir pessoas autistas como sujeitos, em especial, sujeitos informacionais, seres que existem no mundo concreto, com partilha social, política e cultural, igualmente plural. Trata-se de uma tese científica, vamos novamente aos conceitos.

Em contexto histórico amplo, o conceito de neurodiversidade integra os *disability studies* (Vidal; Ortega, 2019), cujo desenvolvimento ganha força a partir dos anos de

1970. De herança pós-estruturalista e da luta antimanicomial, a noção é atribuída à socióloga australiana Judy Singer para representar a diversidade das configurações cerebrais, especialmente o conjunto de pessoas diagnosticadas com transtornos neurobiológicos, como o TEA. Nessa direção, desde o final da década de 1990, neurodiversidade diz respeito, simultaneamente, a um conceito, a um movimento e a um modelo (Cardoso; Abreu, 2021) ou paradigma (Chapman, 2020), logo, fruto de um construto político complexo (entre a expressão e manifestação crítica anti-estruturalista dos sistemas de classificação em saúde existentes).

Enquanto conceito, refere-se a todas as pessoas na medida em que versa sobre a pluralidade dos tipos de cérebros. Portanto, a premissa ontológica é a da não-doença e, conseqüentemente, a dimensão epistemológica ultrapassa os limites das ciências da vida e recai no domínio social da condição biológica. Todavia, como destacam Vidal e Ortega (2019), a despeito de partilharem o olhar despatologizante, o *status* ontológico do movimento pela neurodiversidade assume sua condição neurológica de ser, em que o cérebro é o protagonista dos modos de vida e configura, de maneira ubíqua, a relação do indivíduo com o mundo. Assim, aproxima-se da luta por representação cidadã das pessoas com deficiência.

Como modelo, diz respeito à diferença dentro da diferença, isto é, às neurodivergências dentro da variedade comum da neurodiversidade. Ou, nos termos de Chapman (2020), um paradigma de mudança teórica e ideológica de reenquadramento de neurominorias à maioria neuronormativa. Já a neurodiversidade como movimento específico de desdobramento da emergência do conceito surge como um ativismo amplo nas últimas duas décadas, visando à normalização de todas as diferenças, e questiona se há um modelo cerebral desejável ou correto para a espécie humana (Cardoso; Abreu, 2021). Trata-se de uma interpretação conceitual parcialmente destoante da ideia

original, visto Singer ter se referido a um grupo específico dentro do TEA, a Síndrome de Asperger.

Chapman (2020) analisa que a neurodiversidade deseja contrapor o modelo médico da deficiência pela lente despatologizante individual e evidenciar a responsabilidade da esfera pública, mas não se adequa satisfatoriamente ao modelo social da deficiência, pois arrisca-se a negar a causa biológica e a negligenciar limitações e dificuldades vivenciadas pelas pessoas não obstante o suporte que recebam. Conforme relatado, a apropriação dos termos neurodiversidade e neurodivergência é heterogênea e, portanto, exige que cada autoria indique o uso específico em suas pesquisas e reflexões, o que impacta o território da OC.

Segundo Singer (2016), o termo neurodiversidade nasce como resultado de sua experiência acadêmica e pessoal de integrar uma família que lutava com “deficiências ocultas”, não reconhecidas ou ainda inexplicáveis pela sociedade, hoje denominada TEA. A autora atribui ao movimento feminista, às políticas identitárias, aos avanços da neurociência e à internet alguns dos fatores que propiciaram a visibilidade de transtornos como o autismo e a construção conceitual sobre a neurodiversidade. Segundo o sociólogo britânico Michael Oliver, citado por Singer, no contexto dos efeitos da ascensão capitalista sobre a vida das pessoas com deficiência, a demanda por produtividade e eficiência afetaram a vida doméstica cotidiana, resultando na exclusão da força de trabalho desses indivíduos, classificando-os como incapazes de contribuir com a comunidade.

Na sociedade industrial nascem também os lugares de confinamento, que as autorias denominam de “armazenagem” dessas pessoas, como forma de controle social. Na sociedade pós-industrial contemporânea, na visão de Oliver, a reintegração das pessoas excluídas seria facilitada por novos dispositivos tecnológicos, o que situaria essa população no lugar comum, compartilhado e contraditório da *pólis* informacional: os artefatos

sociotécnicos se apresentariam tanto como recursos mediadores para visibilidade, inclusão e transformação social, quanto se tornariam mecanismos de alienação (Singer, 2016). Questiona-se, assim, se as oportunidades de integração são oferecidas para exploração de uma mão-de-obra outrora desprezada ou são guiadas por uma conscientização de direitos humanos adquiridos. Outros modos de reificação ou de inclusão perversa (Sawaia, 2001).

Da perspectiva política, pessoas com deficiência e classificadas como neurodivergentes têm direitos e deveres perante o Estado e sua comunidade, dentre eles, o acesso à informação, iniciado na alfabetização. Consequentemente, enquadram-se na figura de pessoa leitora ou usuária do conhecimento registrado, conforme preconizam leis e manifestos consolidados. O caminho *iumforme* de mediação pretendida via metarrepresentação não deseja homogeneizar o domínio para “dentro de uma forma”, mas precisamente romper com os limites de um fora, desclassificar ao “um” e ao “outro”, um movimento recíproco de individuação constante à margem da identidade, porque na gênese da vida humana não existe a reprodução, mas um processo de produção (Solomon, 2013).

Ao suspender a ânsia por identidade na direção de compreender um espectro de formas de vida, vislumbra-se o fazer-com do ser simpoiético¹⁸ (Haraway, 2016). A racionalidade constitutiva de uma unidade dentro da universalidade propagou o termo autista fechado em si mesmo, isolado em uma ilha heterotópica (Foucault, 1986). Mas, nem a ilha, como metáfora, seria em essência uma ilha, já que as bordas tocam o mar, integrando, consequentemente, uma totalidade.

¹⁸ Haraway (2016) utiliza o conceito de simpoiese para contrapor a cultura individualista e especista do Antropoceno. Trata-se de uma outra perspectiva crítica à ideia de autopieise: simpoiese significa fazer-com, junto, ser a partir do ser-com, integrado aos outros seres, não apenas humanos.

Capítulo 7

VERBA VOLANT, SCRIPTA MANENT: PODER INFORMACIONAL E MEDIAÇÃO

Ele morrerá e eu morrerei.

Ele deixará a tabuleta, e eu deixarei versos.

A certa altura morrerá a tabuleta também, e os versos também.

Depois de certa altura morrerá a rua onde esteve a tabuleta,

E a língua em que foram escritos os versos.

Morrerá depois o planeta girante em que tudo isto se deu.

(Fernando Pessoa)

Em Ciência da Informação, o conhecimento é interpretado pelo seu aspecto representacional e a ordenação do conjunto dessas representações forma a memória documentária, “construções simbólicas do conhecimento” com a finalidade de sintetizar as características essenciais de um domínio, segundo infere Dodebei (2014, p. 19). As representações são modelos aproximados e, portanto, subjetivos e redutores, pois objetivam a

generalização. A característica principal de um modelo é ser estruturado e é a expressão formal ou esquemática de uma teoria, ainda que implicitamente (Dodebei, 2014). Modelos integram sistemas, “um conjunto de elementos em interação” orientado a funções com determinados fins. Sistemas e modelos são frutos de processos, “sequências de eventos, sob controle, para a obtenção de resultados específicos [...] Sistemas não existem no vácuo, interagem com seu meio ambiente” (Dodebei, 2014, p. 22). Neste estudo, compreende-se os SOC como aproximações limitadas, imbuídos de intencionalidade, parcialidade, com propósitos e bases filosóficas definidas, ainda que não enunciadas.

Trinta anos atrás, em 1993, González de Gómez (1993) afirmara o solo de nascimento dos estudos informacionais inseridos na chamada *Library and Information Science*: o paradigma cultural do ocidente, caracterizado pela função cognitiva, globalização e fragmentação reafirmadas em uma “infoesfera tecnológica” que anunciava todo e qualquer estoque de conhecimento. Especialmente influenciado pelas formas de vida dos EUA e da Inglaterra, alguns termos são chave na CI: representação, transferência, recuperação, disseminação e as condições de existência dessa infraestrutura se dão por meio de ações de escrita: análise, sínteses e traduções.

A autora resume três fases marcantes sobre a relação entre conhecimento e representação, fundantes do Ocidente: a primeira fase, chamada de momento ontológico, não se dá pelo representar. O conhecimento é metafísico, uma relação interior embasada no binômio ideia-forma, uma universalidade sem multiplicidade. A representação em Platão é via *nous*, o intelecto que intui, e, em Aristóteles, o caminho para o conhecimento dá-se pelo *logos*. Não mais uma forma, simplesmente, mas predicções que revelam algo e este algo é comunicado. Séculos depois, emerge o *intellectus res* e o protagonismo da consciência. Destaca González de Gómez (1993, p. 2019): “no horizonte da filosofia moderna, o todo que sustenta a relação predicativa é de natureza gnosiológica, da

ordem da consciência, e não da ordem do ser”. No momento gnosiológico, o solo do conhecimento é a consciência e o signo é seu instrumento de representação e, por isso, do conhecimento. O homem se torna a medida da representação ao estipular as condições do objeto a ser conhecido e as experiências possíveis desse conhecer. Trata-se de um sujeito em geral. O terceiro momento é denominado pela autora de “virada semiótica”, em que ocorre a substituição desse sujeito em direção à objetividade do conhecimento e sua dimensão estruturalista. Nesse percurso emergem as ciências da Documentação e da Ciência da Informação e, com elas, os pressupostos de um conhecimento objetivado e pronto para ser capturado, transferido. Nos termos de Otlet (2018, p. 33), “a documentação nada mais é do que o terceiro termo de uma tríade: realidade, conhecimento, documento”. A representação da informação está materializada em documentos. Sendo um processo social intersubjetivo, envolve múltiplos fatores: “cognitivos, instrumentais, estratégicos, estéticos e simbólicos (...) culturais e sócio-políticos que definem suas bases técnicas e seus suportes institucionais” (González de Gómez, 1993, p. 217).

O germen do debate sobre o que seria o conceito de regime de informação (centralmente em González de Gómez, Braman e Frohmann) previa a pressuposição necessária de uniformização linguística e lógicas orientadas à produção e ao uso da informação, respondentes ao paradigma expansionista da modernidade. Complementa a filósofa argentina:

[...] a demanda de equivalência formal dos indivíduos [...] é agora substituída pela demanda mercadológica de equivalência formal de todos os componentes dos mercados da informação: dos códigos, das mensagens, [...] os sistemas de conhecimento e as estruturas cognitivas de emissores e

receptores” (González de Gómez, 1993, p. 218).

Em Otlet (2018) os novos arranjos seriam mobilizados para a construção do *Mundaneum*, a cidade da paz, e de uma classificação universal, a já mencionada CDU, no intuito de reunir e sistematizar “todo o conhecimento produzido no mundo”. O advogado belga elenca oito objetivos dessa nova ciência, a Documentação:

Os objetivos da documentação organizada consistem em poder oferecer sobre qualquer espécie de fato e de conhecimento informações documentadas; 1º universais quanto ao seu objeto; 2º corretas e verdadeiras; 3º completas; 4ª rápidas; 5º atualizadas; 6º fáceis de obter; 7º reunidas antecipadamente e preparadas para serem comunicadas; 8º colocadas à disposição do maior número possível (Otlet, 2018, p. 5).

Para Otlet (2018), o documento é um objeto de um “ciclo de operações”, aplicado a toda espécie e formato, para representar ou reproduzir um pensamento, “fixado pela escrita das palavras ou imagens de coisas, signos visíveis fixados num suporte material” (2018, p. 13). No processo de sistematização, deve sintetizar e generalizar dados para elaborar formas documentárias. As palavras são escolhidas pelas suas definições das coisas ou o que elas expressam. As definições conduzem a leis, que, por sua vez, condicionam as relações entre coisas. Essa é uma das fundações das linguagens documentárias, isto é, o corpo de representação metainformacional em sua função política, visto o documento, como substrato do conhecimento em seu sentido amplo, possuir caráter público por imperativo ético na perspectiva otletiana.

Se em Otlet o documento é qualquer registro oriundo da cultura humana, em Briet (2016) o sentido é ampliado para qualquer registro sobre artefatos e seres vivos. No clássico exemplo do antílope, ele, por si, não é documento, mas a representação enquanto espécie, assim como os registros sobre o antílope são e possuem valor de prova. “Um documento é uma prova em apoio a um fato” (Briet, 2016, p. 1). O olhar ontoepistemológico de Briet direciona o olhar para a função jurídico-científica do documento. O *homo documentator* nasce como “servo dos servos da ciência”. Há um perfil cultural e intelectual específico para a função de documentalista.

Otlet (2018) e Briet (2016) concordam que a documentação é uma ciência de economia do tempo. Devido à maior quantidade de produção bibliográfica, os cientistas passaram a se informar por meio de sumários, índices e resumos, tema aprofundado por Lancaster (1993). Em ambas as autorias está presente também a “ingenuidade” do colonizador, onde, a despeito da boa intenção, não vislumbra as contradições do real, espaço-tempo da escrita e seus modos de uso, produção e circulação. Otlet cria na salvação moral e intelectual pelo acesso, uma autoeducação mediada pelo documento. Briet focalizou na nova ordem das relações internacionais em um plano de “íntima solidariedade” a despeito de lutas ideológicas e assevera que “o principal obstáculo à unificação está na multiplicidade de línguas, nesse babelismo que tanto se opõe à compreensão como à cooperação” (Briet, 2016, p. 40-41).

Em Meyriat (2016), o documento não é uma evidência por si mesmo, uma “coisa”, opção possível em Buckland (1991); é um objeto de suporte da informação, com serventia de comunicação e possui durabilidade, visto ter potencial reprodutível. Apesar disso, o objeto que pode vir a ser documento não tem essência de suporte informacional ou de comunicar alguma coisa; o tornar-se documento depende de uma vontade, de uma intenção dissociada de seu criador. Trata-se, aqui, novamente, de uma vontade de *in-*

formar, dar uma forma documental associada ao uso e à utilidade, nem sempre com o mesmo sentido. Ao ser produto de uma intenção que lhe é exterior, caracteriza-se por pertencer a um sistema técnico-social. Por sistema, Meyriat (2016, p. 246) explica: “um conjunto de elementos ligados entre si de modo a serem interdependentes, e arranjados com vistas a alcançar um objetivo. O objetivo foi identificado naquilo que precede: trata-se de obter informação”. Porém, em sua perspectiva, o significado de informação é dependente do suporte e das condições de sua criação, fazendo com o que o documento (bem como a informação) seja mais do que o escrito, aproximando-se da noção de circuito de documentos em Estivals (1981), comentada no percurso teórico-metodológico.

Concordante a Rabello (2018), neste estudo adoto a posição epistêmica de documento como um fenômeno social de legitimação discursiva porquanto pretende a representação da realidade social. Nesse contexto, possui valor político, institucional e acadêmico, submetido às relações de saber-poder de sua concepção, circulação e apropriação, partícipe de um regime que lhe é inerente.

Sob esse ponto de vista, o documento é dividido em seu suporte (uma abordagem ontológica de definição do objeto, donde deriva a representação descritiva) e o seu conteúdo (uma abordagem epistemológica de definição de assunto, donde deriva a representação temática). Dodebei (2014) esquematiza a representação da informação em um ciclo, proposto inicialmente por Lancaster, e retrabalhado à luz da memória social. O “ciclo de informação” abrangeria as etapas de produção, registro, aquisição, organização, disseminação e assimilação. As etapas de produção derivam da vida cotidiana, especializada ou não, em que determinado objeto (textual, visual, sonoro ou tridimensional) se torna documento a partir de um movimento intencional motivado por uma finalidade. As etapas de registro, aquisição e organização são de ordem profissional, direcionadas pelos estudos

informativos e os princípios e teorias do campo, como teoria da classificação, teoria do conceito, teorias da comunicação e outros conjuntos teórico-metodológicos de OC. “Os processos informativos de representação de objeto tratam, portanto, das relações entre coisas e as suas características, e da maneira de manipular as representações em seus vários suportes, em vez de manipular as próprias coisas” (Dodebei, 2014, p. 29). Trata-se necessariamente de um processo de seleção, a bem dizer, escolha, redutor que se torna ainda mais redutor ao ser submetido ao TTI para controle terminológico, chamado pela autora de “redução semântica”.

A representação documentária é, portanto, uma estrutura de mediação realizada pelas chamadas linguagens documentárias (LD) orientadas ao léxico de especialidade, isto é, da área na qual o assunto se enquadra para indexação e recuperação dos documentos. O controle das palavras é, por inerência à finalidade de interoperabilidade entre sistemas e usuários, um controle de significação. Esses sistemas simbólicos buscam traduzir sinteticamente conteúdos (Sales, 2007), um conjunto de regras imposto dentro de uma mesma língua para, eventualmente, espalhar sua equivalência em outras línguas. Em uma visão social, tais operadores metalinguísticos são o caminho para viabilizar o caráter público da informação (Frohmann, 2006; Saldanha, 2020; Sales, 2007) de disseminação e produção de novos saberes construídos a partir da recuperação do que “já existe”. Os esquemas de classificação partem de áreas do conhecimento estabelecidas na sociedade e os operadores linguísticos, como expressam, da língua e do vocabulário associado ao domínio representado. A metarrepresentação que informa já vem (in)formada. “Classifica-se para eliminar da maneira mais objetiva, mais ‘democrática’ possível”, afirma Cassin (2022, p. XIX).

Acontece, conforme ensina a filósofa, que uma língua é sempre uma entre outras, não por estar no meio, estar-com, mas

por ser um longo e complexo processo de tradução, de passagem umas às outras, de viver-junto sobre as outras, “como uma massa folhada ou um palimpsesto” (Cassin, 2022, p. XXIII). Para a autora, o texto não reflete a cultura (que em sua visão é sempre plural, as culturas), mas somente a língua original. “Cada texto é um texto de textos, e lerá bem quem ler por último” (Cassin, 2022, p. XXIV), em um exercício filológico e de provocação sofisticada.

Tapar as pegadas das culturas objetivadas em textos pela uniformização da língua, sob a pretensa universalidade do zero e do um e do *globish*¹⁹, é o projeto ocidental constituinte da CI.

Os especialistas não têm mais uma língua: eles usam a língua dos esquemas e das palavras-chave que trancafiam a inteligência, a língua das ferramentas de busca, única dona do território. Essa língua, despertando contemporâneo (...) permite reduzir tudo a um denominador comum e obriga a sobretudo-não-pensar-por-si-mesmo fora dos esquemas de avaliação. Linguagem única para um pensamento único, um dos mais sinistros avatares do *logos* (Cassin, 2022, p. 27).

O *globish* se transformará em *technish*, o artefato empírico da universalidade linguística globalizada no desejo de reduzir todas as línguas a uma “natural” e, depois, “artificial”, supostamente neutra com fins à desambiguação. Dessa maneira, listas, tesouros, ontologias, esquemas de classificação, taxonomias

¹⁹ *Globish* é um termo presente em Cassin (2022) para designar um tipo de inglês de estrutura pobre, falado por não-nativos da língua inglesa, aplicado ao contexto de negócios, criado por Jean-Paul Nerrière. Conforme observa Cassin (2022), o *globish* foi transformado em uma forma de comunicação transdisciplinar. A língua da comunicação científica, por exemplo, não seria o inglês, mas o *globish*, um tipo de inglês internacionalizado e pasteurizado.

cristalizam formas de pensar como efeitos do dizer que circulam como possibilidades de acesso (construindo a memória documentária) dentro de mercados linguísticos (Bourdieu, 2008), como o *globish*, fomentando novas redes linguísticas que tenderão a ser usadas, citadas, reutilizadas, porém sem ou com pouca alteração de sentido, diante do controle dos próprios mercados – que, neste caso, se dariam pela garantia literária e as leis da informetria. Pode-se dizer, então, que a metarrepresentação integra um regime de informação que, por sua vez, opera como um regime de verdade já que evoca o *status* de conhecimento (e, na história moderna e história da CI, conhecimento científico).

Apoiado em González de Gómez, Saldanha (2020) discorre sobre a metainformação ser a reguladora da distribuição social do conhecimento em sua função de representar seres e saberes (sobre seres também). Assim, a metainformação como uma engrenagem da “máquina logológica” se impõe como uma “estrutura estruturante da esfera pública” (Saldanha, 2020) que desenha “mapas através do espaço” (idem), por isso, cartografáveis, indicadores de estagnação e inovação dentro de um dado jogo informacional (de linguagem).

Conforme González de Gómez (2002), regime de informação é um regime de controle de todos os outros regimes (tecnológicos, políticos, sociais, econômicos, culturais), um modo de produção informacional dominante em uma estrutura social. Não só intermedeia, como é intermediático (agrega os meios de comunicação de massa), interorganizacionais (da ordem da chancela institucional) e intersociais (posto abarcar as plurais camadas sociais). O regime regula e normatiza sem necessariamente possuir caráter jurídico, embora também opere por este meio. Há um “estado de mediação” (Valle; Quintslr; Saldanha. 2021) sobreposto ao Estado informacional (Braman, 2006). Em outros termos, tanto o poder informacional do Estado quanto os gestos de inclusão em uma sociedade de registros

escritos se efetuam via mediação metainformacional. Esse “estado” é a potência da feita-informação.

Nesse novo entrecruzamento entre informação, sociedade e tecnologia, Braman (2006) sintetiza novas relações de poder a partir de políticas informacionais de governo (as instituições jurídicas formais), governança (tomadas de decisão em setores públicos e privados) e governamentalidade (apropriação do conceito foucaultiano para abordar as predisposições culturais e práticas de produção e reprodução que possibilitam a formação de uma forma específica de governo). No contexto do debate sobre regime, informação ganha outros contornos. De evidência pura passa a ser um recurso; uma mercadoria; um agente, uma força constitutiva da sociedade cujos tentáculos alcançam dimensões instrumentais, estruturais e simbólicas (Braman, 2006). Neste ponto é retomada a discussão sobre os conceitos de público, privado, vigilância, processos e fluxos informacionais; infraestrutura de um regime global emergente em rede onde “não se eliminavam nem injustiças, nem conflitos, mas mudariam as condições de sua produção” (González de Gómez, 2019, p. 143). E, na prática do Estado, conforme lembra Bourdieu (2014), a meta não é o bem comum. No plano econômico-político, a mão invisível do mercado se materializa no servidor de alguém, que reorienta os modos de conhecer, com seus filtros (quase) invisíveis (Pariser, 2012); uma nova língua, a programação, também ela uma entre outras.

Com efeito, por “imperativo logológico da epistemologia”, a “organização do conhecimento não apenas opera, como impera na demarcação dos gestos sociais, das escolhas e das exclusões na cidade” (Saldanha, 2020, p. 6); fato decisivo para releitura da abertura do artigo “*Knowledge Organization: a new Science?*”, quando Dahlberg (2006) comenta os desafios de tradução do termo “organização” e “organização do conhecimento”, pois em alemão refere-se à ordem, construção ou estrutura e, em outras línguas, associa-se à ideia de coletividade, como associações. O

sentido remete a sujeitos, não objetos. Quando a *International Classification* definiu OC como uma ciência voltada a objetos e atividades e o conhecimento como uma coisa com possibilidade de transferência porque pode ser comunicada (Dahlberg, 2006), fez-se uma escolha política, além de técnica.

Em termos práticos, qual é a influência da logologia para além do esforço teórico sobre o sentido (ou o não-sentido)? Adler (2017) propõe um exercício. O cenário é a década de 1990 e uma biblioteca precisa catalogar o livro “Epistemologia do armário”, de Eve Kosofsky Sedgwick. Na catalogação, o livro receberá uma descrição e uma notação classificatória, um selo de determinação de lugar, a estante a qual ele pertence. Adler contextualiza: Sedgwick é uma das fundadoras da teoria Queer e uma expoente nos estudos sobre sexualidade. Mas, o bibliotecário de 1990 ainda não sabia disso. As resenhas disponíveis não recomendavam a obra e desqualificavam a autoria. Nesse cenário, como o bibliotecário reduziria o assunto para caber em termos e códigos de classificação? Se o guia for a classificação da *Library of Congress*, norteadora de bibliotecas acadêmicas, nos anos 1990 as opções eram HQ76 e HQ71, na área de Ciências Sociais para homossexualidade e desvio sexual. A depender da finalidade da biblioteca, o livro poderia abranger outras áreas, como Filosofia, Ciência Política, Antropologia ou Literatura. A classificação oficial de “Epistemologia do armário” foi registrada como história da literatura americana. Apesar dos protestos de Sedgwick, a replicação automática cristalizou a classificação em todas as bibliotecas que usam o sistema de classificação da *Library of Congress*. Para Adler (2017), a metáfora da biblioteca como um lugar perfeito de abundância e compartilhamento de conhecimento desmorona quando se compreende o processo organizador por disciplina e assunto, convergindo à análise de Olson (1998) sobre classificações serem frutos de classificacionistas, sujeitos sociais em seu próprio espaço-tempo. Consequentemente, os esquemas classificatórios refletirão os

preconceitos da cultura onde foram concebidos. Pontualmente sobre a CDD, comenta que 80% da indexação na classe temática religião encontra-se em cristianismo e há uma seção específica para literatura americana quando todas as outras literaturas são classificadas por idioma, consolidando-se eficazmente como um arranjo de várias vozes dominantes e não apenas um discurso dominante (Olson, 1998, p. 241). Já sobre a *Library of Congress*, relembra que América do Norte e Europa são privilegiadas em detrimento de outros continentes, além de uma série de termos autorizados de fortalecimento do *status quo*.

Uma forma de marginalizar um tópico é focalizar nas qualidades que o tornam diferente e não reconhecer as qualidades que são semelhantes às do *mainstream*. Uma vez que, como Bhabha observa, 'a supremacia cultural é produzida apenas no momento da diferenciação', é nesta diferenciação e na concomitante omissão de semelhança que a autoridade da corrente dominante é estabelecida. Exemplos dessa prática são cabeçalhos para grupos de pessoas compostos apenas por adjetivos, como: deficiente, pobre e idoso. O que está incluído é o que diferencia esses grupos do *mainstream*. O que está excluído é o fato de serem pessoas. [...] Às vezes, a diferenciação é multiplicada pelo uso de dois adjetivos, como pobre idoso ou deficiente de aprendizagem. Este tipo de diferenciação essencializa os grupos, isto é, homogeneiza as suas diferenças internas, utilizando uma característica ou essência definidora para diferenciá-los da corrente principal cultural (Olson, 2000, p. 61, tradução própria).

Na postura de recusa do universal, a tendência é a suspensão do conceito para observar o agir do discurso. “Ou se parte das coisas. Ou se parte das palavras”, alerta Cassin (2022). A CI parte das segundas, mas age como se partisse das primeiras. Nessa operação de distância de nós mesmos, em contato com o outro, informe, não mais ontologia, mas logologia, o real constituído via linguagem, um fim e uma força (Cassin, 2022) ou linhas de força, de subjetivação e de fuga, em devir, coexistentes; uma desterritorialização. *Topos*, novamente. Se o sentido é incapturável (seja pela tradução em Cassin, seja por serem jogos de linguagens em Wittgenstein), o que nos resta? Tudo aquilo que a CI joga fora sob a forma de erro ou desordem, o diverso. A tradução se torna intraduzível, a possibilidade de se traduzir de muitas formas, o que não cessa de traduzir. “É preciso em consentir em ser não grego; ou pior: em ser bárbaro” (Cassin, 2022, p. 6). Complementa-se, informe (Menezes, 2017).

No âmbito da CI, na contemporaneidade há caminhos teórico-metodológicos diversos para se pensar a diferença em gestos epistêmicos não excludentes (ou menos). Nos estudos de mediação, por exemplo, Gomes (2014) e Marteleto (1994) discutem as dimensões éticas, estéticas e antropológicas de mediação, frutos de modos de ser-fazer informacional demarcados pelo solo sociocultural. Mediação pode ser interferência ou intervenção, um agir com o outro, para o outro ou sobre o outro. A filosofia freireana apontará a mediação como o operador de constituição do sujeito social, agindo sobre si, o outro e o mundo (Gomes, 2014). No recorte desta pesquisa, a mediação aplicada às metalinguagens é uma das chaves da construção do sujeito social e de sua ação no mundo enquanto produção de representações e esquemas.

Para a discussão deste capítulo, aponto quatro propostas teórico-metodológicas para se pensar a diversidade em OC e efetuar a “contra-conquista do informe” (Menezes, 2018): epistemografia interativa (García Gutiérrez, 2006); devir-rizoma

(Sales, 2018); linguagem documentária menor (Mostafa; Nova Cruz, 2011) e democracia documentária (Saldanha, 2020). As quatro propostas são possibilidades não necessariamente relacionadas ou hierarquizadas, mas apontam para campos, de certa maneira, complementares para (re)validação dos saberes para repensar o *mainstream* e refletir sobre a contra-hegemonia da linguagem na CI. A democracia documentária emerge como a expressão sociopolítica de finalidade das outras três propostas, isto é, o objetivo do movimento *iumforme* no contexto do “Estado de mediação”.

Quadro 6 – Caminhos teórico-metodológicos emergentes para desenvolvimento de SOC mais inclusivos

Análise de domínio		
Premissa ontológica	TEA como ser informe informacional	
Autoria	Abordagem conceitual	Aplicação metodológica
António García Gutiérrez	dialética	epistemografia desclassificatória
Rodrigo de Sales	rizoma	devenir-rizoma
Solange Mostafa e Denise Nova Cruz	plano de imanência	linguagem documentária menor
Democracia documentária	logologia	democracia documentária

Fonte: elaborado pela autora.

García Gutiérrez (2006) introduz a epistemografia interativa como contraponto à epistemologia, uma forma transcultural e transdisciplinar de organizar saberes ao romper com as generalizações. Segundo o autor, o objetivo é a “redistribuição de presença e força de todos os conhecimentos e culturas na rede digital” (García Gutiérrez, 2006, p. 105), incorporando conhecimentos invalidados, excluídos, tidos como

não-saberes. Contudo, sua contribuição remete ao conceito trabalhado posteriormente pelo autor, de desclassificação: as categorias de classificação e nomeação buscarão o dissenso, não o consenso e a unificação, abrigará o contraditório por meio da polivalência terminológica e hierárquica. A epistemografia (do gesto da escrita social) constituiria a cartografia da memória dos excluídos.

Non é possível uma ordenação positiva que omita o seu contrário, isto é, não é possível ordenar sem a cooperação da desordem. Portanto, não seria factível classificar eficiente nem afetuosamente o mundo sem liberar as forças da desclassificação” (Garcia Gutiérrez, 2006, p. 107).

De acordo com o autor, a epistemografia não é apenas uma forma de repensar a epistemologia, mas a representação ou um mapa conceitual com autodescrições e categorias autonarrativas, participativas, associadas aos afetos, jamais neutros, para que cada comunidade, indivíduo ou domínio decida como organizar. Trata-se de um conjunto de práticas e de ferramentas orientadas à descolonização divididas em linguagens formais (como as linguagens documentárias) e, por isso, chamadas de epistemografias sistêmicas, e os conteúdos textuais relativos à singularidade, considerados epistemografias textuais. Dessa maneira, os operadores lógicos se relacionam caso a caso segundo as particularidades do domínio e não de maneira absoluta. Em relação a se tornar um *corpus* conceitual mediado por uma língua de unificação – a digital – o autor sustenta que ao incorporar as contradições, permitir múltiplos sentidos e ter um agir participativo para que os operadores recebam o mínimo de tradução, a epistemografia com vistas ao método desclassificatório não derrotaria a si próprio.

Na racionalidade epistemográfica são inseridos aspectos éticos, culturais e políticos, anteriormente ocultados em nome da suposta objetividade da epistemologia moderna. Ao observar a expansão do digital e novas formas de sociabilidade e partilha, a função da epistemografia interativa seria, portanto, um gesto tecnopolítico aderente aos valores da democracia documentária, comprometido com o uso participativo dos seres informes ou, como o autor espanhol denomina, os “despercebidos do planeta”. Apesar do argumento e da proposta frutífera para o campo da diversidade e inclusão, infere-se uma certa limitação para o domínio – especulativa de nossa parte, visto a metodologia não ter sido aplicada ainda ao TEA, até onde se sabe – pois pressupõe uma articulação social prévia dos atores envolvidos em qualquer domínio. Aqui, não se trata de uma pretensa universalidade dentro de cada domínio excluído, a saber, a totalidade dos autistas, ou das pessoas negras, ou das mulheres, afinal, as contradições são igualmente internas, porém, quando García Gutiérrez (2011) aponta a epistemografia interativa para um espaço dialógico antevê a interação e o risco, neste domínio em específico, de relegar à categoria da partilha novas formas de exclusão sob a bandeira democrática. Para este domínio em especial é necessário retroceder alguns passos: criar a infraestrutura para que a postura interativa ocorra e fique menos dependente possível de porta-vozes na construção das epistemografias documentais e documentárias. Por infraestrutura também se deseja dizer, formas de pensar a individuação, a racionalidade e os afetos e não somente interface de comunicação alternativa, no caso do TEA. Em qualquer etapa, seja na concepção de um modelo teórico ou processos metodológicos acerca do TEA, é pertinente mencionar Adler (2017):

Ron Day destaca até que ponto o usuário está sendo usado e argumenta que o usuário foi construído, assim como suas necessidades, de maneiras que propagam sistemas e

projetistas de sistemas. [...] o 'leitor' foi transformado num 'usuário' que empregava ferramentas como classificações para satisfazer as 'necessidades' de informação. É por estas razões que, em vez do termo 'usuário', falo de leitores, visitantes e patronos (Adler, 2017, p. 15, tradução própria).

Combinadas, a epistemografia e a análise de domínio suscitam brechas para a presença e co-participação de comunidades marginalizadas e subrepresentadas na projeção de outros modelos de classificação e mediação dos saberes, convergindo para outros solos de pesquisas decoloniais, como a ciência aberta, a ciência cidadã e o protagonismo do comum, do fazer-com. Outra possibilidade emergente é o devir-rizoma em introdutório diálogo com o devir-autista, porque para perceber os despercebidos é preciso conceber outros modos de individuação.

Sales (2018) relembra que, desde o século XIX, a construção de SOC se fundamenta em um pensamento de classificação universal servindo de base para a Classificação de Livros de Harris (1870), a CDD (1876), a Classificação da *Library of Congress* (1901) e a CDU (1906). Em sua visão, a despeito da sofisticação tecnológica no campo das ontologias, as relações conceituais ainda operam em axiomas pré-definidos. A proposta especulativa se orienta para pensar conceitos com contornos menos definidos, móveis e plurais – pensar como acontecimentos, nos termos de Deleuze e Guattari. Por ser constante, o devir pode “passar a ideia” de evolução, sequencial, progressivo, de a cada ter algo a mais do que o dia anterior. Contudo, o devir em Deleuze e Guattari é instável e não guarda relações de correspondência. Devir é o múltiplo possível do encontro. Para Sales (2018, p. 26), “devir opera numa espécie de vizinhança entre indivíduos, onde ninguém imita e nem se torna o outro, mas se torna alguma coisa que não o era antes, e que somente se realiza no encontro com o

outro”. Pressupõe reciprocidade, mas não resguarda discurso verbal; dá-se por co-presença. Mas, na prática da construção dos SOC, como fazer? Como modelar um sistema que organize algo indescritível e marcadamente assistemático? A proposta de Sales (2018) é retrabalhar o conceito de rizoma aplicado à OC. Em linhas gerais, conforme o próprio autor ilumina, rizoma é um conceito elaborado por Deleuze e Guattari para abordar a teoria do conhecimento. Em uma abordagem rizomática, os campos dos saberes não possuem fronteiras e se associam por princípios de conexão, e, não, hierarquia. A proposta de Sales é aplicada ao aprendizado de máquina (*machine learning*) pois atende aos princípios de heterogeneidade, multiplicidade, conexão, ruptura assignificante e cartografia, cadeias de experiência que podem ser retrabalhadas de maneira mais dinâmica.

Diferentemente dos sistemas de organização do conhecimento, que definem previamente as conexões entre os pontos (termos, conceitos e objetos), com base em características e atributos que formam classes, subclasses e demais aglomerados, o rizoma simplesmente conecta, e seu foco não está nos pontos conectados, mas sim nas linhas que conectam, no movimento de expansão, de contágio. E como todo contágio, trata-se de uma proliferação indefinida, horizontal e colaborativa. As relações de conceitos, assuntos, imagens, objetos passam a ser realizadas sem axiomas, sem cânones, sem predefinições, apenas se harmonizam num jogo de devires reais harmonizados com o que somos, pensamos e agimos. O rizoma não é construído por um classificacionista ou organizador do conhecimento, mas sim por vários usuários em interação com a máquina, que, por sua vez, irá inferir numa

multiplicidade móvel e inacabada de objetos e relações, pois estará permanentemente em construção (Sales, 2016, p. 270-271).

Para o domínio do TEA, a proposta emerge como potencialmente enriquecedora da perspectiva do rizoma e das possibilidades de adequação às particularidades e diferentes camadas de manifestações do TEA, caracterizando um sem-número de sujeitos, acontecimentos, modos de ser, saber e produzir conhecimento. Entretanto, o desafio está na própria concepção de aprendizado de máquina, na interpretação desta pesquisa, jamais neutra ou autônoma (como a tese popperiana do mundo três retrabalhada por Brookes), que poderá ser aprofundado, futuramente, sob a perspectiva da economia política no contexto do poder informacional. Conforme salienta Kerr (2012, p. 64), “o homem a cada vez que muda seu sistema de escrita muda também seu sistema de representação de mundo e devemos nos interrogar se vivemos uma mudança de suporte ou de regime”.

Na esteira francesa pós-estruturalista, Mostafa e Nova Cruz (2011) propõem pensar as linguagens documentárias como acontecimentos, em devir, na medida em que a função da linguagem não seria a representação nem a expressão, mas a palavra de ordem. Conforme as autoras, em Deleuze, Guattari e Foucault, a unidade elementar da linguagem, o enunciado, opera como uma palavra de ordem, manifestas em atos de fala, mas não a eles restritos. “A força está no discurso e não no inexistente significado ou no quimérico significante” (Mostafa; Nova Cruz, 2011, p. 84); a informação seria somente a condição necessária de transmissão de palavras de ordem, imanentes a linguagem. Não há o signo, nem o sujeito enunciativo, há um agenciamento coletivo, variáveis interiores à linguagem (Mostafa; Nova Cruz, 2011). Diferente de Vygotsky e Wittgenstein, a linguagem não seria “a marca mais importante da existência” em determinações sociais ou linguísticas.

Em palavras mais simples, usando o exemplo de Deleuze e Guattari: o punhal entra na carne (conteúdo); ao passo que o expresso ‘o punhal corta a carne’ é incorpóreo. Quando a gota de vinho se mistura à água, há uma trama dos corpos (conteúdo), mas quando ‘a água se torna vermelha’, é o expresso incorpóreo dos enunciados que se identifica. O gerúndio ‘avermelhando’ da água é uma transformação incorpórea, um acontecimento. Com isso, os filósofos querem dizer que a expressão de um enunciado faz mais que representar o conteúdo do agenciamento. A expressão interfere, antecipa e intervém, representando, assim, um ato de fala (Mostafa; Nova Cruz, 2011, p. 86).

As autoras sugerem abordar o TTI da perspectiva do rizoma (aproximando-se do devir-rizoma em Sales), considerando os agenciamentos e os usos possíveis no plano de imanência da linguagem, não previstos por determinações fonológicas, gramaticais, sintáticas ou semânticas. Esse plano de imanência seria uma variação contínua minorizada da linguagem dominante, a linguagem maior, categorizada pelo controle terminológico canônico da OC.

Desse modo, uma linguagem documentária menor se refere às “possibilidades virtualmente infinitas de variação”, um outro lado da mesma língua, porém não normatizada em palavras de ordem tecnicamente tratadas pelo profissional da informação. Se a palavra de ordem tem dois sentidos, morte ou fuga, a morte se relacionaria com a morte de todos os possíveis sentidos excluídos pela determinação do informar. A fuga, ao contrário, seria o acolhimento dessas variações virtualmente possíveis, menores, informes (Menezes, 2018). A linguagem documentária menor pressupõe, então, estruturas mais flexíveis, contrapostas às hierarquias rígidas referenciais, seria heterogênea e

indeterminada em uma pragmática menor²⁰. Nesse contexto, a proposta teórico-metodológica de linguagem documentária menor se apresenta frutífera ao combinar processos de indexação social e conjunta com a comunidade autista. Iniciativas como o dicionário das pessoas não-autistas (Serra, 2021) sugere uma aproximação com uma prática informacional menor, distinta da epistemografia e mais próxima ao devir-rizoma.

Embora metodologicamente diversos, devir-rizoma, linguagem documentária menor e epistemografia desclassificatória convergem para um horizonte: democracia documentária. No reconhecido dicionário de Política, Bobbio (2020) destaca três tradições históricas acerca do conceito de democracia: i) a teoria aristotélica, que a demarca como o governo do povo, os que são legitimados como cidadãos; ii) a teoria medieval, de fundação romana e orientada à soberania popular apoiada nas noções de delegação e representatividade; e a iii) a teoria moderna, que herda de Maquiavel a ideia de que a democracia é uma forma de república ainda que não seja um espelhamento perfeito do modelo republicano. Nas três tradições, embora as diferenças conceituais e processuais que as atravessam, mantém-se o princípio do poder distribuído, de um regime policrático advindo das camadas populares mais numerosas em qualquer tempo registrado na história eurocêntrica. Contudo, heterogênea é a delimitação de cidadania na travessia histórica, conforme viu-se com a ontologia informe. Nesse horizonte, os seres informes são refletidos na documentação produtora de registro e existência outorgando à linguagem o fio condutor da criação democrática, com suas

²⁰ Mostafa exemplifica a aplicação do método em uma análise fílmica no artigo MOSTAFA, Solange Puntel; MANINI, Miriam Paula. *O blow up* da Ciência da Informação. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 12, n. 1, p. 68-83, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/42662>. Acesso em: 02 set. 2023.

possibilidades de enfrentamento ou consenso às contradições que lhe são inerentes (Saldanha, 2020). Por conseguinte, ser cidadão significaria ter o direito a representar e ser representado em sua diversidade, como os mecanismos terminológicos que estruturam os SOC, um dos objetivos da justiça informacional (Mathiesen, 2015). No plano epistemológico, a democracia documentária emerge como *ethos*, mas também como princípio metodológico, para representação e organização de seres e saberes, um amplo espectro linguístico e metalinguístico, instrumental, conceitual e processual que visa à inclusão e estruturação de discursos de indivíduos marginalizados – uma proposta que converge à ontologia informe como gesto decolonial da informação. Na interpretação de Menezes (2021), o desafio logológico ultrapassa a acomodação dos oprimidos no discurso dominante para repensar os instrumentos a partir do *ethos* dos oprimidos e suas particularidades.

“*Verba volant, scripta manent*”. Os escritos permanecem e produzem efeitos sociopolíticos a partir do controle terminológico que tece a práxis informacional da OC. Nesse contexto, o que, como e o quanto os saberes sobre autismo são disseminados, em especial a representação discursiva enquanto assunto, são questões urgentes de justiça social – e, a partir de nossa perspectiva, tal justiça não se constitui sem um processo de transgramatização, via linguagens documentárias. Transgramática, para Saldanha (2012, p. 39), são “discursos fundados em um ponto central dentro da vivência de uma língua para sua superfície estrangeira, otimizando a comensurabilidade interna e potencializando a comensurabilidade com o mundo exterior”. São gramáticas de gramáticas que produzem discursos sobre discursos, uma teia logológica. No escopo do TEA, a transversalidade das áreas do conhecimento envolvidas com o domínio e as línguas de especialidade que o representam formam transgramáticas, jogos de linguagem da medicina, da educação, da terapia ocupacional, da biologia, da comunidade, das famílias, dos

cuidadores, da pluralidade dos autistas, da pluralidade dos produtores de conteúdo sobre o domínio, como cientistas etc. Conforme Certeau (2020), o fazer da história relaciona-se com o dizer, textos que produzem o outro – o outro selvagem, assunto dos diários de bordo e de intercâmbios antropológicos; o outro passível de extermínio em campos de concentração; o outro defeituoso ou imperfeito, presente na historiografia sobre deficiência, enfim, a representação do outro enquanto assunto na arquitetura social e transgramatical do conhecimento. Na dimensão sociopolítica, os regimes de informação se desdobram, portanto, em políticas transgramatizacionais de mediação (Saldanha, 2012). Em nosso objeto, representação informacional do TEA em SOC, vestígios bibliográficos.

No escopo do patrimônio bibliográfico, significa mapear para preservar, preservar para ordenar, ordenar para dar acesso aos registros, dentro de dinâmicas que incluem as tomadas de decisão sobre o que será recuperado e perpetuado (publicações, temáticas e suas terminologias) e o que será excluído ou ocultado. Trata-se, nesse caso, de decidir o que tem valor de informação. O conjunto das metalinguagens, em construção associada entre instituição bibliotecária, profissional da informação e usuários, pode desvelar o devir político de uma dada democracia documentária, uma emancipação transgramatical.

Capítulo 8

CARTOGRAFIA DO METACONHECIMENTO SOBRE O ESPECTRO AUTISTA

É muito simples o que o cartógrafo leva no bolso: um critério, um princípio, uma regra e um breve roteiro de preocupações – este, cada cartógrafo vai definindo e redefinindo para si, constantemente. O critério de avaliação do cartógrafo você já conhece: é o do grau de intimidade que cada um se permite, a cada momento, com o caráter de finito ilimitado que o desejo imprime na condição humana desejante e seus medos. É o do valor que se dá para cada um dos movimentos do desejo. Em outras palavras, o critério do cartógrafo é, fundamentalmente, o grau de abertura para a vida que cada um se permite a cada momento.

(Suely Rolnik)

Chegamos aos resultados empíricos. Este capítulo operacionaliza a argumentação, complementando as dimensões crítico-ontológica e sociopolítica. Início com uma intervenção para recontar a história do domínio e evidenciar a sua complexidade, não apenas etiológica e nosológica, mas, no *locus* desta pesquisa, discursiva-gramatical, para adentrar a apresentação dos dados e a discussão dos resultados a partir do exposto até aqui.

Em “Caminhos cruzados, gramáticas ignoradas”, apresento a psiquiatra Grunya Sukhareva como a precursora dos estudos sobre o TEA vinte anos antes dos primeiros registros oficiais da história anglófona e, coloco à mesa comum, Nicolas Roubakine e Lev Vygotsky.

Por fim, em “BARTOC: circuitos documentários sobre o Transtorno do Espectro Autista”, relato os caminhos metodológicos de levantamento, localização, sistematização e discussão de 68 instrumentos classificados como SOC no diretório internacional BARTOC, que demonstram as críticas e os dilemas apresentados ao longo do percurso teórico.

CAMINHOS CRUZADOS, GRAMÁTICAS IGNORADAS

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um

apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso.

(Walter Benjamin)

A minha jornada contigo, que me lê, começou com a descrição geral da pesquisa, o retrospecto histórico sobre o TEA e os marcos fundantes de sua presença no campo científico. Depois, a partir da tríade diagnóstica vigente (comunicação, linguagem, comportamento), percorremos as bases filosóficas de sustentação dos modelos de racionalidade, afetividade e linguagem que modulam interpretações diagnósticas, modos de vida e o fazer informacional de representação de seres e saberes.

Para não perder de vista os objetivos elencados, o foco era visualizar uma espécie de genealogia dos usos do conceito por meio das metarrepresentações do domínio autista, pois, hipoteticamente, encontraríamos pistas sobre os mecanismos de marginalização ontológica, epistemológica e, por isso, social e política. Três pilares de sustentação da jornada: teoria trans-histórica de desenvolvimento humano vygotskyana para pensar o entrelaçamento entre biologia, cultura e deficiência; hermenêutica dos textos para avaliar o escrito; a suspensão da ontologia para assumir o ser como efeito do dizer e a gramaticalização do real e, desde a Modernidade, incrementada por um Estado informacional.

A seguir, retomaremos o início para alterar a história, o escrito que se faz transgramatical enquanto intenção diacrônica e, a partir disso, revela a transgramaticalidade de formação discursiva do próprio domínio. Intervindo no relato oferecido sobre os primeiros pesquisadores sobre o TEA, Kanner e Asperger, uma surpresa e um desvio de polo geopolítico. Do eixo anglófono desembarcaremos na Rússia com a psiquiatra soviética Grunya Efimovna Sukhareva (*Груня Ефимовна Сухарева*).

Nascida em Kiev, então Império Russo, em 1891, Sukhareva se formou em Medicina e especializou-se em Psiquiatria,

liderando o Departamento de Defectologia do Instituto de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes. Em 1921, fundou um hospital-escola voltado para crianças com dificuldades psiquiátricas, em Moscou (Sher; Gibson, 2023) e, posteriormente, assumiu outros cargos de chefia em instituições de saúde, além da função de docente universitária. Em 1935, defendeu sua tese de doutorado e até os anos de 1951 dirigiu o Hospital Psiquiátrico Kashchenko de Moscou, reconhecida instituição para tratamento mental no país, experiência que influenciou uma rede de outros hospitais psiquiátricos na União Soviética com vistas a um tratamento humanizado dos internos. De acordo com Sher e Gibson (2023, p. 477),

Além de supervisionar várias gerações de estagiários clínicos, mais de 30 dissertações de doutorado foram concluídas sob a supervisão de Sukhareva. Sukhareva foi capaz de inculcar qualidades de liderança nos estudantes e seus discípulos fundaram suas próprias escolas psiquiátricas e ocuparam cargos de liderança nos principais hospitais psiquiátricos e órgãos profissionais da Rússia.

Dedicada à psiquiatria infantil e à abordagem social de transtornos mentais e deficiências, encontrou em Vygotsky interlocução direta. Dividiam o território, o campo de estudo e chegaram a se apresentar na mesma conferência. Segundo Paoli e Machado (2022), o pensador soviético foi leitor de Sukhareva e se baseou na obra “Sobre o problema da estrutura dinâmica das psicopatias constitucionais infantis” para elaborar o texto “Diagnóstico do desenvolvimento e clínica pedológica da infância difícil” no conjunto de ensaios sobre defectologia, publicado em 1931, um ano após a publicação do texto de sua colega. É neste ponto que a história do autismo é recontada.

Entre os anos de 1925 e 1926, Sukhareva descreveu um grupo de seis crianças, com idade variada entre 2 e 14 anos e características semelhantes às descrições de Kanner (1943) e Asperger (1944), ou seja, quase duas décadas antes dos registros históricos “oficiais”, a bem dizer, circulações discursivas hegemônicas. No intuito de frisar a atualidade do trabalho de Sukhareva, Manouilenko e Bejerot (2015) sintetizaram um esquema comparativo entre o conteúdo vigente do DSM e a descrição da avaliação clínica de Sukhareva, então publicada em um periódico científico russo e em uma versão traduzida em periódico científico alemão, ambos na área de Psiquiatria:

Quadro 7 – Comparação entre os critérios diagnósticos do TEA do DSM-5 e dos registros de Grunya Sukhareva, na década de 1920²¹

Transtorno do Espectro Autista DSM-5, APA, 2013	Transtornos de personalidade esquizóide da infância Sukhareva, 1925/1926
Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos	Uma atitude autista: <ul style="list-style-type: none"> • tendência à solidão e a evitar de outras pessoas desde a primeira infância; • evita companhia de outras crianças
Déficits na reciprocidade socioemocional	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento impulsivo e estranho; • Palhaçada, rima; • Alguns falavam sem parar ou faziam perguntas absurdas às pessoas ao seu redor; • Vida afetiva embotada; • Parece estranho; • Uma tendência à abstração e esquematização (a introdução

²¹ O texto original em língua inglesa está disponível como apêndice.

	de conceitos concretos não melhora, mas impede os processos de pensamento
Déficits em comportamentos comunicativos verbais usados para interação social	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de expressividade facial e movimentos expressivos; • Maneirismo; diminuição do tônus postural; estranhezas e falta de modulação da fala; • Movimentos supérfluos e sincinésias; • Fala rápida ou circunscrita; • Voz anasalada, rouca ou estridente ou sem modulação
Déficits no desenvolvimento, manutenção e compreensão de relacionamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Mantém-se afastado dos seus pares, evia jogos comunitários e prefere histórias fantásticas e contos de fadas; • Eles têm dificuldade de adaptação a outras crianças; são ridicularizados pelos seus pares e têm status inferior
Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestados por pelo menos dois dos seguintes	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência ao automatismo; • Aderência a tarefas já iniciadas e inflexibilidade psíquica com dificuldade de adaptação à novidade
Movimentos motores estereotipados ou repetitivos, uso de objetos ou fala	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos motores estereotipados ou repetitivos; • Uso de objetos ou fala, por exemplo: comportamentos semelhantes a tiques, caretas, neologismos estereotipados, questionamentos repetitivos; falando de maneiras estereotipadas

<p>Insistência na mesmice, adesão inflexível às rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência para comportamento obsessivo-compulsivo; • Preparação demorada e dificuldade para parar; • Pedante, segue princípios; • Explosões emocionais; • Se interrompido, fica agitado e recomeça a história
<p>Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortes interesses perseguidos exclusivamente; • Interesses preservativos, por ex. conversão marcada por temas obsessivos repetitivos; • Apega-se a determinados temas; • Tendência à racionalização e ruminação absurda
<p>Hiper ou hipo-reatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum em aspectos sensoriais do ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Musicalmente talentoso – percepção aprimorada do tom; • Sensibilidade ao ruído, busca sossego; • Sensibilidade ao cheiro
<p>Os sintomas devem estar presentes no período inicial de desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Início na primeira infância
<p>Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo nas áreas sociais, ocupacionais ou outras áreas importantes do funcionamento atual</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de frequentar a escola normal devido aos seus comportamentos estranhos
<p>Esses distúrbios não são melhor explicados pela deficiência intelectual</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inteligência normal ou acima do normal

Fonte: elaborado pela autora com base em Manouilenko e Bejerot (2015, sem paginação).

A descrição apresentada antecipa a atualidade e se aproxima dos registros de Asperger que, segundo Manouilenko e Bejerot (2015) e Paoli e Machado (2022), a leu, mas optou por não a citar, seguindo Sula Wolff, psiquiatra do Reino Unido e tradutora da obra de Sukhareva para o inglês. As hipóteses para a ausência de referência são algumas:

- a) Asperger não a leu, de fato; e/ou
- b) Asperger a leu porque publicou na mesma revista científica em que estava a versão alemã do texto de Sukhareva e o circuito científico focalizado na temática naquela época era restrito; logo, dificilmente o médico não entrou em contato com a publicação de Sukhareva; e/ou
- c) Asperger a leu e não a citou, porque Sukhareva era judia e comunista; e ele era associado ao regime nazista; e/ou
- d) Asperger a leu e foi proibido de citá-la; e/ou
- e) Asperger não a citou por misoginia, simplesmente.

Quanto a Kanner, Sher e Gibson (2023) indicam uma troca de correspondências em que a psiquiatra soviética enviou cópias de seus trabalhos e há registros de inúmeras citações diretas de Kanner a Sukhareva ao longo dos anos, como reconhecimento, admiração e respeito ao trabalho da psiquiatra. Entretanto, não há menção no clássico trabalho de 1943 que o tornou conhecido, demarcando autismo como Síndrome de Kanner ou “pai do autismo” na história do domínio em língua inglesa.

Para os fins deste estudo, não foi realizada uma análise profunda do percurso biobibliográfico da psiquiatra soviética a ponto de elaborar um posicionamento plural, assertivo e crítico sobre sua proposta clínica, crenças, ideologias, base filosófica e metodológica como médica e pesquisadora. Em resumo, as potencialidades e os limites do trabalho de Sukhareva sobre o

autismo, bem como gestos de inclusão ou mesmo de exclusão sociais, ficarão para etapas futuras de desdobramento desta pesquisa com fins a um mergulho na historiografia russa. Por ora, algumas pistas de importância para análise metadiscursiva são observadas em caráter exploratório.

Apesar da avaliação presente no quadro acima indicar inabilidade para estar em escolas regulares devido aos comportamentos atípicos, Manouilenko e Bejerto (2015) apontam o encaminhamento de crianças sob a responsabilidade de Sukhareva para uma série de terapias com o objetivo de desenvolver habilidades sociais e motoras por meio de artes manuais, artísticas e corporais, como marcenaria, pintura, ginástica, música, bordado; atividades que, segundo as autorias, facilitaram a progressão dos pacientes para o ensino regular. Nesse contexto, Sukhareva, ainda no início do século XX, mostra-se aderente à abordagem multidisciplinar desenvolvida e ratificada anos depois pela comunidade internacional, consolidando a orientação protocolar nos dias atuais. Paoli e Machado (2022) complementam que, seguindo a nomenclatura da época, na década de 1950, a psiquiatra substituiu a expressão “transtorno de personalidade esquizoide” por psicopatia autista, indicando, justamente a clara separação observada entre pacientes esquizofrênicos e autistas.

Nessa esteira, segundo Sher e Gibson (2023), a psiquiatra dedicou-se a estudar as diferenças de manifestação do transtorno entre gêneros de maneira mais profunda em comparação aos seus pares masculinos e anglófonos, além de argumentar, com base em estudos de histopatologia, a existência de uma anormalidade anatômica na região do cerebelo e lobos frontais, hipótese apoiada, na atualidade, por pesquisas de neuroimagem. Salientou também a influência das disfunções sensoriais nessa parcela de sujeitos, tema pouco explorado ao longo do século XX. Para as autorias, o artigo de Sukhareva

distingue-se pelo seu tom simpático e empático. Ela tendia a se concentrar nos sucessos incrementais que as crianças obtiveram no desenvolvimento desde a sua admissão na instituição. Talentos e dons intelectuais são enfatizados em quase todos os seus casos. [...] O artigo de Sukhareva de 1926 equilibrou as descrições com comentários que transmitiam comportamentos não convencionais e desafios enfrentados pelas crianças. [...] Sukhareva tinha uma visão positiva da capacidade das crianças de se adaptarem com sucesso se tivessem condições favoráveis: 'O psiquiatra infantil, observando as crianças doentes na vida, na família e ajudando-as na adaptação na escola, conseguiu provar a importância do ambiente social, a correta educação e educação de uma criança [é] estimular suas oportunidades compensatórias' (Sher; Gibson, 2023, sem paginação, tradução própria).

Equilíbrio de descrições – dir-se-ia, outros efeitos-mundos, transgramaticais. Qual teria sido o futuro discursivo do TEA se a abordagem predominante tivesse sido a de Sukhareva? Ao lado de Vygotsky, atesta-se um conjunto de princípios médicos, psicológicos e pedagógicos voltados à interpretação não excludente de pessoas com deficiência, que poderiam alterar a construção socioepistemológica dos sistemas de organização do conhecimento para metarrepresentação da comunidade autista.

No mesmo tempo histórico e região geográfica viveram Sukhareva, Vygotsky e Roubakine. Dadas as circunstâncias de notoriedade, cargos de liderança, interesses temáticos de pesquisa e postura epistêmica sociocultural e, em alguma medida, sociointeracionista, supõe-se um encontro, se não presencial, ao

menos bibliográfico. Entre Vygotsky e Sukhareva é sabido, mas não com Roubakine, apesar de Vygotsky ter escrito “Psicologia da Arte” e discorrer sobre autorias comuns, como Gabriel Tarde, Pavlov e Potiebnýá.

Diferentemente da bibliopsicologia que privilegia o leitor, Vygotsky parte de outras variáveis; nem o leitor, nem o autor, mas a contradição dialética entre forma e conteúdo da própria obra de arte, inserida em uma cadeia de produção em direção a uma teoria das emoções e dos sentimentos aplicada à arte, como a literatura. “A arte é uma espécie de sentimento social prolongado ou uma técnica de sentimentos”, afirmou o psicólogo russo (Vygotsky, 1999, p. 308).

A CI, gestada no contexto imperialista fortaleceu a ideia de progresso condicionado ao acesso, a variável determinante para o esclarecimento ou o bom uso do entendimento nos ideais renascentistas e iluministas. O recrudescimento da noção de conhecimento objetivo via documentos e a instrumentalização da CI enquanto campo transformaram o fazer científico e profissional informacional como mera ferramenta, caindo no que Horkheimer (2015, p. 193) chama de triunfo ilusório do avanço democrático: “desde que a razão se tornou instrumento para a dominação da natureza humana e extra-humana pelo homem – ou seja, desde os seus primórdios – ela tem se frustrado em sua própria intenção de descobrir a verdade”. A “doença da razão” que conduziu milhões de pessoas para a morte nos campos de concentração é mantida à medida em que se ignora as contradições do real e se reproduz um *logos* apartado dos afetos.

Um paradigma científico centrado em um tipo de racionalidade será insuficiente para fenômenos sociais complexos posto desconsiderar que a filosofia e o questionamento sobre o que se sabe e o que se pode saber, começam pelo maravilhamento dos sentidos e da experiência. Numa palavra: corpo; não determinante biológico ou relativismo cultural; passagem, meio,

encruzilhada; *logos, ethos, pathos* – a tríade de constituição de transgramáticas. Conforme Agamben (2007),

O homem incorre em paixão porque é um animal falante, é um animal apaixonado porque é um animal racional. As paixões não são efeito, de nenhum modo, segundo os estoicos, um fenômeno natural, senão uma forma de *krisis*, de juízo e, portanto, de discurso (Agamben, 2007, p. 106-107, tradução nossa).

Essa racionalidade dominante na CI pós-anos 1960 em parte da tradição anglófona, correspondente à geopolítica de sua gestação e sedimentada, conforme discutido, na ontologia e na epistemologia ocidentais, relegou a segundo plano ou ao total apagamento outras abordagens possíveis da relação com a linguagem, com os registros, principalmente no âmbito da deficiência. Roubakine, atuante direto do campo informacional, é mencionado em Otlet (2018) e em correntes teóricas do leste Europeu e de África, mas ignorado ou pouco explorado pelas gerações futuras. O reflexo evidente é a ausência de uma tradução em língua inglesa ou portuguesa da sua obra magna e centenária, “Introdução à Psicologia Bibliológica”, um trabalho em curso pelo Círculo de Estudos Rubakinianos, fruto da parceria entre grupos de pesquisa do Ibict e da UFMG.

Saldanha (2018) denomina a epistemologia roubakiniana e a estivalsiana (a segunda influenciada fortemente pela primeira) de “territórios invisíveis”. A escola bibliológica, coordenada por Robert Estivals, integrou discursos intercontinentais (com resultados de pesquisa na Europa, África e Ásia), ocultados por uma produção científica autorizada em língua inglesa em meio a disputas de hegemonia política e demarcação econômica ao longo das guerras mundiais e da Guerra Fria no jogo duradouro da colonialidade.

Seguindo as pegadas da epistemologia histórica de Saldanha (2018), em uma sociedade atravessada pelo capital, priorizou-se o desenvolvimento de sistemas, ferramentas e gramáticas voltadas à indústria armamentista, enquanto a escola esquematista estivalsiana desdobrou-se em avaliar os documentos a partir de uma ótica marxista e transversal a outras disciplinas, como Artes, e as dialéticas inerentes aos esquemas mentais e visuais, à leitura, aos documentos e aos sistemas, bem como a historicidade desses fenômenos. Por sua vez, Roubakine ocupava-se em investigar as interações cognitivas de pessoas leitoras para alfabetizar e emancipar operários na Rússia, enquanto era expulso pelo czar. Para esse recorte de autorias, a CI seria uma ciência do livro e da escrita, não da informática ou da tecnologia em sua perspectiva industrial-bélico-mercadológica. Destarte, uma visão mais ampla e complexa que sistemas fechado.

De acordo com Saldanha (2018), no plano político, do agir no mundo enquanto pessoas pesquisadoras, Estivals preocupava-se com agendas libertárias e abordagens críticas ao neoliberalismo; no plano teórico, sob a via de uma teoria do esquema, acolheu a luta de classes para o espaço da escrita, da língua falada, da semiótica e da estética; no âmbito dos estudos de classificação, considerou a dialética como método para pensar documentos como elementos de luta simbólica objetivamente políticos.

O circuito de documentos, conceito que define o documento como relação e não substância, detalhado na descrição metodológica, é compreendido nesta pesquisa como territórios transgramaticais de circulação discursiva associados aos afetos, trazendo consigo a formação sociocultural da dimensão emocional apresentada. A teia de significações, mediada pelos operadores linguísticos das metalinguagens, circulam mercados linguísticos, conforme visto em Bourdieu. Esses “mercados invisíveis” condicionam modos de sentir e modos de ver conformados pelos jogos de linguagem resultando a mediação do

informar. O circuito do metaconhecimento transforma-se, então, em diferentes “comunidades emocionais” (Rosenwein, 2011) que prolongam efeitos-mundo gerados pelos dizeres. Esse “prolongamento social” referido por Vygotsky, em nossa visão, é outra forma de discutir as trocas simbólicas que moldam o *habitus* de uma dada comunidade. “A arte é o social em nós” (Vygotsky, 1999, p. XII), disse o pensador soviético.

Verificou-se a ausência de vestígios sobre o TEA na construção conceitual de usuários e sujeitos informacionais. Em busca de outros vestígios na BCI soviética, alguns elementos surgem como promissores para se pensar a neurodiversidade no escopo da leitura e da mediação, além da biobibliografia de Sukhareva.

Com atuação abrangente no universo biblioteconômico, Roubakine produziu, disseminou e avaliou conteúdos em diferentes formatos, como infográficos, presentes na obra *Russia in numbers. Country. People. Estates. Classes*, de 1912, sobre demografia, no entendimento de que a pessoa leitora seria o centro do debate informacional, e não o suporte. Na perspectiva de Roubakine, o livro era a constante e a pessoa leitora, a variável. O método, portanto, buscava mapear as particularidades no processo de mediação entre autor, texto, assunto e a pessoa leitora.

A psicologia bibliológica assevera que um livro, na medida em que é lido, é função daquele que o lê. Um livro é aquilo que nós pensamos dele, seja “nós” uma pessoa leitora isolada, uma unidade, ou uma coletividade, um grupo social, uma condição social, uma classe, um círculo, uma nação etc. (Roubakine, 1998). Com a finalidade de postular uma nova ciência cujo objeto são os “discursos cristalizados”, o bibliotecário russo classifica a bibliopsicologia como uma subárea da interpsicologia de Gabriel Tarde, isto é, um eixo de estudos sobre a influência psíquica entre dois cérebros, uma subdivisão da Psicologia Social. Segundo o autor, essa nova ciência pode adquirir outras subáreas menores,

como bibliopsicologia teórica, descritiva, aplicada, prática, geral e específica, individual e coletiva, fisiológica, experimental, objetiva, introspectiva; e categorias mais específicas, como sexo, idade, nacionalidade, grupos sociais, períodos históricos, dentre outras (Roubakine, 1998).

No fio da neurodiversidade, não foram identificadas menções diretas ao termo autismo, já oficializado na literatura médica dos anos de 1920, conforme visto em Bleuler e Sukhareva. Contudo, o autor menciona perfis de pessoas leitoras com patologias e outras condições de saúde como possibilidade de avaliação pelo método bibliopsicológico. Por exemplo, reconhece que pessoas leitoras possuem diferentes tipos de memória e que algumas apresentam o pensamento semelhante a uma “marcha irregular”, que chegam ao final de uma frase tendo esquecido o início dela. Na contemporaneidade, esse “sintoma” poderia ser examinado pelas lentes do déficit de atenção ou mesmo dos transtornos de ansiedade. E, se assim fosse atestado, esse perfil de pessoa leitora seria considerado na categoria de leitoras, sujeitos, usuárias.

Na obra roubakiniana observou-se também o termo *névropathes*, léxico do francês antigo para designar uma categoria mais suscetível ao fenômeno da hipnose ou da fixação em determinada palavra ou livro. À época, *névropathes* se referia aos transtornos de personalidade, podendo se associar à neurose, à psicose ou à introversão, características que situariam a pessoa como alguém dissonante da vida social, elementos semelhantes à descrição sintomatológica do TEA na virada do século XIX para o XX sob o olhar das psicoses.

Em relação ao seu referencial teórico, não se identificou referência a Vygotsky ou à Sukhareva, mas destacou os psicólogos Wilhelm Wundt, Alfred Binet e Pierre Bovet, cujas pesquisas estariam diretamente relacionadas com a bibliopsicologia, oferecendo repertório teórico para a compreensão de leitores atípicos.

No contexto do TEA e da neurodiversidade, em um período de formulação conceitual, Roubakine (1998) normalizou as diferenças cerebrais por justificar que nenhuma pessoa leitora, com ou sem condições de saúde diferenciadas, conhece o âmago de qualquer livro, em uma inspiração, talvez, kantiana, do númeno. O “leitor é tudo” e cada pessoa leitora é singular. Embora seus métodos tivessem o positivismo de fundo para generalizações posteriores com criações de leis sobre a leitura e as pessoas leitoras, seu trabalho pioneiro abraça, em grande medida, a diversidade.

Essas transgramáticas ignoradas ou ocultas oferecem um vislumbre de cenários possíveis para o desenvolvimento de um domínio e instigam a pergunta: quando se vê uma pessoa autista ou se lê sobre autismo, quais emoções são evocadas? A agente profissional da informação é motivada por quais tipos de sentimentos quando seleciona fontes e descritores para representar uma pessoa autista? Considerando o diálogo entre racionalidade, afetos e linguagem, o que o circuito de documentos oficiais revelam nas tramas transgramaticais autorizadas?

Nesse contexto, Gaviolli (2020) se apropria da autoria nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie para alertar sobre os perigos de uma história única do autismo. A história única se refere ao discurso dominante criador de estereótipos, estigmas, gestos de exclusão sociopolítica. Dependendo da história a ser contada, a pergunta “o que é autismo?” ganha enredos, tons e personagens distintos sob a chancela do DSM, o mercado linguístico oficial.

Capítulo 9

CIRCUITOS DOCUMENTÁRIOS SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Nós nos esforçamos muito para fazer coisas que, para muitos, são básicas e feitas no automático. Ficamos com sobrecarga sensorial e emocional por experimentar atividades que são tranquilas ou apenas chatas para a maioria. E, quando não damos conta por termos ultrapassado nosso limite, ouvimos que precisamos nos esforçar mais. Julgar é a opção mais fácil.
(Alice Casimiro)

Eu sei que esperam um homem de fala. Eu sei a importância da fala. Mas sei que falar sem ser ouvido é a fala perdida. [...] Ser eu é difícil... Muito em mim é muito de minha fé. Pouco de mim é comprovação. Muito de mim é amor.
(Fernando Murilo Bonato)

Antes de descrever os resultados obtidos no levantamento de SOC no BARTOC, é feito um adendo sobre a representação do TEA em três esquemas de classificação, o DSM, a CDD e a CDU. O adendo se justifica para iluminar os mecanismos de estruturação do BARTOC. Segundo Ledl e Gnoli (2017), o diretório tem dois objetivos específicos: a) descrever os SOC em forma e conteúdo; e b) fornecer acesso aos instrumentos. Para o primeiro objetivo, os administradores selecionam um conjunto de linguagens documentárias para organizar, dentro do sistema, SOC plurais, temática e linguisticamente. Em outras palavras, o BARTOC lança mão de garantias literárias para permitir a recuperação de instrumentos que, por sua vez, servirão de garantias literárias – transgramática, mais uma vez.

Tais instrumentos também servem de guias para a concretização do segundo objetivo: a descrição de metadados sobre os SOC na sua página correspondente, na interface visível para o visitante do *site*: nome, opções de tradução, assunto, vinculação institucional, data, resumo, tipologia, *link* de acesso ao SOC, idioma, formato, tipo de acesso e identificador único. Contudo, esses metadados não estão disponíveis em todas as páginas de SOC indexadas pelo BARTOC. Dessa maneira, a institucionalidade dos instrumentos avaliados nesta pesquisa foi atribuída pela classificação existente na plataforma e por consulta externa, quando indisponível nos campos descritivos do BARTOC.

Alguns dos instrumentos utilizados pelo BARTOC para representação descritiva e temática dos SOC são o EuroVoc, dicionário multilíngue da União Europeia e a CDD (até o terceiro nível hierárquico), de acordo com Ledl e Gnoli (2017). Para os fins desta análise, foram adicionados o DSM pela relevância destacada no domínio da saúde e por ser o dispositivo informacional de diagnóstico e caracterização em âmbito global; e a CDU para fins complementares do cânone das classificações bibliográficas.

A primeira edição do DSM data de 1952. No manual, o termo “*autism*” consta no grupo dos Transtornos Psicóticos como um

sintoma. A categoria específica é “000-x28 - *Schizophrenic reaction, childhood type*”. O termo “*autistic*” é utilizado em duas categorias: “000-x24 *Schizophrenic reaction, paranoid type*” e “000-x42 *Schizoid personality*”, sob a forma de pensamento autista (APA, 1952).

Na segunda edição, publicada em 1968, DSM-II, não há registro do termo “*autism*”. Já o termo “*autistic*” está na categoria “295.8 - *Schizophrenia, childhood type*” com a indicação de comportamento autista; e na categoria “301.2 - *Schizoid personality*”, se mantém como pensamento autista (APA, 1968).

A terceira edição, de 1980, DSM-III, inaugura o autismo como categoria diagnóstica do desenvolvimento separado da esquizofrenia. Na notação 299.0x, Autismo infantil pertence ao grupo das “*Pervasive Developmental Disorders*”:

the essential features are a lack of responsiveness to other people (autism), gross impairment in communicative skills, and bizarre responses to various aspects of the environment, all developing within the first 30 months of age. (...) the failure to develop interpersonal relationships is characterized by a lack of responsiveness to and a lack of interest in people, with a concomitant failure to develop normal attachment behavior. in infancy these deficiencies may be manifested by a failure to cuddle, by lack of eye contact and facial responsiveness, and by indifference or aversion to affection and physical contact. as a result, parents often suspect that the child is deaf. adults may be treated as interchangeable, or the child may cling mechanically to a specific individual. in early childhood there is invariably failure to develop cooperative play and friendships; but, as the children grow older, greater awareness of and

attachment to parents and other familiar adults often develop. some of the least handicapped may eventually reach a stage where they can become passively involved in other children's games or physical play such as running with other children. this apparent sociability is superficial, however, and can be a source of diagnostic confusion if mistaken for social relatedness when the diagnosis is made retrospectively (APA, 1980, p. 88).

O guia salienta as dificuldades comportamentais, a ampla gama de manifestação intelectual e explica que o transtorno é crônico e extremamente incapacitante, que dois terços da população diagnosticada jamais será independente e autônoma. O guia ainda postula seis critérios para diagnóstico do autismo infantil (*infantile autism*): i) início antes dos 30 meses de idade; ii) falta generalizada de capacidade de resposta a outras pessoas; iii) déficits significativos no desenvolvimento da linguagem; iv) se fala; estão presente padrões de fala peculiares, como ecolalia imediata e tardia, linguagem metafórica, reversão pronominal; v) respostas bizarras a vários aspectos do ambiente, por exemplo, resistência à mudança, interesse peculiar ou apego a objetos animados ou inanimados; vi) ausência de delírios, alucinações, afrouxamento de associações e incoerência como na esquizofrenia (APA, 1980). Nesta edição, o termo “*autistic*” se manteve na categoria “301.2 - *Schizoid personality disorder*” como uma alteração textual: “*personality disorder in which there is withdrawal from affectional, social and other contacts with autistic preference for fantasy and introspective reserve*”.

Gaviolli (2020) complementa e explica que, no mesmo período, popularizaram-se questionários para auxílio diagnóstico, protocolos clínicos aplicados aos pais da criança para gerar escalas diagnósticas e traçar limites, uma relação dentro–fora do autismo a partir dos critérios clínicos previstos na literatura

médica, tal qual o DSM. Alguns exemplos de questionários da década de 1980 são o *Childhood Autism Rate Scale* (CARS), *Behavior Observation Scale* (BOS) e *Emotion Regulation Checklist* (ERC) (Gaviolli, 2020).

A quarta edição, DSM-IV, foi publicada em 1994 e abriu duas possibilidades diagnósticas: “*Autistic Disorder*” e “*Asperger’s Disorder*”. Sob a notação “299.00”, o manual indica o termo preferido “Transtorno autístico” para se referir ao “autismo infantil precoce”, “autismo infantil” e “síndrome de Kanner” e sinaliza que a maior parte dos casos está relacionada à presença de “retardo mental”. Em linhas gerais, segundo o DSM-IV, transtorno autístico é caracterizado pela

[...] presença de um desenvolvimento marcadamente anormal ou prejudicado na interação social e na comunicação e um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam muito dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo. [...] Os indivíduos mais jovens podem ter pouco ou nenhum interesse em estabelecer amizades. Indivíduos mais velhos podem ter interesse na amizade, mas não compreender as convenções da interação social. Pode haver uma falta de busca espontânea de compartilhar prazeres, interesses ou conquistas com outras pessoas [...] a falta de reciprocidade emocional pode estar presente [...] Muitas vezes, a consciência que um indivíduo tem dos outros é marcadamente prejudicada. Indivíduos com esse transtorno podem ignorar outras crianças (incluindo irmãos), podem não ter noção das necessidades dos outros, ou podem não

perceber angústia de outra pessoa. O prejuízo na comunicação também é acentuado e sustentado e afeta tanto habilidades verbais e não-verbais (APA, 1994, p. 66, tradução própria).

No espaço de 14 anos existente entre a terceira e quarta edições, os critérios diagnósticos foram ampliados, com pesos atribuídos. Por exemplo, a pessoa deve se enquadrar em seis ou mais critérios, porém, obrigatoriamente em dois do grupo 1, um do grupo 2 e um do grupo 3, para ter o diagnóstico validado.

Quadro 8 – Critérios diagnósticos para validação do Transtorno Autístico no DSM-IV²²

1	Prejuízos qualitativos na interação social	(a) comprometimento acentuado no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, como olhar nos olhos, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social
		(b) dificuldade em desenvolver relacionamentos entre pares apropriados ao nível de desenvolvimento
		(c) ausência de busca espontânea de compartilhar prazeres, interesses ou realizações com outras pessoas (por exemplo, falta de mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse)
		(d) ausência de reciprocidade social ou emocional

²² O texto original em língua inglesa está disponível como apêndice.

2	Prejuízos qualitativos na comunicação	(a) atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem oral, sem ocorrência de tentativas de compensação através de modos alternativos de comunicação, tais como gestos ou mímicas.
		(b) em indivíduos com fala adequada, destacada diminuição da habilidade de iniciar ou manter uma conversa com outras pessoas.
		(c) uso estereotipado e repetitivo de linguagem ou linguagem idiossincrática
		(d) ausência de ações variadas, espontâneas e imaginárias (brincadeiras de faz de conta) ou ações de imitação social apropriadas para o nível de desenvolvimento.
3	Padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades	(a) obsessão por um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse que seja anormal tanto em intensidade quanto em foco.
		(b) adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais não funcionais específicos.
		(c) maneirismos motores estereotipados e repetitivos, por exemplo: agitação ou torção das mãos ou dedos, ou movimentos corporais complexos.
		(d) preocupação persistente com partes de objetos

Fonte: elaborado pela autoria com base na APA (1994, p. 70, tradução própria).

No mesmo grupo dos transtornos pervasivos, sob a código 299.80, está a síndrome de Asperger sob a taxonomia “transtorno de Asperger”. Este foi o primeiro registro no DSM desde a descrição oficial em 1944. De acordo com o manual, as características nucleares são comprometimento grave e contínuo na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. O transtorno se manifesta com prejuízo na vida social, ocupacional ou em outras áreas importantes do desenvolvimento. Entretanto, em contraste com o transtorno autístico, no transtorno de Asperger não se observa atraso significativo na linguagem e na capacidade cognitiva (APA, 1994). Ainda de acordo com o DSM-IV, para concluir o diagnóstico de Asperger é preciso eliminar a possibilidade de esquizofrenia.

Na quinta e mais recente versão, DSM-V, emerge a terminologia atual e popularizada de espectro, o TEA, classificado no grupo dos Transtornos do neurodesenvolvimento, com o código 299.0/F84.0. O documento atualizado orienta que os indivíduos com diagnóstico confirmado de acordo com o DSM-IV nas categorias de transtorno autístico, transtorno de Asperger, transtorno global do desenvolvimento ou sem outra especificação devem ser enquadrados na nova nomenclatura, Transtorno do Espectro Autista. Desse modo, o DSM insere a síndrome de Asperger como um tipo de autismo, divergindo das edições anteriores. A redação dos critérios diagnósticos foi modificada, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 – Critérios diagnósticos para o TEA segundo o DSM-V

A	Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos	1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto,
---	--	---

		<p>a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.</p>
		<p>2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.</p>
		<p>3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares</p>
<p>B</p>	<p>Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades</p>	<p>1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotípias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).</p>
		<p>2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).</p>
		<p>3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com</p>

		objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).
C	Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).	
D	Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.	
E	Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento. Deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista costumam ser comórbidos; para fazer o diagnóstico da comorbidade de transtorno do espectro autista e deficiência intelectual, a comunicação social deve estar abaixo do esperado para o nível geral do desenvolvimento.	

Fonte: elaborado pela autora com base na AAP (2014, p. 50).

Para todas as categorias (A, B, C, D, E), o profissional de saúde deve especificar a gravidade de acordo com “prejuízos na comunicação social e em padrões restritos ou repetitivos de comportamento” (APA, 2014), seguindo a tabela correspondente aos níveis de gravidade para cada área: “exigindo apoio muito substancial”, “exigindo apoio substancial” e “exigindo apoio”.

Valle e Saldanha (2020) avaliaram as principais bases de dados científicas internacionais, além de um monitoramento de publicações no Twitter entre outubro e dezembro de 2019, para investigar os usos terminológicos quanto à classificação de gravidade do TEA. Na ocasião, identificaram uso dos termos “leve, moderado e severo” no lugar do termo “suporte” orientado pelo DSM-V, tanto na literatura científica, quanto em conteúdo produzido por pessoas não especialistas em redes sociais. Notaram também um crescimento no uso desses termos não

autorizados entre os anos de 2014 e 2019 e a associação entre “autismo leve” à síndrome de Asperger devido à linguagem preservada e ausência de deficiência intelectual.

No que concerne às classificações bibliográficas, o domínio está presente na CDD e na CDU. A consulta foi realizada às edições 21 (livro físico) e 23 (conteúdo disponível na *webDewey*) da CDD, em língua inglesa, e a 2ª edição, em livro físico, da CDU, em língua portuguesa.

Na CDU, o termo identificado no *index* foi “autismo” com a notação (616.896), sendo (616) a classe “Patologia. Medicina clínica”; (616.8), “Neurologia. Neuropatologia. Sistema nervoso”, (616.89), Psiquiatria e variações, como psicoses e distúrbios do comportamento. Na CDD, o termo “*autism*” consta em três grupos: Medicina (616.8982), Pediatria (618.928982) e Educação Especial (371.94), com indicação para estudantes com distúrbios emocionais. A versão disponível na *web*, *webDewey*, indica o esquema classificatório: 600 (*Technology*) > 610 (*Medicine & Health*) > 616 (*Diseases*) > 616.8 (*Diseases of nervous system and mental disorders*) -> 616.85 (*Miscellaneous diseases of nervous system and mental disorders*) > 616.85/8 (*Personality, sexual, gender-identity, impulse-control, developmental, learning disorders, violent behavior, mental retardation*) > 616.85/88 (*Mental retardation, developmental and learning disorders*) > 616.85/882 (*Autism*) (Valle; Saldanha, 2019).

No mesmo nível hierárquico do termo “*autism*”, está a classe 616.85/883 (*Other pervasive developmental disorders*) e, dentro desse grupo, 616.85/8832 (*Asperger Syndrome*). Na versão atual da *web*, a decisão de classificação do termo “autismo” permanece relacionada com a educação especial (371.94), porém com outras combinações: “*autism adolescent medicine*”; “*autism-therapy*”; “*autism-etiology*”; “*autistic people-medicine-biography*”; “*autism-pediatrics*” e “*children with emotional disturbances-home care*”. Como termos associados, estão: “*attention-deficit-disordered children education*”, “*autism-special-education hyperactive*

students”, “*mentally ill people-education*”, “*people with mental illness-education*”. Já o termo “*autistic*”, na CDD atual, tem sete ocorrências. Além das citadas anteriormente, existe a notação 704/.0874: “*Artists with mental disabilities*” (combinação de “*Miscellaneous specific groups of people*” + “*People with mental illness and disabilities*”). Por fim, para a Síndrome de Asperger, as combinações são: “*Asperger syndrome-adolescent medicine*” e “*Asperger syndrome-pediatrics*” (Valle; Saldanha, 2019).

Conforme Valle e Saldanha (2019), as classificações bibliográficas vigentes abrangem mais domínios do conhecimento fronteiriços ao autismo. No entanto, as representações ainda não relacionam áreas importantes como comunicação, linguagem e as questões sensoriais – amplamente presentes na realidade do TEA e nas edições do DSM. Outro destaque importante é a ausência de terminologia e notação sobre autismo na área da Psicologia, apesar da expressão “desordens emocionais” estarem associadas às crianças autistas na educação especial. Segundo as autorias, a presença de uma notação sobre a etiologia do TEA parece acompanhar a tendência contemporânea da genética, mas encontra-se em uma classe específica de “doenças do sistema nervoso e transtornos mentais”.

Conhecidas as descrições presentes nos instrumentos norteadores de classificações e controle terminológico para o domínio do TEA, passa-se à apresentação dos resultados obtidos na etapa empírica da pesquisa. Para facilitar a leitura, a apresentação qualitativa dos resultados foi dividida em duas partes: “BARTOC: o espelho heterotópico da classificação” contém o detalhamento de cada instrumento agrupado por tipologia documental. Trata-se de uma descrição simples sobre o conteúdo de cada SOC consultado e considerado válido para análise qualitativa e indicadores métricos gerais. A segunda, “Análise dos resultados: pontos de ver”, propõe a leitura crítica sobre a metarrepresentação do TEA identificada nos instrumentos a partir do diálogo com o referencial teórico.

BARTOC: O ESPELHO HETEROTÓPICO DA CLASSIFICAÇÃO

Conforme relatei no percurso metodológico, o levantamento dos SOC foi realizado no diretório europeu BARTOC em duas etapas, a partir de descritores multilíngues, com diferença de um ano: junho de 2022 e junho de 2023. Na primeira rodada, palavras-chave somente em inglês e português, e na segunda rodada, além destes dois, espanhol e francês, conforme equivalência idiomática prevista no DeCS/MeSH.

De acordo com os Quadros 1 e 2, a busca foi realizada a partir de 44 (quarenta e quatro) descritores, sendo 12 (doze) descritores específicos com fins à precisão e 32 (trinta e dois) para ampliar a revocação. Os termos relacionados diretamente ao domínio, a saber, [transtorno do espectro autista], [síndrome de Asperger] e [neurodiversidade], em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e francês), somaram 509 (quinhentos e nove) itens recuperados. Com a ampliação da revocação por meio de outras 32 (trinta e duas) palavras-chave, a saber, [diversidade], [inclusão], [neurologia], [psiquiatria], [psicologia], [saúde mental], [genética] e [educação] em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e francês), totalizaram-se 760 (setecentos e sessenta) itens, um acréscimo de 35 (trinta e cinco) novos instrumentos para exame. Elegeu-se tais termos devido à descrição etiológica e condição de deficiência no contexto contemporâneo do TEA. Portanto, a ênfase neurobiológica e mental no escopo da saúde, a dimensão identitária e política da diversidade e da inclusão e o enfoque em Educação por ter o desenvolvimento humano como um de seus objetos de estudo.

Ao excluir as duplicidades, somaram-se 543 (quinhentos e quarenta e três), posteriormente consultados individualmente. Com vistas à organização interna e controle quantitativo, adotou-se para a visualização do esquema do levantamento a semântica de ordenação por cores: cor amarela para os SOC indisponíveis,

um total de 217 (duzentos e dezessete) itens, laranja para os SOC acessados e avaliados, porém sem conteúdo sobre o TEA, totalizando 258 (duzentos e cinquenta e oito) itens; e verde para os SOC com presença de termos do domínio, um total de 68 (sessenta e oito) itens. Este último, o *corpus* final da etapa empírica da pesquisa.

Quanto à recuperação dos instrumentos inicialmente inacessíveis, ressalta-se o uso de outros *sites*, como bases de dados acadêmicas e o *Internet Archive*, para tentativa de outra via de recuperação, com foco em uma mínima exaustividade da representação dos *corpora*. A finalidade era não desprezar imediatamente a indicação do instrumento apenas porque o *link* presente no BARTOC era inválido. No entanto, como a finalidade de análise foi também a *performance* da própria base, ou seja, a relação “descriptor de entrada > itens recuperados > itens úteis > acesso validado”, não se realizou uma busca externa exaustiva, para além dos *corpora* considerados centrais para o objeto de pesquisa. Optou-se pela demarcação de um *corpus* “indisponível”, pois é também um dado de pesquisa oriundo do funcionamento do sistema que pretende reunir e tornar público o maior número de SOC sobre qualquer assunto. Assim, apesar de 217 (duzentos e dezessete) instrumentos não terem sido localizados pelo BARTOC ou fonte externa no período de levantamento, considerou-se o *corpus* final válido para a finalização desta etapa de pesquisa, uma vez que foram localizados, consultados e examinados 326 (trezentos e vinte e seis) instrumentos, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do total de SOC recuperados pelo BARTOC.

Quanto à tipologia documental, dos 68 (sessenta e oito) instrumentos considerados válidos para análise qualitativa, 34 (trinta e quatro) são classificados como tesouros, 08 (oito) são esquema de classificação, 05 (cinco) são cabeçalhos de assunto, 04 (quatro) são dicionários, 04 (quatro) são glossários, 03 (três) são ontologias, 03 (três) são terminologias, 02 (dois) são listas e 05 (cinco) recebem mais de uma classificação, a saber: 01 (um)

esquema de classificação e tesouro, 01 (um) esquema de classificação e taxonomia, 01 (um) esquema de classificação e tesouro, 01 (um) glossário e terminologia e 01 (um) lista e terminologia.

No que diz respeito ao idioma original, registraram-se 12 (doze) línguas, a saber: inglês (28 - vinte e oito), catalão (08 - oito), francês (08 - oito), espanhol (06 - seis), português (05 - cinco), alemão (04 - quatro), finlandês (03 - três), coreano (02 - dois), grego (01 - um), holandês (01 - um), italiano (01 - um), norueguês (01 - um). Optou-se pela expressão “idioma original” devido ao fato de alguns instrumentos serem multilíngues. Assim, o idioma registrado para exame métrico é o visualizado no primeiro acesso ao SOC. Destaca-se que o conteúdo em língua estrangeira, exceto em italiano, inglês e espanhol, foi interpretado por meio de tradutores *online* e a versão traduzida oferecida pela própria página *web* acessada.

Sobre o território geográfico de origem, 20 (vinte) territórios foram identificados: Estados Unidos (16 - dezesseis - itens), Catalunha (8 - oito), Brasil (5 - cinco), Alemanha (4 - quatro), Bélgica (4 - quatro), França (4 - quatro), Reino Unido (4 - quatro), Canadá (3 - três), Finlândia (3 - três), Austrália (3 - três), Argentina (2 - dois), Coreia do Sul (2 - dois), Espanha (2 - dois), Grécia (01 - um), Holanda (01 - um), Itália (01 - um), México (01 - um), Noruega (01 - um), Suíça (01 - um), Venezuela (01 - um). Escolheu-se a expressão “território geográfico de origem” e não “país” por dois motivos: nem todos os territórios são efetivamente países, como o caso da Catalunha, e alguns instrumentos são frutos de associações entre países, como a Unesco, ONU e União Europeia. Nesses casos, optou-se pelo endereço da sede.

No que concerne aos campos do conhecimento, elegeu-se agrupar os SOC de acordo com a tabela CAPES (2022), conforme relatado no percurso metodológico, e não prosseguir com a classificação indicada pelo BARTOC. Como resultado, 15 (quinze) áreas do conhecimento foram identificadas, a saber: Ciências

Humanas/Educação (16 - dezesseis - itens), Ciências Sociais Aplicadas/Ciência da Informação (15 - quinze), Ciências da Saúde/Medicina (14 - catorze), Multidisciplinar/Interdisciplinar (07 - sete), Ciências Humanas/Psicologia (06 - seis), Ciências Agrárias/Medicina Veterinária (1 - um), Ciências Biológicas/Bioquímica (1 - um), Ciências Biológicas/Neurofisiologia (1 - um), Ciências da Saúde/Farmácia (1 - um), Ciências Humanas/História (1 - um), Ciências Humanas/Sociologia (1 - um), Ciências da Saúde/Saúde Coletiva (1 - um), Ciências Sociais Aplicadas/Economia (1 - um), Ciências Sociais Aplicadas/Serviço Social (1- um), Linguística, Letras e Artes/Letras (1- um). Como toda classificação é situada, dependente de objetivos e de quem classifica, o *corpus* poderá receber outra classificação por área do conhecimento conforme o instrumento norteador ou da interpretação subjetiva do escopo. A variável “área do conhecimento”, nesta pesquisa, é interpretada como vinculação científica, isto é, a imagem epistemológica de pertencimento de um SOC, mas, principalmente, seu conjunto (aqui, o total de 15 – quinze áreas) sintetiza a teia transgramatical de produção discursiva sobre o TEA a partir de metalinguagens.

Quadro 10 – *Corpora* da pesquisa resultantes do levantamento pelas tipologias de SOC terminologia, lista, dicionário e glossário no sistema BARTOC

1	Clinician's Thesaurus
2	Dictionary of Education
3	Dictionary of Neuroscience
4	Dictionary of Psychiatry
5	Encyclopedic Dictionary of Medicine
6	English-Greek Glossary of Psychology
7	Korean Sign Language Dictionary
8	MedDRA
9	Name and Title Authority File of Catalonia

10	Professional Sign Language Dictionary Psychology Alphabetical Index
11	ScoLOMFR
12	TEPA
13	Terminology Health Sciences
14	UHR's Termbase for Norwegian Higher Education Institutions
15	UNTERM - The United Nations Terminology Database

Fonte: BARTOC, 2023.

No grupo analisado, somaram-se 15 (quinze) instrumentos classificados na tipologia de terminologia, dicionário ou glossário. O primeiro instrumento indicado, *Clinician's Thesaurus*, é um guia clínico para prática diagnóstica e elaboração de relatórios, editado por Edward L. Zuckerman, doutor em Psicologia pela Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos. Consultou-se a sétima edição, publicada em inglês, em 2010.

No instrumento, dois termos-chave foram identificados: “*Autism Spectrum Disorders*” e “*Asperger Syndrome*”. O primeiro termo, “*Autism Spectrum Disorders*”, é o termo destacado de busca e está organizado na seção hierárquica *Standard Terms and Statements for Wording Psychological Reports > The Person in the Evaluation > Abnormal Signs, Symptoms, and Syndromes > Autism Spectrum Disorders* (em português, Termos e declarações padrão para redigir relatórios psicológicos > A pessoa na avaliação > Sinais, sintomas e síndromes anormais > Transtornos do espectro do autismo). Apoiado no DSM-IV-TR, o conteúdo o associa com o Transtorno de Asperger (o guia utiliza o termo *Asperger's Disorder*, e não síndrome) e a Síndrome de Rett, indicando semelhanças de manifestação clínica, no contexto dos Transtornos Pervasivos do Desenvolvimento (e inglês, *Pervasive Developmental Disorders*).

No item “Solidão”, Zuckerman (2010) define as pessoas autistas como pessoas sem apego e sorriso social e que apenas buscam outros seres humanos quando angustiados, assustados ou chateados. Em geral, evitam outras pessoas, bem como o contato

visual. São emocionalmente distantes, sem afeto, sem interesse, indiferente ao toque. Apresenta lacunas quanto à reciprocidade, marcada pela “falta de consciência da existência de sentimentos nos outros” (Zuckerman, 2010, p. 168), atribuída à falta de uma Teoria da Mente. Tais pessoas não têm a capacidade de imitação, do “jogo de fazer de contas”; em geral, apresentam pouca imaginação, não desenvolvem e cultivam amizades e usam as outras pessoas de forma mecânica, carecendo de compreensão de regras sociais. Além disso, relacionam-se com objetos inanimados de maneira ritualística. No item “Comunicação”, o autor indica atraso na fala ou mudez, ausência de espontaneidade verbal, extrema literalidade, presença de ecolalia imediata ou tardia, inversão de pronome com dificuldade de referir-se a si próprio como “eu” e falta de clareza na relação lógica de todo/parte. No quesito “Rituais e Compulsões”, o autor ressalta a “presença da mesmice”, com a manifestação de choro ou birra como resultado de alterações na rotina. Nesse contexto, pessoas autistas apresentam comportamento estereotipado, imprevisíveis e/ou bizarros.

Quadro 11 – Reprodução da classificação do TEA no DSM-IV-TR e CID-9²³

DSM-IV-TR		CID-9-CM	
Código de classificação	Taxonomia	Código de classificação	Taxonomia
299.00	Transtorno Autístico	299.0x	Transtorno Autístico Síndrome de Kanner
299.10	Transtorno Desintegrativo da Infância	299.1x	Transtorno Desintegrativo da Infância

²³ O texto original em língua inglesa está disponível como apêndice.

DSM-IV-TR		CID-9-CM	
299.80	Síndrome de Asperger	299.8x	Outro Transtorno Pervasivo do Desenvolvimento especificado
299.80	Esquizofrenia, tipo infantil	299.9	Transtorno Pervasivo do Desenvolvimento não especificado
299.80	Rett's Disorder		

Fonte: elaborado pela autora com base em Zuckerman (2010, p. 285, tradução própria).

O termo “*Asperger Syndrome*” segue a ordem hierárquica *Useful Resources > Treatments for Specific Disorders and Concerns > Asperger Syndrome* (em português, Recursos Úteis > Tratamentos para Distúrbios e Preocupações Específicos > Síndrome de Asperger) e não define características específicas. O conteúdo se restringe à referência bibliográfica Gaus, V. L. *Cognitive- behavioral therapy for adult Asperger syndrome*. New York: Guilford Press, 2007.

O segundo, terceiro, quarto e quinto instrumento nesta tipologia são o *Dictionary of Education*, *Dictionary of Neuroscience*, *Dictionary of Psychiatry* e *Encyclopedic Dictionary of Medicine*, publicados em catalão (e com opção multilíngue), pelo Centro de Terminologia do Governo da Catalunha. O dicionário de Educação indica “*trastorn de l'espectre autista*” (em português, Transtorno do Espectro Autista) e o situa no âmbito da Educação Especial, em deficiências (em catalão, *Educació especial > Discapacitats*). A definição delimita como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por um déficit persistente nas habilidades sociais e comunicativas não atribuídas a um simples atraso no desenvolvimento. No espectro também se identifica padrões restritos e repetitivos de comportamento e interesses.

No tópico “Nota”, o dicionário prevê ao menos três manifestações clínicas deficitárias no contexto

sociocomunicativo: 1) reciprocidade social e emocional; 2) comunicação não-verbal; 3) relacionamento interpessoal coerente ao nível de desenvolvimento. Em relação ao padrão de comportamento e interesses, o diagnóstico contempla, no mínimo, dois indicadores dentre os quais: 1) fala, movimento ou manipulação de objetos estereotipados ou repetitivos; 2) fixação excessiva em rotinas e comportamento ritualizado, com resistência à mudança; 3) interesses restritos, fixos e/ou desproporcionalmente intensos; 4) hiper-reatividade ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesses incomuns em aspectos sensoriais do ambiente. Como termos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, o Dicionário de Educação apresenta três possibilidades: autista, *mutisme* (em português, mutismo) e *sordmudesa* (em português, surdo-mudo). O termo de interesse da pesquisa é o primeiro, autista, cuja definição é “pessoa afetada pelo autismo”.

O Dicionário de Neurociência retorna com dois termos Transtorno do Espectro Autista e autista. Neste dicionário, o TEA consta nas áreas de Neuropsicologia e Psiquiatria e as definições e notas seguem o conteúdo do Dicionário de Educação. Já o termo “autista” é definido como polarização do psiquismo da pessoa para o seu interior, isto é, uma espécie de embotamento, com perda de contato com o mundo exterior. O Dicionário de Psiquiatria repete o conteúdo do Dicionário de Educação e associa o termo TEA aos termos mutismo e mutismo seletivo. Já o Dicionário Enciclopédico de Medicina classifica o TEA no contexto da Saúde Mental, com recorte em Psiquiatria, e, do mesmo modo, replica a definição presente no Dicionário de Educação.

O sexto instrumento é o *English-Greek Glossary of Psychology* (em português, Glossário de Psicologia Inglês-Grego), publicado pela *Hellenic Psychological Society* e classificado pelo BARTOC como glossário. Identificou-se a presença dos termos “*autism*”, em grego *αυτισμός*, e “*autism spectrum disorders*”, em grego, *διαταραχές του φάσματος του αυτισμού*, sem definições.

O sétimo instrumento é o *Korean Sign Language Dictionary* (em português, Dicionário Coreano de Língua de Sinais), organizado pelo Instituto Nacional da Língua Coreana, na Coreia do Sul. O termo “autismo” (em coreano, 自閉症) encontra-se na seção de Medicina e é definido como um transtorno invasivo do desenvolvimento com prejuízos qualitativos na interação social e na comunicação, afetando o comportamento, interesse e atividades nesses contextos. A sequência gestual refere-se ao “auto” + “fechar” + “sintoma”. O termo “Transtorno Autista” (em coreano, 自閉性障碍) apresenta a mesma definição, todavia o gestual compreende as noções de “autismo” + “deficiência”.

O oitavo instrumento é o *Medical Dictionary for Regulatory Activities* (MedDRA), uma terminologia surgida a partir da *Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use* (ICH), nos Estados Unidos. O sistema é licenciado, portanto, realizou-se a análise parcial de acordo com os dados disponíveis no site. O termo “autism” consta em duas listas terminológicas: “*Patient Friendly Term List*” e “*Paediatric Adverse Events*”. Por sua vez, o termo “*Autism Spectrum Disorder*” foi identificado apenas na lista especializada em pediatria. Nas seções “Pontos a considerar” e “O que há de novo no MedDRA?”, o domínio esteve presente nas atualizações dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2023. Porém, notou-se apenas dois tipos de conteúdo: no item “*Complex indications*”, indicando a complexidade do assunto e a necessidade de uma terminologia plural e circunstancial, por exemplo, “tratamento de agressividade no autismo”; e no item “Erros de transcrição do produto ou problemas de comunicação”, em que o cenário hipotético é uma pessoa paciente com autismo. Desse modo, o descritor não deve abranger o grupo de erros de medicamento ou produto, mas a classe de distúrbios da comunicação.

O nono instrumento é o *Name and Title Authority File of Catalonia*, uma lista onomástica autorizada da Biblioteca da

Catalunha. Foram identificadas personagens relacionadas ao domínio como Leo Kanner, Hans Asperger, Lorna Wing e Temple Grandin.

O décimo instrumento é o *Professional Sign Language Dictionary Psychology Alphabetical Index*, publicado em alemão, pela Universidade de Hamburgo. Trata-se de uma lista conceitual elaborada por discentes com deficiência auditiva do Departamento de Psicologia da universidade, com o objetivo de instruir pessoas com deficiência e intérpretes. Identificou-se o termo autismo (em alemão, *autismus*). A estrutura do verbete é dividida em: representação do sinal/gesto correspondente, termo associado (sob a taxonomia de “Também”), definição e termos genéricos. Como termo associado, aponta-se “egocentrismo”. Como definição, transtorno grave de ocorrência na infância, caracterizado como comportamental manifestado na incapacidade de estabelecer relações emocionais com outras pessoas. A pessoa autista é descrita como alguém fechado em seu próprio mundo de pensamentos e imaginações, silenciosa, isolada da própria mãe, com intolerância a mudanças de hábito e linguagem fragmentária. Como métodos terapêuticos, indica a terapia comportamental. Como termos genéricos, aponta “deficiências físicas e mentais” e “transtornos mentais”, ambos ligados à área da Psicologia.

O instrumento número 11 é o *ScoLOMFR*, produto de uma rede de formação de professores, a *Réseau Canopé*, na França. O termo autismo está classificado na categoria “tipos de transtornos”, em “transtorno invasivo do desenvolvimento” (em francês, *trouble envahissant du développement*).

O instrumento número 12 é o Banco de Termos (TEPA) finlandês, isto é, uma coleção de glossários e dicionários majoritariamente em finlandês, alemão, sueco e inglês. A terminologia preferencial é “autismo” ou “Transtorno do Espectro Autista”, classificada como doença (em inglês, “*illness*”) no escopo das Ciências Médicas. A lista indica outros termos associados

como “autismo de Kanner”, “autismo infantil” e “autismo infantil precoce”.

O instrumento número 13, *Terminology Health Sciences*, organizado pelo governo da Catalunha, que recupera dois descritores, “autismo” e “Transtorno do Espectro Autista”, com relação à Neurociência e Psiquiatria, cujas definições já foram apresentadas em dicionários correspondentes pela mesma instituição.

O instrumento número 14, *UHR's Termbase for Norwegian Higher Education Institutions*, é um glossário norueguês, integrado à Universidade de Bergen. O termo recomendado é autismo e está classificado no campo da Saúde, sem especialidade.

O instrumento número 15 e último avaliado na tipologia dos glossários, dicionários, listas e terminologias é o *The United Nations Terminology Database* (UNTERM), base dados terminológica multilíngue da Organização das Nações Unidas (ONU). O sistema recuperou oito ocorrências, das quais selecionou-se uma, referente à definição: “autism” (termo principal) e “autism disorder” (variação), classificado no contexto da Saúde, em Medicina, e com a descrição em inglês, francês, espanhol e árabe.

Em inglês, autismo é uma deficiência humana geralmente observada antes dos três anos de idade. Não é uma doença mental e, sim, um transtorno manifestado em espectro, com sintomas e características variáveis e distintas combinações. Crianças e pessoas adultas sob o espectro apresentam prejuízos na comunicação verbal e não-verbal, interação social, experiências sensoriais e em atividades lúdicas. São notadas ações estereotipadas e repetitivas. O transtorno é caracterizado, centralmente, pela falta de reciprocidade. A pessoa também apresenta dificuldades em compreender pistas sociais, em estabelecer contato visual e em adaptar-se a mudanças.

Em francês, autismo é definido como um desapego da realidade e recolhimento em si mesmo; predominância da vida

interior; uma das manifestações da psicose esquizofrênica. Considerando o quadro clínico heterogêneo, o termo em língua francesa o situa como um distúrbio de socialização, falta de capacidade de resposta ou mesmo interesse com outros seres humanos. Destaca a falta de contato visual ou o olhar “vazio”, perturbação na comunicação verbal e não-verbal, linguagem expressiva ausente ou em atraso, marcada por ecolalias, inversão de pronomes e ausência de abstração. Quando, ao contrário, a linguagem é desenvolvida, observa-se dificuldade na modulação, com ritmos particulares, além de sintaxe imatura. Humor e compreensão contextuais da linguagem são inacessíveis a essas pessoas. Expressões faciais pobres e sorriso escasso. Capacidade de partilha limitada. Interesses restritos, com pouca ou nenhuma espontaneidade e brincadeira simbólica.

Na língua espanhola, autismo é descrito como um distúrbio complexo do desenvolvimento perceptível nos primeiros três anos de vida. Origina-se por um desenvolvimento cerebral anormal, de ordem bioquímica, com efeitos nas áreas da comunicação e das habilidades sociais, especialmente na interação social, comunicação verbal e não-verbal e padrões comportamentais repetitivos e restritos. Os sintomas são diversos e podem variar entre moderados e graves. Como manifestação branda do autismo, destaca a Síndrome de Asperger e o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra especificação. Saliencia a influência genética e outras causas ainda não comprovadas, como fatores ambientais uterinos: desordens no trato digestivo, envenenamento por mercúrio, sensibilidades a vacinas e uso incorreto de vitaminas e minerais.

Em árabe, a etimologia é assinalada: origem grega com significado de reclusão ou isolamento. Autismo é definido como uma doença misteriosa, centrada no comportamento e no desenvolvimento cognitivo e linguístico, que impede a pessoa de se comunicar e compreender outras. Caracteriza-se como um distúrbio psicológico com sintomas patológicos variáveis

convergentes em distúrbios de comportamento. No mesmo bloco de conteúdo, descreve como um transtorno neurobiológico complexo e persistente ao longo da vida, manifestado em todos os grupos sociais, raças e gêneros, e ressalta que a intervenção precoce resulta em melhoras significativas nas áreas da comunicação social e habilidades cognitivas.

Quanto à tipologia de cabeçalho de assuntos e tesouros, foram identificados 39 instrumentos, detalhados a seguir.

Quadro 12 - *Corpora* da pesquisa resultantes do levantamento pelas tipologias de SOC assuntos e tesouro no sistema BARTOC

1	ANASTASIA Thesaurus
2	Archives in London and the M25 Area Thesaurus
3	Australian Health Thesaurus
4	Australian Thesaurus of Education Descriptors
5	Controlled Health Thesaurus
6	Education Resources Information Center Thesaurus
7	Education Terms
8	Education Thesaurus
9	European Education Thesaurus
10	Health Canada Controlled Subject Vocabulary
11	Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)
12	Index of Higher Education Journals and Educational Research Controlled Vocabulary
13	Institute of Education Thesaurus
14	ISOC Psychology Thesaurus
15	Italian Thesaurus on Childhood and Adolescence
16	Latin American Vocabulary of Social Sciences
17	Library of Congress Subject Headings (LCSH)
18	List of Concepts, Terms and Acronyms of Psychology and Educational Sciences
19	Maternal and Child Health Thesaurus
20	Medical and Health Related Sciences Thesaurus
21	Medical Subject Headings (MeSH)
22	Multilingual European Thesaurus on Health Promotion
23	National Institute of Youth and Popular Education Thesaurus

24	Public Health Thesaurus
25	Register of the FIS Education Literature Database
26	Serbian Thesaurus of Matters
27	Thesaurus Brased
28	Thesaurus Care and Welfare
29	Thesaurus for Exceptional Child Education
30	Thesaurus Library of the Center for Health and Social Services of Laval
31	Thesaurus National Alpine Veterinary School
32	Thesaurus of Disability
33	Thesaurus of European Education Systems
34	Thesaurus of Senado Federal
35	Thesaurus of Women's History
36	Thesaurus Unesp
37	UNESCO-IBE Education Thesaurus
38	UniProtKB Keywords
39	Vocabulary of Health Sciences for Argentina

Fonte: BARTOC, 2023.

O primeiro instrumento deste grupo, *Anastasia Thesaurus*, é uma rede multidisciplinar relacionada à saúde, imigração, educação e relações Norte-Sul, publicado pelo *Centre de Ressources Documentaires Reseau Anastasia*, na Bélgica. Os termos considerados válidos para recuperação de documentos são autismo (em francês, *autisme*) e Síndrome de Asperger (em francês, *Syndrome d'Asperger*), não retornando nenhum registro a partir da expressão “Transtorno do Espectro Autista” e variações. O tesouro online não indica definições temáticas ou relações hierárquicas.

O segundo instrumento, *Archives in London and the M25 Area Thesaurus*, é organizado pelo governo do Reino Unido e contém o termo autismo (em inglês, “*autism*”). A hierarquia segue a ordem Ciência > Patologia > Deficiências > Deficiências do Desenvolvimento > Autismo (em inglês, *Science > Pathology > Disabilities > Developmental Disabilities > Autism*). O tesouro não

apresentou registros a partir dos descritores “Transtorno do Espectro Autista” e “Síndrome de Asperger” e variações.

O terceiro instrumento, *Australian Health Thesaurus*, é um tesouro especializado em saúde, financiado pelo governo australiano e publicado em inglês. O termo autorizado é Transtorno do Espectro Autista (em inglês, *Autism Spectrum Disorder*). Como termos alternativos, “ASD”, “*Asperger Disorder*”, “*Asperger’s Syndrome*”, “*Aspergers*”, “*Autism*” e “*Autistic*”. O TEA está classificado no escopo das doenças mentais e é definido como um transtorno da infância, com desenvolvimento notadamente anormal, que afeta predominantemente o gênero masculino, com déficits graves na interação social e com padrões de comportamento repetitivos. As manifestações clínicas são variadas e dependem do nível de desenvolvimento e a idade de cada pessoa.

O quarto instrumento, *Australian Thesaurus of Education Descriptors*, é especializado em educação e publicado pela *Cunningham Library*, na Austrália. Durante a consulta, retornou quatro descritores: “*Autism*”, “*Autism Spectrum Disorders*”, “*Asperger Syndrome*” e “*Aspergers Syndrome*”, sendo os termos autorizados “*Autism Spectrum Disorders*” e “*Asperger Syndrome*”. *Autism Spectrum Disorders* (em português, Transtornos do Espectro Autista) é classificado no assunto “Deficiências”, como uma deficiência do desenvolvimento. Está relacionado à Síndrome de Asperger, transtornos do comportamento, problemas de comportamento, distúrbios emocionais, relacionamento interpessoal, problemas de personalidade, esquizofrenia, teoria da mente. É descrito como uma série de transtornos invasivos do desenvolvimento, identificado na primeira infância e caracterizado pela incapacidade de desenvolver relacionamentos interpessoais, habilidades na linguagem, apresentando respostas anormais a estímulos exteriores e padrões repetitivos de comportamento.

Do mesmo modo, a Síndrome de Asperger está classificada na categoria de deficiência do desenvolvimento, relacionada ao Transtorno do Espectro Autista, transtornos do comportamento, distúrbios emocionais, competência interpessoal, relacionamento interpessoal, problemas de personalidade, comportamento social, alunos com necessidades especiais. É descrito como um transtorno invasivo do desenvolvimento caracterizado por prejuízos na interação social, porém com linguagem e inteligência não afetadas, podendo estar acima da média, fatos que o diferem do autismo.

O quinto instrumento, *Controlled Health Thesaurus*, é publicado pelo *Centers for Diseases Control and Prevention* (CDC), Estados Unidos. O termo “*Asperger Syndrome*” é classificado na categoria doença ou síndrome, no contexto da Psiquiatria, e é definido como um distúrbio da infância, presente majoritariamente em meninos, semelhante ao Transtorno Autístico, caracterizado por comprometimento grave na interação social e padrões de comportamento repetitivos e estereotipados. Comparado ao autismo, a síndrome não apresenta déficits no desenvolvimento da linguagem ou na esfera cognitiva. Está relacionado com os termos “ansiedade de separação”, “transtorno do desenvolvimento da função motora”, “retardo mental”, “déficit de atenção” e “comportamento disruptivo” (em inglês, *Asperger's disorder* <----> *Separation anxiety* <----> *Developmental disorder of motor function* <----> *Mental retardation* <----> *Attention deficit and disruptive behavior*).

O termo “autismo” é descrito em separado e não menciona a expressão Transtorno do Espectro Autista. É classificado na categoria de disfunção mental ou comportamental, marcada por um desenvolvimento infantil anormal com efeito clínico na interação social e na comunicação. Os sintomas são variáveis a depender do nível de desenvolvimento e idade da pessoa. Como termos relacionados estão: “autismo infantil precoce”, “síndrome de Kanner”, “autismo infantil”, “transtorno autista” (em inglês,

Early Infantile<---->Syndrome, Kanner's<----> Autism, Infantile<---->Disorders, Autistic).

O sexto instrumento, *Education Resources Information Center Thesaurus* (ERIC), é especializado em educação, associado ao governo dos Estados Unidos. O termo autorizado é Transtornos do Espectro Autista (em inglês, *Autism Spectrum Disorders*), classificado como uma deficiência no contexto do neurodesenvolvimento. É definido como uma variedade de distúrbios com efeito no desenvolvimento do bebê ou da criança, identificado por prejuízos nas habilidades sociais e de comunicação, padrões repetitivos de comportamento e interesses limitados. Indica ainda que, de 2002 a 2022, o termo era indexado na categoria dos Transtornos Pervasivos do Desenvolvimento (em inglês, *Pervasive Developmental Disorders*). Como termos não preferidos estão “*Asperger Syndrome*”, “*Aspergers Syndrome*”, “*Autism*”, “*Autistic Psychopathy*”, “*Autistic Savants*”, “*Pervasive Development Disorders*”, “*Pervasive Developmental Disorders*”. Já os termos relacionados são “*Anxiety Disorders*”, “*Applied Behavior Analysis*”, “*Attention*”, “*Behavior Disorders*”, “*Communication Skills*”, “*Developmental Disabilities*”, “*Emotional Disturbances*”, “*Intellectual Disability*”, “*Interpersonal Competence*”, “*Interpersonal Relationship*”, “*Personality Problems*”, “*Theory of Mind*” e “*Withdrawal (Psychology)*” (em português, "transtornos de ansiedade", "análise aplicada do comportamento", "atenção", "transtornos do comportamento", "habilidades de comunicação", "deficiências do desenvolvimento", "perturbações emocionais", "deficiência intelectual", "competência interpessoal", "relacionamento interpessoal", "problemas de personalidade", "teoria da mente", "retração (Psicologia)").

O sétimo instrumento, *Education terms*, é publicado pelo departamento de Educação do Reino Unido. O termo autismo (em inglês, “*autism*”) consta na categoria de Transtornos do Comportamento, e relaciona-se com os Transtornos da Comunicação. O termo autismo deve ser usado para representar

“*Aspergers syndrome*”, “*children with autism*” e “*people with autism*” (em português, “Síndrome de Asperger”, “crianças com autismo” e “pessoas com autismo”).

O oitavo instrumento, *Education Thesaurus (Éduthès)*, é organizado pelo centro de documentação do Canadá. O termo autismo (em francês, *autisme*) é classificado como um transtorno psicológico da categoria “Características psicológicas e psíquicas”. A hierarquia em francês é *Caractéristiques psychologiques et physiques > Trouble > Trouble psychologique > Autisme*. Não foram identificados os termos Síndrome de Asperger e Transtorno do Espectro Autista.

O nono instrumento, *European Education Thesaurus*, é o tesouro especializado em Educação da União Europeia. O único termo presente é “autismo”, classificado na categoria “deficiência e deficiente”, como uma doença (em espanhol, idioma original do instrumento, “*enfermedad*”). Portanto, a hierarquia é *deficiencia y deficiente > enfermedad > autismo*.

O décimo instrumento é o *Health Canada Controlled Subject Vocabulary*, do governo do Canadá e o termo autorizado é “*autisme*”, em português, autismo.

O instrumento de número 11 da categoria tesouro e cabeçalho de assunto é o Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings (DeCS/MeSH)*, criado pela *Latin American and Caribbean Center on Health Sciences Information (BIREME)*, associado à OPAS/OMS. O tesouro possui quatro descritores relacionados ao domínio estudado. O descritor em português “Transtorno do Espectro Autista” permite dois termos alternativos: “transtorno de espectro autista” e “transtorno do espectro do autismo”. É definido como um distúrbio cognitivo neurocomportamental não limitado aos prejuízos na socialização, na comunicação verbal e não-verbal e manifestação de padrão de comportamental restrito e repetitivo.

O descritor “Transtorno Autístico” permite três descritores alternativos: “autismo”, “autismo infantil” e “Síndrome de Kanner”

e é definido como um transtorno com origem na infância, caracterizado por um desenvolvimento acentuadamente anormal nas áreas da interação social e comunicação social, além de apresentar interesses restritos. Os sintomas variam de acordo com o nível de desenvolvimento e idade da pessoa.

O descritor “Síndrome de Asperger” não possui descritores alternativos e é definido como um transtorno com início na infância, caracterizado por prejuízos persistentes na comunicação social, interação social e padrões de comportamento repetitivos e restritos. Salienta que os sintomas limitam ou prejudicam a vida cotidiana das pessoas.

A estrutura hierárquica dos três conceitos no DeCS/MeSH é situada na categoria ampla de Psiquiatria e Psicologia > Transtornos Mentais > Transtornos do Neurodesenvolvimento > Transtornos Globais do Desenvolvimento Infantil > Transtorno do Espectro Autista. Dentro de Transtorno do Espectro Autista, encontram-se a Síndrome de Asperger e o Transtorno Autístico.

Além dos três termos autorizados, ao buscar por “autismo” no campo livre de busca do DeCS/MeSH, há a recuperação do descritor Síndrome de Rett, cujos termos alternativos são “Hiperamonemia Cerebroatrófica”, “Síndrome de Autismo-Demência-Ataxia-Perda do Uso Intencional da Mão” e “Síndrome de Autismo-Demência-Ataxia-Perda do Uso Proposital da Mão”. A Síndrome de Rett é definida como um transtorno do desenvolvimento neurológico, de ordem hereditária, associada ao cromossomo X, caracterizada por perda progressiva do controle dos movimentos das mãos, habilidades de comunicação, hiperventilação, ataxia, comportamento autístico, dentre outros sintomas. Na hierarquia conceitual, a Síndrome de Rett não possui relação com o TEA, mas está classificada na categoria de Doenças > Doenças do Sistema Nervoso > Manifestações Neurológicas > Manifestações Neurocomportamentais > Deficiência Intelectual > Retardo Mental ligado ao Cromossomo X > Síndrome de Rett.

O instrumento de número 12, *Index of Higher Education Journals and Educational Research Controlled Vocabulary*, do Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación (IISUE), utiliza os descritores Autismo e Síndrome de Asperger para indexação.

O instrumento de número 13, *Institute of Education Thesaurus*, é organizado pela *University College London*, no Reino Unido, e utiliza os termos Autismo e Síndrome de Asperger. O termo “*autism*” é situado na classe dos Transtornos mentais, com a nota: uso para adultos ou pessoas em geral. Para crianças, os termos preferidos são Dificuldades emocionais e comportamentais ou Autismo. Relaciona-se às categorias da Psiquiatria infantil, Psicoterapia infantil, Dificuldades de Comunicação, Dificuldades emocionais e comportamentais, Dificuldades de linguagem e Transtornos de Personalidade, além do descritor Síndrome de Asperger.

O termo “*Asperger’s Syndrome*” é descrito como um Transtorno do Espectro Autista caracterizado por dificuldades significativas na interação social e padrões repetitivos e restritos de interesses e comportamento. Distingue-se de outros tipos de autismo pela preservação linguística e cognitiva. Em relação à terminologia, associa-se a termos não preferidos como *Asperger disorder* e *Asperger Syndrome*.

O instrumento de número 14, *ISOC Psychology Thesaurus*, é organizado pelo *Centro de Información y Documentación Científica* (CINDOC), da Espanha. Consultou-se a edição de 1995. Autismo consta na categoria de Transtornos Físicos e Psíquicos, no contexto dos Transtornos do Desenvolvimento. Observou-se dois descritores: a) “Autismo”, em que o termo genérico é “Psicose”, o termo específico é “Autismo infantil” e os relacionados são “relações interpessoais”, “transtornos afetivos”, “transtornos de conduta”, e b) “Autismo infantil”, em que o termo genérico é “Autismo”, o termo não preferido é “crianças autistas” e os termos relacionados são “ecolalia”, “esquizofrenia infantil”, “infância”,

“crianças”, “psicose infantil” e “transtornos afetivos”. Não foram identificados descritores referentes à Síndrome de Asperger.

O instrumento de número 15, *Italian Thesaurus on Childhood and Adolescence*, pertence ao *Centro nazionale di documentazione e di analisi per l'infanzia e l'adolescenza*, do governo italiano. Interdisciplinar, focaliza temas relacionados à educação, cultura e saúde com recorte na infância e juventude. O termo “adolescentes autistas” (em italiano, “*adolescenti autistici*”) possui como termo genérico “adolescentes com distúrbios psíquicos” (em italiano, “*adolescenti con disturbi psichici*”) e, como termos relacionados, “autismo” e “autista”. O termo “autismo” indica “Transtorno Global do Desenvolvimento” (em italiano, *Disturbi generalizzati dello sviluppo*) como termo genérico, “autismo infantil” e “Síndrome de Kanner” como não preferidos, e os relacionados são “*adolescenti autistici*”, “*autistici*”, “*Bambini autistici*”, “*Comunicazione, Preadolescenti autistici*” e “*Relazioni interpersonali*” (em português, “adolescentes autistas”, “autistas”, “crianças autistas”, “comunicação”, “pré-adolescentes autistas” e “relações interpessoais”). Autismo é definido como um transtorno mental que prejudica a capacidade de comunicação, relacionamento e resposta ao ambiente de maneira adequada ao desenvolvimento.

O termo “*Autism infantile*” (em português, “autismo infantil”) é redirecionado ao termo “autismo” e possui como termo genérico “Doenças mentais”. Por sua vez, os termos genéricos de “*bambini autistici*” e “*preadolescenti autistici*” são “crianças com distúrbios psíquicos” e “pré-adolescentes com distúrbios psíquicos”, respectivamente. O domínio também está registrado na categoria de termos relacionados à esquizofrenia.

A Síndrome de Asperger é descrita como uma síndrome semelhante ao autismo, identificada pela dificuldade de interação social, repertório limitado de interesses e atraso no desenvolvimento motor. Como termo não preferido, “Distúrbio de

Asperger”. Assim como autismo, a Síndrome de Asperger possui como termo genérico o Transtorno Global do Desenvolvimento.

O instrumento de número 16, *Latin American Vocabulary of Social Sciences*, integra o *Centro Argentino de Información Científica y Tecnológica* (CONICET), gerenciado pelo governo da Argentina. O vocabulário específico nem Ciências Sociais não retornou resultados sobre o domínio. No entanto, no servidor semântico, no mesmo grupo do *Latin American Vocabulary of Social Sciences*, está o *Vocabulario inclusivo de género especializado en Discapacidad y Derechos Humanos*, que contém os termos “autismo” e “Síndrome de Asperger”.

O instrumento de número 17, *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), é referência na área de Ciência da Informação, a lista de cabeçalho de assuntos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, onde foram localizados 94 (noventa e quatro) termos autorizados. Devido à quantidade, optou-se pela visualização em forma de quadro, segmentado em duas colunas e 47 linhas.

Quadro 13 – Cabeçalho de assuntos autorizados pela *Library of Congress* sobre Autismo

1	Autism Alliance of MetroWest, Inc.	48	Autism youth – behavior modification
2	Autism--Alternative treatment	49	Autism Society of North Carolina
3	Autism and child psychopathology series	50	Autism Society West Bengal
4	Autism and Language Disorders Nosology Project	51	Autism South Africa (Organization)
5	Autism and Nature (Social enterprise)	52	Autism Speaks (Organization)
6	Autism Asperger Publishing Company	53	Autism spectrum disorders
7	Autism Association of Western Australia	54	Autism spectrum disorders in children

8	Autism--Australia--Case studies.	55	Autism spectrum disorders library
9	Autism--Australia--Victoria--Biography	56	Autism spectrum disorders--Religious aspects
10	Autism awareness lecture	57	Autism spectrum disorders--Religious aspects--Christianity
11	Autism Awareness Month Special Event "A Woman's Voice: Understanding Autistic Needs" (2019: Bethesda, Md.)	58	Autism Treatment Trust (Charity)
12	Autism--Classification	59	Autism West Midlands (Organization)
13	Autism Cymru	60	Autism Women's Network
14	Autism--Diagnosis	61	autism&uni (Research institute)
15	Autism Education Trust (England)	62	Autismus (Berlin, Germany)
16	Autism for educators series	63	Autismus Deutschland (Organization)
17	Autism in adolescence	64	Autismus konkret
18	Autism in children	65	Autismus, Kunst und Kultur (Organization)
19	Autism in children--Alternative treatment	66	Autistic artists
20	Autism in children--Case studies	67	Autistic athletes
21	Autism in children--Diagnosis	68	Autistic children
22	Autism in children--Popular works	69	Autistic children--Behavior modification
23	Autism in children--Religious aspects—Buddhism	70	Autistic children--Biography
24	Autism in children--Religious aspects	71	Autistic children--Care
25	Autism in children--Religious aspects--Christianity.	72	Autistic children--Care--Case studies

26	Autism in children--Treatmen	73	Autistic children-- Education
27	Autism in literature	74	Autistic children-- Education--Law and legislation
28	Autism in motion pictures	75	Autistic children-- Family relationships
29	Autism Initiatives (Organisation)	76	Autistic children-- Language
30	Autism Media Channel	77	Autistic children-- Means of communication
31	Autism mom cooks gluten-free casein-free	78	Autistic children-- Rehabilitation
32	Autism Movement Therapy (Organization)	79	Autistic children-- United States-- Biography
33	Autism Network Scotland	80	Autistic Daughters (Musical group)
34	Autism Nova Scotia	81	Autistic girls
35	Autism on television	82	Autistic musicians
36	Autism Partnership (Organization)	83	Autistic people
37	Autism Perspective (Organization)	84	Autistic people-- Biography
38	Autism Program of Illinois	85	Autistic people in literature
39	Autism--Religious aspects-- Judaism	86	Autistic people in the performing arts
40	Autism research at the NICHD	87	Autistic people-- Rehabilitation
41	Autism Research Institute	88	Autistic people's writings
42	Autism Resource Centre (Singapore)	89	Autistic people's writings, English
43	Autism seminars for families	90	Autistic people's writings, French

44	Autism Services by Klaw (Firm)	91	Autistic Self Advocacy Network
45	Autism Services Center	92	Autistic spectrum disorders support kit
46	Autism Society of America	93	Autistic women
47	Autism Society of America National Conference on Autism	94	Autistic youth

Fonte: *Library of Congress Authorities* (2023)

Em menor quantidade, foram localizados 18 (dezoito) termos autorizados no contexto da Síndrome de Asperger. O instrumento número 18, *List of concepts, terms and acronyms of Psychology and Educational Sciences*, é organizado pela Universidade Aberta da Catalunha e especializado em Educação e Psicologia. Ao inserir o termo “autisme” (autismo em catalão), o sistema não estabeleceu relação direta com termos específicos, como Transtorno do Espectro Autista ou Asperger; direcionou para o termo hipersensibilidade. Na definição do conceito, o instrumento situa como uma característica do autismo e o associa aos transtornos do desenvolvimento. Ao acessar o termo “*trastorn profund del desenvolupament*” (em português, “transtorno invasivo do desenvolvimento”), a associação ao domínio foi clarificada: trata-se de um transtorno com efeitos qualitativos no desenvolvimento, como o “transtorno autista” e o “transtorno de Asperger”.

O instrumento número 19, *Maternal and Child Health Thesaurus*, da Universidade de Georgetown, Estados Unidos, focaliza os termos “*autism*” e “*autistic*”, associados aos Transtornos mentais e Deficiências do desenvolvimento. Como recorte etário, estão demarcados os termos “*children*” e “*adolescents*”, ou seja, crianças e adolescentes.

Quadro 14 – Cabeçalho de assuntos autorizados pela *Library of Congress* sobre Síndrome de Asperger

1	Asperger Forum	10	Asperger's syndrome in children
2	Asperger Gallery	11	Asperger's syndrome in children—Diagnosis
3	Asperger, Hans	12	Asperger's syndrome in girls
4	Asperger Syndrome Diagnostic Scale	13	Asperger's syndrome in literature
5	Asperger's and girls	14	Asperger's syndrome--Patients
6	Asperger's Are Us (Comedy team)	15	Asperger's syndrome--Patients—Biography
7	Asperger's syndrome	16	Asperger's syndrome--Patients--Family relationships
8	Asperger's syndrome--Alternative treatment	17	Asperger's syndrome--Religious aspects
9	Asperger's syndrome in adolescence	18	Asperger's syndrome--Religious aspects—Christianity

Fonte: *Library of Congress Authorities* (2023)

O instrumento de número 20, *Medical and Health Related Sciences Thesaurus*, integra o *Computer Retrieval of Information on Scientific Project* (CRISP), vinculado ao governo dos Estados Unidos. Consultou-se a edição de 1985. Foram localizados os termos “autism”, associado à “psychology abnormal” e “autism early infantile”, associado à psicose. Ambos os termos integram a classe dos Transtornos do desenvolvimento mental infantil” (em inglês, *Child mental development disorders*). Os termos “autism” e “psicose” estão relacionados ao termo “Kanner’s Syndrome”, não preferido. Observou-se ausência de conceitos referentes à Síndrome de Asperger.

O instrumento número 21, *Medical Subject Headings* (MeSH), é o vocabulário controlado da *National Library of*

Medicine, nos Estados Unidos, e orientam a indexação de informação científica na *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), uma das mais relevantes bases de dados em saúde do mundo. O termo preferido “*Autism Spectrum Disorder*” é definido como um conjunto de distúrbios cognitivos e neurocomportamentais caracterizado por prejuízos na socialização, comunicação verbal e não-verbal e padrões de comportamento restrito e repetitivo. Como termos de entrada não preferidos, “*autism spectrum disorders*” e “*autistic spectrum disorder*”. De acordo com o histórico, entre 2010 e 2015, “*Autism Spectrum Disorder*” era indexado como “*Child Development Disorders, Pervasive*”.

O termo preferido “*Autistic Disorder*” é descrito como um distúrbio da infância, caracterizado por desenvolvimento notadamente anormal na interação social e na comunicação e pelo repertório restrito de interesses. Os sintomas são variáveis e dependem do nível de desenvolvimento e da idade da pessoa. Como termos de entrada não preferidos, “*autism*”, “*autism, early infantile*”, “*autism, infantile*”, “*Kanner’s syndrome*”. De acordo com o histórico, entre os anos de 1966 e 1970, Transtorno Autístico era indexado como esquizofrenia infantil ou apenas autismo.

O termo preferido “*Asperger Syndrome*” é definido como um transtorno infantil caracterizado por prejuízos significativos na comunicação social recíproca, interação social e padrões repetitivos de comportamento. Os sintomas podem prejudicar ou limitar a vida diária das pessoas diagnosticadas. Os termos de entrada não preferidos são “*Asperger Disease*”, “*Asperger Disorder*”, “*Asperger’s Disease*”, “*Asperger’s Disorder*”, “*Asperger’s Syndrome*”. De 1981 a 1999, a indexação ocorria sob o termo “Transtorno Autístico”.

A relação conceitual entre os termos autorizados está representada na seguinte hierarquia do MeSH: *Mental Disorders* > *Neurodevelopmental Disorders* > *Child Development Disorders, Pervasive* > *Autism Spectrum Disorder* > *Asperger Syndrome* e

Autistic Disorder, no mesmo nível hierárquico. Em português, Transtornos Mentais > Transtornos do Neurodesenvolvimento > Transtornos Pervasivos do Desenvolvimento Infantil > Transtorno do Espectro Autista > Síndrome de Asperger e Transtorno Autístico.

Sem associação hierárquica, mas com relação aos termos de entrada não autorizados, o MeSH associa o autismo à Síndrome de Rett (*Autism, Dementia, Ataxia, and Loss of Purposeful Hand Use* e *Autism-Dementia-Ataxia-Loss of Purposeful Hand Use Syndrome*) e ao *Akinetic Mutism* (*Akinetic Autism*, em português, mutismo acinético ou aquinético), uma síndrome caracterizada pelo estado inerte e silencioso, sem atividade motora voluntária.

O instrumento número 22, *Multilingual European Thesaurus on Health Promotion*, é especializado em Saúde e publicado pela União Europeia. O único termo identificado foi “*autism*”, sob o termo genérico “Transtornos da Comunicação”. O tesouro oferece a tradução do termo em holandês, português, espanhol, francês e italiano.

O instrumento número 23, *National Institute of Youth and Popular Education Thesaurus*, vincula-se ao *Institut national de la jeunesse et de l'éducation populaire* (INJEP), na França. O termo identificado foi “*autisme*”, classificado na área da Saúde, na categoria Doenças (em francês, *santé* e *maladie*, respectivamente). Vale salientar que o tesouro possui uma categoria específica para deficiências, da qual autismo foi excluído, permanecendo na categoria de doenças junto ao câncer, hepatite e diabetes, por exemplo.

O instrumento número 24, *Public Health Thesaurus*, vincula-se ao *Centre National de la Recherche Scientifique*, também do governo francês. O termo autorizado é “autismo”, cujo termo específico é “Síndrome de Asperger” e o genérico, “transtorno do desenvolvimento”. O único termo relacionado é “intervenção precoce” e, como termos não preferidos, “autismo infantil” e “transtorno do espectro autista”. A hierarquia presente no tesouro

é *Santé Mentale* > *Psychopathologie* > *Trouble du Développement* > *Autisme* > *Syndrome d'Asperger*, em português, Saúde Mental > Psicopatologia > Transtorno do Desenvolvimento > Autismo > Síndrome de Asperger.

O instrumento número 25, *Register of the FIS Education Literature Database*, é um cabeçalho de assuntos associado ao *Leibniz Institute for Research and Information in Education*, na Alemanha, e recupera as seguintes palavras-chave: “autismo”, “autismo em crianças”, “transtorno do espectro autista”, “transtornos do espectro autista em crianças”, “crianças autistas”, “Síndrome de Asperger” e “Hans Asperger”.

O instrumento número 26, *Serbian Thesaurus of Matters*, vincula-se à Universidade dos Andes, na Venezuela, e contém quatro termos: “autismo”, “autismo em crianças”, “diagnóstico do autismo infantil” e “Síndrome de Asperger”.

O instrumento número 27, *Thesaurus Brased*, conhecido como o Tesouro Brasileiro da Educação, é publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil. O tesouro recupera dois termos relacionados ao domínio: “autismo” e “autismo precoce”. Autismo tem como termo genérico “deficiência intelectual” e como termos específicos, “autismo precoce” e “comportamento autista”. Já o termo “autismo precoce” tem como termo genérico, autismo. Não foram identificados termos relacionados ao TEA ou Síndrome de Asperger.

O instrumento número 28, *Thesaurus Care and Welfare*, é associado ao sistema de informação em saúde dos Países Baixos. O termo autismo (em holandês, *autisme*) é definido como um transtorno invasivo do desenvolvimento, manifestado antes dos três anos de idade, caracterizado por déficits graves na interação social, comunicação e padrões comportamentais estereotipados e repetitivos. Se houver presença de deficiência intelectual, diz-se que o autismo é o “clássico”. Os termos genéricos são “transtornos do espectro autista” e “síndromes com deficiência intelectual” e os

termos não preferidos são “transtorno autista”, “transtornos autistas” e “autismo clássico”. Relaciona-se com “cafés do autismo”, “cães-guia para autismo”, “equipes de autismo”, “terapia de contenção”, “síndrome de Savant” e “programa TEACCH”. Oferece duas categorias classificatórias: problemas de saúde mental e deficiências.

O termo “cafés do/para autismo”, uma tradução aproximada do holandês “autismecafés”, diz respeito aos cafés ou comunidades para pessoas autistas, parceiros, familiares, cuidadores e qualquer pessoa interessada em estabelecer contato para troca de experiências e desenvolvimento de convívio. O termo genérico é “contato entre pares” (em holandês, “*lotgenotencontact*”) e a opção classificatória é “trabalho sociocultural” (em holandês, “*sociaal-cultureel werk overig*”). “Autismecafé” também é conhecido por “*auti café*”, “*auti cafés*”, “*auti soos*”, “*auti sozen*”, “*auticafé*”, “*autisme-café*”, “*autismesoos*”, “*autismesozen*”.

O termo “transtornos do espectro do autismo” (em holandês, “*autismespectrumstoornissen*”) é definido como um transtorno pervasivo do desenvolvimento caracterizado por déficits no contato social, comunicação e preferência por comportamentos repetitivos, como outros distúrbios relacionados ao autismo. Como termos genéricos estão “transtornos do desenvolvimento” e “distúrbios de contato”, em holandês “*ontwikkelingsstoornissen*” e “*contactstoornissen*”, respectivamente. Como termos específicos, “autismo”, “autismo de alto funcionamento”, “transtorno desintegrativo da infância”, “PDD-NOS - transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação”, “Asperger” e “Síndrome de Rett”). Relaciona-se com “cafés com TDAH”, “cães-guias para autistas”, “equipes de autismo”, “autistas” e “TOM - teoria da mente”. As opções de classificação temática são “problemas psíquicos/ de saúde mental” e “deficiências”.

O termo preferido “treinadores de vida”, uma tradução aproximada do holandês “*levensloopcoaches*”, é referente aos profissionais que orientam pessoas autistas em diferentes aspectos da vida, como mudanças escolares, transição para a puberdade, algum evento familiar, como divórcios ou a morte de alguém. Também são chamados de “conselheiros” (“*autismebegeleider*”). O termo genérico é “*coaches*”, treinadores, e as opções temáticas são “cuidado e bem-estar” e “cuidados em saúde mental”, uma tradução aproximada de “*zorg en welzijn overig*” e “*ggz overig*”.

O termo preferido “cães guias para autismo” (em holandês, “*autismegeleidehonden*”) é referente aos cães treinados para ações terapêuticas junto a pessoas autistas com a finalidade de ampliar independência e autonomia, ou habilidades emocionais, de interação e comunicação. Os termos genéricos são “cães-guia” e “cães de terapia” e as opções temáticas são “auxiliares de deslocamento/mobilidade” e “cuidados com deficientes”, em tradução aproximada do holandês em “*verplaatsingshulpmiddelen*” e “*gehandicaptenzorg adl*”, respectivamente.

O termo preferido “equipes de autismo”, em holandês, “*autismeteams*”, diz respeito às equipes multidisciplinares de diagnóstico, aconselhamento e acompanhamento do TEA, também chamado de “clínica de autismo”, em holandês, “*autismepoli*”. Os termos genéricos são “equipes multidisciplinares” e “cuidados/assistência ambulatorial de saúde mental”, em holandês, “*multidisciplinaire teams*” e “*ambulante ggz*”. A classificação temática indicada é “Cuidados/assistências ambulatoriais de saúde mental” (“*ambulante ggz*”).

Por fim, o termo preferido “Síndrome de Asperger” (em holandês, “*syndroom van Asperger*”) é definido como transtorno invasivo do desenvolvimento, presente em crianças inteligentes ou superdotadas, sem alterações significativas na linguagem e das funções cognitivas, porém com déficits no contato social e

manifestação de comportamentos estereotipados e limitados. É também conhecido como Transtorno de Asperger (em holandês, “*stoornis van Asperger*”) e o termo genérico é “Transtorno do Espectro Autista”. As opções de classificação são deficiências e problemas psíquicos.

O instrumento número 29, *Thesaurus for Exceptional Child Education*, vincula-se ao *Information Center on Exceptional Children*, nos Estados Unidos, e foi publicado em 1971. O termo identificado foi “*autism*”.

O instrumento número 30, *Thesaurus Library of the Center for Health and Social Services of Laval*, do Canadá, indica 11 palavras-chave: “*Troubles du spectre de l'autisme*”, “*Troubles du spectre de l'autisme - Traitement*”, “*Troubles du spectre de l'autisme chez l'enfant - Traitement*”, “*Autisme*”, “*Autisme infantile*”, “*Autisme - Traitement*”, “*Autisme - Diagnostic*”, “*Autisme - Québec (Province)*”, “*Autistes - Moyens de communication*”, “*Autisme - Dépistage précoce*” e “*Syndrome d'Asperger*”.

O instrumento número 31, *Thesaurus National Alpine Veterinary School*, vincula-se à *L'Ecole Nationale Vétérinaire d'Alfort*, na França, e retornou o termo “*autisme*”.

O instrumento número 32, *Thesaurus of Disability*, foi organizado pelo *Observatorio Estatal de la Discapacidad* (OED), da Espanha, em 2009. O termo preferido “*autismo*” é classificado como um transtorno do desenvolvimento junto à dislexia, transtorno de linguagem, afasia, síndrome de Rett e síndrome de Asperger. É definido como um transtorno com início na infância, caracterizado por limitações acentuadas ou incapacidade de interação social e comunicação, além de possuir repertório limitado de interesses. Os sintomas variam devido ao nível de desenvolvimento e idade da pessoa. Como termos relacionados, “*síndrome de Asperger*”, “*síndrome de Prader-Willi*”, “*síndrome de Rett*”, “*transtornos da comunicação*”, “*transtornos de conduta*”. Os termos não preferidos são “*síndrome autista*” e “*transtorno autista*”.

Assim como “autismo”, o termo preferido “Síndrome de Asperger” consta na lista dos transtornos do desenvolvimento. É definido como um transtorno da infância, com predominância no sexo masculino e é semelhante ao autismo, também chamado de transtorno autístico. Apresenta danos graves e persistentes na interação social e em padrões de comportamento estereotipados. Mas, diferentemente do autismo, não se observa limitações significativas na linguagem ou no desenvolvimento cognitivo. Os termos relacionados são “autismo”, “síndrome de Prader-Willi” e “síndrome de Rett”; e o não autorizado é “transtorno de Asperger”.

O instrumento número 33, *Thesaurus of European Education Systems*, associa-se à União Europeia. O termo autorizado é “autismo” e o não autorizado é “autista”. Como termo genérico, “deficiência intelectual”. Não foi identificado registro sobre TEA ou Síndrome de Asperger.

O instrumento número 34, *Thesaurus of Senado Federal*, é o tesouro do senado brasileiro. Consultou-se a versão de 2017 do vocabulário controlado básico (VCB) integrador das bibliotecas do Senado e do Congresso Nacional. O termo autorizado é “autismo” e está classificado na classe de Medicina. O termo genérico é “doença mental”, os termos relacionados são “desenvolvimento mental”, “psiquiatria infantil”, “síndrome de Down”, e os não autorizados são “autismo infantil” e “transtorno autístico”. Não foram identificados registros sobre Síndrome de Asperger ou TEA.

O instrumento número 35, *Thesaurus of Women's History*, vincula-se ao *Centro de Investigación de Mujeres*, da Universidade de Barcelona, na Catalunha, e é especializado em história das mulheres. É dividido em duas grandes seções: “Desconstruindo a história patriarcal” e “Partir de si”. O termo “autismo” foi localizado na segunda seção, “Partir de si” segundo a hierarquia: “Prática política > Resistências > Autismo”. No mesmo nível hierárquico encontram-se: “anorexia”, “agorafobia”, “autonomia”, “depressão”, “direitos”, “colonização”, “histeria”, “loucura”,

“melancolia”, “nudez”, dentre outros conceitos. O termo “autista” encontra-se igualmente na segunda seção, porém na categoria “Vidas”, seguindo a hierarquia: “Vidas > Autista”, onde no mesmo nível estão conceitos como “autora”, “atriz”, “curandeira”, “eremita”, “escritora”, “histórica”, “muda”, “monja”, “reclusa”, dentre outros conceitos. Não foram identificados registros sobre a Síndrome de Asperger.

O instrumento número 36, Thesaurus UNESP, é o tesauro institucional da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em São Paulo, Brasil. Foram encontrados seis termos autorizados. O termo “*Asperger’s Syndrome*” relaciona-se com o termo “Asperger, Síndrome de”. Por sua vez, o termo “Asperger, Síndrome de” possui como termos genéricos “autismo”, “síndromes” e “transtorno do espectro autista” e como termos não preferidos, “*AS (Psychiatry)*”, “*Asperger syndrome*”, “*Asperger’s disorder*”, “*Autistic psychopathy*”, “Psicopatia autística”, “*Psychopathy, Autistic*”, “Síndrome de Asperger”.

O termo autorizado “autismo” indica “deficiências do desenvolvimento” e “transtorno do espectro autista” como termos genéricos. O termo específico é “Síndrome de Asperger”. O termo “transtorno do espectro autista” está em “deficiências do desenvolvimento” e possui como termos específicos, “síndrome de asperger”, “autismo” e “síndrome de Rett”. Os termos não autorizados são: “*ASCs (Autism spectrum conditions)*”, “*ASDs (Autism spectrum disorders)*”, “*Autism spectrum conditions*”, “*Autistic spectrum disorders*”, “CEA (Condições do Espectro Autista)”, “*Child development disorders, Pervasive*”, “DEA (Distúrbios do Espectro Autista)”, “DEA (Distúrbios do Espectro do Autismo)”, “*PDDs (Pervasive developmental disorders)*”, “*Pervasive child development disorders*”, “*Pervasive development disorders*”, “*Pervasive developmental disorders*”, “TEA (Transtorno do Espectro Autista)”, “TEA (Transtorno do Espectro do Autismo)”, “Transtorno do espectro autístico”, “Transtornos do espectro do autismo”.

No tesouro, transtorno do espectro autista, autismo e Síndrome de Asperger seguem a seguinte hierarquia: “Seres humanos > Etnologia > Ciência > Ciências da vida > Medicina > Doenças > Deficiência física > Deficiências do desenvolvimento > Transtorno do espectro autista > Autismo > Asperger, Síndrome de”.

O termo “autismo em adolescentes” possui “adolescentes, doenças” como termo genérico e a versão em inglês, “*autism in adolescence*” como termo relacionado. O termo “autismo em crianças” possui “crianças com desvio de comportamento” como termo genérico.

O instrumento número 37, Unesco-IBE *Education Thesaurus*, foi publicado pelo *International Bureau of Education* (IBE) em 2007. O termo autorizado é “autismo”, classificado na categoria temática “distúrbios emocionais”. Não há registros sobre Síndrome de Asperger.

O instrumento número 38, *UniProtKB Keywords*, é um vocabulário controlado especializado em bioquímica, nos Estados Unidos. Os três termos identificados foram “autismo”, “transtorno do espectro autista” e “Síndrome de Asperger”, classificados na categoria “Doença”, em inglês, “*disease*”. O termo “autismo” é definido como um transtorno invasivo do desenvolvimento, multifatorial e complexa, caracterizada por prejuízos na interação social, comportamento e comunicação. Observa-se desenvolvimento anormal até os três anos de idade e a maioria das pessoas possui retardo mental moderado. Como sinônimo, o termo “transtorno autístico”.

O termo “transtorno do espectro autista” tem como sinônimo a sigla “TEA” (em inglês, “ASD”) e é definido como um grupo heterogêneo de transtornos com características comuns de prejuízos na comunicação, linguagem e relacionamento social, além de comportamentos repetitivos e interesses restritos. Aponta para diferentes manifestações fenotípicas, como autismo clássico, Síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da

infância, síndrome de Rett e transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação.

O termo “Síndrome de Asperger” não apresenta sinônimos e é definido como distúrbio complexo e multifatorial, com prejuízos no comportamento e interação social, porém habilidades cognitivas mais desenvolvidas e desenvolvimento normal da linguagem.

O instrumento número 39, *Vocabulary of Health Sciences for Argentina*, organizado pelo CONICET, do governo argentino. Foram identificados três termos: “autismo”, “transtorno autístico” e “Síndrome de Asperger”. O termo “autismo” não contém definição, apenas aponta para o uso do termo autorizado “transtorno autístico” e o relaciona à Síndrome de Rett. O termo “transtorno autístico” é descrito como um transtorno com início na infância, caracterizado pela presença do desenvolvimento anormal ou a incapacidade nas áreas de interação social e comunicação. As pessoas manifestam também padrão estereotipado e repetitivo de comportamento. As manifestações do transtorno são diversas e dependem do nível de desenvolvimento e idade de cada um. Os termos não autorizados são “autismo infantil” e “síndrome de Kanner”. O termo “síndrome de Asperger” é definido como um transtorno da infância, predominante no gênero masculino e semelhante ao transtorno autístico. Caracteriza-se por danos graves e persistentes na interação social e possui padrões estereotipados de comportamento. Contudo, as áreas da linguagem e da cognição são preservadas e não apresentam atrasos no desenvolvimento.

Os instrumentos classificados pelo BARTOC como “esquema de classificação” somam o total de 11 (onze) instrumentos, apresentados no Quadro 15.

Quadro 15 - *Corpora* da pesquisa resultantes do levantamento pela tipologia esquema de classificação no sistema BARTOC

1	A Proposed Taxonomy of Postsecondary Education Subject Matter Areas
2	Classification of Instructional Programs
3	Classification Scheme of the University Library University of the Arts Berlin
4	Health Research Classification System
5	Health Thesaurus
6	International Classification of Sleep Disorders
7	Korean Dictionary of Occupations
8	PsycINFO Classification Categories and Codes
9	PsycTESTS Classification System
10	SIBi / USP Controlled Vocabulary
11	Subject Catalog of the Central Library Kiel for Thematic Search

Fonte: BARTOC, 2023.

O primeiro instrumento do grupo é a *Proposed Taxonomy of Postsecondary Education Subject Matter Areas*, especializada em Educação, publicado pela *Western Interstate Commission for Higher Education*, nos Estados Unidos, publicado em 1975. O termo “autismo” está registrado na categoria “Doença Mental”, junto ao tema do envelhecimento, alcoolismo, abuso de drogas, epilepsia e o chamado retardo mental.

O segundo instrumento, *Classification of Instructional Programs* (CIP), é publicado pelo *Integrated Postsecondary Education Data System*, também nos Estados Unidos. O termo “autismo” foi localizado em cinco categorias: “*Applied Behavior Analysis*”, “*Developmental Services Worker*”, “*Education/Teaching of Individuals with Autism*”, “*Neurodevelopmental Disabilities Fellowship Program*” e “*Neurodevelopmental Disabilities Residency Program*”. Não se identificou registro sobre Síndrome de Asperger.

O terceiro instrumento, *Classification scheme of the of the university library University of the Arts Berlin*, é um esquema de

classificação da biblioteca universitária de Arte, da Universidade de Berlim, na Alemanha. O termo “autismo” consta em dois grupos temáticos: “Doença Mental” e “Psicologia Educacional”. No primeiro grupo, a definição relaciona autismo às crianças com comportamentos considerados ruins, popularmente consideradas “mal-comportadas”.

O quarto instrumento, *Health Research Classification System*, publicado pela *UK Clinical Research Collaboration*, Reino Unido. O termo identificado é “*autistic spectrum disorder*”, classificado na categoria “Saúde Mental”.

O quinto instrumento, *Health Thesaurus*, é organizado pelo departamento de saúde da Austrália. O *link* direciona para o mesmo tesouro sob o nome *Australian Health Thesaurus*.

O sexto instrumento, *International Classification of Sleep Disorders*, é um manual publicado pela *The American Academy of Sleep Medicine*, nos Estados Unidos. Os termos “autismo” e “Síndrome de Asperger” estão registrados nas categorias “*Delayed Sleep-Wake Phase Disorder*”, “*Advanced Sleep-Wake Phase Disorder*”, “*Irregular Sleep-Wake Rhythm Disorder*”, “*Non-24-Hour Sleep-Wake Rhythm Disorder*”, “*REM Sleep Behavior Disorder*”; e “*Irregular Sleep-Wake Rhythm Disorder*”, “*Periodic Limb Movement Disorder*”, respectivamente. Em português, o DeCS/MeSH traduz tais termos para “Transtornos do Sono do Ritmo Circadiano”, “Transtorno do Comportamento do Sono REM” e “Síndrome da Mioclonia Noturna”.

O sétimo instrumento, *Korean Dictionary of Occupations*, é um vocabulário controlado sobre ocupações do governo da Coreia do Sul. O termo “transtorno autista” está presente na categoria “Psiquiatra”²⁴, situando a especialidade médica responsável pelo acompanhando da pessoa diagnosticada.

²⁴ Destaca-se o termo “psiquiatra” e não “psiquiatria” uma vez que o instrumento aborda funções e profissões, não a nomenclatura das especialidades.

O oitavo instrumento, *PsycINFO Classification Categories and Codes*, considera o termo “Transtornos do Neurodesenvolvimento e do Espectro Autista” na categoria “Distúrbios Psicológicos e Físicos”. Não se identificou registro sobre a Síndrome de Asperger.

O nono instrumento, *PsycTESTS Classification System*, aponta para o instrumento anterior, o esquema classificatório da *PsycINFO*.

O instrumento número 10, SiBi/USP, é o vocabulário controlado da Universidade de São Paulo (USP), no Brasil. Os termos autorizados são “transtorno do espectro autista”, “transtorno autístico” e “síndrome de Asperger, e os não preferidos são “autismo”, “autismo precoce” e “síndrome de Kanner”.

Há duas hierarquias presentes no esquema classificatório temático: “Psicologia > Distúrbios Psicológicos > Transtornos Mentais > Transtornos Mentais Diagnosticados na Infância > Transtornos Globais do Desenvolvimento Infantil > Transtorno do Espectro Autista > Transtorno Autístico > Crianças Autistas”; e “Psicologia > Distúrbios Psicológicos > Transtornos Mentais > Transtornos Mentais Diagnosticados na Infância > Transtornos Globais do Desenvolvimento Infantil > Transtorno do Espectro Autista > Síndrome de Asperger”.

No que concerne às definições, conforme os exemplos descritos anteriormente, também a USP se baseia no texto no DSM. Sobre o “transtorno do espectro autista”, trata-se distúrbios cognitivos e neurocomportamentais permanentes caracterizados por prejuízos na socialização, comunicação verbal e não verbal, a padrões restritos e repetitivos de comportamento. Sobre o “transtorno autístico”, é considerado um transtorno com início na infância, caracterizado pelo desenvolvimento anormal ou prejudicado nas áreas da interação e comunicação sociais, marcado por um repertório limitado de atividades e interesses. Os sintomas se manifestam de forma variada a depender do nível de

desenvolvimento e a idade da pessoa. Por fim, a “síndrome de Asperger” é descrita como um transtorno com início na infância, identificado a partir de prejuízos persistentes na comunicação e interação sociais, que afetam a rotina diária da pessoa, além de padrões de interesses e comportamentos.

O instrumento número 11 e último do grupo dos esquemas de classificação, *Subject catalog of the Central Library Kiel for Thematic Search*, é o esquema de classificação da Biblioteca Central de Kiel, na Alemanha. O termo “autismo” foi localizado em duas áreas, Saúde e Pedagogia. Na área da saúde, a hierarquia e “Órgãos & Sistemas Orgânicos, Assuntos de Neurologia” > Sistema nervoso, medicina psicológica, sexologia > Psiquiatria e Psicologia Médica da Infância e Adolescência > Dano cerebral. Comportamental. Autismo > Autismo”. Na área da Educação, “Pedagogia > Educação Especial > Outras deficiências”. Não foi identificado algum termo relacionado à síndrome de Asperger.

Em relação à tipologia de ontologia, foram listados três instrumentos na base de dados BARTOC, detalhados a seguir.

Quadro 16 - *Corpora* da pesquisa resultantes do levantamento pela tipologia ontologia no sistema BARTOC

1	Finnish Ontology of Health and Welfare
2	Human Phenotype Ontology
3	Ontology for Education for Sustainable Development

Fonte: BARTOC, 2023.

O primeiro instrumento, *Finnish Ontology of Health and Welfare*, conhecido como TERO, é uma ontologia especializada em saúde ocupacional e bem-estar, vinculada à Biblioteca Nacional da Finlândia. O termo “autismo” tem como termo genérico “doenças do sistema nervoso” e, como termos específicos, “introversão” e “distúrbios da comunicação”. Entre os termos relacionados estão “autismo infantil”, “autismo precoce”, “transtorno autista” e “síndrome de Kanner”. A hierarquia é representada pela

sequência “Fenômenos > Fenômenos nas Ciências Naturais > Fenômenos Biológicos > Doenças > Doenças do Sistema Nervoso > Autismo”.

O termo “Síndrome de Asperger”, também autorizado, é classificado como “transtorno do desenvolvimento” e está relacionado aos termos “psicopatia autista”, “transtorno esquizoide infantil” e “psicopatia autística”. A hierarquia é representada pela sequência “Fenômenos > Fenômenos nas Ciências Naturais > Fenômenos Biológicos > Doenças > Transtornos do Desenvolvimento > Síndrome de Asperger”.

O segundo instrumento, *Human Phenotype Ontology*, dedica-se a reunir e sistematizar vocabulário sobre anormalidades fenotípicas advindas de doenças e é fruto de um consórcio internacional com protagonismo alemão. Nesta ontologia foram identificados os termos “comportamento autista”, “autismo com altas habilidades cognitivas”, “autismo” e “síndrome de Asperger”.

O termo “comportamento autista” é explicado como um termo referente ao TEA ou uma característica fenotípica relacionada a alguma doença. Segundo o documento, o TEA apresenta diferentes graus, sendo o mais “transtorno autista” e o mais leve, Síndrome de Asperger. Como sinônimos aponta a sigla “TEA” (em inglês, “ASD”, “Transtorno Invasivo do Desenvolvimento”, “Transtorno do espectro autista” e “Transtornos do espectro autista”). A hierarquia é representada pela sequência “Comportamento Atípico > Comportamento Autista”. O termo “autismo com altas habilidades cognitivas” não oferece definição, comentário ou termos relacionados. A hierarquia é “Comportamento Autista > Autismo com altas habilidades cognitivas”. O termo “autismo” é descrito como um transtorno do neurodesenvolvimento com prejuízos na interação e comunicação sociais, além de apresentar comportamento repetitivo e restrito. Sinaliza seu início na infância com efeito em um desenvolvimento anormal, manifestado em diferentes graus a

depende do desenvolvimento e idade da pessoa. Como comentário, afirma que o termo autismo é referente ao diagnóstico e usado por conveniência. Para a ontologia, o importante é o registro de anormalidades fenotípicas específicas e exatas em vez de uma categoria diagnóstica ampla como autismo. Na hierarquia, “Comportamento Autista > Autismo”. O termo “Síndrome de Asperger” não é detalhado.

O terceiro e último instrumento na categoria avaliada é a *Ontology for Education for Sustainable Development*, promovida pela Biblioteca Nacional da Finlândia. Os termos autorizados identificados foram “autismo”, “transtornos do espectro autista” e “síndrome de Asperger”. O termo “autismo” é classificado como uma doença do sistema nervoso, relacionado à introversão, pertencente às áreas de medicina, anatomia, fisiologia, patologia, psiquiatria, odontologia, medicina veterinária, farmácia, cosméticos e psicologia. Apresenta duas possibilidades hierárquicas: a primeira, “Eventos e atividades > Processos > Fenômenos > Fenômenos Naturais > Fenômenos Biológicos > Doenças > Doenças do Sistema Nervoso > Autismo” e “Fenômenos Biológicos > Doenças > Transtornos do Desenvolvimento > Transtornos do Espectro do Autismo > Autismo”.

O termo “transtorno do espectro autista” é classificado como transtorno do desenvolvimento, relacionado à síndrome de Asperger, Autismo, síndrome de Rett e *Savant*. Como o termo anterior, pertence às mesmas áreas da saúde. A hierarquia apresentada é “Eventos e atividades > Processos > Fenômenos > Fenômenos Biológicos > Doenças > Transtornos do Desenvolvimento > Transtornos do Espectro do Autismo”.

O termo “síndrome de Asperger” é classificado como transtorno do desenvolvimento e transtorno do espectro autista. Apresenta duas hierarquias: “Eventos e atividades > Processos > Fenômenos > fenômenos naturais > biológicos > doenças > transtornos do desenvolvimento > síndrome de Asperger” e “Eventos e atividades > Processos > Fenômenos > Fenômenos das

Ciências Naturais > Fenômenos Biológicos > Doenças > Transtornos do Desenvolvimento > Transtornos do Espectro do Autismo > síndrome de Asperger”.

Conhecidos os instrumentos localizados pelo BARTOC com conteúdo sobre o domínio, passo à avaliação qualitativa e discussão de resultados.

ANÁLISE DE RESULTADOS: PONTOS DE VER

A discussão dos resultados da etapa empírica dar-se-á por duas vias: análise da interface BARTOC e dos SOC localizados. Iniciemos pela interface. Como diretório geral de SOC, o BARTOC representa enorme e rico diretório de metassistemas centralizado e agregador. A despeito da intenção e da infraestrutura de reunião de SOC em 20 idiomas europeus, sem recorte temático – sua aspiração enciclopédica e universalista –, o sistema apresenta erros relevantes, como inconsistência com operadores booleanos (o termo entre aspas recupera mais itens do que sem aspas, quando a especificidade deveria restringir e não ampliar), o número indicado de *links* recuperados é divergente do total somado, e uma quantidade significativa de *links* está fora do ar ou direciona para páginas *web* diferentes da descrição resumida do SOC.

Em relação aos metadados sobre cada SOC, alguns instrumentos recebem mais de uma classificação quanto à tipologia e o uso do termo tesouro pode ser confundido com dicionário, um desafio conceitual presente na história da CI. A despeito das diferenças entre traduções, optou-se por manter a classificação do BARTOC em todos os instrumentos descritos.

Quanto à etapa de busca em dois períodos com intervalo de um ano, não se observou diferença significativa entre os resultados obtidos entre os anos de 2022 e 2023 referentes às palavras-chave em língua inglesa e portuguesa, sugerindo alguns

cenários possíveis: a) estabilidade dos documentos recuperados, pois permaneceram acessíveis, indexados e em uso em seus respectivos portais *online*; b) isolado, o quantitativo indica ausência de indexação de outros instrumentos, abrindo margem para discutir graus de interesse do público especializado pelo domínio; c) possíveis erros do sistema ou limites de recuperação de outros instrumentos devido às palavras-chave utilizadas.

No que concerne à representatividade do domínio, o BARTOC não atende satisfatoriamente ao TEA. No entanto, compreende-se que o diretório não é a origem da lacuna, mas o reflexo das relações de saber-poder de uma área do conhecimento, suas subáreas e os diversos atravessamentos sociopolíticos e institucionais envolvidos na produção de SOC ao redor do mundo sobre qualquer temática, em especial, de comunidades marginalizadas, vindo ao encontro das linhas força presentes no dispositivo em Foucault (2012).

Nesse sentido, não foi localizado nenhum SOC especializado sobre o TEA, mas somente a presença de termos relacionados ao domínio em instrumentos temáticos e institucionais, de abrangência local, nacional e internacional; documentos de instituições prestigiadas como Unesco, ONU, CDC, além de diferentes governos, revelando o tom que os países ofertam à comunidade autista.

A prevalência da língua inglesa, de instrumentos concebidos em países considerados desenvolvidos pela política internacional, advindos majoritariamente do território estadunidense, além da ausência notória de instrumentos oriundos do continente africano, corroboram não apenas a influência política na formação dos saberes, como a interculturalidade presente em domínios da saúde, discutida com Breihl (2006). A quantidade de itens recuperados deve ser interpretada à luz de alguns contextos: a) se referem à maior presença de profissionais da informação de países do eixo Norte na indexação do BARTOC; b) podem, de fato, ser reflexo de maior produção de países em língua inglesa; c) o

protagonismo dos territórios sinaliza maior investimento em políticas públicas para o domínio e, por isso, refletem a inclusão do domínio em linguagens documentárias locais; d) a ausência de SOC de outros territórios diz respeito apenas à não recuperação de documentos por questões terminológicas ou erro do sistema. Em qualquer cenário, compreende-se que a representação informacional do domínio reproduzirá as abordagens predominantes nos territórios de sua produção, afetando a “leitura da pessoa autista” nesses mesmos lugares.

Associada a isso, a ausência de qualificadores e operadores lógico-linguísticos construídos para o domínio confirma a segunda hipótese da pesquisa: a falta de metalinguagens especializadas em um domínio complexo como o TEA abre margem para interpretações equivocadas, desinformativas, parciais ou desatualizadas, distanciando a comunidade autista dos potenciais de uma cidadania documentária. Ambos os cenários conduzem ao debate sobre a coisificação do conhecimento e a ambivalência do conceito de evidência.

A análise quantitativa simples de cada variável apresentada demonstra que o maior número de instrumentos recuperados foi do tipo tesouro e a área do conhecimento de maior cobertura sobre o domínio é a Educação. O tesouro pode indicar relações hierárquicas de todo-parte, retroalimentando esquemas mentais de interpretação sobre um domínio. Nesse caso, sobre classificação social de uma população. Sua prevalência tipológica, aliada ao protagonismo da Educação, sugere aproximação com os conceitos de ideal e universal em Ilienkov (2016). O universal não está fora do mundo, mas parte dele encontra-se nas condições materiais de existência e nas interações sociotécnicas que moldam as estruturas mentais e psicológicas das formas de pensar. Os dados refletem majoritariamente uma certa forma de pensar o TEA: como uma questão de saúde e um problema da educação, revelando a não participação ou escassa participação social de pessoas autistas em outros setores, domínios e áreas do

saber. Se a presença é um dado, o que nos dizem as ausências? Em nossa análise, um efeito da governamentalidade acerca do TEA, refletida nas lacunas informacionais sobre autistas adultos, autistas no mercado de trabalho, autistas no ensino universitário superior, autistas em comunidades originárias e tradicionais, bem como seus recortes de gênero, classe, práticas religiosas e étnico-racial.

A territorialidade demarcada pela presença de 20 (vinte) países, sendo 13 (treze) europeus, ademais dos EUA, confirmam a predominância dessas comunidades discursivas e informacionais desde a ancestralidade da CI, conforme análise de Nitecki (1994, 1995, 1997) e Schrader (1983). O fazer informacional é objetivamente prevalente a partir dessas formas de pensar.

No esforço metodológico de uma cartografia do metaconhecimento, propusemo-nos ao exame genealógico do TEA. De inspiração foucaultiana, consideramos os documentos como fruto de um espaço-tempo, material e institucionalmente legitimado, aproximando-se do posicionamento teórico de Frohmann (2006), Meyriat (2016), Estivals (1981) e Mostafa (1986). Há, ao menos, duas possibilidades de investigação científica futura: entrevistar os classificacionistas e/ou as equipes de produção dos SOC para compreender as motivações e os métodos de trabalho que resultaram em uma dada classificação ou lista terminológica; ou inferir, por meio do próprio SOC, os discursos para os quais ele aponta. Na impossibilidade da primeira opção, guiou-se pela segunda.

Dissertei sobre as diferentes perspectivas filosóficas e históricas sobre a racionalidade, os afetos e a linguagem, tríade conceitual presente nas categorias diagnósticas diferenciais do TEA: comportamento, interesse, comunicação. Como o TEA vivenciou momentos de reclassificação, afetando os instrumentos diagnósticos e demonstrando, na prática, a tese de Canguilhem (2019), seria necessário criar mecanismos que colaborassem a identificar o espaço-tempo de produção discursiva do SOC.

Significa dizer, temporalidade inobstante a data de produção. Em outros termos: quais dizeres sobre o TEA os SOC fomentam? Assim, foram criadas três categorias analíticas gerais: “categoria 1 – escolha terminológica”; “categoria 2 – presença ou ausência do termo Síndrome de Asperger”, e “categoria 3 – influência do DSM”.

Dentro da categoria 1, “Escolha terminológica”, avaliou-se a presença dos termos “autismo ou autista”, “transtorno autístico” e “transtorno do espectro autista”. Essa segmentação auxilia a identificar a categoria 3, influência do DSM, pois a expressão “autismo” é mais prevalente até a terceira edição do DSM; “transtorno autístico” na quarta edição e “transtorno do espectro autista”, na quinta edição.

A categoria 2, Presença ou ausência do termo Síndrome de Asperger, não foi desdobrada em outras variáveis, mas contribui para inferir temporalidade, visto a síndrome de Asperger ter sido incluída como categoria diagnóstica em 1994, na quarta edição do DSM, e ter sido excluída da CID em 2022 (porém não do DSM-V).

Por fim, a categoria 3, “Influência do DSM”, abriu-se em cinco subgrupos: “DSM-II”, “DSM-III”, “DSM-IV”, “DSM-5”, “DSM-III ou IV”, “Sem possibilidade de inferências”. O subgrupo “DSM-III ou IV” foi criado para identificar SOC que mencionem termos comuns aos dois, mas não possibilitam diferenciar as fronteiras. Por exemplo, quando o texto utiliza as expressões “transtorno pervasivo” ou “transtorno invasivo”, registrado tanto no DSM-III quanto no DSM-IV, mas não oferecem complemento textual. O subgrupo “Sem possibilidade de inferências” é indicado para os SOC sem conteúdo descritivo, apenas taxonômico sem personalização. Por exemplo, o uso do termo “autismo”, comum a qualquer edição do DSM. Portanto, as inferências ocorreram com base no conjunto das informações disponíveis por SOC.

O quantitativo apresentado diz respeito ao número de ocorrências ao longo da apresentação dos resultados, podendo se repetir por instrumento, e não números unitários de categoria mutuamente excludente por SOC, pois um mesmo SOC pode

registrar dois ou mais termos autorizados inseridos em diferentes edições do DSM. Para clarificar o cenário: um SOC pode indicar como termo preferido “transtorno autístico” (DSM-IV) e “transtorno do espectro autista” (DSM-V) simultaneamente, sem contextualização histórica. Assim, em um mesmo SOC, haverá dois ou três subgrupos da categoria 3, “Influência do DSM”, a saber: “DSM-IV”, “DSM-III ou IV” e “DSM-V”.

Dessa maneira, ao olhar para os SOC, seria possível identificar se as formas de pensar predominantes estão antes da década de 1980, entre 1980 e 2000 ou após os anos 2000, com as garantias literárias em saúde mais recentes, como o DSM-V, em vigor desde 2013. Ao visualizar o descompasso entre a temporalidade de influência e a vigência do SOC, identificaríamos outro dado de pesquisa: a desatualização e/ou a reprodução de informação desqualificada por instituições relevantes, indicando operadores biopolíticos de exclusão a partir da oficialidade e graus de influência de um dado instrumento na comunidade global. Nesse contexto, articulamos os pressupostos de Schrader (1983) ao afirmar que a CI é uma prática de acesso à cultura simbólica, inserida na noção de Epistemologia Social de Shera (1977): como as sociedades aprendem? Se a CI é a “suprema ligadora do tempo”, para qual tempo os SOC nos remetem?

Quadro 17 – Síntese das categorias analíticas aplicadas ao levantamento de metalinguagens no BARTOC

Categoria	Variável	Subgrupo
1	Escolha terminológica	Autismo ou Autista
		Transtorno Autístico
		Transtorno do Espectro Autista
2	Presença ou ausência do termo Síndrome de Asperger ou Transtorno de Asperger	Não se aplica

Categoria	Variável	Subgrupo
3	Influência do DSM	DSM-II
		DSM-III
		DSM-IV
		DSM-III ou IV
		DSM-V
		Sem possibilidade de inferência

Fonte: elaborado pela autora.

Anteriormente, pedi para memorizar as palavras cultura, seleção e mediação. A partir dos resultados, tais termos se entrecruzam: a cultura mediada pela seleção terminológica em seu aspecto representacional, e, na contramão, a seleção terminológica que medeia uma cultura, em seu aspecto expressivo, um regime de visibilidade e opacidade controlado por transgramáticas. Uma práxis jamais neutra, pois, conforme Mostafa (1986), necessidade e finalidade nascem do binômio conhecimento-interesse.

Para representar o TEA, ou seja, termos preferidos para indicação de pontos de acesso, os resultados obtidos na variedade de SOC localizados e consultados demonstram maior ocorrência ao termo “autismo”, com 56 (cinquenta e seis) ocorrências, apesar do termo preferido, desde 2013, ser “Transtorno do Espectro Autista” ou “Transtornos do Espectro do Autismo” a depender da tradução para o português. Autismo inicia como sintoma, depois se constitui como uma categoria diagnóstica e, agora, torna-se termo popular, usual, informal, equivalente à taxonomia oficial “transtorno do espectro autista”, que ocupa a segunda posição, com 25 (vinte e cinco) ocorrências, seguido de “transtorno autístico”, com 11 (onze).

A opção terminológica permite duas vias analíticas: usos sociais para fins de recuperação, isto é, preferência pelo vocabulário popularizado em vez do oficial devido ao princípio de

seletividade (Chaumier, 1988); ou defasagem, que conduz ao cenário da garantia literária contextual e histórica. Em outros termos, autismo seria preferido por ser o termo oficial até o segundo milênio. Como não foi possível localizar a data de criação/publicação de todos os SOC consultados, não se estabeleceu uma variável específica para período temporal e, por isso, inviabilizou-se uma relação causal direta de justificativa para a escolha terminológica do SOC. Todavia, descrições e dados complementares permitem inferir não se tratar exclusivamente de contexto histórico, haja vista alguns SOC não serem arquivos institucionais antigos ou itens notadamente de arquivo, mas plataformas *online* abertas à consulta pública e em pleno vigor, como o *Thesaurus Brased*, especializado em educação e referência no Brasil. Outra observação importante é a escolha do nome da categoria 1. Optou-se por “escolha terminológica” e não “controle terminológico” porque a identificação da presença dos termos também se deu nos termos relacionados ao descritor de indexação e não somente nos termos autorizados. Dessa maneira, se o SOC indicou “autismo” como preferido, mas incluiu “transtorno do espectro autista” como relacionado, os dois subgrupos foram considerados.

No que diz respeito à categoria 2, “Presença ou ausência do termo Síndrome de Asperger”, destaca-se a ausência do termo em 40 (quarenta) descrições, indicando possível prevalência da influência do DSM-III, anterior à inclusão da síndrome como categoria diagnóstica no DSM. Conforme apontado, o fato ocorreu apenas em 1994.

Esse pensamento ganha força com a análise da categoria 3, Influência do DSM. Os subgrupos “Sem possibilidade de inferência” e “DSM-III ou IV”, com 26 (vinte e seis) e 14 (catorze) ocorrências, respectivamente; seguido de “DSM-IV”, com 11 (onze), “DSM-III”, com 12 (doze); e “DSM-V”, com 9 (nove). Os dados sugerem maior uso de instrumentos desatualizados ou a recuperação de instrumentos mais antigos pelo BARTOC. Nas

duas situações, os dados demonstram defasagens relevantes para o domínio estudado, contrariando as boas práticas e o dever ético em BCI. Conforme visto em Hjørland (2002), é fulcral para a classificação e a indexação de um domínio, o indexador conhecer o contexto relacionado ao objeto a ser descrito. A lacuna novamente aponta para causas sociais complexas: se o TEA está restrito ao campo da saúde e da educação, quais informações o bibliotecário terá ao seu dispor? As mesmas de sempre, em um círculo vicioso.

Observações pontuais: a maioria dos instrumentos não explicita a origem neurobiológica do TEA, optando pelas noções de condições psicológicas ou psiquiátricas, área da saúde sem especificações ou situa como doenças, propriamente, contrariando a visão positivista de Brookes do suporte como perpetuação isenta do conhecimento. Mesmo nos instrumentos com suporte digital, identificou-se a replicação incorreta e desatualizada de conteúdos.

A terminologia MedDRA classifica o domínio no grupo dos “distúrbios da comunicação”, um erro de classificação, considerando que o DSM possui uma classe específica para a temática, onde o TEA não se insere.

O *National Institute of Youth and Popular Education Thesaurus* classifica em doenças (em francês, *maladie*), sendo que o tesouro possui uma classe voltada para deficiências da qual o TEA foi excluído, permanecendo no grupo de doenças como diabetes, hepatite e câncer.

O *Thesaurus Brased*, relevante instrumento no país, adota terminologia antiga refletida na estrutura hierárquica todo-parte, em que o termo genérico é “deficiência intelectual” e os específicos são “autismo precoce” e “comportamento autista”, indicativos de base do DSM-III. Se atestado, tratar-se-á de uma desatualização de, aproximadamente, 30 anos. Ao adotar termo genérico (todo) como deficiência intelectual, o instrumento generaliza incorretamente a noção de que todos os autistas

possuem deficiência intelectual, reforçando estigmas e a ideia de que autistas são destituídos da racionalidade esperada. Embora a racionalidade possa ser articulada de outros modos e deficiência intelectual seja uma condição de saúde existente, em uma sociedade neurocentrada, essa pessoa pode ser interpretada como “menos humana”, como debatido a partir de Descartes, e a pessoa com superdotação, vista como um “humano superior”. A noção de intelectualidade e deficiência intelectual necessitaria de uma pesquisa à parte.

O *Thesaurus Care and Welfare*, produzido nos Países Baixos, é um exemplo da relação entre metalinguagens, metadiscursividade e política. Perante o perfil descritivo do TEA, o conteúdo aproxima-se do DSM-III ou DSM-IV, em desuso. Contudo, foi o único instrumento a indicar categorias de assunto para além do escopo utilitário ou clínico da saúde. Mesmo sendo um instrumento relacionado ao cuidado e ao bem-estar, sob uma via utilitária, poderia restringir aos termos básicos e oficiais da saúde, mas revelou outros, como cães-guias e espaços terapêuticos, como “cafés”, voltados para a comunidade autista. A partir desta metalinguagem, infere-se a existência de políticas de inclusão mais abrangentes e uma postura social mais inclusiva para a comunidade autista, vislumbrando horizontes para uma cidadania documentária. Neste tópico, destaca-se a presença do domínio no dicionário coreano de línguas de sinais com dois descritores e no esquema de classificação coreano de ocupações. Embora a terminologia seja mais próxima ao DSM-IV, há brechas para aprofundar projetos de inclusão de pessoas autistas na Coreia do Sul. A presença do instrumento pode ser explicada, também, pela atividade contínua de um grupo de trabalho associado ao BARTOC para incremento de linguagens documentárias e outros SOC coreanos na plataforma.

O tesouro Unesco-IBE, expressão de potencial força política e simbólica para domínios subalternos, marginaliza ainda mais as pessoas autistas. Na consulta *online*, apenas situa autistas como

peças com “distúrbios emocionais”, uma classificação redutora mais próxima da descrição de edições antigas do DSM. Em 2007, data da publicação do tesouro revisado, estava em vigor o DSM-IV, com critérios diagnósticos mais amplos que as edições anteriores. Assim, essa metalinguagem associa-se diretamente com a classificação da CDD, que classifica estudantes autistas com distúrbios emocionais. Embora pessoas autistas vivenciem desregulações emocionais com efeito direto em seu comportamento, a causa não são simples distúrbios de ordem psicológica, exclusivamente. Dessa maneira, o SOC influencia o leitor a pensar que autismo é da ordem da doença mental, de desordens psicológicas. Tal visão carrega, ainda, a herança da esquizofrenia e das primeiras descrições etiológicas do domínio, como psicose. Nessa esteira institucional, interessante observar que o *Multilingual European Thesaurus on Health Promotion*, da União Europeia, classifica o autismo no grupo dos “Transtornos da Comunicação”, sugerindo tomar o efeito pela causa, assim como o entendimento reducionista dos distúrbios emocionais.

Cenário semelhante foi encontrado no *Classification Scheme of the University Library University of the Arts*, em Berlim. No vocabulário controlado de pedagogia, autismo é registrado em “doença mental” e “psicologia educacional”. A escolha pelo tema da psicologia da educação estaria adequado, visto as subdivisões da própria pedagogia. Todavia, no grupo das doenças mentais, autismo é relacionado às crianças com comportamentos considerados ruins, popularmente conhecidas como “mal-comportadas” em uma tradução livre do alemão. Ainda que essa tradução exija mais rigor idiomático, não invalida o contexto de associar restritamente crianças autistas a comportamentos inadequados, ainda que crianças autistas apresentem comportamentos considerados inadequados e indesejáveis em algumas situações. A associação exclusiva com a esfera emocional e comportamental sugere, do mesmo modo, influência do DSM-III, vigente entre os anos de 1980 e 1994.

Os instrumentos evidenciam a importância de se pensar emoções, sentimentos e comportamento pela via antropológica cultural adotada na pesquisa. Com Lutz (1988) entende-se que se popularizou a ideia de que as emoções ocupam um lugar de autenticidade e intencionalidade (a pessoa sente tal coisa porque quer e manifesta porque deseja). Com Damásio e Darwin, compreende-se que há diversas camadas sobrepostas à racionalidade e à consciência, de ordem biológica e cultural, cujos efeitos emocionais podem não ser conscientes e podem, inclusive, ser contraditórios (sentir a e manifestar b). Com Lima (2019) e sua abordagem fenomenológica do TEA, aprende-se que pessoas autistas vivenciam dificuldades emocionais, mas não se trata da causa do transtorno. Ao classificar o domínio nesta classe, é iluminado o desconhecimento sobre o objeto. A partir de Abu-Lughod (1998), vale questionar se essas descrições dizem respeito ao objeto autismo ou à visão reducionista e subjetiva dos classificacionistas e indexadores sobre o transtorno.

Outro ponto de atenção localiza-se no *Professional Sign Language Dictionary Psychology Alphabetical Index*, que classifica o autismo no grupo dos “transtornos mentais” e o relaciona com o conceito de egocentrismo. Aqui, duas hipóteses: escolha terminológica derivada do significado de pessoa fechada em si mesma ou autocentrada, típico das descrições sobre o domínio, ou, segunda hipótese, trata-se do conceito de egocentrismo em Jean Piaget (1973), que originalmente não corresponde ao contexto clínico do TEA, porém o pensador suíço disserta sobre o “pensamento autístico” na fase egocêntrica da criança, ao discutir as etapas do desenvolvimento infantil em sua Epistemologia genética. Por ser um SOC da área da Psicologia, torna-se uma linha interpretativa possível. Inadequada, mas explicada.

Dos 68 (sessenta e oito) instrumentos avaliados, o mais emblemático foi o UNTERM, base de dados multilíngue da ONU. Retomando a descrição do SOC, dois descritores são autorizados: “autismo” e “transtorno autístico”. A visualização na *web* indica

tradução do verbete para o inglês, espanhol, francês e árabe. As diferenças observadas são discrepantes não por questões idiomáticas (que devem existir e um tradutor especialista teria menos dificuldade do que nós ao analisar o texto em árabe), mas por divergências de conteúdo na mesma página e descritor. O texto em inglês indica ser um transtorno neurobiológico (não uma doença, nem transtorno mental) e a descrição clínica se aproxima da versão atualizada do DSM-V. Em francês, um túnel do tempo. Autismo é descrito no campo da psicose esquizofrênica, com destaque para a incapacidade de contato social, aproximando-se da descrição do DSM-III e as transgramáticas dos anos de 1980. Em língua espanhola, o classifica como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, menciona a síndrome de Asperger e os critérios diagnósticos sugerem o conteúdo do DSM-IV. Outros vestígios dessa relação é o UNTERM ponderar outras possíveis causas para o autismo, como problemas digestivos, envenenamento por mercúrio, sensibilidades a vacinas e uso incorreto de vitaminas, temas comuns entre os anos de 1990 e 2000, e não corroborados pela comunidade científica, como a possibilidade de vacinas causarem autismo. Por fim, em árabe, há uma mescla interpretativa: se, por um lado, denomina doença e distúrbio psicológico, por outro, sinaliza a causa neurobiológica, salienta a ocorrência em todas as classes sociais, raças e gênero e afirma o papel positivo da interpretação precoce para aquisição de habilidades cognitivas e sociais em pessoas autistas.

O descompasso temporal em um mesmo instrumento revela as nuances do dispositivo de classificação: aparentemente não se trata de replicação do conteúdo em outras línguas, uma tradução simples, mas a composição do conteúdo a partir de garantias literárias distintas, vindo ao encontro da gramatização do real e dos dilemas da tradução, visto em Cassin.

Sobre formas de pensar explícitas nos modos de dizer, o *Australian Thesaurus of Education Descriptors* relaciona autismo à esquizofrenia e à síndrome de Asperger a “alunos com

necessidades especiais”, quando o mais coerente seria esse termo relacionado também constar na lista dos termos associados ao TEA. Ao separá-los, reforça a produção discursiva de Asperger ser mais leve ou não ser considerado autista e, por isso ocupar espaços acadêmicos. Já a figura do autista se mantém como alguém alheio ao mundo, não pertencente a ambientes de ensino e formação pedagógica. Operadores biopolíticos no TTI, mais uma vez.

No que tange às ontologias, *Finnish Ontology of Health and Welfare* classifica como doença do sistema nervoso e a *Human Phenotype Ontology* propõe a árvore hierárquica em “comportamento”, invisibilizando a origem neurobiológica, em que o comportamento é apenas uma das faces do TEA. Talvez a face mais visível para a vida social. Entretanto, não reflete sua origem.

Na esfera das gramáticas ignoradas, notou-se ausência de Grunya Sukhareva no rol onomástico do *Name and Title Authority File of Catalonia*, que registra personagens reconhecidos internacionalmente na história do domínio, como Leo Kanner, Hans Asperger, Lorna Wing e Temple Grandin. A lacuna corrobora o fazer informacional eurocêntrico e norte-americanizado, alertado por Nitecki (1997) e Mostafa (1986): excetuando-se a Coreia do Sul, que colabora diretamente com o BARTOC, não houve recuperação de instrumentos oriundos da Rússia, do leste europeu e regiões que, historicamente, disputam hegemonia geopolítica. Fica em aberto se há um regime de informação operante ou se não há, nesses territórios, produção de SOC com descritores sobre o TEA.

A partir da avaliação dos 68 (sessenta e oito) SOC, de maneira geral, considerou-se a representação informacional do domínio do TEA insuficiente e limitada, com destaques positivos para o tesouro ERIC, o TERM-CAT e DeCS/MeSH. A *Library of Congress* valida termos plurais, no entanto, alguns recortes

merecem atenção, como o segmento religioso focalizado em cristianismo. Voltemos ao início.

O humano pensa, mas como pensa? O humano é dotado de sentidos, mas todos experienciam do mesmo modo? O que falar quer dizer, afinal? Quando a CDD dispõe da notação 371.94 referente à Educação Especial, e define alunos autistas como “estudantes com distúrbios emocionais”, o que exatamente o classificacionista quis afirmar? Quais discursos, ideologias e pressupostos filosóficos permeiam os bastidores da definição dos assuntos referentes ao autismo, comportamento, distúrbio e emoção?

De acordo com as autorias traçadas até aqui, se verificou que as sociedades determinam formas de pensar e sentir instituindo modelos de existência, porém nem o pensamento, nem as sensações, são objetos constatáveis, fisicamente, por si mesmos. Dependem da cultura e do consenso científico que, logicamente, deve ser considerado. Conforme dito ao longo da pesquisa, admitir múltiplas formas de ser no mundo não significa normalizá-las e ignorar os efeitos no mundo. O problema está, repito, na dedução e generalização a partir de manifestações regidas por gramáticas outras. Ao incluir o TEA na discussão epistemológica da CI, questioneei qual autismo é retratado e quais trilhas potenciais para acomodá-lo conceitualmente, visto que a *empíria* revela o múltiplo, impossibilitando a unidade preconizada pela filosofia predominante na CI continental americana.

Conforme descrito na retrospectiva de Nitecki (1994, 1995), os antecedentes gregos determinaram que a forma é um ideal de existir. Ao partir da unidade relacional, comparativa com outras unidades, determina-se as características identitárias únicas e/ou comuns de um determinado objeto para formulação dos conceitos. Como instituir existência conceitual ao TEA em um tempo mediado por esquemas linguísticos ideais?

No universo da metadiscursividade em SOC legitimados por instituições e governos, é notório um regime informacional

capacitista em torno da figura da pessoa autista. A circulação de informações parciais ou incorretas sobre o transtorno gerou uma cadeia discursiva de fortalecimento da condição informe dessa população, um processo retroalimentar mediado por transgramáticas que estabilizam as linhas de força do dispositivo informacional. Nos termos de Nitecki (1994) e Gabriel (2018), um efeito direto das práxis metabiblioteconômica enraizada no neutrocentrismo, em diversos campos de sentido.

Questionei: quais são os efeitos na vida cidadã de um laudo médico composto por um código alfanumérico e uma taxonomia, resultado de uma classificação de assunto que se pretende unificada, chancelada por diferentes instâncias do Estado? E, por fim, quais são os riscos de negar tais classificações? Após o percurso empírico-documental-documentário, *topos*. O lugar da mediação. Neste caso, o não-pertencimento. A classificação espelhada de uma comunidade não autárquica, portanto, sem tender ao saber, à felicidade e à vida pública; um não-ser impossibilitado igualmente de ser um “quase-ser” (Cassin, 1999), posto colocado suspenso da *aisthêsis*; conforme as metalinguagens majoritariamente expressam, um ser que não sente; incapaz de perceber o outro e si próprio; incapaz de *poiesis*.

Com efeito, o TEA não é uma simples manobra linguística ou decisão epistêmica, embora manobras linguísticas e decisões epistêmicas moldem um domínio como se constatou. A dialética vygotskyana sobre desenvolvimento humano considera a biologia, mas não a coloca em posição determinista para a vida sociopolítica. A intenção de cartografar vestígios dos movimentos sócio-históricos de representação do TEA foi alcançada: os SOC representam a racionalidade hegemônica debatida desde o primeiro capítulo e cristalizam categorias sociais, como comportamento, para sintetizar uma dada imagem de pessoa autista. O dualismo presente em Parmênides é retomado: as categorias hierárquicas não concebem a pluriexistência autista; linguagem funcional ou disfuncional, deficiência intelectual ou

altas habilidades. No terreno do *ethos*, a disputa do *pathos* que nomeia o outro sem afetividade porque o outro não fala como homem, nem age como adulto. “Adulto é quem vive por si mesmo a sua cotidianidade”, sinalizou Heller no início deste relato científico. No terreno de quem vive em si mesmo e não por si mesmo, o que resta é a infantilização. A pessoa autista não pertence ao mundo das pessoas adultas.

No plano profissional de prática bibliotecária, os resultados obtidos permitem questionar a defasagem significativa na garantia literária, um dos nomes possíveis para transgramáticas, que serve de base para redes institucionais de prestígio, uma vez que o léxico documentário “deve ser entendido como o conjunto de ocorrências provenientes de várias áreas da terminologia (linguagem de especialidade) e das palavras utilizadas pelos usuários (linguagem natural)” (Boccatto, 2011, p. 12). Quando se fala em autismo, o que se vê? De acordo com o BARTOC, o passado.

Conduzida pelos conceitos de poder, gramatização do real e democracia documentária, a pesquisa identificou nos resultados quanti-qualitativos vestígios das estruturas de saber-poder que incidem na representação do domínio e, conseqüentemente, na vida concreta e cotidiana das pessoas. Tal qual o dilema narrado por Vainfas (2021), incide sobre a pessoa autista a responsabilidade da totalidade de sua condição de saúde. Na concretude do real, a representação informacional circulante caracteriza a pessoa autista como alguém do mundo, inadequada à sociedade, isenta de sentimentos, empatia e racionalidade, marginalizando, ainda mais, a pessoa e sua comunidade. Um dos infelizes resultados da marginalização é o alto índice de suicídio entre pessoas autistas (Arruda, 2022), um destino semelhante ao de Herculine Barbin: em meio a dor nem sempre compartilhada, retiram-se fisicamente de um mundo que simbolicamente já as excluiu.

Capítulo 10

NEURODIVERSIDADE NO HORIZONTE DA DEMOCRACIA DOCUMENTÁRIA

Apenas suspender o conceito de normal inserindo o conceito de neurodiversidade, que implica em uma nova maneira de interagir com o mundo, não resolve filosófica, política, prática ou eticamente, a inclusão de pessoas com autismo. É necessário incluir a neurodiversidade na hermenêutica dialética, avaliando o que é do campo da reeducação necessária da pessoa à organização social atual e do que caberia à reeducação da sociedade em si.

(Fernanda Valle)

Como uma pesquisa relacionada diretamente com a vida humana, sob a perspectiva transformativa, ao lançar luz sobre o histórico de luta, exclusão e atentado à dignidade e à cidadania de pessoas autistas por meio da representação informacional, questionou-se, centralmente, quanto à responsabilidade ética e os

limites epistemológicos da BCI enquanto *alma mater* da onticidade social via organização dos saberes. Se não nós, quem?

Para a ontologia informe, talvez a pergunta esteja mal formulada. O sentido atribuído à onticidade social é, de fato, uma necessidade? O direito de ser como se é e o direito de ser perante o Estado informacional resulta em embates heterotópicos. Eis o lugar epistêmico que cabe à BCI, com todas as suas contradições, conforme ensina Pierre Bourdieu. Quando o excluído do discurso expõe os gestos de exclusão que o determinaram informe, busca uma via de oficialidade ou apresenta caminhos alternativos de reconhecimento, uma forma forjada de acordo com sua particularidade. Essa seria a proposta desclassificatória de García Gutiérrez aderida como método possível de transformação das linguagens documentárias existentes para ampliar a metarrepresentação do TEA em glossários, dicionários, tesouros, ontologias, esquemas de classificação oficiais. Desclassificar para reclassificar o oficial, o legítimo, o autorizado. Em palavra única, reformar. Contudo, o informe tem outra face: a decisão de se manter clandestino, ausente da chamada cidadania de um projeto pensado por uma maioria que o excluiu. É o caso da autodeterminação dos povos e de grupos específicos estudados por Menezes no contexto da filosofia ameríndia; uma face não explorada nesta pesquisa.

O informe se diz muitos modos. No TEA, há diferentes subdomínios que vão da pauta da saúde às pautas identitárias. Conforme se viu com Singer, neurodiversidade é conceito, bem como uma bandeira de movimentos sociais, uma ideia que abriga o seu contrário, a anti-neurodiversidade. Não há consenso no TEA devido à heterogeneidade que lhe é inerente. No movimento de sua autocompreensão, há distintos dizeres com seus efeitos-mundo que necessitam de uma abordagem crítica para estabelecer um novo corpo documentário. De que maneira grupos diferentes de autistas se classificariam e quais termos utilizariam é um desdobramento desejado de pesquisa.

Na pesquisa realizada, o olhar hermenêutico para os (inter)textos sobre o TEA iluminou os modelos de racionalidade e afetividade presentes na sociedade contemporânea que se ressentem da diferença, diante de “atos de categorização”, do grego *catégorien*, acusar publicamente ou insultar com autoridade pública (Bourdieu, 2014). Neste caso, atos públicos e institucionais transgramaticais de acusação do autista não pertencer ao mundo e, por isso, sua existência possui menos valor para o sistema ou à própria categoria de humano, conforme destaques jornalísticos examinados nos arquivos da Biblioteca Nacional.

Ao formular a ideia de dispositivo, Michel Foucault alertou para a necessidade de investigar os mecanismos do poder, em sua forma estrutural nas relações do saber, as causas materiais nascidas da produção discursiva que engendram a marginalização. Um documento se torna documento por uma vontade e toda institucionalidade abriga uma intencionalidade, viu-se em Jean Meyriat, Robert Estivals e Bernd Frohmann. Nessa direção, observou-se que o vocabulário presente nos jornais e nos instrumentos de OC acenam para fluxos de mudanças vivenciadas pelo domínio ao longo do tempo: um movimento inicial de descrição científica (passando da categoria de sintoma à categoria de transtorno específico); a realidade de total exclusão social a partir das classificações com a adoção de termos deterministas e universalizantes sobre o futuro da pessoa autista (incapaz de socialização, incapaz de afetos, incapaz da intelectualidade); a popularização do termo a partir dos investimentos em pesquisa e da luta das famílias; a apropriação do termo autismo para adjetivações e metáforas pejorativas; a mudança da categoria entre áreas do conhecimento (saiu da noção de psicose e esquizofrenia para adentrar o contexto do neurodesenvolvimento); o início da inclusão social, ao menos a intenção de compreensão da heterogeneidade e contradição interna do domínio, com a oficialização da noção de espectro e

aumento dos critérios diagnósticos, assim como a mobilidade conceitual dentro dos critérios; presença do domínio em áreas do conhecimento transversais, como a educação, indicando a inclusão dessa população em espaços pedagógicos antes sequer considerados.

A despeito das diferenças clínicas e das perspectivas sócio-históricas identificadas, se observa um padrão no TEA, áreas nucleares que caracterizam o domínio como condição de saúde: déficits na linguagem, com efeito direto na comunicação, interação social (que abarca linguagem e comportamento), e interesses restritos e repetitivos. Acrescentam-se, também, as questões sensoriais, fortemente presentes na população autista. Os instrumentos recuperados e analisados sinalizam para uma totalidade diagnóstica, com poucas brechas para conceber a diferença dentro do próprio espectro. O que falta e o que excede gera déficit social. Mas, tais categorias não são exploradas suficientemente pelos SOC.

Ao centralizar a gravidade do autismo à funcionalidade da fala, questiona-se o que seria fala funcional e para quem. Com isso não se pretende contrariar os saberes médicos e as evidências atestadas por consenso de diferentes especialidades, cuja expertise me escapa, sobre aquisição da linguagem e sua função para desenvolvimento de outras questões cognitivas, nem ignorar a incontestada necessidade pragmática da linguagem na rotina familiar e partilha social em seus diversos setores cotidianos. A pesquisa contesta tão somente a descrição metarrepresentacional que despreza um conjunto de jogos de linguagem e pragmáticas menores colocadas à parte para classificar o autismo como alguém alheio ao mundo. Linguagem funcional se relaciona com autonomia, com reconhecer a si e ao outro de modos profundos para além do simples falar ou escrever (que, em origem, sabemos, simples não são). Uma comunicação disfuncional pode o ser para o outro fora de determinados jogos de linguagem, jogos que cada rede de apoio a pessoas autistas constrói. Trata-se do nascer de

linguagens primitivas que co-habitam a leitura de mundo, antes da leitura de palavras, como ensina Paulo Freire, exemplificada pelo dicionário conjunto de Serra (2021) e sua filha. Comunico, logo existo, afinal. O fato de considerar tais gramáticas primitivas não exime as famílias, cuidadores e o Estado do dever em ofertar todos os recursos de desenvolvimento das habilidades pragmáticas que inserem a pessoa autista na comunicação da *pólis*. Situar autistas como pessoas que se comunicam é inseri-las como seres sociais, incluí-las para além do utilitário, posto que corporificados no mundo, em outros tipos de linguagem e manifestações sociais.

Pelo percurso percorrido na pesquisa, atesta-se a inclusão perversa, que excluiu para incluir e novamente exclui a comunidade autista ao seu direito de representação e metarrepresentação qualificada e coerente: da descrição inicial para as classificações oficiais em saúde, quase 40 anos. Depois de reclassificações e outros 40 anos, vigoram operadores incorretos, limitados ou desatualizados nos SOC localizados pelo principal diretório de linguagens documentárias em BCI. Percebe-se: a democracia documentária não é um fim, é devir.

Ao afirmar a heterogeneidade do domínio, diz-se objetivamente que corpos-vida se desenvolvem e irão se desenvolver de maneiras e ritmos diferentes, independentemente do tipo de suporte recebido. Dessa contradição emerge o modelo biopsicossocial, abordagem adotada nesta pesquisa. Algumas pessoas não serão capazes de desenvolver determinadas habilidades e talvez exijam suporte substancial de forma vitalícia. Isso também é diversidade e o desafio é garantir a inclusão dessas pessoas na categoria de sujeito que são, com respeito, dignidade, qualidade de vida e justiça informacional. A luta pela metarrepresentação não visa a uma nova uniformização dos autistas ou das pessoas com deficiência, à crítica justificada aos SOC com base exclusiva no enunciado de que “nem todo autista é como está descrito”. Esse é um dos argumentos, mas não o único.

Nem todo autista é, de fato, como está descrito. Mas mesmo os que se aproximam, não oralizados, sem apresentar intenção comunicativa por qualquer meio alternativo de comunicação, aparentemente embotados, com ou sem deficiência intelectual, com necessidade substancial de suporte, cuja existência prática sob o olhar do capacitismo enraizado remete a uma criança que não cresce, esta parcela também é cidadã, está no mundo, o percebe e interage com ele, produz e reproduz linguagem.

Nessa direção, a pesquisa se conduziu pela impossibilidade da recusa às contradições e lançou mão da escola soviética de desenvolvimento humano centrada em Lev Vygotsky. O “fruto que cai longe da árvore” e gera tensão é uma construção biológica, social, cultural e histórica e, na sociedade de escrita, informacional. Ao olhar para biologia, uma visão mediada pelos efeitos-mundos, cada sociedade os introjetará de uma (ou variadas) forma(s) construindo intersubjetivamente os conceitos. O que presume o classificacionista ao organizar o domínio do TEA?

Perante o exposto, compreende-se que as relações de saber-poder via mediação sociotécnica, objetivamente tratada na modalidade de metalinguagens, esquematizam mentes e sistemas, gerando uma imagem mental, psíquica, afetiva e verbal sobre determinado assunto que, interiorizada, se torna subjetivada. Ao subjetivar-se, se naturaliza. Tem-se por acrítica, perpetuando termos e esquemas de classificação. Autista, alguém em si mesmo, alguém do mundo.

Assim, qual *habitus* foi identificado na etapa qualitativa da pesquisa? O da inferiorização da pessoa autista na hierarquia social, com propensão a usar mercados linguísticos ultrapassados, conformados por metalinguagens autorizadas, mas não mais vigentes. Cristalizaram-se no tempo, nas mentes e no verbo, indicando novos desafios gramaticais.

No quesito terminologia, o domínio do TEA apresenta um desafio quanto aos títulos dos principais guias em saúde, a CID e o

DSM. Os instrumentos visam à classificação de doenças e outras questões de saúde, mas o destaque está nas palavras “doenças” e “transtornos mentais”. Assim, ao avaliar a interpretação social contemporaneamente incorreta como doença, encontra-se nos títulos dos instrumentos internacionais um reforço da metadiscursividade, a abertura para que condições de saúde que não são doenças sejam interpretadas deste modo transversalmente pela sociedade não especialista.

Na esteira da informação em saúde, as tradições soviéticas em psiquiatria, psicologia e pedagogia, especialmente com a descoberta de Grunya Sukhareva, o vasto estudo de Lev Vygotsky, e a bibliopsicologia de Nicolas Roubakine, emergem como solo fecundo para entrecruzar e aprofundar conceitos como conhecimento e mediação, mobilizando a noção de zona de desenvolvimento proximal, já articulada por Gomes (2014) sobre as camadas da mediação, mas, a partir desta pesquisa, aplicar à neurodiversidade. A concepção da zona proximal como um *locus* metalinguístico e esquemático à luz de Robert Estivals e Nicolas Roubakine, além de trajetos biobibliográficos entre as autorias soviéticas no campo da psicologia da leitura, se delineiam como desdobramentos desta pesquisa.

Do mesmo modo, devir-rizoma e linguagem documentária menor acenam para condições metodológicas para dialogar com a concepção da linguagem em Fernand Deligny, o pedagogo das crianças autistas, e a ontologia informe, com Vinícios Menezes e o plano de imanência deleuziano. Nesse sentido, junto à desclassificação de Antonio García Gutiérrez, surgem como opções teórico-metodológicas para aplicação do protótipo terminológico em desenvolvimento e testar a metarrepresentação da pluriexistência autista em SOC.

As lentes da transgramática sobre a garantia literária iluminaram lacunas em territórios discursivos decisórios para a representação e representatividade do domínio na esfera pública, como os vocabulários controlados da ONU, Unesco, Senado

Federal Brasileiro, Inep, bem como outras institucionalidades governamentais. A presença de metarrepresentação desatualizada ou incorreta em sistemas de biblioteca de universidades do Brasil e do exterior conclamam a urgência de revisão em espaços oficiais de formação de saberes.

Expôs-se, também, a influência recorrente da gramática psicológica oitentista na metadiscursividade do domínio. A heterogeneidade e complexidade inerentes ao domínio e observadas nesta pesquisa abrem campo para repensar presença em outros tipos de classificações, como a CIF, e não somente a CID, em uma tentativa de classificar graus diferentes de participação em mais de uma categoria diagnóstica, personalizando o cuidado e a metarrepresentação dos tipos de autismo.

A localização de SOC das áreas da Educação e da Saúde ratificam a análise sociopolítica proposta: TEA é um assunto médico e da pedagogia, visto ser um “problema de desenvolvimento infantil”, invisibilizando as formas de ser da deficiência persistentes na vida adulta, posto ser neurobiológica, esvaziando a responsabilidade do Estado e dos diferentes setores da sociedade em olhar para essa população e servi-la enquanto cidadãos que são. Mire-veja.

Com a ontologia informe se percorreu a trilha diacrônica da etimologia e das disputas por sentidos. No desenrolar da pesquisa, encontramos a pesquisadora francesa Marie-Claude Thomas, inicialmente não identificada na revisão de literatura exploratória de pesquisa. Thomas desbravou o mesmo caminho etimológico e teórico via sofisticada cassiniana para localizar a pessoa autista como um ser fora da linguagem. Para a autora, o autismo é um efeito do dizer psiquiátrico, um gesto epistêmico de duplo protagonismo: a apropriação da teoria da evolução darwinista para a equivalência no conceito de desenvolvimento, isto é, o recém-nascido como memória da espécie humana, um ciclo de marcos esperados e reproduzíveis; e a influência da psicologia pavloviana e das escolas estadunidenses que reduziram a

linguagem a um mero instrumento de comunicação (García Valls, 2019). Thomas parte da psicanálise lacaniana. Diferentemente, esta pesquisa coaduna-se com a ontologia informe. De modos distintos, ambas suscitam o protagonismo da linguagem na constituição do ser-que-somos e do ser que dizem que somos. A não originalidade do percurso diacrônico sustentado pela logologia cassiniana aplicado ao radical *autós-* para elaboração da primeira hipótese não a invalida. Ao contrário, ao dialogar com outras autorias e campos do conhecimento, a reforça na direção da segunda hipótese apresentada e, de acordo com os objetivos propostos e a metodologia descrita, confirmadas.

Dar vida à noção de pessoa informacional neurodiversa significa reestruturar noções comuns da CI, como livro, leitura, racionalidade, cognição, necessidade de informação, e, principalmente, usuário e sujeito informacional, para apontar para outras perspectivas igualmente presentes, ainda que não identificadas, em todos os grupos sociais, etários, étnicos, culturais e de gênero. Evidenciar as contradições e dar voz a neurominorias subrepresentadas é um horizonte possível considerando as legislações já existentes e o caráter social e ético de uma ciência social, como diz a Ciência da Informação.

NOTAS DE PESQUISA

À GUIA DE (IN)CONCLUSÃO

[...] I wish I could say
All the things that I should say
Say 'em loud, say 'em clear
For the whole round world to hear
I wish I could share
All the love that's in my heart
Remove all the bars
That keep us apart
I wish you could know
What it means to be me
Then you'd see and agree
That every man should be free.
(Billy Taylor e Dick Dallas)

Na abertura, relatei os caminhos que me trouxeram até o domínio do TEA, assim como os percalços, as oportunidades e as decisões tomadas para que a pesquisa se concretizasse. Agora, com a tese descrita, argumentativamente sustentada, defendida perante os pares, conforme as regras do método científico, retomo a palavra em primeira pessoa, nesta outra forma documental do *biblion* para relatar a experiência de fazê-la.

Desde o início, essa é uma pesquisa que inquieta e, por vezes, se faz indigesta. Escolho esses dois termos, aparentemente pouco científicos, devido ao entendimento do conceito de ciência e de cientista. Se meu objeto são os fenômenos oriundos da sociedade, como parte dela sou confrontada a todo momento às leis que me regem, aos conceitos que abraço, à racionalidade e à afetividade que me atravessam. “Eu sou eu e minha circunstância”, citei Ortega y Gasset no início desse trabalho. Ao escolhê-lo, não me referi apenas aos meios disponíveis para realizar meu ofício, mas também ao impacto pessoal, como ser humano e social encarnado, ao percorrer as etapas dissertadas até aqui. Toda pesquisa atinge, em primeiro lugar, quem a escreve.

Ao ser leitora de mim mesma, titubeei. Mas, logo aceitei, entre diálogos e desabafos com meus pares pesquisadores, o fato de que meu fazer científico não é, ou jamais será, dissociado da minha subjetividade e que o dever ético em pesquisa não é o puro distanciamento, mas a identificação e elaboração dos efeitos que a pesquisa nos causa. Para mitigar os riscos de sobreposição total de minhas crenças e limitações, acompanhei diferentes comunidades de autistas, de correntes teóricas, de posicionamentos políticos, e as vi na arena da história, em pleno movimento. Desse contato, lapidei meus argumentos e refinei meus pontos de vista, ou seriam de ver?

Como um corpo onde co-habitam a pessoa e a profissional, aprendi que estudar sobre autismo é um passo importante, diria fundamental para a vida social, mas o simples acesso não se transforma em passaporte automático para a lida com pessoas autistas, ou com qualquer outro domínio que verse sobre o diverso. Justamente por isso, mais de uma vez, rejeitei minha escrita porque, no fundo, não soube como agir com *N*. Pela proximidade com o objeto e minhas próprias contradições, duvidei se deveria prosseguir. Todavia, no percurso não linear de trabalho, fortaleci a certeza de uma pesquisa não se fazer sozinha. Se a racionalidade não é extrassensível, invariavelmente eu

estaria afetada pelo meu objeto. Dessa relação pode nascer algo novo para o objeto e para o cientista. Esse algo novo, diriam os alemães, é o começo da consciência crítica.

Enquanto sociedade, o que nos falta não é teoria ou metodologia, visto contribuições terem sido feitas no decorrer das décadas, com Franco Basaglia, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Fernand Deligny, Nise da Silveira, Maria Montessori. O muro mais difícil é o atitudinal, o movimento de reconhecer o *pathos* no *logos*, de reconstruir afetos para reescrever o outro e o outro em nós. Eis um novo circuito de documentos, ou uma busca menor, *iumforme*.

Ao elencar os dilemas conceituais e existenciais desdobrados pela minha escrita, proporcionados pelas autorias encontradas nessa travessia, vislumbrei quão utópicos pareceram meus objetivos. Uma vez mais a palavra nos permite divagações cabíveis. A apresentação do problema ilumina a distância do ideal, do justo e do existente por direito, a justiça social, recortada na justiça informacional e desdobrada na democracia documentária, que, no entendimento permitido por Maria Nélide González de Gómez e Gustavo Saldanha, é a simbiose necessária para existência de ambas em um mundo regido por gramática, ou por agenciamentos de palavras de ordem.

É, de fato, utópico apontar para a reconstrução metarrepresentacional que atravessa os instrumentos de OC dada a complexidade, também afetiva, da *pólis*. Todavia, como aprendi com o grupo de pesquisa Ecce Liber, o termo utópica abriga a *tópica*, a ciência argumentativa da retórica, o combate discursivo. Nesse sentido, a filosofia e a história nos revelam a construção paulatina da realidade a partir da linguagem, sua imanência intrínseca, apesar de sua aparente prisão. O poder aplicado à linguagem, e mediado por ela, promove, na contramão, a sua possibilidade de reconstrução. Sendo assim, em qualquer aspecto, os objetivos apresentados são, justificadamente, utópicos.

Descobri, também, que, assim como não há um gene único que dê conta de explicar o TEA, não há uma teoria social única para justificar, explicar ou solucionar os fenômenos sociopolíticos e culturais que o envolvem. Mas, entendo e defendo a necessidade de acolher as contradições como caminho seguro para uma avaliação mais completa do domínio. Por isso demarco, dessa vez, sem titubear: desta travessia, (in)conclusão. Não se trata de duvidar do caminho percorrido ou da falta de respostas para os problemas levantados por nós nos últimos cinco anos. Nesse sentido, a pesquisa está devidamente concluída. Porém, com Vinícios Menezes aprendi o terceiro significado do prefixo *in-*, do *informatio*, o afastamento da forma. Se foi preciso me afastar das transgramáticas das formas documentárias para questioná-las, faz-se igualmente necessário o afastamento da forma construída pela minha escrita até aqui para visualizar outras possibilidades não imaginadas ou sequer consideradas por mim. Se essa pesquisa de tese talvez seja a primeira a debater o TEA por essa perspectiva no escopo da CI no Brasil, eu espero, como cientista, cidadã e familiar de *N.*, que não seja a última.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments: Honor and Poetry in a Bedouin Society*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- ADLER, Melissa. *Cruising the library: perversities in the organization of knowledge*. Nova York: Fordham University Press, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos: homo sacer*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. *La potencia del pensamiento: ensayos y conferencias*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2007.
- AGRESSIVIDADE na criança autista. *Instituto Lagarta vira pupa*, 2017. Disponível em: <https://www.lagartavirapupa.com.br/post/agressividade-na-crian%C3%A7a-autista-v%C3%ADdeo>. Acesso em: 02 set. 2023.
- AHMED, Sara. Affective Economies. *Social Text*, [s. l.], n. 22, v. 2, p. 117–139, 2004.
- ALIGHIERI, Dante. *De vulgari eloquentia: sobre a eloquência em língua vulgar*. São Paulo: Parábola, 2021.
- ALVES, Ieda Maria. Empregos do prefixo meta-. *Acta Semiótica et Lingvística*. [s. l.], v. 24, n. 3, p. 54-62, 2020.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. Washington: American Psychiatric Association, 1952.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-II*. Washington: American Psychiatric Association, 1968.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-III*. Washington: American Psychiatric Association, 1980.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-IV*. Washington: American Psychiatric Association, 1994.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Menino Drummond*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2012.

ANTI-NEURODIVERSIDADE é tema de debate em podcast. *Canal Autismo*. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/anti-neurodiversidade-e-tema-de-debate-em-podcast/>. Acesso em: 02 set. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 9., 2008, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: 2008, p. 1-15.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

ARISTÓTELES. *Física I-II*. Campinas: Unicamp, 2009.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: Edipro, 2016.

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Edipro, 2011.

ARRUDA, Isabella. Setembro amarelo: índice de suicídio pode ser 4 a 10 vezes maior entre pessoas com autismo. *Folha Vitória*, [s. l.], 10 set. 2022. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/saude/noticia/09/2022/setembro-amarelo-indice-de-suicidio-pode-ser-quatro-a-dez-vezes-maior-entre-pessoas-com-autismo>. Acesso em: 05 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (AAP). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASPERGER, Hans. Die Autistischen Psychopathen in Kindesalter. *Arch Psychiatr Nervenkr*, [s. l.], v. 110, p. 76-136, 1944.

ATAIDE, Vicente de Paula. A doença de Machado de Assis. *Correio do Paraná*, Curitiba, n. 1627, p. 9, 29 nov. 1964. Letras, Ciências & Artes. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=171395&Pesq=autismo&pagfis=27085>. Acesso em: 06 jan. 2023.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

AUROUX, Sylvain. *Filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2009.

AUTISM. *World Health Organization (WHO)*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 25 ago. 2023.

AUTISMO: cruel doença que encerra a criança numa torre de marfim. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 36, n.13188, p. 6. 2ª Seção, 16 nov. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pagfis=53365. Acesso em: 06 jan. 2023.

AUTISMO de Rain Man é do tipo idiota sábio. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 09490, 16 abr. 1989. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/126991. Acesso em: 26 ago. 2023.

AUTISMO virtual: isso existe? *Neuroconecta*, Guarulhos, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/autismo-virtual-isso-existe/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BAI, Dan *et al.* Association of genetic and environmental factors with autism in a 5-Country Cohort. *JAMA Psychiatry*, [s. l.], n. 76, v.10, p. 1035–1043, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2019.1411>

BAKTHIN, Mikhail. *O freudismo: um esboço crítico*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BARBOSA, Zenaide. Criança anormal: melhor em casa. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 00309, p. C-2, 12 novembro 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/126284. Acesso em: 27 ago. 2023.

BARON-COHEN, Simon. *Mindblindness: an essay on autism and Theory of Mind*. Cambridge: MIT Press, 1995.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 2012.

BEATTY, Andrew. Anthropology and emotion. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, [s. l.], n. 20, p. 545-593, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. Autismo político e crise institucional. *Correio do Norte*, Santa Catarina, Opinião, p. 2, ano 57, n. 2686, 27 maio 2005. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=886408&pagfis=21575>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BLISS, Henry Evelyn. *The Organization of Knowledge in Libraries and the Subject-Approach to Books*. The H.W. Wilson Company, 1933.

BLUMENBERG, Hans. *Teoria da não-conceitualidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: fragmentos de um dicionário político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Linguagem documentária na representação e recuperação da informação pela perspectiva sociocognitiva em Ciência da Informação. In: BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana (org.). *Estudos de linguagem em Ciência da Informação*. Campinas: Editora Alínea, 2011.

BONATO, Fernando Murilo. *Hoje é meu dia*. Paraná, 24 mar. 2024. Instagram: @murilo_ciclistea. Acesso em: 30 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: USP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, [s. l.], n. 2/3, jun. 1976.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAMAN, Sandra. *Change of state: information, policy and power*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2012.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, DF, 6 jul. 2015.

BREILH, Jaime. *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

BRIET, Suzanne. *O que é a documentação?* Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

BROOKES, Bertram C. Measurement in Information Science: objective and subjective metrical space. *Journal of the American Society for Information Science*, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 248-255, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.4630310404>

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Part II. Quantitative aspects: classes of things and the challenge of human individuality. *Journal of Information Science*, [s. l.], n. 2, p. 209-221, 1980.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Part III. Quantitative aspects: objective maps and subjective landscapes. *Journal of Information Science*, [s. l.], n. 2, p. 269-275, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, [s. l.], v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.

CABRÉ, Maria Teresa. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

CAMPELLO, Bernadette Santos; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. *Introdução ao controle bibliográfico*. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARDOSO, Carol; ABREU, Tiago. *Introvertendo 172: anti-neurodiversidade*. [S. l.], 07 maio 2021. Disponível em: <https://www.introvertendo.com.br/podcast/introvertendo-172-anti-neurodiversidade/>. Acesso em 19 jun. 2023.

CARMO, Ruleandson do; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual em periódicos ibero-americanos. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 30, n.1, jan./mar. 2020, p.1-22.

CASIMIRO, Alice. Você precisa se esforçar mais e outros julgamentos que pessoas autistas estão cansadas de ouvir. Rio de Janeiro: RJ, 18 ago. 2023. *Instagram*: @alice_neurodiversa. Acesso em: 05 set. 2023.

CASIMIRO, Alice. Uma orquestra na minha cabeça. Rio de Janeiro: RJ, 23 ago. 2023. *Instagram*: @alice_neurodiversa. Acesso em: 05 set. 2023.

CASSIN, Barbara. *Aristóteles e o Lógos: contos da fenomenologia comum*. São Paulo: Loyola, 1999.

CASSIN, Barbara. *Dicionário dos Intraduzíveis*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CASSIN, Barbara. *O efeito sofisticado*. São Paulo: Editora 34, 2005.

CASSIN, Barbara. *Se Parmênides: o tratado de Melisso, Xenophane, Gorgia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CASSIN, Barbara. *Elogio da tradução: complicando o universal*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2022.

CAVENDISH, Margaret. *Cartas filosóficas: cartas XXX e XXXI. Seiscentos*, [s. l.], v. 1, n. 1, 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

CHAPMAN, Robert. Neurodiversity, disability, wellbeing. In: ROSQVIST, Hanna Bertilsdotter; CHOWN, Nick; STENNING, Anna. *Neurodiversity studies: a new critical paradigm*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2020.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, 1988.

CHOMSKY, Noam. *A ciência da linguagem*. São Paulo: UNESP, 2014.

CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, Michel. *Natureza humana e justiça vs. poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CONNOLLY, William E. The Complexity of Intention. *Critical Inquiry*, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 791-798, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Tabelas de área do conhecimento*. Brasília: DF, [s.n.], 2022. 25 p.

COSTA, Celina. Autistas, os prisioneiros do silêncio. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 00211, 7, p. A-9, agosto 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, [s. l.], v. 140, p. 139-167, 1989.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. *Ciência da Informação e Documentação*. Campinas: Editora Alínea, 2011.

CRUZ, Luiz Santa. Augusto dos Anjos insepulto. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 7475, p. 1, 09 mar. 1947. Letras, Artes, Ideias Gerais.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? *Knowledge Organization*, [s. l.], v. 33, n. 1, 2006.

DAMÁSIO, Antonio. *A estranha ordem das coisas: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DAMÁSIO, Antonio. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAMÁSIO, Antonio. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DANTAS, Marcos. *Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital*. Rio de Janeiro, RJ: CFCH/ECO-UFRJ, 2012.

DARWIN, Charles. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEBETTO, Fernanda do Valle Galvão; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. Os afetos nos artefatos da razão: caminhos críticos da verdade no antropoceno. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 18, 2022.

DEBETTO, Fernanda do Valle Galvão; SALDANHA, Gustavo Silva. Transtorno do Espectro Autista e tautismo: uma questão de prefixo? Epistemicídio e capacitismo na análise crítica à infocomunicação. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 8, Dossiê Especial, 2023.

DEBETTO, Fernanda do Valle Galvão; SALDANHA, Gustavo Silva. Quem é a pessoa usuária do conhecimento registrado na Ciência da Informação? Notas da neurodiversidade. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2023, São Cristóvão. *Anais [...]* São Cristóvão, UFS, 2023.

DEBETTO, Fernanda do Valle Galvão. *Comunico, logo existo: o protagonismo da linguagem e a metarrepresentação do autismo no horizonte da democracia documentária*. 362 f. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2023.

DELIGNY, Fernand. *O aracniano e outros textos*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: volume 4*. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELLA TORRE, Maria Luciana Augusto. *Efectos del camuflaje em la salud mental de las personas com el Trastorno del Espectro Autista*.

Monografia (Trabajo de Suficiencia Profesional para optar el Título Profesional de Licenciado em Psicología) - Universidad de Lima, Lima, 2021.

DEPOIS do diagnóstico de autismo. [Locução de]: Carol Cardoso, Thaís Mösken, Polyana Sá. [S. l.], mar. 2021. *Introvertendo*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6F6kdjq uql307TR4ppGuqn>. Acesso em: 08 set. 2023.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DESCARTES, René. *As paixões da alma*. São Paulo: Edipro, 2018.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. São Paulo: Larousse, 2012.

DICIONÁRIO latim-português. Porto: Porto Editora, 2001.

DI FRANCO, Carlos Alberto. O papa, um show em Nova York. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 191, 16 out. 1995. Opinião, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=167981. Acesso em: 06 jan. 2023.

DI FRANCO, Carlos Alberto. A hora da ética: repórteres carentes de informação e de documentação apropriadas acabam instrumentalizados pela fonte. *Jornal da ABI*, Rio de Janeiro, n. 298, p. 6, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=546828&Pesq=autismo&pagfis=1279>. Acesso em: 06 jan. 2023

DINIZ, Débora. *O que é deficiência?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem da representação de memória documentária*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

D'OLIVEIRA, Fernanda. O stress, um mal na vida moderna, ameaça a juventude brasileira. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 7, 07 jan. 1985. Viver, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=autismo&pagfis=84683. Acesso em: 06 jan. 2023.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. *Outra sintonia: a história do autismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o campo do signo, 1945-1966*. São Paulo: UNESP, 2018.

ECO, Umberto. *Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

ESTIVALS, Robert. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. *Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 1981.

ESTIVALS, Robert. *La bibliologie*. Paris: Presses Univesitaires de France, 1987.

ESTIVALS, Robert. Luites de classe et schématisation. *Schéma et schématisation*, [s. l.], n. 9, p. 5-10, 1978.

ESTIVALS, Robert. *Théorie générale de la schématisation: épistémologie des sciences cognitives*. Paris: L'Harmattan, 2002.

ESTIVALS, Robert. *Théorie générale de la schématisation: sémiotique des schéma*. Paris: L'Harmattan, 2003.

EVERETT, Daniel. *Linguagem: a história da maior invenção da humanidade*. São Paulo: Contexto, 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Daniele Masterson Tavares Pereira. *Avaliação das estratégias de busca nas revisões sistemáticas da área de Odontologia*.

Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Liv. Clássica Ed., 1913.

FLORES, Júlia. Sou mãe de autista e luto contra a romantização da maternidade atípica. Minha história. *UOL Universa*, [s. l.], 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/22/sou-mae-de-autista-e-luto-contr-a-romantizacao-da-maternidade-atipica.htm>. Acesso em 24 ago. 2023.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. São Paulo: Annablume, 2007.

FLUSSER, Vilém. *A escrita*. São Paulo: Annablume, 2010.

FORTES, Paulo A. Um tremendo baixo astral. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 65, 29 jun. 1986. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/171616. Acesso em: 27 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2021.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia*. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das*

ciências e história dos sistemas de pensamento. [Ditos e escritos II]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 82-118.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela S. L.; MARTELETO, Regina M.; LARA, Marilda L. G. (org.). *A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2006, p. 19-34.

FUJITA, Mariângela Spotti L.; NEVES, Dulce Amélia de Brito; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. (org.). *Leitura documentária: estudos avançados para indexação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

GABRIEL, Markus. *Não sou meu cérebro: filosofia do espírito para o século XXI*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

GABRIEL, Markus. *Por que o mundo não existe*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

GAFES sociais da vida autista. [Locução de]: Carol Cardoso, Luca Nolasco, Michael Ulian e Tiago Abreu. [S. l.], abr. 2021.

Introvertendo. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2fBtq08Ktt1Kuxs1Buw0iB>. Acesso em: 08 set. 2023.

GALVEZ, José. *Dicionário Larousse francês-português*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2005.

- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. *Transinformação*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, 2011.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems. *Knowledge Organization*, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 205-206, 2014.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *Transinformação*, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 103-118, maio/ago. 2006.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. *Epistemología de la documentación*. Barcelona: Stonberg, 2011.
- GARCÍA VALLS, Fernando. Autismo: la construcción de un diagnóstico. In: Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología, 11., 2019, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2019.
- GAVIOLLI, Íria Bonfim. O perigo de uma história única para o autismo. *Perspectivas da Educação Matemática*, [s. l.], v. 13, n. 33, 2020.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões, conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. *Informare*, [s. l.], v. 5, n. 2, 1999, p. 7-31.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. In: Encontro Nacional de

Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez.1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Nélide. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 137-158, jan./mar. 2019.

GRANDIN, Temple. *O cérebro autista: pensando através do espectro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

GRANDIN, Temple; SCARIANO, Margaret. *Uma menina estranha: autobiografia de uma autista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. *In: International conference on information and documentation systems – Ibersid. Proceedings*, v. 3, p. 105-117, 2009.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.). *Dicionário de termos médicos e de enfermagem*. São Paulo: Rideel, 2002.

GUNN, Alison. 'I Wish I Knew How It Would Feel to Be Free': Nina Simone took the song to another level. *Financial Times*, [s. l.], 28 nov. 2016. Disponível em: <https://www.ft.com/content/2ae1f31c-b339-11e6-9c37-5787335499a0>. Acesso em: 05 set. 2023.

HANSSON, Sven Ove. Defining Pseudoscience and Science. *In: PIGLIUCCI, Massimo; BOUDRY, Maarten. (Ed.). Philosophy of Pseudoscience: Reconsidering the Demarcation Problem*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

- HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham e Londres: Duke University Press, 2016.
- HARLAND, Mike. *Dicionário inglês-português*. São Paulo: HarperCollins, 1990.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- HELLER, Agnes. *Teoría de los sentimientos*. Barcelona: Fontamara, 2004.
- HERDER, Johann Gottfried. *Ensaio sobre a origem da linguagem*. Lisboa: Antígona, 1987.
- HIGASHIDA, Naoki. *O que me faz pular*. Editora Intrínseca, 2013.
- HJØRLAND, Birger. Classification. In: *Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.], 2017.
- HJØRLAND, Birger. Domain analysis in Information Science: eleven approaches, traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.
- HJØRLAND, Birger. Empiricism, rationalism and positivism in Library and Information Science. *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 130-155, 2005.
- HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in Information Science: domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, [s. l.], v. 48, n. 6, p. 400-425, 1995.
- HORKHEIMER, Max. *O eclipse da razão*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- HULME, Edward Wyndham. Principles of book classification: chapter III – on the definition of class headings, and the natural limit to the extension of book classification. *Library Association Record*, [s. l.], n. 13, p. 444-449, 1911.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Manifesto da IFLA /UNESCO sobre bibliotecas públicas*. [S. l.], 1994.

ILIENKOV, Evald. *A dialética do ideal*. Paraná: UFPR, 2016.

ITARD, Jean. *De l'education d'un homme sauvage ou des premiers développemens physiques et moraux du jeune sauvage de l'Aveyron*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2007.

IZARD, Carroll E. The Many Meanings/Aspects of Emotion: Definitions, Functions, Activation, and Regulation. *Emotion Review*, [s. l.], n. 2, v. 4, p. 363–370, 2010.

JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

JUNG, Carl *et al.* *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child, Baltimore*, [s. l.], v. 2, p. 217-250, 1943.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Estado informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. *Varia História*, [s. l.], v. 28, n. 47, p. 61-77, jan./jun. 2012.

LANCASTER, Frederick W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LANCASTER, Frederick W. *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

- LAURENT, Éric. *A batalha do autismo: da clínica à política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LE BRETON, David. *Antropologia das emoções*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- LEDL, Andreas; GNOLI, Claudio. Indexing KOSs in BARTOC by a disciplinary and a phenomenon-based classification: preliminary considerations. In: *Faceted classification today: theory, technology and end users: proceedings of the International UDC Seminar, 14-15 September 2017, London, United Kingdom*. Würzburg, 2017, p. 109-120.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEITE, Luci Banks; GALVÃO, Izabel. (org.) *A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard*. Paraná: Cortez Editora, 2000.
- LEITE, Luci Banks; GALVÃO, Izabel; DAINEZ, Debora. (org.) *O garoto selvagem e o Dr. Jean Itard: história e diálogos contemporâneos*. Campinas: Mercado das Letras, 2017.
- LEMINSKI, Paulo. *Caprichos e relaxos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- LEONTIEV, Alexei. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.

- LIBRARY OF CONGRESS AUTHORITIES. *Library of Congress*. Disponível em: <https://authorities.loc.gov/>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- LIMA, Rossano Cabral. Investigando o autismo: Teoria da Mente e a alternativa fenomenológica. *Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity*, [s. l.], v. 1, n. 11, p. 194-214, 2019.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*: edição com manuscritos e ensaios inéditos. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2017.
- LOURENÇO, Tainá. Luta de mães de crianças autistas é marcada pela dor do abandono. *Jornal da USP*, São Paulo, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/luta-de-maes-de-criancas-autistas-e-marcada-pela-dor-do-abandono/>. Acesso em: 01 set. 2023.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do social I*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LURIA, Alexander. *A construção da mente*. São Paulo: Ícone, 1992.
- LURIA, Alexander. *Fundamentos de neuropsicologia*. São Paulo: USP, 1981.
- LUTZ, Catherine. *Unnatural Emotion: everyday sentiments on a Micronesian Atoll and their challenge to Western Theory*. University of Chicago Press, 1988.
- MAIMONE, Giovana D.; SILVEIRA, Naira C.; TÁLAMO, Maria de F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 21, n. 1, 2011.
- MANUILA, L.; MANUILA, A.; LEWAJLE, P.; NICONLIN, M. *Dicionário médico*. Lisboa: CLIMEPSI, 2004.
- MANOUILENKO, Irina; BEJEROT, Susanne. Sukhareva: pior to Asperger and Kanner. *Nord J. Psychiatric*, [s. l.], v. 69, n. 6, p. 479-582, 2015.

MARKRAM, Henry; RINALDI, Tania; MARKRAM, Kamila. The Intense World Syndrome: an Alternative Hypothesis for Autism. *Front Neurosci*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 77-96, 2007.

MARTELETO, Regina M. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. *Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, jul./dez. 1994.

MARTELETO, Regina; COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [s. l.], v. 7, 2013.

MATA MACHADO, Aires da. *Novíssimo dicionário ilustrado urupês*. São Paulo: Editora Age, 1976.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. *Library Trends*, [s. l.], v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015.

MENEZES, Vinícios Souza de. *Rasum tabulae: um limiar metafórico-escritural dos estudos da informação ou, Le Livre*. 306 f. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017.

MENEZES, Vinícios Souza de. A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 136-151, 2018.

MENEZES, Vinícios Souza de. O sertão da palavra informação: o informe em língua de brincar. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2018, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: UEL, 2018.

MENEZES, Vinícios Souza. Outros livros, outras grafias: relatos indígenas. *Bibliothecae*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 219-254, 2021.

MESQUITA, Raul; DUARTE, Fernanda. *Dicionário de Psicologia*. Santa Marta de Corroios: Plátano Editora, 1996.

- MESQUITA, Raul; DUARTE, Fernanda. *Dicionário de Psicologia*. Plátano Editora, 1996.
- META. In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [2008-2021]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/meta>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016.
- MICHAELIS. *Dicionário escolar língua portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2022.
- MICHAELIS. *Dicionário escolar espanhol*. São Paulo: Melhoramentos, 2008.
- MILGRAM, Stanley. Behavioral study of obedience. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, [s. l.], n. 67, p. 371-378, 1963.
- MILLER, Benjamin F. *O livro da saúde: Enciclopédia Médica Familiar*. Lisboa: Reader's Digest, 1976.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- MINIDICIONÁRIO escolar língua portuguesa. São Paulo: Ciranda Cultural, 2017.
- MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- MOREIRA, Walter. *Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos*. 2018. Tese (Livro docência em Sistemas de organização do conhecimento) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC, Marília, 2018.
- MOSTAFA, Solange Puntel; NOVA CRUZ, Denise Viuniski da. Por uma linguagem documentária menor. In: BOCCATO, Vera Regina Casari;

- GRACIOSO, Luciana (org.). *Estudos de linguagem em Ciência da Informação*. Campinas: Editora Alínea, 2011.
- MOSTAFA, Solange Puntel. Ainda sobre metodologia. *Revista da Escola de Biblioteconomia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 171-201, 1986.
- MOSTAFA, Solange Puntel. *Epistemologia da Biblioteconomia*. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- MOSTAFA, Solange Puntel. *Vygotsky e Deleuze: um diálogo possível?* Campinas: Editora Alínea, 2016.
- MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. *Saúde Debate*, [s. l.], v. 45, n. 130, p. 847-860, 2021.
- NARRATIVAS ficcionais e autismo. [Locução de]: Carol Cardoso, Paulo Alarcón e Thaís Mösken. [S. l.], mar. 2021. *Introvertendo*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1dJz3ceed099v2MfZkLSFP>. Acesso em: 08 set. 2023.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955.
- NASCIMENTO, Francisco Arrais. *Nomear, classificar, existir: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a Organização do Conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+*. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC, Marília, 2021.
- NEILL, Samuel. Brookes, Popper and objective knowledge. *Journal of Information Science*, [s. l.], n. 4, p. 33-39, 1982.
- NICOLELIS, Miguel. *O verdadeiro criador de tudo: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos*. São Paulo: Planeta, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NITECKI, Joseph. *Metalibrarianship: A Model for Intellectual Foundations of Library Information Science*. Washington: ERIC, 1993.

NITECKI, Joseph. *Philosophical ancestry of the American Library Information Science*. Washington: ERIC, 1997.

NITECKI, Joseph. *Philosophical aspects of Library Information Science in retrospect*. Washington: ERIC, 1995.

NOERNBERG, Priscila. Se cada um de nós tivesse o seu lado autista... viveríamos em um mundo melhor. *Correio do Norte*, Canoinhas, n. 03250, Vidas Especiais, p. 16-17, 15 jul. 2016. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/886408/38239>. Acesso em: 23 ago. 2023.

NORTE, Mariângela Braga. *Glossário de termos técnicos em Ciência da Informação inglês/português*. Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

NOVATO-SILVA, José Wanderley. *Informação na gestão pública da saúde sob uma ótica antropológica: do global ao local no Estado de Minas Gerais, Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

OLSON, Hope. *Difference, Culture and Change: The Untapped Potential of LCSH*. *Cataloging & Classification Quarterly*, [s. l.], v. 29, n. 1-2, p. 53-71, 2000.

OLSON, Hope. Mapping Beyond Dewey's Boundaries: Constructing Classificatory Space for Marginalized Knowledge Domains. *Library Trends*, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 253-254, 1998.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. esp., p. 189-203, 2019.

- ORTEGA Y GASSET, José. *Meditaciones del Quijote*. Madrid: Publicaciones de la residencia de estudiantes, 1914.
- OTLET, Paul. *Tratado de documentação: livro sobre o livro: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.
- PAOLI, Joanna de.; MACHADO, Patrícia Fernandes Lootens. Autismos em uma perspectiva histórico-cultural. *Revista Gesto-Debate*, [s. l.], v. 22, n. 31, p. 534-565, 2022.
- PARMÊNIDES; XENÓFANES. *Filósofos épicos I: Parmênides e Xenófanes, fragmentos*. Edição do texto grego, tradução e comentários Fernando Santoro; revisão científica Néstor Cordero. Rio de Janeiro: Hexis - Fundação Biblioteca Nacional, 2011.
- PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PASEK, Anne. Errant Bodies: Relational Aesthetics, Digital Communication, and the Autistic Analogy. *Disability Studies Quarterly*, [s. l.], v. 35, n. 4, 2015.
- PEPYS, Samuel. *The Diary of Samuel Pepys*. The Project Gutenberg, 2019. Disponível em: <https://www.pepysdiary.com>. Acesso em: 13 maio 2019.
- PESSOA, Fernando. Como é por dentro de uma pessoa. *Arquivo Pessoa*, 1934. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2784>. Acesso em: 05 set. 2023.
- PESSOA, Fernando (Álvaro de Campos). Tabacaria. *Arquivo Pessoa*, 1928. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/163>. Acesso em: 05 set. 2023.
- PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.
- PIEIDADE, M.A. Requião. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.
- PLATÃO. *Diálogos I: Teeteto, Sofista e Protágoras*. São Paulo: Edipro, 2017.

- PLATÃO. *Diálogos II: Górgias*. São Paulo: Edipro, 2016.
- PLATÃO. *Diálogos VI: Crátilo*. São Paulo: Edipro, 2016.
- PLATÃO. *Fedro (ou da Beleza)*. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.
- PLATÃO. *Timeu*. Tradução, prefácio e notas de Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010.
- PLATÃO. *Diálogos IV: Parmênides*. São Paulo: Edipro, 2015.
- POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1972.
- POPPER, Karl. *Em busca de um mundo melhor*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.
- POPPER, Karl. *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- PORTO, Adriano Ramos Pinto. Todos os vinhos são bons. *Careta*, Rio de Janeiro, ano 21, n. 1028, p. 3, 03 mar. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=42003>. Acesso em: 06 jan.2023.
- PORTOCARRERO, Vera. *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2009. 259 p.
- PRICLADNITZKY, Pedro. O materialismo vitalista de Margaret Cavendish: uma alternativa ao mecanicismo do século XVII. *Seiscentos*, [s. l.], v. 1, n. 2, 2022.
- PSICOSSES na infância: a criança problema. *Correio de Notícias*, Curitiba, n. 01988, p. 18, 22 jan. 1988. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/23445. Acesso em: 27 ago. 2023.
- QUÉTEL, Claude. *História da loucura: da Antiguidade à invenção da Psiquiatria*, v. 1. Lisboa: Texto & Grafia, 2014.

RABELLO, Rodrigo. Leituras sobre usuário e uso da informação na Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 4, p. 152-184, 2013.

RABELLO, Rodrigo. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 138-156, jan./abr. 2018.

RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2021.

RANGANATHAN, Shiyali Rmamrita. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. *La lógica del sistema categorial de la ciencia de la información documental: um acercamiento dialético*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel; GARCÍA CERVANTES, Alejandro Luis. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo. Un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria informacional. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 30-45, jan./abr. 2012.

RETHLEFSEN, Melissa; FARRELL, Ann M.; TRZASKO, Leah C. Osterhaus; BRIGHAM, Tara J. Librarian co-authors correlated with higher quality reported search strategies in general internal medicine systematic reviews. *Journal of Clinical Epidemiology*, [s. l.], v. 68, n. 6, p. 617-626, 2015.

ROCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana de Souza (Org.). *Estudos de linguagem em Ciência da Informação*. Campinas: Alínea, 2011.

ROLNIK, Suely. *Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil*. São Paulo: Núcleo de Estudos de Subjetividade da PUC, 1987.

Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm> Acesso em: 02 set. 2023.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSENWEIN, Barbara H. *História das emoções: problemas e métodos*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ROUBAKINE, Nicolas. *Introduction a la psychologie bibliologique, v.1*. Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SACCONI, Luiz Antonio. *Minidicionário Sacconi da Língua Portuguesa*. [S. l.]: Atual, 1996.

SALDANHA, Gustavo Silva. *Uma filosofia da Ciência da Informação: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SALDANHA, Gustavo. A invenção da ciência da informação segundo Nikolas Roubakine. *In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2019, Florianópolis. Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2019.

SALDANHA, Gustavo. Epistemologia crítica e social da Ciência da Informação: 50 anos de uma escola dialética. *In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018, Londrina. Anais [...]*. Londrina: UEL, 2018.

SALDANHA, Gustavo. Democracia documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-20, 2020.

SALDANHA, Gustavo. *Uma filosofia da Ciência da Informação: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SALDANHA, Gustavo. Sobre a bibliologia entre Peignot, Otlet e Estivals: vertentes de um longo discurso “metaepistemológico” da organização dos saberes. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 75-88, maio/ago. 2015.

SALES, Paulo Alberto da Silva. Meta-história, metaficção e metaficção historiográfica: uma revisão crítica. *Revista Ícone: revista de divulgação científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, [s. l.], v. 17, nov. 2017.

SALES, Rodrigo de. Suportes teóricos para para pensar linguagens documentárias. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 95-14, jul./dez. 2007.

SALES, Rodrigo de. Devir-rizoma: tumulto na organização e representação do conhecimento. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 259-275, 2018.

SALOMÃO, Amanda. *Leitura, apropriação de saberes e transformação pessoal: relações subjetivas e intersubjetivas a partir das perspectivas de mulheres pertencentes a clubes de leitura*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: SAWAIA, Bader. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SCHRADER, Alvin. *Toward a theory of Library and Information Science*. 1014 f. Tese (PhD in Library and Information Science) - Indiana University, Corydon, Indiana, 1983.

SCHWARTZMAN, José Salomão; ARAÚJO, Ceres Alves de. *Transtornos do Espectro Autista*. São Paulo: Memnon, 2011.

SENNETT, Richard. *O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SERRA, Rita. O dicionário das pessoas não-autistas. *Público*, [s. l.], 30 jan. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/01/30/p3/noticia/dicionario-pessoas-naoautistas-1948531>. Acesso em: 02 set. 2023.

SFEZ, Lucien. *A comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Rio de Janeiro: Penguin-Companhia, 2015.

SHEFFER, Edith. *Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena Nazista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SHER, David Ariel; GIBSON, Jenny L. Pioneering, prodigious and perspicacious: Grunya Efimovna Sukhareva's life and contribution to conceptualising autism and schizophrenia. *Eur Child Adolesc Psychiatry*, [s. l.], v. 32, p. 475–490, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00787-021-01875-7>.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. *Ciência Da Informação*, Brasília, n. 6, v. 1, 1977.

SHERA, Jesse. Toward a Theory of Librarianship and Information Science. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SICILIANO, Mell; VALLE, Fernanda; SALOMÃO, Amanda. Uma mulher entre homens: o gesto bibliográfico de Christine de Pizan em A cidade das damas. *Bibliothecae*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 164-195, 2021.

SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em Educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [s. l.], v. 12, n. 4, out/dez. 2017.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litteraria Fluminense, 1890.

SINGER, Judy. *Neurodiversity: the birth of an idea*. [s.l.]: [s.n.], 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROLOGIA, PSYCHIATRIA E MEDICINA LEGAL. *Archivos brasileiros de neuriatria e psiquiatria*. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia, 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/064645/6376>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SOLOMON, Andrew. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca por identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOUZA, Caroline. Vamos ter mais consciência com certas atitudes que vem [sic] através da "boa intenção". Itararé, 24 ago. 2023. *Instagram*: @carolsouza_autistando. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwU3z-ruVtU/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOUZA, Caroline. Autistas podem ter uma vida normal? Itararé, 23 maio 2023. *Instagram*: @carolsouza_autistando. Acesso em: 05 set. 2023.

SOUZA, José Cavalcante de. (org.). *Os Pensadores: os pré-socráticos*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. *A biblioteca digital*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; EMYGDIO, Jeanne Louize. Realismo ontológico aplicado à interoperabilidade semântica na saúde. In: ALMEIDA, Maurício Barcellos (org.). *Representação do*

conhecimento, ontologias e linguagem: pesquisa aplicada em Ciência da Informação. Curitiba: Editora CRV, 2020.

TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA. In: *WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Transtornos_do_espectro_autista&oldid=66329342. Acesso em: 27 ago. 2023.

VAINFAS, Ronaldo. Hermafroditas nos séculos XVI e XVII: intersexualidade impossível. *Revista Espacialidades*, [s. l.], v. 17, n. 1, 2021.

VALLE, Fernanda; QUINTSLR, Marcia; SALDANHA, Gustavo. “Estado de mediação”, autismo e circulação da informação no Censo. In: Encontro Nacional de Pós-graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 2021. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ, 2021.

VALLE, Fernanda; SALDANHA, Gustavo. (Des)Informação em saúde: o autismo no espelho da classificação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2019.

VALLE, Fernanda; SALDANHA, Gustavo. Autism disorder in KO: classification, representation and social impact. In: LYKKE, Marianne; SVARRE, Tanja; SKOV, Mette; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. *Knowledge Organization at the interface*: proceedings of the Sixteenth International ISKO Conference. Aalborg: Ergon-Verlag, 2020.

VALLE, Fernanda. Eu, tu, eles, nós: o devir-autista nos caminhos da (des)classificação. In: SOUZA, Rosali Fernandez.; SALES, Luana; SALDANHA, Gustavo (org.). *Teorias e domínios emergentes em organização do conhecimento*. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

VALLE, Fernanda; SALDANHA, Gustavo. From the Autism Spectrum to the multiple ways of reading: the books and the world. In: NAUMOVA, Yulia; ALEKSEEVA, Maria (org.). *Inclusive Library Programmes for Users with ASD*: Practices and Potential

Development. Moscou: Russian State Library for Young Adults; 2022.

VALLE, Fernanda; GUIMARÃES, Michelle. Margaret Cavendish e memória científica: um estudo sobre reputação, gênero e organização do conhecimento. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). *O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019 (Selo Nyota).

VIDAL, Fernando; ORTEGA, Francisco. *Somos nosso cérebro?* Neurociências, subjetividade, cultura. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

VIEIRA, Ronaldo. *Introdução à teoria geral da Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. *Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2019.

VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev. *Fundamentos de Defectología*. Madrid: Visor Dis. S/A, 1997.

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev. *Psicologia concreta do homem*. [Manuscrito inédito de Vygotsky - texto russo, copyright pela Universidade de Moscou]. Vestn. Mosk. Um-ta Ser. 14. *Psikhologiya*, Moscou, v. 1, 1986, p. 51-64.

VYGOTKY, Lev. *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WELLER, Wivian. A hermenêutica como método empírico de investigação. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007, Caxambu. *Anais [...]* Caxambu: ANPEd, 2007.

WHITE Geoffrey. Disciplining Emotion. *Emotion Review*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 375–376, 2010.

WHITMAN, Thomas L. *O desenvolvimento do autismo: social, cognitivo, linguístico, sensorio-motor e perspectivas biológicas*. São Paulo: Mbooks, 2015.

WHITNEY, Joseph. Foi comprovada a existência de filhos (humanos) de lobos? *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 outubro 1959, O espelho de sua mente. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_03/35052. Acesso em: 27 ago. 2023.

WILDEN, Anthony. Informação. *Enciclopédia Enaudi*, v. 34. Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *O livro azul*. Coimbra: Edições 70, 2008.

ZAHER, Celia Ribeiro; GOMES, Hagar Espanha. Da Bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1972.

APÊNDICE A – RESULTADOS OBTIDOS NA BASE DE DADOS BARTOC E ESTRUTURADOS EM ORDEM ALFABÉTICA PARA ANÁLISE QUALITATIVA

Instrumento		Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem
1	A Proposed Taxonomy of Postsecondary Education Subject Matter Areas	Esquema de classificação; Taxonomia	Inglês	Ciências Humanas/ Educação	Western Interstate Commission for Higher Education	Estados Unidos
2	ANASTASIA Thesaurus	Tesouro	Francês	Multidisciplinar/ Interdisciplinar	Centre de Ressources Documentaires Reseau Anastasia	Bélgica

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
3	Archives in London and the M25 Area Thesaurus	Tesouro	Inglês	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Arquivologia	Governo do Reino Unido	Reino Unido
4	Australian Health Thesaurus	Tesouro	Inglês	Ciências da Saúde/ Medicina	Health Direct/ Governo da Austrália	Austrália
5	Australian Thesaurus of Education Descriptors	Tesouro	Inglês	Ciências Humanas/ Educação	Cunningham Library	Austrália
6	Classification of Instructional Programs	Esquema de classificação	Inglês	Ciências Humanas/ Educação	Integrated Postsecondary Education Data System	Estados Unidos
7	Classifications of education	Esquema de classificação	Alemão	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Universität der Künste Berlin/ Universidade das Artes de Berlim	Alemanha

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
8	Clinician's Thesaurus	Glossário	Inglês	Ciências Humanas/ Psicologia	Edward L. Zuckerman	Estados Unidos
9	Controlled Health Thesaurus	Tesouro	Inglês	Ciências da Saúde/ Medicina	Centers for Diseases Control and Prevention (CDC)	Estados Unidos
10	Dictionary of Education	Dicionário	Catalão	Ciências Humanas/ Educação	Centre de Terminologia (TERMCAT) - Governo da Catalunha	Catalunha
11	Dictionary of Neuroscience	Dicionário	Catalão	Ciências Biológicas/ Neurofisiologia	Centre de Terminologia (TERMCAT) - Governo da Catalunha	Catalunha
12	Dictionary of Psychiatry	Dicionário	Catalão	Ciências da Saúde/ Medicina	Centre de Terminologia (TERMCAT) -	Catalunha

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
				Governo da Catalunha		
13	Education Resources Information Center Thesaurus (ERIC)	Tesouro	Inglês	Ciências Humanas/ Educação	Institute of Education Sciences - Governo dos Estados Unidos	Estados Unidos
14	Education terms	Tesouro	Inglês	Ciências Humanas/ Educação	Department of Education - Governo do Reino Unido	Reino Unido
15	Education Thesaurus	Tesouro	Francês	Ciências Humanas/ Educação	Centre de documentation collégiale (CDC)	Canadá
16	Encyclopedic Dictionary of Medicine	Dicionário	Catalão	Ciências da Saúde/ Medicina	Centre de Terminologia (TERMCAT) - Governo da Catalunha	Catalunha

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
17	English-Greek Glossary of Psychology	Glossário	Grego	Ciências Humanas/ Psicologia	Hellenic Psychological Society	Grécia
18	European Education Thesaurus	Tesouro	Espanhol	Ciências Humanas/ Educação	União Europeia	Bélgica
19	Finnish Ontology of Health and Welfare	Ontologia	Finlandês	Multidisciplinar/ Interdisciplinar	National Library of Finland	Finlândia
20	HCRS	Esquema de classificação	Inglês	Multidisciplinar/ Interdisciplinar	UK Clinical Research Collaboration (UKCRC)	Reino Unido
21	Health Canada Controlled Subject Vocabulary	Tesouro	Francês	Ciências da Saúde/ Medicina	Governo do Canadá	Canadá

Instrumento		Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/Institucionalidade	Território geográfico de origem
2 2	Health Sciences Descriptors (DeCS)	Cabeçalho de assunto	Português	Ciências da Saúde/ Medicina	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME)	Brasil
2 3	Health Thesaurus	Esquema de classificação; Tesauro	Inglês	Ciências da Saúde/ Medicina	Department of Health and Aged Care - Governo da Austrália	Austrália
2 4	Human Phenotype Ontology	Ontologia	Inglês	Multidisciplinar/ Interdisciplinar	Charité - Universitätsmedizin	Alemanha
2 5	Index of Higher Education Journals and Educational Research	Cabeçalho de assunto	Inglês	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación (IISUE)	México

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
	Controlled Vocabulary					
26	Institute of Education Thesaurus	Tesouro	Inglês	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Universty College London	Reino Unido
27	International Classification of Sleep Disorders	Esquema de classificação	Inglês	Ciências da Saúde/ Medicina	The American Academy of Sleep Medicine	Estados Unidos
28	ISOC Psychology Thesaurus	Tesouro	Espanhol	Ciências Humanas/ Psicologia	Centro de Información y Documentación Científica (CINDOC)	Espanha
29	Italian Thesaurus on Childhood and Adolescence	Tesouro	Italiano	Multidisciplinar/ Interdisciplinar	Centro nazionale di documentazione e di analisi per l'infanzia e l'adolescenza - Governo da Itália	Itália

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
30	Korean Dictionary of Occupations	Esquema de classificação	Coreano	Ciências Sociais Aplicadas/ Economia	Ministério do Emprego e Trabalho / Serviço de Informações de Emprego da Coreia	Coreia do Sul
31	Korean Sign Language Dictionary	Glossário; Terminologia	Coreano	Linguística, Letras e Artes/ Letras	Instituto Nacional da Língua Coreana	Coreia do Sul
32	Latin American Vocabulary of Social Sciences	Tesouro	Espanhol	Ciências Humanas/ Sociologia	Centro Argentino de Información Científica y Tecnológica (CONICET) - Governo da Argentina	Argentina
33	Library of Congress Subject Headings (LCSH)	Cabeçalho de assunto	Inglês	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Library of Congress	Estados Unidos

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
34	List of Concepts, Terms and Acronyms of Psychology and Educational Sciences	Tesouro	Catalão	Ciências Humanas/ Educação	Universitat Oberta de Catalunya	Catalunha
35	Maternal and Child Health Thesaurus	Tesouro	Inglês	Ciências da Saúde/ Medicina	Georgetown University	Estados Unidos
36	MedDRA	Terminologia	Inglês	Ciências da Saúde/ Farmácia	Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use (ICH)	Estados Unidos

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/Institucionalidade	Território geográfico de origem	
37	Medical and Health Related Sciences Thesaurus	Tesouro	Inglês	Ciências da Saúde/ Medicina	Dept. of Health, Education, and Welfare, Public Health Service - Governo dos Estados Unidos	Estados Unidos
38	Medical Subject Headings (MeSH)	Cabeçalho de assunto	Inglês	Ciências da Saúde/ Medicina	National Library of Medicine	Estados Unidos
39	Multilingual European Thesaurus on Health Promotion	Tesouro	Inglês	Ciências da Saúde/ Medicina	União Europeia	Bélgica
40	Name and Title Authority File of Catalonia	Lista	Catalão	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Biblioteca da Catalunha	Catalunha

Instrumento		Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/Institucionalidade	Território geográfico de origem
4 1	National Institute of Youth and Popular Education Thesaurus	Tesouro	Francês	Ciências Humanas/ Educação	Institut national de la jeunesse et de l'éducation populaire (INJEP)	França
4 2	Ontology for Education for Sustainable Development	Ontologia	Finlandês	Multidisciplinar/ Interdisciplinar	National Library of Finland	Finlândia
4 3	Professional Sign Language Dictionary Psychology Alphabetical Index	Glossário	Alemão	Ciências Humanas/ Psicologia	Universidade de Hamburgo	Alemanha
4 4	PsycINFO Classification Categories and Codes	Esquema de classificação	Inglês	Ciências Humanas/ Psicologia	American Psychological Association	Estados Unidos

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
45	PsycTESTS Classification System	Esquema de classificação	Inglês	Ciências Humanas/ Psicologia	American Psychological Association	Estados Unidos
46	Public Health Thesaurus	Tesouro	Francês	Ciências da Saúde/ Saúde Coletiva	Centre national de la recherche scientifique - Governo da França	França
47	Register of the FIS Education Literature Database	Cabeçalho de assunto	Alemão	Ciências Humanas/ Educação	German Education Portal/ Leibniz Institute for Research and Information in Education	Alemanha
48	ScoLOMFR 7.0	Lista	Francês	Ciências Humanas/ Educação	CANOPE - Governo da França	França
49	Serbian Thesaurus of Matters	Tesouro	Espanhol	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Universidad de los Andes	Venezuela

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
50	SIBi / USP Controlled Vocabulary	Esquema de classificação; Cabeçalho de assunto	Português	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Universidade de São Paulo (USP)	Brasil
51	Subject Catalog of the Central Library Kiel for Thematic Search	Esquema de classificação	Alemão	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Biblioteca Central de Kiel	Alemanha
52	TEPA	Terminologia	Finlandês	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Finnish Terminology Centre TSK	Finlândia
53	Terminology Health Sciences	Terminologia	Catalão	Ciências da Saúde/ Medicina	Centre de Terminologia (TERMCAT) - Governo da Catalunha	Catalunha
54	Thesaurus Brased	Tesouro	Português	Ciências Humanas/ Educação	Instituto Nacional de Estudos e	Brasil

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
				Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Governo do Brasil		
55	Thesaurus Care and Welfare	Tesouro	Holandês	Ciências Sociais Aplicadas/ Serviço Social	NICTIZ, vinculado ao Sistema de Informação em Saúde dos Países Baixos	Holanda
56	Thesaurus for Exceptional Child Education	Tesouro	Inglês	Ciências Humanas/ Educação	Information Center on Exceptional Children	Estados Unidos
57	Thesaurus Library of the Center for Health and Social	Tesouro	Francês	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Center for Health and Social Services of Laval	Canadá

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
	Services of Laval					
58	Thesaurus National Alpine Veterinary School	Tesouro	Francês	Ciências Agrárias/ Medicina Veterinária	L'Ecole Nationale Vétérinaire d'Alfort	França
59	Thesaurus of Disability	Tesouro	Espanhol	Multidisciplinar/Interdisciplinar	Observatorio Estatal de la Discapacidad (OED) - Governo da Espanha	Espanha
60	Thesaurus of European Education Systems	Tesouro	Inglês	Ciências Humanas/ Educação	União Europeia	Bélgica
61	Thesaurus of Senado Federal	Tesouro	Português	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Senado Federal - Governo do Brasil	Brasil

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/ Institucionalidade	Território geográfico de origem	
62	Thesaurus of Women's History	Tesouro	Catalão	Ciências Humanas/ História	Centro de Investigación de Mujeres, Universidad de Barcelona	Catalunha
63	Thesaurus Unesp	Tesouro	Português	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Brasil
64	UHR's Termbase for Norwegian Higher Education Institutions	Glossário	Norueguês	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Universidade de Bergen	Noruega
65	UNESCO-IBE Education Thesaurus	Tesouro	Inglês	Ciências Humanas/ Educação	International Bureau of Education (IBE)	Suíça
66	UniProtKB Keywords	Tesouro	Inglês	Ciências Biológicas/ Bioquímica	Global Core Biodata Resources	Estados Unidos

Instrumento	Tipologia documentária	Idioma original	Área de classificação	Proveniência/Institucionalidade	Território geográfico de origem	
67	UNTERM - The United Nations Terminology Database	Lista; Terminologia	Inglês	Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Organização das Nações Unidas (ONU)	Estados Unidos
68	Vocabulary of Health Sciences for Argentina	Tesouro	Espanhol	Ciências da Saúde/Medicina	Centro Argentino de Información Científica y Tecnológica (CONICET) - Governo da Argentina	Argentina

APÊNDICE B – TEXTO ORIGINAL, EM INGLÊS, DO DSM-IV, SOBRE OS CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS DO TRANSTORNO AUTÍSTICO

1	Qualitative impairment in social interaction	(a) marked impairment in the use of multiple nonverbal behaviors such as eye-to-eye gaze, facial expression, body postures, and gestures to regulate social interaction
		(b) failure to develop peer relationships appropriate to developmental level
		(c) a lack of spontaneous seeking to share enjoyment, interests, or achievements with other people (e.g., by a lack of showing, bringing, or pointing out objects of interest)
		(d) lack of social or emotional reciprocity
2	Qualitative impairments in communication	(a) delay in, or total lack of, the development of spoken language (not accompanied by an attempt to compensate through alternative modes of communication such as gesture or mime)
		(b) in individuals with adequate speech, marked impairment in the ability to initiate or sustain a conversation with others
		(c) stereotyped and repetitive use of language or idiosyncratic language

		(d) lack of varied, spontaneous make-believe play or social imitative play appropriate to developmental level
3	Restricted repetitive and stereotyped patterns of behavior, interests, and activities	(a) encompassing preoccupation with one or more stereotyped and restricted patterns of interest that is abnormal either in intensity or focus
		(b) apparently inflexible adherence to specific, nonfunctional routines or rituals
		(c) stereotyped and repetitive motor mannerisms (e.g., hand or finger flapping or twisting, or complex whole-body movements)
		(d) persistent preoccupation with parts of objects

Fonte: elaborado pela autora com base em APA (1994, p. 70)

APÊNDICE C – TEXTO ORIGINAL, EM INGLÊS, DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA NO DSM-IV-TR E CID-9

DSM-IV-TR		CID-9-CM	
Código de classificação	Taxonomia	Código de classificação	Taxonomia
299.00	Autistic Disorder	299.0x	Autistic disorder Kanner's syndrome
299.10	Childhood Disintegrative Disorder	299.1x	Childhood disintegrative disorder
299.80	Asperger's Disorder	299.8x	Other specified pervasive developmental disorders
299.80	Schizophrenia, childhood type, NOS	299.9	Unspecified pervasive developmental disorder Pervasive developmental disorder NOS
299.80	Rett's Disorder		

Fonte: elaborado pela autora com base em Zuckerman (2010, p. 285).

APÊNDICE D – COMPARAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS DO TEA DO DSM-5 E DOS REGISTROS DE GRUNYA SUKHAREVA, NA DÉCADA DE 1920

Autism spectrum disorder DSM-5, APA, 2013	Schizoid personality disorders of childhood Sukhareva, 1925/1926
Persistent deficits in social communication and social interaction across multiple contexts	An autistic attitude: <ul style="list-style-type: none"> • tendency toward solitude and avoidance of other people from early childhood onwards; • avoids company with other children
Deficits in social-emotional reciprocity	<ul style="list-style-type: none"> • Impulsive, odd behavior; • Clowning, rhyming; • Some were speaking endlessly or asking absurd questions of the people around them; • Affective life flattened; • Seems odd;

	<ul style="list-style-type: none"> • A tendency toward abstraction and schematization (the introduction of concrete concepts does not improve but rather impedes thought processes)
Deficits in nonverbal communicative behaviors used for social interaction	<ul style="list-style-type: none"> • Lack of facial expressiveness and expressive movements; • Mannerism; decreased postural tone; oddities and lack of modulation of speech; • Superfluous movements and synkinesias; • Rapid or circumscribed speech; • Nasal, hoarse or high pitched whining voice or lacking in modulation
Deficits in developing, maintaining, and understanding relationships	<ul style="list-style-type: none"> • Keep apart from their peers, avoid communal games and prefer fantastic stories and fairy tales; • They find it hard to adapt to other children. They are ridiculed by their peers and have low status;
Restricted, repetitive patterns of behavior, interests, or activities as manifested by at least two of the following	<ul style="list-style-type: none"> • Tendency towards automatism; • Sticking to tasks which had been started and psychic inflexibility with difficulty in adaptation to novelty
Stereotyped or repetitive motor movements, use of objects, or speech	<ul style="list-style-type: none"> • Stereotyped or repetitive motor movements;

	<ul style="list-style-type: none"> • Use of objects, or speech for example: tic-like behaviors, grimacing, stereotypic neologisms, repetitive questioning; talking in stereotypic ways
Insistence on sameness, inflexible adherence to routines, or ritualized patterns of verbal or nonverbal behavior	<ul style="list-style-type: none"> • A tendency for obsessive-compulsive behavior; • Lengthy preparation and difficulty stopping; • Pedantic, follows principles; • Emotional outbursts; • If interrupted becomes agitated and starts the story all over again
Highly restricted, fixated interests that are abnormal in intensity or focus	<ul style="list-style-type: none"> • Strong interests pursued exclusively; • Preservative interests e.g. conversion marked by repetitive obsessional themes; • Clings to certain themes; • Tendency to rationalization and absurd rumination
Hyper- or hypo-reactivity to sensory input or unusual interest in sensory aspects of the environment	<ul style="list-style-type: none"> • Musically gifted – enhanced perception of pitch; • Sensitivity to noise, seeks quietness; • Sensitivity to smell
Symptoms must be present in the early developmental period	<ul style="list-style-type: none"> • Onset in early childhood

Symptoms cause clinically significant impairment in social, occupational, or other important areas of current functioning	<ul style="list-style-type: none">• Inability to attend normal school due to their odd behaviors
These disturbances are not better explained by intellectual disability	<ul style="list-style-type: none">• Intelligence normal or above normal

Fonte: elaborado pela autora com base em Manouilenko e Bejerot (2015, sem paginação).

SOBRE A AUTORA

FERNANDA VALLE

Professora adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão. Doutora e mestra em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ), é vice-líder do grupo de pesquisa Memória Social, Tecnologia e Informação (UNIRIO) e membro dos grupos Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes (UNIRIO-IBICT) e Perspectivas Filosóficas em Informação – Perfil-I (IBICT). Integra o Círculo de Estudos Rubakinianos (IBICT-UFMG), a Rede de Sistemas de Organização do Conhecimento do Brasil (BRASOC) e o *International Center for Information Ethics* (ICIE). Dedicou-se a estudos histórico-epistemológicos, à filosofia da linguagem e à organização do conhecimento para investigar teorias, métodos, processos e lacunas informacionais acerca das diversidades. Como bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pesquisou os sistemas de organização e recuperação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), evidenciando reflexões contemporâneas como justiça informacional e democracia documentária. Em 2024, a referida pesquisa foi indicada ao Prêmio Capes de Tese e Prêmio ANCIB – categoria Doutorado. No mestrado, foi contemplada com uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), período em que se dedicou à epistemologia das Ciências da Comunicação e da Informação no contexto da tecnovigilância. Nessa trajetória acadêmica, também foi bolsista do projeto Articulação e Comunicação em Ciência e Tecnologia, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), onde desenvolveu pesquisas com ênfase em gestão da informação e redução das desigualdades no horizonte da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

“Um espectro ronda a Organização do Conhecimento. O Transtorno do Espectro Autista é o tema deste livro. Fernanda Valle caminhou pelos labirintos metarrepresentacionais que conformam politicamente os espaços do autismo nos Sistemas de Organização do Conhecimento e, desde um ponto de vista ontológico, observou o drama da representação exposto na pretensa universalização das formas: nem todo autista é como está descrito, nem goza dos privilégios da humanidade traçada pelo ato de informar. Herdeiros do gesto de exclusão do Ocidente, os Processos de Organização do Conhecimento operam suas classificações, em geral, para eliminar da maneira mais objetiva e gentil o Outro (campo residual das classificações universais para as exclusões por inclusão). O espectro que ronda a Organização do Conhecimento é um contratempo por possuir diferentes temporalidades. *N* é a personagem conceitual desta obra. Semelhante a Agostinho, *N* não reconhece o conceito de tempo. Entretanto, diferente do essencialismo de Agostinho, para *N* este tempo “normal” não é o seu tempo. Os efeitos do nosso tempo são produtores de defeitos que cresceram conosco e fizeram de *N*, um extremo oposto daquilo que de fato é o *n* para a simbologia matemática: um eixo de possibilidades – a irrepreensível e vivaz potência humana. *N* é um símbolo do intraduzível: a virtualidade das múltiplas possibilidades. Não uma impossibilidade de tradução, mas aquilo que não cessa de se traduzir e transcriar. Esta obra é uma experiência da contra-conquista do informe, do inadequado aos olhos “bem formados” daqueles que padecem de viciação de origem. A asséptica e adulta linguagem dos sistemas foi, no espelho dos gestos de *N* e todos os seus turvos reflexos, confrontada com a infância da linguagem. Quem sabe não seja essa a utopia deixada por *N* para nós, um deslimite nos nossos modos de dizer e ser livre. Um pássaro proibido num arco-íris de Néon.”

Boa leitura!

Vinícios Souza de Menezes

*Professor do Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal do Sergipe (UFS)*

